

# COMO CONSTRUIR UMA NAÇÃO

3ª edição

Rubens Farneda

“Moral e Luzes são os pilares  
da República. Moral e luzes  
são as nossas primeiras  
necessidades’.  
S Bolívar

**À memória do Rafael, o meu tesouro perdido**

# Índice

Introdução.....	
<b>Primeira Parte: O PAÍS QUE TEMOS</b>	
Os nossos sete pecados capitais.....	
Somos governados por incompetentes (I).....	
Somos governados por incompetentes (II).....	
Somos governados por incompetentes (III).....	
Somos governados por incompetentes (IV).....	
A dívida externa.....	
As desigualdades regionais.....	
A concentração da renda.....	
O desemprego e o subemprego.....	
A agricultura e a pecuária.....	
Os transportes e as estradas.....	
A questão agrária.....	
O menor abandonado.....	
O menor delinqüente.....	
A criminalidade e a violência.....	
O sistema penitenciário.....	
A Justiça.....	
A Educação (I).....	
A Educação (II).....	
A Saúde.....	
As drogas.....	
A Habitação.....	
A Previdência Social.....	
Os esportes.....	
Quem somos nós.....	
A questão social.....	
Governo empresário.....	
A Administração Pública.....	
As eleições e o sistema eleitoral.....	
A tese da reeleição.....	
O voto obrigatório.....	
O voto do analfabeto.....	
Eleições em dois turnos.....	
Vices e suplentes na Política.....	
O preço da reeleição.....	
A versão tupiniquim dos Três Poderes.....	
O todo poderoso Congresso Nacional.....	
O político brasileiro (I).....	
O político brasileiro (II).....	
Toma lá, dá cá.....	
“Ora, direis, ouvir estrelas”.....	
A nossa Constituição: lei ou brincadeira?.....	
A nossa pobre Democracia.....	
O preço e o caminho das soluções.....	
Pensamentos.....	

## **Segunda Parte: A NAÇÃO QUE QUEREMOS**

Capítulo primeiro: Idéias preliminares.....	
Capítulo segundo: Um pouco de História.....	
Capítulo terceiro: O brasileiro antes do banho.....	
Capítulo quarto: A economia.....	
Capítulo quinto: A questão social.....	
Capítulo sexto: A Administração Pública.....	
Capítulo sétimo: A realidade internacional.....	
Capítulo oitavo: Teoria e convivência democrática.....	
Capítulo nono: O brasileiro depois do banho.....	
Capítulo décimo: Um modelo político sob medida.....	

## INTRODUÇÃO

Se fôssemos construir uma nação da mesma maneira pela qual uma cozinheira faz um bolo, certamente precisaríamos ter à mão, ou na memória, uma receita.

Mas será que poderíamos construir essa nação simplesmente a partir de determinados ingredientes, ainda que fossem numerosos? Claro que não seria assim tão fácil, mas, sem dúvida, vários ingredientes deveriam entrar para essa “receita”.

Neste momento, contudo, não estou muito preocupado com os ingredientes, mas sim, e muito mais, com o “modo de fazer”, mesmo porque, neste caso, os diversos ingredientes não se misturam simplesmente ou reagem entre si, como no caso do bolo, mas sim se somam uns aos outros, se completam uns com os outros sem perderem as suas características primitivas. Se, no exemplo do bolo, o açúcar deixa de sê-lo para, ao fazer parte integrante do produto final, transmitir ao todo um doce sabor, a educação, por exemplo, um dos mais importantes ingredientes quando se deseja construir uma nação, não perde as suas características, que lhe são próprias, quando “adicionada” ao todo, mas sim se soma ao conjunto de forma independente e bem sensível, para não dizer visível, e colabora de forma decisiva na preparação de quase todas as demais “peças” que irão compor esse todo. Mas subsistirá algo semelhante ao exemplo do açúcar no bolo. Numa nação, tal qual imagino, com a qual sonho e pretendo ajudar a construir, existirá sempre o “sabor” da educação, ainda que tenro e delicado, a pairar sobre todas as coisas, agindo como um catalisador e transmitindo a todos a certeza de que tudo vai bem, ou poderá ir muito bem.

Mas voltemos aos ingredientes.

Quantos são eles não sei e nem creio que se possa saber algum dia, por serem talvez incontáveis. Aliás, isso nem seria necessário. Mas existem dois que, desde o primeiro momento, se apresentam como básicos, como absolutamente fundamentais. São eles a Moral e o Conhecimento. Simon Bolívar foi quem disse isso. São suas as seguintes palavras: “Moral e luzes são os pilares da República. Moral e luzes são as nossas primeiras necessidades”.

Se no caso do bolo busca-se o sabor, a nutrição e talvez até a beleza, no caso de uma nação também buscamos determinadas características, que nem sempre lhe são próprias, nem sempre são encontradas, tanto a priori como a posteriori.

Existem inúmeros exemplos de tais atributos.

Um deles é a liberdade. Construir uma nação sem que nela se possa desfrutar de ampla liberdade (ainda não estou falando de responsabilidade), melhor seria não tê-la construído. Entre outras coisas, ou entre outros ingredientes, para se obter o atributo *liberdade* é necessário que se disponha do ingrediente *cultura*. Um senhor chamado José de la Luz y Caballero afirmou: “Ser cultos para ser livres”. Jamais haverá como sequer vislumbrar as primícias da liberdade se permanecermos nas trevas da ignorância. A História está repleta de evidências nesse sentido.

Um outro ingrediente também fundamental para conseguirmos a liberdade, como vimos um atributo essencial a qualquer nação, é a independência financeira. Isto é bastante simples. Se devemos a alguém, a rigor não estamos livres para usar o nosso dinheiro, nem mesmo as sobras, naquilo que desejamos, uma vez que estaremos sempre presos à obrigação de pagar o que devemos. No caso de uma nação não é diferente. Quando se tem os credores, as diversas instituições financeiras, em nossos calcanhares, não há como por a mão no bolso e financiar o nosso próprio bem-estar. Portanto, sem independência financeira é ilusório e inútil pensar em liberdade.

Se no caso do bolo consegui relacionar apenas três atributos, o sabor, a beleza e a capacidade nutritiva, é evidente que no caso de uma nação os atributos são bem mais numerosos e significativos, dos quais a liberdade é apenas um exemplo, embora seja o mais importante. Ao longo deste trabalho, certamente irei ressaltar e analisar todos os demais. Afinal, o que se pretende é uma “receita” realmente completa e que possa permitir que se construa uma nação da qual possamos todos nos orgulhar.

Como no exemplo do bolo, teremos sempre ingredientes de um lado e atributos do outro. Para cada atributo desejado teremos um ou mais ingredientes. Se assim não for, no caso do bolo não teremos um bolo, mas uma “paparoca” qualquer, e, no caso da nação, não teremos uma nação, mas apenas um amontoado de gente, ou coisa que o valha.

Mas é preciso entender que, no caso de uma nação, as coisas não podem, ou não costumam, estar assim tão bem arrumadas, não podem estar tão mecanicamente relacionadas como no caso de um livro de receitas. Assim sendo, não espere encontrar uma seqüência dos atributos necessários e, para cada um deles, um ou mais ingredientes, ainda que analisados, tributos e ingredientes, com a profundidade necessária.

Ao longo da minha narrativa, portanto, e permeando as análises dos fatos que já marcaram e continuam marcando a nossa história econômica, social e política, bem como as propostas e soluções apresentadas, poderão ser identificados tanto os atributos quanto os ingredientes. Mas não espere encontrá-los em destaque, em itálico ou negrito. Não se poderá dispensar, portanto, nem a sua percepção e nem a sua capacidade dedutiva. O mínimo que espero é a sua atenção.

Este trabalho está dividido em duas partes.

Na primeira delas, através de artigos publicados por alguns jornais e a maioria deles publicados no meu livreto intitulado “Cinquenta anos de incompetência”, procuro mostrar a realidade do país que temos. Sendo uma realidade bastante dura e difícil de ser aceita, sequer uso a palavra “nação” no título que encabeça essa primeira parte. Simplesmente uso a palavra “país”, por julgá-la mais adequada a essa realidade.

Por meio desses artigos foi feito um apanhado geral, com o objetivo de mostrar o país que temos, consequência lógica dos governos que não temos tido. De uma maneira mais ou menos rápida, embora não superficial, focalizo 40 grandes temas nacionais, acreditando que, no sentido horizontal, eu tenha esgotado o assunto.

Mas é útil esclarecer que a idéia dos artigos é anterior à idéia de escrever este livro. Por isso, é certo que o conjunto desses artigos ainda não é suficiente para que se mostre toda a nossa realidade como país. Nesse sentido, teríamos uma idéia ainda bastante pobre dessa mesma realidade. Porém, é suficiente para que se levante a questão que pretendo tratar aqui, mesmo porque, segundo penso, todos nós, ou pelo menos uma grande parcela de nós, já conhecemos a nossa realidade, bem ou mal e de alguma maneira.

Eu gostaria de deixar claro, desde o início, que, quando falo em governo tenho em mente a concepção de Montesquieu e não simplesmente o Poder Executivo, como se usa ordinariamente. O Poder Legislativo e o Poder Judiciário completam o tripé chamado Governo.

Ao longo de toda essa primeira parte procuro mostrar que se estamos de pé é porque Deus, sendo brasileiro como sempre dizemos, nos segura e nos protege. Do contrário, como explicar que ainda respiramos como país, apesar de tanta incompetência administrativa, de tanto descaso governamental, de tanta falta de visão pública, de tanta corrupção; enfim, de tantas e tantas verdadeiras orgias por parte de quem deveria nos governar, nos orientar e nos conduzir, rumo à construção de uma verdadeira nação? Se não fosse por obra e misericórdia de Deus, como explicar que esse povo brasileiro, genuinamente bom, puro e manso, tenha conseguido permanecer calado por tanto tempo, apesar de constantemente espoliado, agredido em todos os sentidos, espezinhado e maltratado, submisso, roubado, esquecido e entregue à própria sorte?

Enfim, ao longo desses artigos, que terão seqüência na minha obra seguinte, mostro que, pelo menos nestes últimos 50 anos, não temos conseguido sequer solucionar os nossos problemas do dia-a-dia. Eles têm se acumulado e aumentado em número e em gravidade, tornando impossível mesmo um simples sonho de virmos a ser uma grande nação.

Na segunda parte, objetivo principal deste trabalho, procuro analisar mais de perto a nossa realidade econômica, social, administrativa e política, deixando de lado, na medida do possível, considerações muito teóricas ou exageradamente filosóficas, e procurando ao máximo a simplicidade e a objetividade. Não se trata de negar a importância das teorias ou das concepções filosóficas. Muito pelo contrário, considero tudo isso como fundamental, estando mesmo embutido em minhas particulares idéias a respeito do assunto que me ocupa. O que pretendo, então, é uma objetividade simples e compreensível para a grande maioria daqueles que vierem a me ler, admitindo essas concepções teóricas e filosóficas apenas como “pano de fundo”, como algo implícito e conhecido. Quando falo, por exemplo, em Democracia, não creio ser muito importante mergulhar nas profundezas teóricas ou filosóficas que envolvem esse termo, preferindo ficar com o seu conceito, ainda que simplório ou mesmo falho, porém mais ou menos conhecido de todos. Isto me bastará. Reservo, contudo, o capítulo oitavo da segunda parte para uma análise mais profunda da questão democrática.

Não estarei, ao longo dessa segunda parte, simplesmente analisando as questões tais quais se apresentam, mas, e principalmente, preconizando alternativas ou soluções (econômicas, sociais, administrativas e principalmente políticas) que possam compor a nossa “receita”, possibilitando que não nos contentemos apenas em ser um amontoado de gente, mas que passemos a sonhar e a trabalhar, rumo à grande nação que todos queremos.

É importante ressaltar ainda que este livro foi escrito no primeiro semestre de 1999 e que, nesta revisão para a 2ª edição, ou qualquer outra subsequente, decidi manter a análise dos acontecimentos econômicos, sociais, administrativos e políticos tais quais se apresentavam naquela época.

A parte final e mais importante de todo este trabalho, destacadamente política, será destinada à concepção de um novo Brasil, onde, partindo simplesmente do país que temos, do povo que somos e do Estado que constituímos atualmente, possamos descobrir os caminhos e os meios para se construir uma grande nação, que não precisa necessariamente ser colocada num futuro muito distante, a ponto de não ser alcançada nem mesmo pelos nossos netos. Pelo menos nesse caso, podemos e devemos ser bem mais egoístas. Não há por que adiar constantemente o futuro. Pelo contrário, temos que torná-lo presente quando e até onde pudermos, uma vez que o futuro, como todos sabemos, chega bem mais rápido do que se pensa ou espera.

Mas isso, conforme verei com mais vagar e conforme será antecipado no artigo “O preço e o caminho das soluções”, que aparece na primeira parte, vai depender, e bastante, da capacidade que tivermos de “renovar” o nosso povo, dando-lhe um severíssimo banho de civilização, sem contudo mudar-lhe o íntimo, a pureza de sua alma, a “leveza” de seu ser. Além disso, vai depender da possibilidade que tivermos, e também da coragem que haveremos de conseguir, para banir de cena essa classe dirigente que insiste em tolher a nossa caminhada.

É bom ressaltar, desde já, que o povo brasileiro, o cidadão comum, sendo o nosso maior e mais importante patrimônio, será, neste trabalho, objeto das minhas maiores preocupações. O ser humano é, ao mesmo tempo, ingrediente e atributo em qualquer nação que se queira construir. Será sempre, simultaneamente, sujeito e objeto de qualquer realização. Estará sempre no início, no meio e no fim de qualquer projeto, de qualquer dimensão, em qualquer tempo e em qualquer lugar. Por isso, dou um tratamento todo especial a essa nossa gente, principalmente nos capítulos terceiro e nono da segunda parte.

Se conseguirmos dar ao nosso povo esse banho de civilização e cultura sobre o qual tenho escrito constantemente e do qual trato também nesta obra, tenho fortíssimas razões para acreditar que se nós, aqueles que já passaram dos 60, tivermos bastante paciência e se o Eterno nos permitir e nos abençoar, por certo poderemos estar vivendo pelo menos o começo de uma nova era. Não se trata de mágica nem de milagre. Não precisamos de nada disso. Além de muito trabalho, suor e sacrifícios – e certamente lágrimas – teremos sempre e sempre de nos lembrar que Moral e luzes (conhecimentos) são os pilares da República, ou da Nação, conforme dizia Simon Bolívar.



## **Primeira Parte: O PAÍS QUE TEMOS**

**“O que necessitamos não são  
verdades que nos sirvam, mas  
sim de uma verdade à qual servir”  
Jacques Maritain**

## **OS NOSSOS SETE PECADOS CAPITAIS**

### **1- A doença financeira do Estado brasileiro**

Por conta de uma Constituição ridícula e grotesca, que desequilibra receitas e encargos nos três níveis de governo, por conta de orçamentos tecnicamente deploráveis e politicamente podres, por obra e arte de um sistema fiscal ineficiente, ineficaz, injusto e altamente propício à sonegação e à corrupção, e pela adoção de políticas financeiras totalmente irresponsáveis, com total desrespeito aos demais agentes econômicos e à própria comunidade econômica e financeira internacional, num autêntico frenesi de tentativas e erros, não há como respirar um clima de tranquilidade financeira, indispensável a qualquer projeto de desenvolvimento econômico e justiça social.

### **2- Os entraves ao desenvolvimento econômico**

- Altíssimos níveis de concentração da renda, prejudicando seriamente o consumo e o nível de emprego.
- Constante vai-e-vem na crônica e interminável indecisão entre a importação e a produção doméstica.
- Em termos práticos, ainda não acordamos para o processo de globalização da economia.
- Insistimos num processo de privatizações extremamente lento e modesto. Temos um Estado “inchado” economicamente; empresário, portanto.
- Não se consegue baixar o custo-brasil.
- Ainda não se voltaram os olhos, de maneira séria, para duas características bem típicas e importantes da nossa economia: as microempresas e a economia informal.
- Em matéria econômica, bem como em outras, temos uma Constituição que em nada ajuda, mas que em tudo atrapalha.

### **3- A questão social**

Os nossos governantes, todos eles, jamais conseguiram entender que educação e saúde são fundamentais e que, sem elas, será impossível construir uma nação realmente grande, forte e livre.

O que se busca – eles também não sabem, coitados – é a paz e a justiça social que advêm do desenvolvimento econômico. Educação e saúde, bem como habitação, transportes, previdência, segurança, etc. são fins últimos, são objetivos finais de qualquer sociedade. Porém, a educação e a saúde se colocam também no outro extremo, como catalisadores, como alavancas de todo o processo. Mas é necessário que se produzam riquezas para que isso seja possível.

Entre os nossos pecados capitais, não só entre os sete, mas entre 70, 700 ou 7.000, os mais graves são aqueles que se tem cometido contra a educação e a saúde.

Em matéria social, a nossa Constituição faz lembrar a Santa Ceia: todos querem comer, mas ninguém se preocupa em como pagar a conta.

### **4- A imoralidade administrativa**

A administração pública, no Brasil, sob todos os aspectos, é algo repugnante, que revolta, que causa nojo. Aqui se confunde o patrimônio público e tudo aquilo que diz respeito à Nação como se fôssemos uma terra de ninguém. Como é possível tanta irresponsabilidade, tanta ineficiência, tanta corrupção? Não dá para entender que, afinal, tenhamos que dar emprego a tantos e tantos que seriam muito mais úteis à sociedade e a si mesmos se estivessem na iniciativa privada. Os orçamentos se prestam a incontáveis favorecimentos pessoais, eleitoreiros e vergonhosos. Em anos eleitorais, os poderes executivos e legislativos esquecem-se de trabalhar e governar, buscando, antes de tudo e a qualquer custo, os desejados resultados nas urnas.

## **5- O sistema político-eleitoral**

Temos uma estrutura político-partidária imatura, inconsistente, sem abrangência, irresponsável, viesada e tendenciosa.

Temos um sistema eleitoral podre, voltado para o carreirismo, sem representatividade, onde, em nome da Democracia, se buscam apenas posições e privilégios. É incrível como conseguimos usar a Democracia de forma tão espúria e repugnante.

O todo poderoso, o onipotente Congresso Nacional, que, principalmente a partir de 1988, abarcou para si quase todo o poder na República, embora por simples engano ou ignorância tenha optado pelo presidencialismo, esse Congresso nos lembra as orgias do Império Romano. Neste, opulência e prazeres a falcarem pelos olhos, comida e bebida a se esvaírem pelas bocas e por entre os dedos. No Congresso de hoje, a orgia do poder, das verbas a rodo, das mordomias, dos privilégios, da falta de empenho e de dedicação ao trabalho, da legislação em causa própria.

## **6- A nossa Constituição**

Entre 1987 e 1988, depois de escolhidos pelo voto popular, sendo regamente pagos pelo suor e pelo sacrifício do povo e, ainda, sendo freqüentemente laçados para irem a Brasília a fim de cumprir o seu dever, os nossos constituintes, sem qualificação alguma para tal, conseguiram produzir uma excrescência legal sem precedentes em nossa história. Os nossos melhores humoristas, todos juntos, não teriam conseguido fazer nada mais engraçado, caricato ou grotesco. Uma verdadeira colcha de retalhos. “Bizarra, pois prevê a sua própria reforma; reativa, porque rejeitou totalmente a anterior; imitativa, por copiar os erros da Constituição portuguesa; instrumental, visto que atende a reivindicações momentâneas; portanto, fugaz; utópica, devido às benesses sociais que oneram os custos de produção, sem a contrapartida em produtividade, estimulando a economia informal”, segundo observa o prof. Orestes Gonçalves.

Apenas para exemplificar tamanha incompetência, deram a essa coisa que chamaram de Constituição um caráter claramente parlamentarista; porém, como se fossem coisas distintas e separadas, optaram pelo sistema presidencialista.

## **7- Os nossos hábitos e costumes, a nossa índole, a nossa cultura**

- Aceitamos passivamente a sonegação e a corrupção.
- O jogo e o vício fazem parte do nosso cotidiano.
- Somos dominados por crenças, credices e superstições.
- Não respeitamos a família, nem a mulher, nem o idoso; não cuidamos seriamente da criança.
- Nem sempre cumprimos os nossos deveres; invariavelmente não cobramos os nossos direitos.
- Ainda há indícios e demonstrações de racismo.
- Não cultivamos a nossa língua.
- Não temos memória; não cultivamos as nossas tradições nem o nosso folclore; não conhecemos bem a nossa história.
- O nosso hino e a nossa bandeira nem sempre têm o respeito que lhes é devido.
- Tem faltado visão aos nossos governantes, que cometem também tais pecados contra a nossa gente, embora poucos atentem para isso.
- Por natureza, somos um povo puro e bom, porém manso e passivo, faltando-nos um belo banho de civilização.

## **SOMOS GOVERNADOS POR INCOMPETENTES (I)**

Se fizermos uma análise dos problemas que temos enfrentado nos últimos 50 anos, poderemos verificar que:

- a- Vários desses problemas permanecem os mesmos, não solucionados, desde os anos 40 ou 50.
- b- Muitos deles se agravaram de maneira bastante significativa.
- c- Outros surgiram durante esse tempo e permanecem ainda sem solução.

Se isso parecer exagero para alguém, vejamos apenas alguns entre várias dezenas de fatos:

1-Ainda não temos uma economia que possa ser chamada de moderna, com diminuição do espaço ocupado pelo Estado, com abertura em relação ao resto do mundo, com disciplina fiscal. Em matéria de política econômica, mudam-se as “regras do jogo” de uma hora para outra, de maneira totalmente irresponsável, como se os agentes econômicos fossem fantoches de um teatro de marionetes e como se a vida econômica da nação não passasse de uma cozinha experimental.

2- Ainda temos de conviver com um crônico e avassalador déficit público, que gera dívidas, impede o desenvolvimento e elimina as esperanças. Ainda não se construiu um sistema tributário moderno, eficaz, justo, suportável por todos os agentes econômicos, inibidor da economia informal. Em nossa organização federativa ainda existem enormes distorções entre receitas e encargos. Ainda não se consegue montar orçamentos tecnicamente corretos nem politicamente irrepreensíveis.

3- Em 1988, às custas do contribuinte, fizemos uma Constituição ridícula e grotesca, gorda como uma porca, tornando o país realmente ingovernável. Se ainda estamos de pé é porque Deus nos segura.

4- Apesar de sermos a oitava ou a nona economia no mundo, ainda temos de conviver com uma distribuição da renda injusta, desumana e totalmente incapaz de catalisar o desenvolvimento econômico. Por que temos de estar – e aceitamos estar – entre as piores economias do mundo, nesse aspecto?

5-Ainda não se descobriu que o nosso povo é o nosso maior patrimônio, sendo sua educação fundamental e que, sem ela, não se conseguirá jamais construir uma nação forte e soberana.

6- Ainda não perceberam, os nossos “ilustres” governantes, que um povo doente, mal nutrido, com fome, sem qualquer tipo de assistência (confundem assistência com as filas do INSS) não tem como trabalhar. Não sabem que um povo sem saúde significa uma nação debilitada e incapaz para qualquer realização.

7- Tais governantes ainda não foram capazes de descobrir que as nossas desigualdades regionais, além de contrárias aos nossos princípios de fraternidade, são um entrave bastante sério e decisivo ao nosso desenvolvimento econômico e à tão necessária e desejada melhor distribuição da renda.

8- Também ainda não conseguiram perceber que o desemprego e o subemprego não são problemas apenas daqueles que se encontram nessa condição, mas que também são problemas de toda a sociedade, tanto pelo seu custo social, como pela sua marginalização econômica.

9- Ainda não temos uma política habitacional madura e consistente para contrastar com iniciativas isoladas e mesquinhas que permeiam os intermitentes financiamentos da Caixa Econômica Federal ou de outras instituições financeiras.

10- Ainda não conseguiram perceber, os nossos “ilustres” governantes, que o crescimento desumano e desordenado das cidades – urbanismo – é causa eficiente de inúmeras dificuldades econômicas e sociais, levando milhões de brasileiros a uma vida marginal e subumana.

E então, somos ou não somos governados por incompetentes?

## **SOMOS GOVERNADOS POR INCOMPETENTES (II)**

Se fizermos uma análise dos problemas que temos enfrentado nos últimos 50 anos, poderemos verificar que:

- a- Vários desses problemas permanecem os mesmos, não solucionados, desde os anos 40 ou 50.
- b- Muitos deles se agravaram de maneira significativa.
- c- Outros surgiram durante esse tempo e ainda permanecem sem solução.

Se isso parecer exagero para alguém, vejamos mais alguns, entre várias dezenas de fatos:

1- Neste país não se consegue imitar as economias vencedoras, bem sucedidas, onde o governo deixa de ser empresário para ser administrador. Por que, aqui, recursos públicos precisam ser destinados a substituir investimentos privados em setores nos quais estes têm todas as condições para atuar? Por que o Estado se mete a administrar o que não pode ou não precisa, sem qualquer aptidão ou capacidade para tal, deixando de lado, ou não dando a devida atenção, setores que são de sua competência exclusiva?

2- Esquecem-se, os nossos governantes, de que o setor agrícola, incluindo-se aí a pecuária, em todas as economias bem sucedidas sempre teve tratamento prioritário, como atividade básica e primeira, fundamental para a estabilidade econômica. Por que não se lembram eles, a cada dia, de que a agricultura é essencial para a eliminação completa e definitiva do processo inflacionário, via planejamento global e abastecimento regular?

3- Ainda não temos estradas à altura das necessidades da nossa economia. Muitas delas, há décadas, continuam intransitáveis e sem qualquer tipo de segurança. Um verdadeiro absurdo foi termos

conseguido saltar do carro de boi para o avião, desprezando principalmente as nossas ferrovias. Sabemos quantos e quantos interesses não confessáveis estão por trás desse “esquecimento”.

4- Não se conseguiu ainda montar uma política de abastecimento e preços, coadjuvante de porte na busca da estabilidade econômica e na contenção definitiva da inflação. O que o governo sabe fazer, e muito bem, é comprar estoques reguladores, que se perdem no tempo e “no tempo”.

5- O menor abandonado representa um sério problema social há pelo menos 50 anos.

6- O menor delinqüente ainda não teve o tratamento social e punitivo que merece e precisa. Ainda não perceberam, os nossos governantes, principalmente os nossos legisladores, que os tempos mudaram e que as leis precisam também mudar.

7- Apesar de uma violência e criminalidade sempre crescentes, ainda respiramos um clima de quase total impunidade. Detectam-se as causas como sociais e cruzam-se os braços como se o problema tivesse sido resolvido. Não se elimina as causas e nem se pune os infratores.

8- Mantemos um sistema penitenciário oneroso, corrupto e ineficaz, totalmente incapaz de recuperar quem quer que seja; muito pelo contrário, catalisador de novos crimes. Quando os presidiários se revoltam e, por exemplo, queimam os colchões, simplesmente compram outros. (Com o nosso dinheiro).

9- Absurdo, preocupamo-nos muito mais com o traficante do que com o consumidor de drogas, esquecendo-se, os nossos governantes, de que só existe tráfico porque existe consumo. E quem consome, por sua vez, jamais se preocupa em saber que, na verdade, financia a violência.

10- Os nossos governantes, que gozam de total segurança em seus gabinetes e em suas residências, nos forçam a conviver, além dos marginais, com polícias civis ou militares estrábicas, mal treinadas, mal equipadas, muito mal pagas e, portanto, corruptíveis.

11- Temos uma Justiça lenta, arcaica quanto à sua administração e extremamente fraca quanto à sua capacidade punitiva. Preocupa-se muito mais em ajudar os marginais e os criminosos do que proteger os cidadãos.

E então, somos ou não somos governados por incompetentes?

### **SOMOS GOVERNADOS POR INCOMPETENTES (III)**

Se fizermos uma análise dos problemas que temos enfrentado nos últimos 50 anos, poderemos verificar que:

a- Vários desses problemas permanecem os mesmos, não solucionados, desde os anos 40 ou 50.

b- Muitos deles se agravaram de maneira significativa.

c- Outros surgiram durante esse tempo e ainda permanecem sem solução.

Se isso parecer exagero para alguém, vejamos mais alguns entre várias dezenas de fatos:

1- Contamos com um sistema de previdência social mesquinho para a imensa maioria, injusto, corrupto e desumano. Por que não conseguimos equipá-lo, administrá-lo e torná-lo eficiente e eficaz?

2- Confundimos a Administração Pública com terra de ninguém, onde convivemos com a irresponsabilidade, com a ineficiência e com a corrupção. Por ação de quem nos governa e por complacência da população, damos emprego a tantos e tantos que poderiam ser muito mais úteis a si mesmos e à sociedade se estivessem na iniciativa privada. Ano eleitoral é motivo para desmandos de todos os tipos. A nossa cultura, habituada a tais excrescências, assiste a tudo, mas apenas assiste.

3- Os nossos governantes, em geral curtos de inteligência, capacidade e visão, ainda pensam que a questão agrária é um problema que afeta somente os proprietários de terras e os trabalhadores rurais.

4- Ainda não se conseguiu descobrir que a vida no campo também merece os nossos cuidados. Jamais conseguimos criar condições favoráveis para esse tipo de vida. Por incompetência de nossos governantes, milhões de brasileiros são forçados a viver em condições deploráveis e subumanas.

5- Apenas nos lembramos da Amazônia quando surgem conflitos ou quando determinados organismos, geralmente estrangeiros, não resistem aos seus ímpetos e se lançam sobre nós com olhares mais do que cobiçosos. Por que não trazê-la para uma definitiva integração sócio-econômica?

6- A questão indígena ainda não foi solucionada, apesar dos imperativos internos e das pressões internacionais. Nas áreas de conflito, matam-se mutuamente, mas, para os que governam, são apenas números.

7- Os detentores do poder jamais se lembram de que a natureza não nos pertence e de que, depois de usufruirmos de seus benefícios, temos o dever e o compromisso de entregá-la, intacta, às gerações futuras. Não conseguem eles projetar o nosso desenvolvimento em sintonia com o meio ambiente, sem

necessidade de nos destruímos a nós mesmos, sufocados pelo desequilíbrio ecológico e pela degradação do meio ambiente.

8- Relegam o lazer e o turismo a um plano secundário, porque não conseguem enxergar o lado econômico dessas atividades, nem mesmo o seu papel social e o caráter de integração que representam.

9- Em nível de governo, não se tem dado aos esportes a importância que eles realmente têm. Não consegue o governo associar o esporte à educação e à cultura, a não ser no papel. Por complacência do governo, os esportes, especialmente os profissionais, são extremamente carentes de organização e sujeitos a interesses que não aqueles genuinamente desportivos.

10- Ainda não se convenceram, os nossos “ilustres” governantes, de que nenhuma nação poderá se constituir como tal, de forma completa e absoluta, sem o aprimoramento cultural e artístico de sua gente, sem que sejam consideradas questões morais, éticas e culturais como a sonegação, a corrupção, o jogo e demais vícios, o folclore, a família, o racismo, a criança, a mulher, o idoso, os hábitos, os costumes, as tradições, bem como os valores nacionais como o hino, a bandeira, a história, a língua.

E então, somos ou não somos governados por incompetentes?

#### **SOMOS GOVERNADOS POR INCOMPETENTES (IV)**

Se fizermos uma análise dos problemas que temos enfrentado nos últimos 50 anos, poderemos verificar que:

- a- Vários desses problemas permanecem os mesmos, não solucionados, desde os anos 40 ou 50.
- b- Muitos deles se agravaram de maneira significativa.
- c- Outros surgiram durante esse tempo e ainda permanecem sem solução.

Se isso parecer exagero para alguém, vejamos mais alguns entre várias dezenas de fatos:

1- Por várias décadas, vivemos sufocados por um processo inflacionário sob todos os títulos indesejável e desumano, a não ser para alguns setores, como, por exemplo, para os bancos. A inércia e a irresponsabilidade dos governantes que se sucediam, incapazes de redimensionar os seus gastos, de eliminar o déficit público e, sobretudo, incapazes de perceber que a inflação nada tinha a ver com a inflação clássica tal como definida ou conceituada pelos economistas, perdidos entre “pacotes” econômicos e/ou planos mirabolantes, levaram-nos a uma situação de quase penúria, tanto econômica como social.

2- Jamais conseguiram montar e sustentar uma política aceitável para a dívida externa, compreendida e aceita pela população brasileira e, ao mesmo tempo, suficientemente persuasiva em relação aos credores e factível quanto à nossa capacidade de pagar.

3- Quanto à dívida interna, basta lembrar o que diz o economista prof. Roberto Macedo, em artigo publicado em maio de 1993, em “Economia em Perspectiva”, onde fala da “concordata” do Estado brasileiro e mostra que ela, a “concordata”...”explica também a estagnação, pois, em larga medida, ela decorre da retração da poupança e do investimento, em face da presença de um concordatário que, no passado, já causou perdas aos detentores de ativos financeiros, além de gerar um clima de incertezas que inibe o investimento no setor produtivo”.

4- Temos adotado uma política energética que nem sempre é compatível com a necessária proteção ao meio ambiente e à Ecologia, política essa às vezes envolta em orgias financeiras e em deslizes quanto à tecnologia ou quanto ao planejamento.

5- Embora tenhamos avançado bastante quanto às comunicações, não é difícil verificar falhas muito sérias quanto ao seu aproveitamento, de forma bem planejada e dirigida, em relação ao amadurecimento integrado da nação e à construção de uma identidade nacional.

6- Não temos adotado uma política consistente, confiável e duradoura, voltada especificamente para as pequenas e microempresas, além de simplesmente termos assistido ao aumento da economia informal.

7- A organização político-partidária e o sistema eleitoral, cujas leis mudam a cada nova eleição, ao sabor dos ventos e de acordo unicamente com os interesses da classe política, continuam a se apresentar como um acinte a qualquer cidadão que se diga honesto e bem-intencionado.

8- Mesmo tendo consciência de que a Democracia é o regime mais estável e mais propício ao desenvolvimento da capacidade criativa do homem, ainda se permite que ela se preste a subterfúgios de toda espécie, a manobras de todos os tipos, à supremacia antiética e amoral de alguns em prejuízo de muitos. Ainda se permite que, à vista do interesse que todos temos em preservá-la e aprimorá-la como uma riqueza especialmente cara a cada um de nós, ela seja a cada dia mais corrompida e mais prostituída.

E então, somos ou não somos governados por incompetentes?

## **A DÍVIDA EXTERNA**

O problema da dívida externa de qualquer país não pode ser encarado simplesmente por uma relação bi ou multilateral, colocando-se, de um lado, o devedor, e, do outro, o credor ou os credores.

Esse problema precisa ser considerado em termos internacionais globais, tendo de um lado todos os devedores, e, do outro, todos os credores. Não se trata necessariamente da formação de blocos, tais quais se tem concebido historicamente, uma vez que essa questão precisa deixar de ser tratada unicamente como uma questão econômica ou financeira, ou ambas, para ser considerada antes de tudo uma questão filosófica.

Poderíamos considerar tanto a filosofia cristã como a filosofia econômica. Os resultados seriam rigorosamente os mesmos. Senão, vejamos.

Se considerarmos a essência da natureza humana, do ponto de vista genuinamente cristão, veremos que o mundo é constituído por uma só sociedade, por uma só família, criados todos nós pelo mesmo Deus, sociedade essa fragmentada e separada apenas por uma questão geográfica. Hábitos, línguas, tradições, culturas diferentes enfim, são apenas decorrências desse processo.

Nesse caso, os diferentes governos e os organismos internacionais teriam como único objetivo conduzir essa imensa sociedade na busca do bem comum, na busca do bem-estar de cada um e de todos, independentemente das particularidades de cada país ou região.

Nesse contexto, não existiria dívida de quem quer que seja, uma vez que não haveria empréstimos, mas sim ajuda. Não havendo dívida, não haveria pagamento e nem calote. Nenhuma nação iria se sentir financeiramente asfixiada em virtude da “dívida” e nem teria a sua liberdade tolhida em virtude dessa mesma “dívida”.

Por outro lado, se a questão da dívida externa for tratada como um assunto eminentemente econômico e financeiro – como tem sido até aqui – porém à luz de uma filosofia econômica inteiramente nova, não apenas quanto à sua operacionalização e gerenciamento, mas principalmente quanto aos seus objetivos, veremos que as mudanças serão radicais, rumo à construção de um mundo realmente melhor.

Qual será essa filosofia?

Se o ideal econômico é que sejamos todos ricos, daí resulta que o subdesenvolvimento, ou mesmo a miséria, de muitos países ou regiões dificulta ou impede o desenvolvimento global, por estarem parcial ou totalmente fora do contexto sócio-econômico geral, tanto como produtores – ainda que apenas de produtos primários – quanto como consumidores. Todos sabemos que os ricos produzem. Produzem e consomem. Porém, quanto maior for o número de consumidores e quanto maior for a sua capacidade de consumo, tanto melhor para a economia como um todo.

Isso não é novidade para ninguém. Mas, apesar disso, quando se considera a questão da “ajuda” internacional, ninguém se lembra dessa verdade.

Ora, se a questão do desenvolvimento econômico dos mais pobres é importante – eu diria, vital – para a economia mundial como um todo, o meio mais lógico e eficiente não seria focar essa ajuda como empréstimos, que asfixiam e suprimem a liberdade, mas sim como investimentos neste ou naquele país, nesta ou naquela região, cujo retorno seria a integração sócio-econômica de tais países ou regiões ao contexto mundial, integração essa que interessa a todos, inclusive aos ricos.

A conclusão é que, também à luz de uma filosofia puramente econômica, não haveria empréstimos, não haveria pagamentos, não poderia haver calotes e, sobretudo, nenhuma nação ver-se-ia asfixiada nem tolhida em sua liberdade.

Sob essa óptica, tanto à luz da filosofia cristã como de uma filosofia puramente econômica, a questão da dívida externa poderia assumir um desdobramento político, econômico e social totalmente diverso de tudo o que se tem visto até aqui.

Seria isso uma fantasia, um sonho?

Não me parece, uma vez que tal sonho está baseado na filosofia econômica, profundamente lógica, racional e factível, amparada esta – por sua vez – no ideal cristão, sempre citado, sempre lembrado, porém jamais considerado de forma efetiva.

## **AS DESIGUALDADES REGIONAIS**

Um governo, qualquer que seja ele, não pode ter outro objetivo que não seja a condução da sociedade em busca do bem comum, em busca do bem-estar de cada um e de todos.

À vista disso, não se compreende que, dentro de uma mesma sociedade, existam regiões tão desiguais econômica e socialmente, como no caso brasileiro. Isso nega a idéia básica vista acima.

Um governo decente e honesto estaria fugindo dessa idéia, estaria se distanciando de seu papel de condutor da sociedade, rumo à realização dos seus objetivos, se não dedicasse grande parte das suas energias e da sua criatividade para que a nação se desenvolvesse harmonicamente em todas as suas regiões.

Essa é uma necessidade imperiosa tanto do ponto de vista econômico, social e político quanto do ponto de vista cristão. Não é difícil argumentar em cima de cada um dos dois casos e chegar à mesma conclusão.

Do ponto de vista estritamente econômico, não interessa à nação a existência de regiões pouco ou nada desenvolvidas, como não interessa, por exemplo, a São Paulo que aqui existam regiões pobres a contrastarem eternamente com a sua grandeza.

E por que não interessam a ninguém tais disparidades?

É simples. As regiões mais ricas, mais desenvolvidas, sendo produtoras, precisam de consumidores, tão numerosos e tão economicamente fortes quanto possível. Em outras palavras, ao rico, a menos que seja exageradamente destituído de inteligência ou de bom senso, não pode interessar a existência do pobre. Este não pode comprar o que aquele produz.

Assim sendo, a integração sócio-econômica das regiões menos desenvolvidas, como o Centro-Oeste, o Norte, o Nordeste, às regiões mais desenvolvidas, precisa ocupar papel de destaque em qualquer governo que se diga bem-intencionado.

Cada região precisa ser produtora e, igualmente, consumidora, para que se tenha um desenvolvimento integrado da sociedade. Para exemplificar, não é apenas o Centro-Oeste que precisa de estradas. É a economia da nação inteira que precisa que o Centro-Oeste tenha condições de escoar a sua produção e de receber os produtos dos quais necessita, especialmente os básicos.

Não fixar os nordestinos no Nordeste, apenas para dar outro exemplo, não lhes dando condições reais de desenvolvimento econômico e social, significa abrir mão de grande parte da nossa sociedade em favor da miséria e do isolamento. Seria uma política, no mínimo, nada inteligente.

A idéia é, portanto, semelhante àquela apresentada no caso da dívida externa, vista antes.

Do ponto de vista genuinamente cristão, considerando a essência da natureza humana, entendo que todos nós somos irmãos, criados pelo mesmo Deus e separados apenas pela distância e pelas condições geográficas. Outros hábitos, outras tradições, enfim, outras culturas são apenas conseqüências desse distanciamento geográfico. Cabe, portanto, a qualquer governo, conduzir essa sociedade em condições tão iguais quanto possível, em busca do bem-estar de cada um.

Mas não se trata simplesmente de lhes dar a mão, não se trata simplesmente de amparo fraternal e cristão, não se trata de paternalismo. Trata-se de buscar o desenvolvimento harmônico e integrado de cada uma dessas regiões porque tal desenvolvimento interessa às regiões mais desenvolvidas e, mais que isso, interessa à nação.

Portanto, nem é necessário que se faça referência à fraternidade ou à solidariedade, nem é necessário que sejam mencionados princípios e ensinamentos cristãos para se defender uma política desse tipo.

Irrigação e reflorestamento para o Nordeste, embora venham a constituir num projeto gigantesco, parece ser a única solução definitiva para aquela região. O equacionamento da falta de energia e a construção de estradas, principalmente ferrovias, marcariam o início de um projeto para o Norte e o Centro-Oeste. Em qualquer caso, um maior desenvolvimento das comunicações, uma dinamização do turismo, uma política bem mais agressiva de interiorização do desenvolvimento, aliado tudo isso a programas de educação, saúde e habitação, seriam fundamentais para essa tão desejada e necessária integração sócio-econômica.

## **A CONCENTRAÇÃO DA RENDA**

Sabe-se que a concentração da renda é o fenômeno econômico por meio do qual uma pequena parcela da população acaba se apropriando da maior parte da riqueza gerada na economia, nem sempre se utilizando de métodos eticamente lícitos, em prejuízo da imensa maioria.

Esse fenômeno é típico das economias menos desenvolvidas e, num mesmo país, é tanto mais grave e acentuado quanto menor for a riqueza de uma determinada região. Um exemplo típico é o nordeste brasileiro, onde as diferenças sócio-econômicas são mais acentuadas do que no sudeste ou mesmo no sul.



É claro que seria ilusório pensar na perfeição, quando se trata da distribuição da renda. Os desníveis sempre existirão, em qualquer tempo, em qualquer economia, uma vez que são uma decorrência lógica das diferenças naturais observadas entre os indivíduos. As pessoas diferem quanto às condições físicas, quanto à inteligência, quanto ao talento, quanto ao esforço, quanto à iniciativa, etc. Mas o que se deve e se precisa buscar é uma diminuição desses desníveis, eliminando-se a parcela abusiva, espúria, desumana e antiética.

Mas por que isso? Por razões humanitárias ou mesmo religiosas? Por que Deus castiga os maus e os gananciosos?

É evidente, segundo penso, que questões ligadas à fraternidade universal, ao amor que deve sempre e sempre unir os homens de bem, precisam ser constantemente lembradas e colocadas na base de qualquer projeto.

Mas, além disso, e talvez até mais do que isso, segundo alguns, sobretudo quando se pensa em termos eminentemente práticos e objetivos, temos que considerar razões basicamente econômicas. O que uma sociedade busca, afinal, como o seu objetivo maior, é o bem-estar de cada um e de todos.

Não existe nenhuma outra maneira de se conseguir esse bem-estar a não ser pelo desenvolvimento econômico. Não há como se conseguir um desenvolvimento auto-sustentável que não seja por meio de uma distribuição da renda de forma eqüitativa e justa.

E como se conseguirá isso?

Não tenhamos ilusões de que resultados efetivos e duradouros possam ser alcançados no curto ou mesmo no médio prazo.

Tentativas como as que temos visto são passageiras, às vezes mesquinhas ou mesmo degradantes, quase sempre paternalistas. Mesmo as soluções mais técnicas e defendidas pelos economistas, como o equacionamento da dívida, interna e externa, o equilíbrio orçamentário (via privatizações, combate à evasão fiscal, sistema fiscal justo e eficiente, contenção dos gastos públicos, etc), a eliminação definitiva do processo inflacionário, a contenção do lucro excessivo, a adoção de uma política salarial justa, etc, ver-se-ão incapazes de trazer a distribuição da renda a níveis aceitáveis e de alavancar um desenvolvimento econômico compatível com as necessidades da sociedade brasileira.

Entendo que mesmo contida definitivamente a inflação, mesmo contornadas as dificuldades relativas à dívida e ao déficit público, mesmo contidos os lucros excessivos, mesmo adotada uma política salarial justa e mesmo adotada uma política específica de distribuição da renda, mediante aumento relativo dos salários mais baixos, favorecimento às indústrias mais trabalho-intensivas, alterações no sistema tributário, investimentos em programas sociais e de reforma agrária, etc, mesmo assim essa distribuição seguirá acanhada e inadequada às exigências do desenvolvimento nacional. É claro que tais medidas ajudam, mas, por si mesmas, são insuficientes.

Sem a adoção de uma política de igualdade e oportunidade, sem que cada um, respeitada a sua dignidade de pessoa humana, resguardados os seus direitos quanto à educação, à saúde, ao transporte, à moradia, etc, sem que cada um tenha todas as condições para um progresso social compatível com a sua capacidade, sua inteligência, seu esforço, seu talento, sua iniciativa, sem essa política jamais chegaremos a uma distribuição da renda, justa, igualitária, e que corresponda aos interesses de cada um e da nação. Para isso, é necessário que se busque o desenvolvimento da economia, que esta produza riquezas, com emprego, com trabalho e jamais com esmolas ou paternalismo.

## **O DESEMPREGO E O SUBEMPREGO**

Recente pesquisa, publicada pela Folha de São Paulo em 30/06/96, garante que, para 1/3 dos brasileiros, a questão do desemprego é o principal problema do país, sendo que, entre os nordestinos, 42% pensam assim. Ainda segundo essa pesquisa, 64% dos entrevistados acham que a situação vai piorar.

Todos têm razão. O problema é sério, muito sério mesmo.

O desemprego e o subemprego, notadamente neste fim de século, é um fenômeno mundial. Sendo mundial, não há por que perder tempo buscando as suas causas nas doutrinas ou nas políticas econômicas ou sociais, nos governos, nos regimes ou seja lá onde for. O problema deriva, eu diria, naturalmente, de mudanças muito rápidas e profundas ocorridas na organização econômica mundial, com o processo de globalização, de informatização e de um espantoso desenvolvimento científico e tecnológico que vai deixando de lado a utilização da mão de obra, a começar pela menos qualificada.

Ainda em termos mundiais, a revolução tecnológica, combinada com uma política liberal, provocou um enorme aumento da riqueza e, ao mesmo tempo, agravou as desigualdades sociais. É evidente

que há um erro muito sério quanto aos rumos seguidos, no que se refere à socialização dessa riqueza, isto é, no que se refere à sua distribuição.

Volto a isso em seguida.

No caso brasileiro, as alterações políticas e conjunturais da economia nos forçaram a uma busca desesperada pela produtividade e pela eficiência, com o conseqüente corte de postos de trabalho e com a tercerização. Não é por acaso que a relação produção industrial por empregado tenha crescido em torno de 85% ao ano. Trata-se de um índice, trata-se de um número que, para ser melhor, basta que se diminua gradativamente um dos seus componentes, isto é, o número de trabalhadores. Mas e daí? Temos apenas um número que é melhor do que o anterior. E o índice de emprego, como fica? Aumenta o subemprego, aumenta a economia informal, aumentam as crises sociais, diminui a arrecadação de impostos, inclusive porque cai o consumo, dificultando os investimentos e a prestação dos serviços essenciais por parte do setor público, completando-se então o ciclo, o triste ciclo.

Como foi dito antes, há um erro de rumo nesse processo. Alguém está se apoderando dessa riqueza, não está havendo nenhuma preocupação quanto à sua socialização. Para quem não entendeu, vou explicar melhor. É verdade que está havendo um aumento da riqueza, tanto em termos mundiais como no caso brasileiro, mas também é verdade que, paradoxalmente, tem mais gente desempregada e tem mais gente ganhando relativamente menos. Por onde anda essa riqueza? Será que, depois de tanto tempo, teremos que admitir, muito a contragosto, segundo penso eu, que Marx tinha razão? O que a nossa inteligência e a nossa cultura negavam, a História parece agora confirmar.

Mas ainda há tempo para negar Karl Marx. Depende apenas de nós mesmos. Como afirma Walter Barelli, em artigo publicado em “Economia em Perspectiva” de novembro/95, “teremos de construir mecanismos institucionais para modernizar e diversificar a base produtiva no marco da globalização. Além de ampliar os padrões de bem-estar da sociedade, esta alternativa, ao superar interesses particulares de classes ou corporações, invocará a responsabilidade social dos atores políticos, pois as atuais decisões definirão o modelo social que teremos no próximo século. Poderemos ter uma vida fantástica ou ser assolados pela barbárie, com a violência e a criminalidade destruindo tudo ao nosso redor”.

Para a humanidade, e não apenas para nós brasileiros, existe apenas um caminho, não mais do que um caminho, embora com duas ações, a serem desenvolvidas conjuntamente, para evitarmos tal barbárie, ambas bastante difíceis, senão dolorosas.

Em primeiro lugar, é preciso admitir que somos muitos. Caminhamos para uma organização econômica absolutamente incapaz de assegurar emprego, salário e justiça social para todos. Não há como impedir isso. No caso brasileiro, pelo menos nos próximos anos não cresceremos economicamente mais do que 4% ao ano. Com uma taxa de aumento populacional superior a isso, é claro que o desemprego será maior, a fome será maior. E não temos como realizar o milagre da multiplicação dos pães. Temos, portanto, que atuar heroicamente na direção do planejamento familiar, no controle e nas restrições à natalidade. Não há mais lugar para sentimentalismos ou falsa religiosidade, para não dizer ignorância religiosa.

A outra ação, igualmente indispensável e corajosa, é a criação de mecanismos infalíveis e voltados para uma arrojada redistribuição da renda, uma vez que os “caciques” estão ficando, cada vez mais, com a “parte do leão”. Mas isso só será conseguido nos termos vistos no artigo anterior, isto é, com educação, saúde e desenvolvimento econômico.

## **A AGRICULTURA E A PECUÁRIA**

Parece que os nossos governantes, geralmente “distraídos”, ao lerem ou ouvirem os nossos economistas quando falam em “setor primário” confundem-no com primarismo, isto é, com algo sem muito significado, sem muita importância no todo da economia.

Esquecem-se, em primeiro lugar, que a agricultura representa, de forma isolada, 10% do PIB e no complexo agro-industrial pelo menos 35% do PIB, contribuindo ainda de forma significativa para a geração de empregos, na arrecadação de impostos e na pauta das exportações. Em segundo lugar, esquecem-se de que uma agricultura desenvolvida, assistida de forma inteligente e saudável, planejada e eficiente, é quem movimentada a roda da riqueza, dinamizando a indústria, o comércio e os serviços. É sabido que quando a agricultura vai bem, o resto da economia também vai bem. É, portanto, um setor básico para a estabilização econômica. Em terceiro lugar, esquecem-se de que as economias mais bem sucedidas, como a dos Estados Unidos, do Japão ou aquelas da União Européia, sempre adotaram uma política agrícola robusta e firme.

É preciso lembrar, antes de mais nada, que a agricultura é um setor muito sujeito a variações conjunturais e que, portanto, necessita de uma política, além de encorpada e firme, flexível, rápida, ágil e

dinâmica. Não se precisa ir muito longe, nem na teoria e nem na história. A expansão das compras chinesas, a redução de subsídios promovida pela World Trade Organization e as limitações da oferta dos Estados Unidos e da Europa, que provocaram um aumento no preço dos grãos da ordem de 50%, representam atualmente uma brecha que não seria desperdiçada se estivéssemos politicamente acordados e devidamente preparados no setor agrícola.

Com a União Européia é diferente. Não dormem. Sabem o que fazem e o que querem.

Quando se fala na política agrícola, não basta pensar na comercialização, na tributação, na estabilização dos preços (produtos e insumos), no crédito, na infra-estrutura, na pesquisa e na questão fundiária, conforme aponta muito bem o prof. Fernando Homem de Mello. É preciso considerar também questões ligadas especificamente à mecanização, às técnicas agrícolas, à assistência técnica, ao reaproveitamento do solo (proteção e renovação), à irrigação, etc.

Por outro lado, fatos que têm sido observados historicamente, como a superprodução, em alguns casos – que leva a desperdícios e deterioração dos preços – ou a escassez, em outros – que leva à importação e/ou aumento excessivo dos preços – são indicadores mais do que respeitáveis da necessidade de planejamento, tanto global como setorial.

O planejamento da produção, vale dizer, a racionalização da produção agrícola e pecuária tem como objetivos principais:

- Evitar a superprodução de determinados produtos e/ou a escassez de outros.
- Dimensionar corretamente os estoques reguladores.
- Providenciar armazenamento e transporte.
- Facilitar as exportações.
- Estabilizar os preços, tanto dos insumos como dos produtos.
- Viabilizar o crédito quanto ao momento e ao montante.
- Chamar à responsabilidade os produtores.

A administração de estoques reguladores precisa ser transferida para a iniciativa privada, uma vez que o governo jamais demonstrou aptidão e seriedade para tal. A velha política de garantia de preços mínimos, já desmoralizada, uma vez que é comum os preços de mercado serem menores do que os mínimos estabelecidos, será sepultada de uma vez, a partir do planejamento.

Além de planejar, financiar, estabelecer as linhas gerais da política agrícola, cuidar da infra-estrutura e fiscalizar, a mais importante função do governo é não atrapalhar.

## **OS TRANSPORTES E AS ESTRADAS**

Aqui vou falar apenas dos transportes terrestres, deixando para outra oportunidade o aéreo, o fluvial e o marítimo.

Nestas últimas décadas, pelo menos cinco ou seis delas, o Brasil tem dado muito maior ênfase ao transporte rodoviário do que ao ferroviário, mesmo no caso do transporte urbano de passageiros, no qual apenas o metrô surgiu como uma alternativa inevitável, depois que fizeram a tolice de fazer desaparecerem os bondes.

O transporte ferroviário no Brasil, principalmente no caso de passageiros, teve vida muito curta – é quase inexistente, a não ser nos grandes centros urbanos – e mereceu tão pouca atenção dos governos, nestas últimas quatro décadas, que é permitido dizer que passamos da carroça ou do carro de boi para o avião, ao contrário do resto do mundo onde o trem ainda é bastante utilizado.

É extremamente lamentável que isso tenha ocorrido, por se tratar de um transporte relativamente rápido (não levo em conta apenas a velocidade, mas também o volume transportado, seja de carga, seja de passageiros), seguro e barato. Quando falo em segurança, penso num sistema ferroviário implantado em bases sólidas, como tínhamos, com tradição, com tecnologia e com treinamento adequado. Mas conseguiram acabar com tudo isso. Nos últimos tempos, com um sistema semi-abandonado e com o pessoal constituído praticamente por “curiosos”, as condições de segurança se tornaram extremamente precárias.

O sistema de produção nacional, industrial, agrícola ou pecuário, o processo de integração que se faz necessário, a natural movimentação dos indivíduos e o turismo interno tornam a idéia do ressurgimento das ferrovias bastante significativa e atrativa. Entendo que retomar essa idéia e colocá-la em prática deve ser uma decisão importante para qualquer governo que se diga decente, sendo o mínimo que precisa ser feito diante do pecado cometido contra o uso das ferrovias e, portanto, contra os interesses nacionais.

Também aqui, e como sempre, os governos que temos tido – ou que deveríamos ter tido – nestes últimos 35 ou 40 anos se mostraram altamente influenciáveis (e o foram) por outros interesses que não

fossem os da nação. É evidente que aquele que possuía, ou ainda possui, uma empresa de ônibus veria, e continua vendo, no trem um concorrente muito sério. Detendo o poder político, não foi muito difícil eliminar tal concorrência. Quem já esteve em Bauru ou por aquela região encontrará um bom exemplo daquilo que estou falando. Se formos comparar os preços das passagens de trem com as atuais, por ônibus, e se considerarmos o custo do transporte atual, em automóveis, com esse mesmo custo, de 30 anos atrás, comparados ambos com os dois anteriores, teremos uma boa medida de como se enriqueceram os empresários dos transportes rodoviários de passageiros. Eu fiz esses cálculos e os tenho disponíveis.

A ênfase que precisa voltar a ser dada às ferrovias não significará nenhum menosprezo às rodovias. Estas deverão sempre fazer parte das preocupações de qualquer governo, uma vez que continuam sendo vitais para a economia e para a integração sócio-econômica das diversas regiões.

Quanto à competência, entendo que, no caso do transporte ferroviário, deve ser sempre da iniciativa particular, tanto a construção quanto a operação e os investimentos. Invoco aqui o lamentável exemplo da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, da iniciativa privada nos seus tempos de glória, mas que, encampada pelo governo paulista, não resistiu à incapacidade deste, ou destes, e acabou sucumbindo, mas também pelo motivo visto acima. Ao governo compete estimular esse tipo de transporte, definir prioridades e até mesmo contribuir em termos de facilitação de investimentos. Em casos especiais como, por exemplo, em regiões não suficientemente atrativas para a iniciativa privada, porém com justificativas bem concretas e defensáveis sobre a sua conveniência ou imperiosa necessidade, o governo poderia construir tais ferrovias, e mesmo operá-las.

No caso das rodovias, a competência deverá ser sempre do governo, tanto na construção como na operação, nos três níveis de governo, sempre em regime de cooperação ou parceria entre eles. A iniciativa do Estado de São Paulo no sentido de privatizar a operação de suas estradas, embora válida como iniciativa ou experiência, não parece, a esta altura, justificada, uma vez que as receitas obtidas nessa operação e tidas como suficientes para a manutenção das estradas por parte das empresas particulares, o governo paulista também as teria. Resta explicar por que, no caso do governo, tais receitas são insuficientes. O que me parece é que elas não costumavam chegar aos cofres públicos. Além disso, não se pode esquecer de que o transporte, tanto o de carga como o de passageiros, acabou ficando bem mais caro, pela multiplicação, ABUSIVA, do número de pedágios e pela, também abusiva, elevação dos seus preços.

De qualquer forma, a re-implantação do sistema ferroviário, preferivelmente privado, é algo extremamente necessário e que precisa ser considerado.

## **A QUESTÃO AGRÁRIA**

Penso, como muitos outros, que a solução da questão agrária representará uma contribuição bastante significativa para o equacionamento, e mesmo para a solução, de inúmeros outros problemas, tanto econômicos como sociais. Será de grande valia quanto ao esforço que precisa ser desenvolvido para se evitar o êxodo rural e, sem dúvida alguma, contribuirá bastante para o aumento da produção agrícola, e quem sabe até da produtividade. É também um fator de destaque se pretendermos, algum dia, pensar seriamente em melhorar as condições de vida no campo. De uma maneira indireta, mas não menos importante, afetará também significativamente o equacionamento dos problemas relacionados com o crescimento desmedido, ou “inchaço”, das grandes e médias cidades.

Portanto, por razões econômicas e sociais, a questão agrária não é um tema que interessa exclusivamente àqueles que nela estão diretamente envolvidos, isto é, aos proprietários de terras e aos que nelas trabalham sem as possuírem, mas a toda a nação.

Não dá para entender por que nós brasileiros temos dificuldades em ver os problemas como eles devem realmente ser vistos, isto é, no contexto global da economia e da sociedade. Achamos, por exemplos, que o problema do desemprego é apenas de quem está desempregado, o da moradia é só daqueles que não a têm, o da terra é apenas de quem nela quer ou precisa trabalhar, mas não a possui, e assim por diante.. Se vivemos em sociedade, é certo que os problemas afetam a todos, ainda que em proporções diferentes.

A questão agrária é, portanto, um problema de todos nós.

Mas como resolver uma questão tão séria, tão importante e tão difícil como essa? Afinal, o direito à propriedade é algo que todos nós aceitamos de maneira natural e espontânea. Os proprietários de terras têm direito a elas, mas a grande maioria daqueles que nelas trabalham também gozam desse direito, mas não as possuem e nem as podem comprar.

A solução repousa sobre a idéia básica e fundamental – ou princípio – segundo a qual nada, absolutamente nada, se justifica economicamente se não tiver uma função social. Até o próprio indivíduo,

se não tiver uma função social não conseguirá justificar-se a si próprio. Aliás, é o mínimo que todos nós deveríamos exigir de cada um de nós.

Assim sendo, torna-se lícito à sociedade avaliar cada propriedade, neste caso a rural, quanto à sua função social, elegendo alguns parâmetros para isso. Mas esse é apenas um problema técnico, de menor importância, portanto. Existem aspectos bem mais importantes do que esse.

É de pasmar que, neste país, quando se fala em reforma agrária (expressão que jamais entendi como correta), pensa-se simplesmente no assentamento de famílias. Mede-se a eficiência deste ou daquele governo, neste aspecto, pelo número de famílias assentadas. Esse é um posicionamento muito pobre, ridículo mesmo. Se somos um país grande, temos de pensar “grande” também. Temos que pensar na reforma agrária, já que todos gostam de usar essa expressão, como algo que interessa a todos, imaginando, inclusive, a transformação do país numa potência agrícola, para vender comida para o mundo inteiro, ou dar essa comida a quem tem mais fome, se necessário.

Não se trata, é óbvio, de dar terras de presente a quem quer que seja, como também não se trata de subtraí-la de quem já as possui e as faz produzir. Trata-se de levar para o campo tantos quantos lá queiram trabalhar, produzir e viver com dignidade, dando-lhes todas as condições não apenas para que consigam pagar pelas terras, mas também a assistência técnica necessária, crédito, assistência social, estradas, transportes, etc. As invasões das propriedades, que ainda continuam sendo toleradas pela sociedade, embora existam reações aqui ou ali por parte dos fazendeiros atingidos, são um acinte que precisa desaparecer dos nossos noticiários. Mas isso, sendo um assunto extremamente complexo e profundo, precisa ficar para depois.

A questão agrária, em última instância, não é uma questão realmente agrária, é uma questão, antes de tudo, política, uma vez que o que tem faltado é vontade política, ou visão pública, ou, para maior clareza, o que tem existido é o poder político daqueles a quem nada disso interessa. Portanto, é uma questão onde se exige a presença firme do governo. Nada aqui pode ficar ao sabor do acaso ou de quem pode mais, seja esse poder aquele que está nas cabeças dos governantes ou daqueles que têm maior influência, seja aquele que está nas mãos (armas de todos os tipos) dos invasores de terras. Se a questão ainda continua para ser resolvida é porque tem faltado – como sempre – governos sérios e competentes.

## **O MENOR ABANDONADO**

As causas são inúmeras e todas conhecidas: desemprego, má distribuição da renda, migrações, urbanismo, educação e, sobretudo, os altos índices de natalidade. Não é de estranhar que o problema do menor abandonado é tanto maior quanto maior for o centro urbano, uma vez que é aí onde se concentram, em muito maior escala, os problemas acima apontados.

Não me parece justo nem inteligente que o governo e a sociedade fiquem eternamente cuidando desse problema, aliás de maneira extremamente tímida, sem atacar as suas causas.

Quase todas as causas que levam ao abandono do menor são da responsabilidade do governo e, sem dúvida, demandam muito tempo até que, combatidas e eliminadas, ou pelo menos atenuadas, provoquem reflexos positivos nessa questão.

Os elevados índices de natalidade são altamente indesejáveis numa sociedade pobre, desnutrida e desamparada, como ocorre com grande parte da população brasileira.

Quanto à educação, responsabilidade do governo, esta deveria apresentar um componente importantíssimo relativo ao planejamento familiar e, fato também muito importante, com resultados bem mais imediatos e diretamente ligados à participação da sociedade. Aqui, o conceito de “educação” é bem mais amplo, incluindo-se a educação religiosa, uma vez que a questão da procriação jamais foi entendida corretamente pelas camadas mais pobres e menos cultas de qualquer sociedade, especialmente da nossa. Mesmo a Igreja católica tem tido uma atuação bastante tímida nesse ponto.

Para os menos avisados e que se apegam a “direitos naturais” ou a “deveres” quanto ao casamento ou quanto à procriação, é bom lembrar, pelo menos aos católicos, que, na encíclica *Rerum novarum*, o papa Leão XIII diz: “A natureza não impõe ao pai de família somente o dever sagrado de alimentar e sustentar os seus filhos; vai mais longe. Como os filhos refletem a fisionomia de seu pai e são uma espécie de prolongamento de sua pessoa, a natureza inspira-lhe o cuidado e a criação de um patrimônio que os ajude a defender-se, na perigosa jornada da vida, contra todas as surpresas da má fortuna. Mas esse patrimônio, poderá ele criá-lo sem a aquisição e a posse de bens permanentes e produtivos que possa transmitir-lhes por meio de herança?”.

Parece-me suficientemente claro e lógico o ensinamento cristão sobre a responsabilidade do pai de família em relação aos seus filhos. Além de gerar, é preciso alimentar, educar e projetar o futuro de cada

um deles em bases economicamente sólidas. O “crescei e multiplicai-vos” não pode ser entendido fora desse conceito. Segundo essa encíclica, o que Deus nos pede, nesse caso, é muito mais amplo do que muitos pensam. Portanto, para ser absolutamente fiel ao que Deus nos impõe é imperioso que o número de filhos seja limitado. Para a imensa maioria das famílias brasileiras, a limitação do número de filhos, além de compatível com as suas restrições econômicas e financeiras, é o único meio de atender ao ensinamento cristão, nos moldes e nos termos tão claramente expostos por Leão XIII, em sua encíclica.

A conclusão é que temos de incluir no nosso programa educacional – se é que temos um – uma atuação declarada, aberta, corajosa e determinada na direção do planejamento familiar.

Antes, contudo, que tais programas produzam os seus efeitos, e mesmo depois disso, uma vez que sempre haverá menores abandonados, a menos que tenhamos sido perfeitos na execução desses programas e que estes também sejam perfeitos, é imperioso que alguma coisa seja feita. O recolhimento tem que ser compulsório; a triagem, rigorosa; a investigação, profunda e a assistência, completa, até a maioridade e a independência financeira, mediante formação educacional e profissional. Menor abandonado tem que implicar, obrigatoriamente, na suspensão do pátrio poder.

É preciso salvar essas crianças. A sua sobrevivência e a sua integração à sociedade nos interessam, e bastante, não apenas por um dever cristão, mas também por uma necessidade social e mesmo econômica, uma vez que o abandono do menor, todos sabemos, é apenas o primeiro passo de uma caminhada que pode ser longa, triste e revoltante. Os outros passos são, sucessivamente, a delinquência, as drogas, a violência, os crimes. E durma-se com um barulho desse, e pague-se um custo social como esse! Esse custo social, que se resumiria apenas a um custo financeiro se cuidássemos desse menor, esse custo, mais cedo ou mais tarde, de uma maneira ou de outra, vai pesar no bolso de cada um de nós, queiramos ou não, resmunguemos ou não.

Portanto, resolver o problema do menor abandonado e cuidar para que ele não se eternize, é uma questão humanitária e cristã, sem dúvida, mas é também uma questão de inteligência e bom senso.

## **O MENOR DELINQUENTE**

Todos sabemos – e, se alguém não sabe, basta pensar um pouco – que o capítulo relativo ao menor delinqüente é o que se segue ao capítulo do menor abandonado, como eu observei no artigo anterior. É bastante lógico, e bastante provável, que a delinquência suceda ao abandono.

Uma vez que as causas que levam ao abandono do menor tenham sido combatidas e, quem sabe, eliminadas, é certo que a delinquência tenderá a desaparecer. Infelizmente, apenas tenderá, pois também é certo que o desaparecimento dificilmente será completo. Se a delinquência residual for significativa, será necessária uma revisão nos programas destinados ao menor abandonado, e as devidas correções terão que ser feitas, mesmo porque as circunstâncias mudam bastante com o tempo.

Seja como for, a sociedade precisa estar prevenida e apta para lidar, a qualquer tempo, em qualquer lugar e em quaisquer circunstâncias, com essa modalidade de delinquência.

Enquanto a recuperação do adulto em geral não é conseguida, acredito que a recuperação do menor delinqüente é, pelo menos, possível e vale a pena ser tentada. Contudo, essa tentativa deve ter os seus limites, não pode se prolongar “ad eternum”.

Percebo essa diferença entre uma problemática e pouco provável recuperação de um adulto e uma possível e desejável recuperação de um menor, principalmente porque o menor delinqüente, quase sempre, é o menos culpado por isso. Recuperá-lo, portanto, para si e para a sociedade, é, quase sempre, uma questão de justiça para com ele.

A questão da responsabilidade civil e criminal precisa ser revista e atualizada, além das penas devidas aos maiores infratores, via menores, que precisam ser drasticamente aumentadas. A co-responsabilidade dos pais também precisa ser considerada e levada bem mais a sério do que tem sido. A sociedade chegou ao ponto de ter que se preocupar menos em proteger o menor do adulto do que o adulto do menor. Os nossos juristas e legisladores ainda não conseguiram enxergar isso. A cada falta, a cada erro ou a cada crime tem que haver uma pena, não importando muito, no caso do menor, qual seja ela nem quando será aplicada, desde que ela exista, desde que seja proporcional ao delito e desde que seja aplicada ao infrator, seja ele quem for.

A assistência a ser dada ao menor infrator não precisa necessariamente diferir muito daquela que deve ser dada ao menor abandonado: recolhimento compulsório, triagem rigorosa, investigação profunda e assistência completa até a maioridade e a independência financeira, mediante formação educacional e profissional. Contudo, é preciso lembrar sempre que, no caso do menor delinqüente, sempre houve uma

falta, ou mesmo um crime, à qual corresponde uma pena, pena essa que precisa estar prevista no programa de recuperação.

Esse menor, a exemplo do menor abandonado, deverá ser restituído ao convívio da sociedade, uma vez cumprido o programa de recuperação, uma vez cumprida a pena à qual foi condenado e uma vez que tenha sido considerado apto a esse convívio, tanto do ponto de vista educacional e profissional quanto social e psicológico.

É muito importante observar que, em tais condições, esse menor terá recebido da sociedade tudo, absolutamente tudo de que precisava para uma vida saudável e livre, responsável e útil. A partir daí, é imperioso que a sociedade entenda e aceite um princípio de importância capital. Não só no caso do menor delinqüente, mas também e principalmente no caso dos adultos infratores, não há razão, de qualquer natureza ou espécie, para novas e sucessivas oportunidades. A família pode lhe ter negado – ou não ter conseguido lhe dar – a primeira oportunidade; porém, a sociedade lhe deu a segunda. Agora, é pegar ou largar. Se quiser largar, que responda por isso.

Sabemos que a caminhada é longa, interminável. Sabemos também que há muitos pelo caminho à espera de uma segunda ou de uma terceira oportunidade. Não seria justo, portanto, que nos detivéssemos na tentativa de recuperar os irrecuperáveis.

## **A CRIMINALIDADE E A VIOLÊNCIA**

As causas, já muito bem conhecidas, são sempre as mesmas: desemprego, má distribuição da renda, urbanismo, migrações, educação, altos índices de natalidade e, sobretudo neste caso, impunidade.

Pouco ou nada se tem feito para eliminar a violência e diminuir a criminalidade. Apontam-se as causas como de natureza social e cruzam-se os braços como se nada restasse a fazer. Na televisão, exibem-se volumosos processos e mostram-se extensas relações de crimes cometidos por um mesmo indivíduo, geralmente foragido, e as respectivas sentenças, como se fossem troféus, como se fossem um grande mérito da Polícia ou da Justiça, esquecendo-se de que, na verdade, são provas da incompetência, da inércia e da irresponsabilidade de tantos quantos deveriam proteger a sociedade e fazer prevalecer a justiça.

Como é possível que um indivíduo chegue a cometer um segundo delito sem ter sido chamado a prestar contas pelo primeiro? É certo que, punida uma pessoa por um crime, diminuem as possibilidades de um segundo crime. Contudo, a falta de punição pelo primeiro é um convite quase irrecusável para o segundo. Não punida por este, o terceiro será quase sempre inevitável, e assim por diante.

A participação daqueles a quem compete proteger as pessoas de bem, seja por má formação, seja por má remuneração, é um fator que atua significativamente no sentido de favorecer o crime, o que não é novidade alguma. Muitos deles se enriquecem, o que também não é novidade. Em geral, não se dá muita importância ao surgimento dessas fortunas, nas mãos de quem não têm como justificá-las, mas, quando se dá essa importância, é comum que não se tenha notícia de que a Justiça foi a fundo e que tenha ido até o fim do caso.

Por outro lado, os eternos defensores dos “direitos humanos” representam uma dificuldade bastante séria no combate ao crime e à violência. Não dá para entender por que ao marginal deva sempre ser dada uma segunda oportunidade se a vítima não a teve. É, no mínimo, um tratamento desigual; são, no mínimo, dois pesos e duas medidas. O noticiário está repleto de casos nos quais nenhuma ajuda foi dada à vítima, por ocasião do crime, de numerosas naturezas, por parte dessa gente dos “direitos humanos”, mas eis que surgem eles, sempre, mais tarde, para defender os bandidos. Um exemplo bem típico disso foi o caso do seqüestro de um importante empresário do setor de super-mercados. Enquanto o indefeso cidadão estava nas mãos dos bandidos, a única pessoa que lá esteve com a intenção de protegê-lo foi o então arcebispo de São Paulo, o cardeal Arns. Ninguém, absolutamente ninguém dos “direitos humanos” esteve lá, em nome dos direitos humanos do cidadão seqüestrado. Contudo, mais tarde, presos e condenados os seqüestradores, alguns deles estrangeiros, diante de algumas reivindicações destes e de uma incompreensível grave de fome, eis que surge, sem surpresa alguma para mim, aquela gente dos “direitos humanos”, para defender os interesses dos marginais. Durma-se com um barulho desse! Durma-se com um absurdo como esse!

Neste tópico, especialmente neste, a sociedade precisa se orientar pelo que Deus pratica e nos ensina. Ele nos dá amor, agora e sempre, mas nos cobra, praticando a justiça, seja lá quando e como for. *A sociedade não pode negar amor e fraternidade, mas tem que cobrar responsabilidade e fazer justiça. À sociedade não compete recuperar quem quer que seja.* Se tiverem sido dadas todas as condições para uma vida saudável, útil e livre, a ela compete punir a quem se desviar de suas leis, normas ou preceitos. Mesmo na ausência daquelas condições, isto é, mesmo que a sociedade não tenha proporcionado ao indivíduo tudo

o que ele precisava para uma vida normal, não há por que deixar de punir os infratores, se tantos outros, nas mesmas condições, permaneceram no bom caminho.

Uma vez combatidas as causas vistas acima, todas elas, e também antes disso, é necessária uma revisão no Código Penal, aumentando-se significativamente as penas e diminuindo-se drasticamente todas as brechas que atualmente favorecem os criminosos. Absurda essa história de indulto de Natal, indulto de Páscoa, saídas temporárias no dia das mães, no dia dos pais ou seja lá quando for. Absurda também é essa história de redução da pena, ainda que em determinadas condições. Como também considero absurda essa idéia de pena máxima de 30 anos.

Não creio na necessidade da prisão perpétua e não pretendo entrar na interminável e cansativa discussão sobre a pena de morte, desde que as punições sejam drásticas e a sociedade seja posta a salvo, com certeza absoluta, da repetição do crime. Se for necessário atingir o limite, isto é, a prisão perpétua, que venha ela.

## **O SISTEMA PENITENCIÁRIO**

Falando de adultos, o princípio básico é que não deve competir à sociedade qualquer tentativa de recuperar quem quer que seja. Essa é uma tarefa do próprio indivíduo e, no máximo, das pessoas que lhe são próximas. Uma vez satisfeitas as condições de igualdade e oportunidade para todos, compete à sociedade estabelecer leis, normas e preceitos e zelar pelo seu cumprimento.

Entendo que deva fazer parte do processo que apura um crime, bem como do julgamento e da sentença, alguma conclusão, porém de forma correta, arrojada e decisiva, a respeito da aceitabilidade da volta do criminoso ao convívio social. Se for entendido que, mesmo cumprida a pena, esse retorno poderá significar a volta ao crime, é importantíssimo que não se corra tal risco. Não seria justo que se submetesse um indivíduo sequer, no seio da sociedade, a correr qualquer tipo de risco, sob a alegação de se dar uma segunda oportunidade a um criminoso que não a merece. Nessas condições, a pena deveria ser de tal monta que a liberdade jamais fosse alcançada. Não se justifica, portanto, essa história de pena máxima de 30 anos de reclusão.

Entendo eu que se deveria ir bem mais longe nessa questão. Uma vez cumprida determinada pena, e uma vez que o indivíduo volte ao convívio social, voltando ele ao crime, tal crime deve ser também imputado àqueles que, participantes do processo, permitiram esse retorno à sociedade.

O processo tem que ser agilizado ao máximo possível e, uma vez dada a sentença, que ela seja cumprida na íntegra e dentro de condições compatíveis com o crime praticado e com o objetivo a que ela se propõe.

Os detentos, como qualquer indivíduo marginalizado, dentro ou fora das cadeias, serão sempre um peso para a sociedade. Terão sempre um custo. Por isso, na medida do possível, será sempre importante que esse peso seja aliviado. Isso poderá ser conseguido com a implantação do trabalho compulsório e com a privatização dos presídios.

A sentença final deveria decidir a respeito do tipo de prisão: regime semi-aberto (para os casos menos graves), reclusão ou confinamento. O confinamento, cerceamento absoluto da liberdade, mas sem essa história de banhos de sol, de visitas, íntimas ou não, precisaria continuar sob a responsabilidade do Estado. A reclusão é um tipo de prisão que poderia ser confiada à iniciativa privada. Nesse caso, as prisões seriam de propriedade particular e os detentos seriam trabalhadores assalariados de tais empresas, tanto agrícolas como industriais. Nesse caso, não haveria muitas outras restrições aos presos, além da perda da liberdade.

Como em qualquer outra circunstância, também nas prisões, notadamente nas particulares, as condições de bem-estar seriam uma decorrência do trabalho, do esforço e do comportamento de cada detento. Esse trabalho poderia ser bastante útil à família do presidiário e, como consequência, à própria sociedade.

As empresas agrícolas com função de presídio precisariam ter características bem peculiares quanto à localização, quanto às dimensões, quanto à produção, etc.

As punições para os detentos que cometessem delitos teriam que ser extremamente enérgicas. Não poderia haver qualquer reivindicação por parte dos condenados que pudesse ser considerada válida, a não ser que fosse relacionada com falhas na aplicação da pena.

É evidente que se deve prever formação e treinamento especializado para tantos quantos forem administrar tais presídios.



## **A JUSTIÇA**

Especialmente nestas últimas décadas, temos tido o hábito de criticar a Justiça.

É verdade que tais críticas são justificáveis porque, ninguém pode negar, ela é morosa e tem tudo o que se possa imaginar para favorecer aos mais poderosos ou para não se fazer sentir em toda a sua plenitude. Além disso, ajuda e protege exageradamente os criminosos.

Contudo, também não se pode negar que o Poder Judiciário não é apenas aquele que mais bem funciona entre os três poderes da República, como também é aquele que é menos criticado e mais confiável entre esses três poderes. Ninguém confia no Legislativo, poucos confiam no Executivo, mas todos, ou quase todos, confiam no Judiciário.

Mas o que falta então a esse Poder, tão importante em qualquer Democracia e tão significativo para qualquer pessoa, salvaguarda que é do nosso Estado de Direito?

Faltam poucas coisas, pelo menos do ponto de vista do cidadão comum, todas elas de solução relativamente fácil. Elas são basicamente três, sendo duas específicas da Justiça e uma terceira não diretamente afeta a ela, mas sim à sociedade.

A primeira questão é, sem dúvida, uma reforma no sistema de justiça, onde se inclui: o enxugamento desse sistema, com leis menos numerosas e sobretudo mais enérgicas e mais eficazes; rapidez nos processos, quanto à sua sistemática; o seu caráter punitivo e o rigor em suas decisões e no seu cumprimento.

A segunda questão, afeta à Justiça mas não dependente dela, são os recursos necessários. A sua lentidão, tão conhecida e tão criticada, é devida não apenas à forma pela qual é feita a tramitação dos processos ou ao cuidado e preocupações que são tomadas por várias razões e com vários objetivos, mas também, e principalmente, à falta de recursos, de todos os tipos, entre os quais é preciso ressaltar o número de pessoas envolvidas. Também é verdade que os recessos são exagerados e que a carga diária de trabalho é bastante modesta. Por que, por exemplo, as audiências só começam às 13 horas? Isso também precisa ser revisto.

O Poder Legislativo, tão egoísta, tão corporativista e tão pródigo na alocação dos seus próprios recursos, é largamente injusto para com o Poder Judiciário.

Maior eficiência no trabalho, maior número diário de horas trabalhadas, menos recessos, aumento de pessoal – principalmente de juízes – e informatização são requisitos indispensáveis.

A terceira questão não diz respeito ao sistema judiciário, pelo menos de uma maneira direta. Ela diz respeito ao cidadão, ao nível educacional e, sobretudo, ao nível cultural do cidadão brasileiro, que não conhece os seus direitos, não luta por eles e não costuma buscar na Justiça o cumprimento daquela máxima tão divulgada, segundo a qual “todos são iguais perante a lei”.

Sabemos que a Justiça tem tudo para favorecer aos mais poderosos e para nem sempre se fazer sentir em toda a sua plenitude, como foi dito no início, mas é preciso que se saiba também que, na vida, bem pouca coisa deve ser encarada como uma dádiva de Deus e que quase nada se ganha, quase tudo se conquista. No mundo, é enorme o conflito de interesses e, por isso, não bastam as leis, não basta o direito à Justiça, uma vez que elas, as leis, nem mesmo a Justiça, se fazem sentir por si mesmas, por iniciativa própria. É preciso acioná-las, é preciso fazê-las agir, é preciso que sejam aprimoradas a cada dia se quisermos a garantia constante e completa dos direitos de cada um e se quisermos a real, a palpável e tão desejada igualdade de todos perante a lei. Essa igualdade não pode apenas ser sonhada; tem que ser buscada a cada dia, de todos os meios e sob quaisquer circunstâncias.

## **A EDUCAÇÃO (I)**

Jamais construiremos uma nação economicamente rica, socialmente justa e politicamente livre sem educação e sem saúde.

Mas essa educação de que falo precisa ser entendida no seu sentido bem mais amplo, desde o 1º grau até o nível superior, desde o analfabetismo – e suas decorrências – até a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico, contemplando ainda questões culturais, éticas e morais (a corrupção, a sonegação, os hábitos, os costumes, o jogo, o vício, etc), as artes, a cultura em geral, os valores nacionais, a religião, os esportes. A questão do tráfico e do consumo de drogas se insere no capítulo da Educação, mas também no da Saúde e no da Justiça. Em qualquer desses casos, a integração entre a família e a escola reveste-se de especial importância.

Aqui vou considerar exclusivamente as questões relativas à Educação propriamente dita, tal qual a imaginamos comumente, isto é, vou me ater ao Ensino, tal qual se vê por aí.

É fora de dúvida que o problema fundamental repousa sobre o ensino básico. Segundo matéria publicada pela Folha de São Paulo, em 05/05/96, sabe-se que apenas 50% dos alunos conseguem concluir o 1º grau (8ª série), após 11 anos, em média. Enquanto na Malásia 98% concluem a 4ª série, no Brasil apenas 60% o fazem, após 6,3 anos, em média. No Brasil, investem-se na Educação apenas 3,7% do PIB, menos que na Venezuela (4,5%) e praticamente a metade do Canadá (7,1%). A escolaridade média da força de trabalho no Brasil é de 3,5 anos, contra cinco anos no resto do mundo. Enquanto no 1º grau temos mais de 31 milhões de alunos, no 2º grau não chegamos aos cinco milhões, com uma taxa de repetência em torno dos 33%, em ambos os casos. Temos ainda 19 milhões de analfabetos, o que significa, em números absolutos, o “honroso” 7º lugar entre os piores países do mundo, nesse item. O salário médio de um professor de 1º grau é de R\$78,00 (setenta e oito reais), para alguém – em quase 98% dos casos, mulher – com 12,6 anos de estudo, em média, e 11,5 anos de experiência, também em média. Contamos com mais de 194.000 escolas do 1º grau, com 1.377.000 professores, e pouco mais de 13.000 escolas do 2º grau, com apenas 295.000 professores.

Os dados acima me fazem corar de vergonha.

As conclusões são inúmeras, mas vou ressaltar apenas três: o salário inexistente; no entender dos nossos irresponsáveis governantes, a educação deve ser privilégio de poucos, uma vez que menos de 1/6 dos alunos que concluem o 1º grau chega ao 2º; tendo ainda 19 milhões de analfabetos, fica difícil confiar no nosso futuro, como nação.

Por outro lado, o curso básico é extremamente deficiente em todos os seus aspectos. O nível é baixíssimo, persiste o analfabetismo, resulta uma juventude apenas parcialmente alfabetizada e, portanto, inculta e profissionalmente insegura.

Pelo menos três pontos precisam ser ressaltados quanto ao sistema básico:

a- Eliminação, evidentemente que gradual, do analfabetismo, não mediante a eterna alfabetização de adultos (o resultado está aí, ainda temos cerca de 19 milhões deles), mas sim através de uma política que garanta a presença de toda a população infantil nas escolas, em condições satisfatórias de saúde, com segurança física e moral, em instalações condizentes com a dignidade dessas crianças e das suas famílias.

b- Elevação do nível do ensino, incluindo jornada diária de oito horas, tanto para o 1º grau como para o 2º, buscando não apenas a informação, mas também a formação cultural básica e/ou a orientação profissional adequada. É preciso garantir a cada criança a possibilidade não apenas de conclusão do 1º grau, mas também do 2º, com níveis de repetência normais, bem menores do que aqueles encontrados atualmente, tudo isso em condições compatíveis com as exigências de uma sociedade moderna e dinâmica.

c- Valorização do magistério, com um rigoroso aprimoramento profissional do professor, com carreira funcional, concurso público e salário compatível com a sua responsabilidade, com a sua habilitação e com o status que ele precisa voltar a ter no seio da sociedade.

A recondução do ensino público pelo menos aos mesmos níveis dos anos 50 é o único caminho para a solução definitiva da crucial questão das mensalidades escolares. Com o deslocamento de uma parcela significativa da população estudantil para a rede oficial, a disputa por alunos, na rede particular, significará o fim do problema.

## **A EDUCAÇÃO (II)**

Pensar que as portas das faculdades devam estar necessariamente abertas para todos não passa ou de um sonho ingênuo ou de uma demagogia tola.

Sabemo-nos um ser racional e dotado de inteligência. Um fato, contudo, com o qual não nos preocupamos muito é com o nível dessa racionalidade e dessa inteligência. Se fosse possível medir objetivamente tais atributos, abrangendo toda a humanidade e submetendo tais dados à habitual análise da Estatística, certamente iríamos nos sentir bastante decepcionados com o que iríamos constatar.

Mas não haveria por que chorar. A verdade, acima de tudo, precisa ser conhecida e encarada. Somos assim, Deus nos fez assim, ou, se quiserem, a natureza nos fez assim... e ponto final. Como os mais dotados são poucos, também poucos devem ser os frequentadores das universidades.

Curso superior pressupõe inteligência superior ou, pelo menos, significativamente acima da média. Caso contrário, o nível nas faculdades tende a baixar, a se popularizar, como ocorre no Brasil. Isso é péssimo. Os resultados práticos aí estão, para quem quiser ver e para quem tiver a frieza e o discernimento necessário para encará-los. Mas é importante que nos lembremos daqueles que, unicamente por vocação, optam por atividades cujo exercício não exige curso superior. Honra, respeito e méritos a eles. São igualmente úteis a si mesmos e à comunidade.

A conclusão é que o ingresso nos cursos de nível superior tem que ser rigorosamente seletivo. Também aqui não há muito o que chorar. Desde que o homem apareceu sobre a terra, existem patrões e empregados, existem senhores e criados, existem líderes e liderados, existem os que mandam e os que obedecem. Aos mais religiosos e teimosos, aconselho que vejam a Bíblia.

Isso não significa que se deva negar toda e qualquer oportunidade que seja reivindicada. Esta tem que ser sagrada, líquida e certa, e não poderá depender, jamais, de raça, cor, religião ou posição social. Os entraves ao curso superior reconhecidos como lícitos e aceitáveis são apenas a falta de inteligência, de talento, de esforço, de iniciativa e dos conhecimentos exigidos. Mas isso tem necessariamente que ser muito bem medido antes da matrícula. Em outras palavras, encher as nossas faculdades de alunos não qualificados para tal nos custa muito dinheiro e não nos leva a nada.

A seleção precisa ser feita obrigatoriamente em nível nacional, incluindo também uma seleção das próprias faculdades. As atuais iniciativas nesse sentido, de se medir o nível das faculdades através da avaliação dos alunos, é algo absolutamente correto e que precisa ser mantido, desenvolvido e apoiado. Mas não basta medir o nível; é imperioso que se exijam mudanças no curtíssimo prazo, de um ano para outro, se possível, sob pena de fechamento pura e simplesmente.

Em contrapartida, o 1º e o 2º graus são direitos e deveres de todos, são obrigações do Estado. Graduar-se ou não em tais níveis é algo que vai depender apenas da inteligência, ou do talento, ou mesmo do esforço de cada um, além do aprendizado conseguido, é claro.

O 1º grau, num total de oito anos, precisa se desenvolver em jornada de tempo integral, oito horas por dia, dez meses por ano, com alimentação, uniformes, salas especiais para deficientes, assistência médica e dentária. Além do currículo normal, a inclusão de assistência aos alunos mais fracos e de algum tempo dedicado às atuais “lições de casa”, tudo isso na própria escola. Além disso, é necessária uma complementação curricular voltada para a formação cultural, moral, cívica e desportiva dos alunos.

O 2º grau, num total de quatro anos quando diurno, com jornada diária de 8 horas, e seis quando noturno, com jornada diária de pelo menos quatro horas, pode e deve ser dividido em quatro áreas: humanas, exatas, biológicas e profissionalizante, sendo a primeira metade, básica e a segunda, dividida entre essas quatro áreas.

Uma vez satisfeitas as condições acima e decorrido um razoável período de transição, desapareceriam naturalmente, ou sumariamente, os cursos supletivos e a alfabetização de adultos.

Os cursos supletivos, que representam um nivelamento por baixo, não teriam mais razão de ser, uma vez que a demanda por escolas estaria totalmente atendida.

A alfabetização de adultos também não seria mais tolerada, enquanto preocupação do Estado, inclusive porque não se dispõe de dados que nos garantam que essa alfabetização, tal qual tem sido feita, traga algum tipo de melhoria para o nível geral da sociedade. Por outro lado, seria necessário estabelecer um conceito sobre alfabetização, isto é, uma forma de medi-la, para que se pudesse saber a partir de que nível o adulto poderia ser considerado alfabetizado. É certo que não basta saber assinar o próprio nome, saber ler ou escrever algumas palavras. Por tais razões, a alfabetização de adultos seria um problema ligado apenas à iniciativa do interessado. A falta dessa iniciativa poderia até, de alguma forma, ser desestimulada, ou mesmo reprimida, tanto pelo governo como pela sociedade.

## **A SAÚDE**

Como outros setores, a Saúde também tem o seu princípio básico: é um dever do Estado e um direito do cidadão.

Mas como o Estado não cumpre o seu dever e o cidadão não cobra o seu direito, o resultado é o surgimento de um espaço, de um vazio, de um “buraco negro” no lugar onde deveria ser construído um sistema de saúde compatível com os direitos naturais de cada um, compatível com os requisitos mínimos de uma sociedade que está pretendendo construir uma nação que seja grande, forte e respeitável. A consequência disso é que a Saúde continua doente, muito doente, cada vez mais doente.

De um lado, a irresponsabilidade do Estado, a falta de governos competentes e com um mínimo de “acuidade visual” para enxergar a importância e a profundidade do problema. Tem-se perdido muito tempo, várias décadas, e muito dinheiro, tanto na concepção como na administração de sistemas totalmente equivocados, cujos resultados mais “expressivos” aí estão:

a- Incapacidade total e generalizada na administração financeira do sistema de saúde, quanto ao perfil dos financiamentos, quanto à distribuição dos recursos, quanto ao repasse das verbas, quanto aos verdadeiros calotes impostos às instituições conveniadas da Saúde, quanto à ausência de critérios bem definidos para os financiamentos, o que leva à interminável e vergonhosa barganha política, desenvolvida e

mantida principalmente por deputados federais e senadores, de há muito tempo transformados em verdadeiros “vereadores federais”, quanto ao aviltamento da Seguridade Social, pela sonegação, pela migração de trabalhadores para a economia informal, pelos desvios dos recursos para outras áreas, etc, etc, etc.

b- Eternizam-se as filas, aumentam as demoras no atendimento, aumentam as demoras quanto à marcação de consultas e exames, sucedem-se os colapsos nos serviços de saúde.

c- Fortalecem-se e se enriquecem os Planos de Saúde, às custas principalmente de um aviltamento profissional de tantos quantos lhes prestam serviços, a começar pela classe médica. Aqui se observa um processo semelhante aos Fundos de Pensão, que, criados para complementar as aposentadorias, se transformaram em instituições gigantes, poderosas e muito mal administradas quanto ao fim a que se propunham. Os Planos de Saúde, criados para complementar o sistema oficial de saúde, acabaram se transformando no vilão do processo, rico, poderoso e mola propulsora de um ciclo vicioso interminável e desestimulante.

d- Exageros astronômicos nos preços dos serviços médicos cobrados aos particulares, como uma compensação perfeitamente compreensível pelos irrisórios pagamentos recebidos tanto do sistema oficial de saúde quanto dos Planos de Saúde. Daí resulta, cada vez mais, a procura por estes, levando-os a crescer, a se fortalecer e a enriquecer, tornando cada vez maior o aviltamento dos seus profissionais, num ciclo interminável.

Do outro lado, a imensa população, carente, dependente, que tudo assiste imóvel e calada, mas igualmente responsável porque fica simplesmente à espera de um milagre administrativo ou de alguém efetivamente salvador da pátria.

Também aqui, a solução é extremamente simples, pelo menos quanto à sua concepção. Não nos falta criatividade. Quanto aos recursos, sabemos como gerá-los e onde ir buscá-los. O que não temos sabido é como administrá-los. O que nos falta – falo daqueles que pensam que governam – é vergonha na cara. Se a tivessem, certamente a situação seria outra, não apenas na Saúde.

Se, no caso da Educação, a solução para o problema das mensalidades escolares repousa sobre a ressurreição do ensino oficial, no caso da Saúde a solução repousa sobre o ressurgimento do sistema oficial de saúde, porém sério e robustecido, com a descentralização financeira, administrativa e operacional. Se a competência for exclusivamente em nível estadual, as duas primeiras vantagens bastante significativas seriam a uniformização dos serviços e a equalização dos funcionários quanto à qualificação, à carreira e aos vencimentos. Se a competência fosse em nível federal, tudo isso seria absolutamente impossível. Se a competência fosse em nível municipal, os desníveis de um município para outro seriam inaceitáveis, não apenas no caso da Saúde, mas também em outras áreas, como na da Educação. Mas não se pode esquecer que a distribuição de receitas e encargos, quanto aos níveis de governo, teria que ser alterada, exigindo mudanças na Constituição.

Com o ressurgimento do sistema oficial de saúde em níveis “saudáveis” quanto ao atendimento, quanto ao nível dos serviços prestados, bem como quanto à remuneração paga, mas paga mesmo, sempre em dia, a Saúde poderia efetivamente ser tida como um dever do Estado em perfeito cumprimento, ficando a sua complementação com os particulares e com os Planos de Saúde, perfeitamente à vontade para isso, sem quaisquer restrições quanto à capacidade, à iniciativa e ao talento dos seus profissionais. A Saúde poderia, nesse caso, também ser vista como parte integrante de uma economia de mercado.

## **AS DROGAS**

O conhecimento de que existem drogas como a maconha, a cocaína, o LSD, a anfetamina, o crack, a cola, o esmalte, os corretivos de escritório, o éter, a acetona, o álcool, o tabaco, etc, bem como o conhecimento das propriedades de cada uma e quais têm causas endógenas ou hereditárias e quais têm causas psicológicas parece-me bem mais importante para os terapeutas do que para a sociedade.

Por isso, vou deixar as questões técnicas para os especialistas, na certeza de que sabem o que fazem, para me ocupar com algo bem mais sério e abrangente porque atinge a sociedade e, dentro dela, cada um dos indivíduos.

A racionalidade, bem própria do ser humano, tem muitas vezes conotações curiosos. Em geral, não reagimos diante de alguma coisa, como seria de esperar, primeiro, se não acreditamos que essa alguma coisa possa nos atingir de maneira direta e, segundo, se não vemos possibilidade de obter algo em troca dessa reação. No fundo, funcionamos muito na base do “toma lá, dá cá”. “O que é que eu vou ganhar com isso?”, é o que dizemos ou, pelo menos, pensamos comumente, diante de alguma situação específica, que

poderia exigir algo de nós. Em termos pessoais, e mesmo sociais, trata-se de um posicionamento egoísta, chegando mesmo, muitas vezes, à própria irracionalidade.

Um exemplo bem típico disso é a posição de quase todos nós diante do problema das drogas. Lamentavelmente, não se descobriu ainda que essa questão não diz respeito somente ao viciado, à sua família, às pessoas que o cercam, aos médicos e terapeutas. O tráfico e o consumo de drogas é um problema com enorme peso dentro da sociedade, com um custo social altíssimo, incalculável, custo esse que apresenta conotações físicas, morais e financeiras. Enquanto não se entender isso, continuaremos a pagar tal preço, seremos a cada dia mais e mais envolvidos por esse estigma e, também a cada dia, uma parcela cada vez maior de nós estará sendo diretamente afetada por ele.

As terapias e a ação policial não passam de providências momentâneas, mas que se sucedem, que se eternizam, num constante, mas às vezes intermitente, ato de “apagar o fogo”. Isso não evidencia racionalidade. Como sempre, e também em outros casos, como tenho enfatizado, é necessário pensar grande e conseguir enxergar além dos horizontes.

Infelizmente, não existem soluções de curto e nem mesmo de médio prazo. São todas de bem longo prazo. Repousam – mas continuam inadvertidamente apenas repousando – sobre a família, a escola, a sociedade, o governo e sobretudo sobre os meios de comunicação.

Tudo começa dentro da família. Conforme observa muito bem o delegado Alberto Corazza, especializado e com vasta experiência nesse campo, é preciso não apenas sonhar, mas desenvolver ações visando a constituição de famílias baseadas no amor, na compreensão, no companheirismo, na fraternidade. Não se trata de romantismo, comenta ele, mas sim de uma necessidade. Se dentro do lar cada um tiver a compreensão e a ajuda dos demais, se cada um tiver a certeza de que a solução dos seus problemas pode ser encontrada junto da própria família, diminuem bastante as possibilidades de que ela venha a ser procurada fora dela, nas drogas.

No ambiente escolar, o mínimo que se espera é uma atuação marcante nesse sentido, com um engajamento total e voltado, pelo menos, para campanhas muito bem fundamentadas e muito bem dirigidas, com esclarecimentos, palestras feitas por especialistas, tudo isso em caráter permanente. A integração com a família, principalmente a partir de casos concretos, é de importância fundamental.

A solução desse problema repousa também sobre a sociedade, na medida em que ela se conscientize do mesmo, na medida em que ela reconheça que o problema é seu e participe seriamente da sua solução, sem pensar em recompensas claras, diretas ou imediatas, que possam favorecer isoladamente a este ou àquele. Quando eu falo em sociedade, penso em todos, nas pessoas físicas e jurídicas, nas igrejas, nos sindicatos e nas associações, nas empresas, nos clubes, etc.

Ao governo compete, além da repressão e também da terapia, coordenar o processo, legislando, financiando e conscientizando através de campanhas constantes, sérias, profundas, de grande efeito. As leis precisam ser atualizadas e precisam considerar o tipo de mundo em que vivemos e o tipo de homens que somos para que se tornem eficazes.

Finalmente, os meios de comunicação têm uma dose imensa de responsabilidade nesse processo. Não é muito raro aparecerem artistas, intelectuais, enfim, pessoas com alguma capacidade de influenciar outras falando sobre drogas, muito vezes até fazendo a sua apologia, mesmo no caso do fumo e do álcool, drogas de aparente menor importância. Isso precisa ser sumariamente proibido, uma vez que, no mínimo, perdem boas oportunidades para se referirem aos perigos que as drogas representam. Essa proibição é uma questão que considero indiscutível. Não se trata de trazer de volta a censura. Se certos assuntos previstos por ela, como por exemplo o sexo, podem ser considerados tabus ou preconceitos, o mesmo não ocorre com as drogas. Estas são uma dura e triste realidade que não depende dos pontos de vista ou das opiniões de quem quer que seja. O fumo e o álcool precisam sair de cena nas novelas, nas entrevistas, etc. Certamente existirão aqueles que irão considerar tais medidas como radicais, anacrônicas, ou mesmo anti-democráticas. Quanto ao radicalismo, não penso que haja muito a discutir; é necessário... e ponto final. No que se refere a um eventual anacronismo, seria uma distorção lamentável, pois pouca coisa há de mais atual e mais condizente com a época e com as necessidades. Por outro lado, especialmente para aqueles que poderão considerar tais medidas nada democráticas, é sempre bom procurar entender o real e apropriado conceito de Democracia. Além disso, também é muito bom lembrar que existem países nos quais determinadas questões são resolvidas na base da chibata, na base da amputação das mãos, e vão por aí afora. Eu não sei se me atreveria a defender aqui o emprego de tais castigos, mas que eles resolvem, lá isso resolvem.

## **A HABITAÇÃO**

Não creio que seja importante repetir tudo aquilo que se tem escrito ou dito por aí, já faz bastante tempo, sobre este assunto. A preocupação é de todos, inclusive da Igreja, que tem se manifestado a esse respeito, pelo menos desde 1891, com a encíclica *Rerum novarum*, do papa Leão XIII.

Nem todos sabem, ou, pelo menos, nem todos têm uma consciência bem clara de que a habitação é a base física da liberdade, é um direito natural do homem, é uma garantia de independência e segurança para o futuro. Mas estas são apenas questões filosóficas que, embora importantes, não se traduzem, por si mesmas, em reais soluções para o problema da moradia, pelo menos enquanto não tivermos governos suficientemente capazes de entender essa base filosófica e, sobre ela, edificar uma política habitacional madura e consciente.

Todos sabemos também das enormes dificuldades que temos tido quanto aos financiamentos e, principalmente, quanto ao gerenciamento do sistema habitacional, com uma política bastante confusa e pouco confiável, sem conseguir atender satisfatoriamente a qualquer uma das nossas classes sociais, seja pelo montante financiado, seja pelas condições de amortização das dívidas. Se, com escassos recursos, as dificuldades administrativas são assim tão grandes e o descontentamento é tão evidente e generalizado, seria de tremer nas bases se pudéssemos contar com financiamentos à altura das nossas necessidades.

Por outro lado, é uma verdadeira loucura o que se tem feito por aí, desde a busca dos financiamentos e seu repasse aos interessados até a sua administração e amortização, sem esquecer os projetos, que muitas vezes massificam, não personalizam. Loucura, porque se tem buscado as soluções quase que cegamente, sem considerar as causas dessa desenfreada demanda por moradias e, muito mais que isso, sem atacar essas causas. O crescimento vegetativo da população, o êxodo rural, a eterna questão da reforma agrária, as desigualdades regionais, a falta de racionalidade do desenvolvimento urbano, etc, etc, são apenas algumas delas.

Não se pode e nem se deve esquecer as questões filosóficas básicas para o problema da moradia, como mostrei acima. Também não se pode desconsiderar a irresponsabilidade dos governos que temos tido, quer seja pela confusa administração do sistema habitacional, quer seja pelo histórico descaso quanto às causas da enorme demanda por habitações, quer seja pelo dever, indiscutível e certo, que tem o governo de prover a população das moradias que lhe são indispensáveis.

Tudo isso é verdade. Mas há ainda uma outra verdade, muito mais séria, muito mais desconhecida ou esquecida; pelo menos, não conscientizada. Vou tentar explicar.

Quando se vive em sociedade, condição indispensável para o ser humano, cada indivíduo é particularmente responsável pelo todo. O conjunto dessa sociedade é sempre mais ou menos afetado pelo comportamento individual dos seus membros. Desmandos deste ou daquele indivíduo geralmente pesam sobre os ombros dos demais; muitas vezes não nos ombros, mas diretamente nos seus bolsos, sem falar nos possíveis prejuízos morais ou mesmo psicológicos. Daí resulta que é perfeitamente lícito, moral e ético a qualquer sociedade exercer ações no mínimo fiscalizadoras sobre todos aqueles que a compõem. Na maioria dos casos isso é conseguido através das leis e dos governos. A conclusão a que pretendo chegar pode muito bem ser colocada na forma interrogativa: por que se deva eternamente arcar com o ônus da inaceitável ignorância quanto ao desmedido crescimento demográfico e quanto a todas as decorrências desse processo, como, por exemplo, no caso da necessidade desmedida, insaciável e descontrolada de habitações?

Todos os dados disponíveis, absolutamente todos, (estou falando de números e não de sentimentalismos idiotas ou doutrinas ingênuas) apontam para o fato, indiscutível e frio, de que somos muitos.

Repito aqui o que já foi dito por mim algumas páginas atrás: *a sociedade não pode negar amor e fraternidade, mas tem que cobrar responsabilidade e fazer justiça.*

## **A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Embora bastante conhecidos, nunca é demais lembrar e enfatizar alguns números da Previdência Social brasileira. Já são mais de 16 milhões de pessoas que recebem benefícios, contra 7 milhões em 1979. Pelo menos 60% delas têm menos de 54 anos de idade. Em 1960, apenas 1,5% da população recebia os benefícios, enquanto hoje já estamos ao redor dos 12%. Em 1950, cada aposentado era sustentado por oito contribuintes. Hoje, esse número está próximo de 2,5. Estima-se que dentro de 30 anos o déficit anual da Previdência será de R\$30 bilhões, evidentemente se nenhuma alteração for feita no sistema. Por outro lado, aumenta significativamente a idade média da população brasileira, graças a um aumento da expectativa de vida. Há cerca de cinco anos, tínhamos em torno de 10 milhões de pessoas com mais de 60 anos; até o ano 2000 estima-se que esse número suba para 14 milhões. Sabe-se que 40% da folha de pagamento do

governo federal vão para os inativos. Nos últimos seis ou sete anos, a “voracidade” da Previdência quase duplicou, passando de 2,5 para 4,5% do PIB.

Criado em 1923 – para os ferroviários – e estruturado a partir dos anos 60, com a Lei Orgânica da Previdência Social, o sistema previdenciário em vigor não passa de um amontoado de erros e equívocos de todos os tipos. Apenas não se pode afirmar que tenha havido um erro de concepção, uma vez que ao regime de repartição simples no qual se baseia não podem ser imputados, nele mesmo, nem o esgotamento e nem a falência do sistema. Isso se deve a erros muito graves quanto aos rumos seguidos, quanto às previsões mal feitas e sobretudo quanto à omissão por parte dos governos. Os dados acima apresentados são, por si sós, bastante eloqüentes. São, portanto, erros operacionais, sem contar, evidentemente, a corrupção, as fraudes e os privilégios, que não podem ser classificados como erros, mas sim como safadezas. É evidente que, sendo feito o bolo, ainda que por muitos, mas tendo que ser distribuído de forma desigual e injusta, de modo a faltar espertalhões e privilegiados, que nem deveriam participar da festa, o sistema teria mesmo que falir. É verdade que, em muitos casos, esses privilegiados apontam para a lei. Ora, a lei. Por quem foi feita e por que foi feita assim? Como todos nós sabemos, quase todas as podridões, desse tipo e de outros também, têm origem no Congresso Nacional.

Quanto aos institutos de previdência privada, os chamados Fundos de Pensão, destinados à complementação de aposentadorias e pensões, também estes foram muito bem concebidos, baseados que foram na idéia de capitalização. Aliás, não se trata de uma criação brasileira, uma vez que já existiam antes, em outros países.. Existem no mundo inteiro e parecem ser a solução definitiva para a questão previdenciária. Mas, no caso brasileiro, eles parecem ter sido feitos sob medida para a corrupção, para os desmandos administrativos, para o enriquecimento ilícito, como aponta muito bem a revista Veja, de 17/07/96. Basta olhar para o vergonhoso e inaceitável amparo legal de que dispõem. Tudo indica que os legisladores estavam realmente dispostos a criar a mais fantástica e moderna versão da galinha dos ovos de ouro.

Não seria nada criativo enumerar idéias, soluções e alternativas para que venhamos a ter um sistema previdenciário eficiente, eficaz e socialmente justo. Especialistas, estudiosos do assunto e até mesmo curiosos têm se manifestado através de sugestões dignas de estudo. Deixando de lado as manifestações bem típicas dos partidos de caráter socialista, outrora ditos “de esquerda”, pelo fato de serem todas elas constituídas de argumentos emocionais e ideológicos, destituídas portanto de qualquer base de racionalidade e objetividade, eu diria que, do ponto de vista puramente técnico, a Previdência Social no Brasil tem jeito e pode ter futuro.

Mas o problema não está aí, como jamais esteve. Enquanto tivermos um poder executivo no mínimo “dorminhoco”, enquanto tivermos um poder legislativo que “enxerga longe” quando se trata de determinados privilégios, sejam para eles mesmos, sejam para aqueles que lhes são próximos, tanto pelo sangue quanto pela função ou pelo voto, enquanto tivermos coisas como essas e, sobretudo, enquanto o nosso povo for cego, surdo e mudo, embora bom, puro e manso, no máximo conseguiremos mudar as moscas, porque a “coisa” vai continuar sendo a mesma.

## **OS ESPORTES**

Os esportes precisam sempre ser considerados como básicos na formação do jovem brasileiro, observando-se que o grau de desenvolvimento alcançado nos esportes geralmente é um dos reflexos do desenvolvimento econômico e social.

A prática desportiva precisa ser obrigatória em todas as escolas, tanto nas oficiais como nas particulares. As aulas de Educação Física, revitalizadas, valorizadas e sensivelmente ampliadas, que já fazem parte do currículo escolar, devem ser tidas apenas como o ponto de partida, aliás, um bom ponto de partida, de uma atividade desportiva que, em princípio, deveria acompanhar o indivíduo pela vida inteira.

Nos cursos de 1º e 2º graus, os esportes precisam fazer parte da complementação escolar, sendo a sua prática, obrigatória, em pelo menos uma modalidade. O curso superior também não poderia dispensar a obrigatoriedade quanto a essa prática. O exemplo norte-americano parece bem claro e sugestivo, e, guardadas as devidas proporções, merece ser seguido.

Como decorrência disso, as construções escolares teriam necessariamente que ser adaptadas a essa nova realidade, com competições esportivas fazendo parte integrante da vida escolar. Fora das escolas, as construções destinadas aos esportes, dentro da visão que está sendo apresentada, precisam contar com incentivos especiais dos governos estaduais e municipais, se necessário em cooperação com o governo federal e com a iniciativa privada.

Não se pode medir esforços que visem a prática desportiva, sendo que a nossa presença deve estar garantida em todas as competições, inclusive nas internacionais, ressalvados apenas os requisitos técnicos quanto a tais participações.

Ao Ministério da Educação compete coordenar, em âmbito nacional, o desenvolvimento dos esportes amadores, exercendo essa coordenação através das confederações e federações das diversas modalidades esportivas, incluindo-se aí a legislação específica e os programas de incentivo.

No caso do futebol profissional, dada a sua particular relevância, entendo que, ressalvadas as atribuições específicas da FIFA, e considerando o item IX do artigo 24 da Constituição Federal, deve ele ficar subordinado a leis específicas, a fim de se resguardar a sua imagem internacional e de se promover a sua organização e o seu desenvolvimento de um modo impessoal e voltado para o seu duplo caráter, o desportivo e o profissional. Isso se faz absolutamente necessário através das leis, gerais ou específicas, que, se sobrepondo aos dirigentes, consigam reprimir os seus ímpetos, cubram as suas deficiências naturais, que, na maioria dos casos, têm se mostrado enormes, e impeçam a “organização” que sempre existiu, onde se sobressaem os interesses pessoais e os comerciais, mas principalmente o amadorismo daqueles que dirigem, com aberrações impressionantes em todos os aspectos.

Não se pode negar a importância do marketing desportivo e nem se deve desconsiderar as questões comerciais, ligadas não apenas ao futebol, mas a qualquer outro esporte. Contudo, não se pode permitir uma total inversão de valores como vem ocorrendo. Cada coisa em seu devido lugar. Aos esportes, a sua vida própria, a sua organização, o seu desenvolvimento. Na esteira deles, as questões comerciais sadias e justificáveis, talvez até necessárias, porém comedidas.

A prática desportiva, vale dizer, o desenvolvimento dos esportes não pode continuar sendo algo amorfo, sem vida, abandonado à sua própria sorte ou dependente de gestões isoladas, às vezes até heróicas. A prática desportiva precisa fazer parte integrante das preocupações de qualquer governo, precisa ocupar espaços cada vez maiores na vida de cada um de nós. Na vida escolar, como eu disse antes, tal prática deve ser compulsória. Porém, não se precisa buscar necessariamente a formação de atletas, mas sim a formação completa de cada indivíduo, uma vez que a sua salutar e bem desenvolvida prática leva não apenas ao desenvolvimento físico, mas também ao arejamento mental, a uma melhor percepção da vida em sociedade, fato último que deve ser buscado de maneira incansável e contínua.

## **QUEM SOMOS NÓS**

Nós, os brasileiros, somos realmente um povo muito pacato e humilde, sem dúvida ingênuo e puro, mas exageradamente manso e passivo. O resultado é que, via de regra, nos vemos à mercê dos espertalhões e dos maus governos, constantemente espoliados, agredidos em todos os sentidos, espezinhados, maltratados, submissos, roubados, esquecidos e entregues à nossa própria sorte.

Não estou pregando aqui subversão, agressividade e, muito menos, qualquer espírito bélico. Entre os extremos, mil vezes aquele em que estamos. Mas existe um meio termo, existe um ponto de equilíbrio que precisa ser buscado por nós e por qualquer outro povo, desde que se deseje liberdade, justiça social, bem-estar, segurança, garantia de direitos e de dignidade, prosperidade econômica, etc. Esse ponto de equilíbrio, esse termo médio, ideal e necessário em qualquer sociedade, só pode ser atingido a partir de um sistema educacional bastante sério e abrangente, em nada superficial, mas em tudo bastante profundo, através do qual se busque não simplesmente um pequeno conjunto de informações que nos vêm das escolas e das faculdades, mas sim uma verdadeira formação intelectual e cultural. Não basta ver e entender as palavras de uma frase, não basta dominar mesmo as mais complicadas operações matemáticas, não é suficiente conhecer os fatos que a História registra e nos conta, nem as lições que a Geografia nos apresenta. Entender os fenômenos físicos, químicos e biológicos é algo que tem grande importância, mas não é tudo. O fato de se conhecer uma ou mais línguas ajuda, mas não resolve tudo.

É preciso uma formação global, intelectual, consciente, é preciso que se consiga enxergar longe, bastante além do próprio nariz e também fora do alcance dos próprios olhos, além dos horizontes. Não há outro meio, não há milagres que possam nos levar a construir uma grande nação.

Enquanto isso não acontecer, seguiremos sendo um povo que aceita passivamente a sonegação e a corrupção, que faz do jogo e do vício atividades normais e cotidianas, que é dominado por crenças, credices, sentimentalismos e superstições, que não respeita devidamente a família, nem a mulher, nem o idoso, que não cuida seriamente da criança, que nem sempre cumpre os seus deveres, que invariavelmente não cobra os seus direitos, que permite demonstrações de racismo, que não cultiva a sua língua, que não tem memória, que não cultiva as suas tradições nem o seu folclore, que conhece muito mal a sua história, que nem sempre respeita o seu hino nem a sua bandeira.



Somos, enfim, um povo que, a rigor, ainda precisa ser civilizado.

Em quinhentos anos de história, ainda não tiveram tempo, os nossos governantes, de pensar nisso, nem mesmo de passagem, nem mesmo em possíveis noites de insônia. O que fizeram, afinal, com o nosso povo, reis, imperadores e os inúmeros presidentes, que não se ocuparam, em nenhuma medida e em nenhum instante, com esse valiosíssimo patrimônio que somos nós? Participamos de guerras, internas e externas, livramo-nos de invasões estrangeiras, resistimos a monarquias e ditaduras, submetemo-nos a uma seqüência interminável de governos que, ainda que democráticos, nos impuseram enormes desigualdades econômicas e tremendas injustiças sociais e, mesmo assim, apesar de tudo isso, apesar de toda essa experiência, em termos de civilização ainda temos quase tudo por aprender e realizar. As enormes diferenças que se notam, tanto intelectuais quanto aquelas relativas ao nível mental, quando se observam os brasileiros genuínos, de um lado, e aqueles que se fizeram brasileiros através dos imigrantes, do outro, é algo que ainda precisa ser estudado, entendido e aproveitado de maneira inteligente, racional e positiva.

Somos o resultado de tudo isso. Infelizmente, somos o resultado daquilo que não fizemos, somos o resultado dos nossos desacertos, da nossa negligência, da nossa preguiça ou indolência, somos o resultado dos governos que não tivemos. Somos a conseqüência clara e inevitável daquilo que não pudemos ou não quisemos fazer.

## A QUESTÃO SOCIAL

Tudo indica que o fim do século, e do milênio, estará repleto de novidades. Não necessariamente o fim do século, mas o início do próximo. Mas é bom lembrar que, para um período de um século, o início pode ser entendido como uma década, ou mesmo duas.

Não estou falando, evidentemente, de novidades tecnológicas, uma vez que estas não surpreendem a mais ninguém e surgirão sempre, antes e depois da virada do século.

Há indícios bastante fortes apontando para enormes alterações na economia, no mundo todo. Cientistas, pensadores, pesquisadores, “futurólogos”, sociólogos e principalmente economistas têm se manifestado com grande apreensão, e mesmo expectativa, quanto aos rumos da humanidade, a partir da virada do século.

Em novembro de 1995, Walter Barelli já manifestava tal preocupação em artigo publicado em “Economia em Perspectiva”, quando dizia que “teremos de construir mecanismos institucionais para modernizar e diversificar a base produtiva no marco da globalização. Além de ampliar os padrões de bem-estar da sociedade, esta alternativa, ao superar interesses particularistas de classes ou corporações, invocará a responsabilidade social dos atores políticos, pois as atuais decisões definirão o modelo social que teremos no próximo século. Poderemos ter uma vida fantástica ou ser assolados pela barbárie, com a violência e a criminalidade destruindo tudo ao nosso redor”.

Já fiz essa citação antes, mas julguei importante repeti-la aqui.

O nível de desemprego aumenta não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro. E a tendência é aumentar cada vez mais, uma vez que o mundo econômico em vigor parece sucumbir diante da contínua revolução tecnológica e da informática que, a cada dia, ceifam mais e mais postos de trabalho. É verdade que, no caso brasileiro, o setor agrícola pode absorver parcela significativa dos “rejeitados” pela indústria, mas também é verdade que, mesmo superadas as tensões existentes entre os proprietários de terras e aqueles que nelas trabalham, o nível geral de renda tenderá a cair de maneira significativa. Embora pudesse atenuar o problema, isso seria muito ruim.

O renomado economista Celso Furtado, em recente entrevista, fala-nos da crise da civilização industrial, da falência do Estado e do bem-estar social, de alterações que são observadas no sistema monetário, do declínio já bem marcante do sindicalismo, da abertura representada pelos blocos econômicos como uma etapa rumo à globalização, de possíveis e profundas alterações no mecanismo comercial, com a provável eliminação do dinheiro, e aponta para a necessidade urgente de uma mudança no modelo de sociedade que temos.

Diz ele que a crise não é econômica, mas sim, social. Mas se trata apenas de uma questão de enfoque, digo eu, de ângulo, uma vez que a crise social não existe em si mesma, mas sim como decorrência ou de uma crise econômica ou de vaciladas e até mesmo incompetência governamental, ou ainda de ambas, se quisermos estar bem mais próximos da verdade.

Deixando de lado toda e qualquer discussão acadêmica, mesmo porque é sempre bom lembrar que a Economia é uma ciência social, parece-me certo que se caminha para uma organização econômica incapaz de assegurar emprego e salário para todos. Daí se conclui que teremos de ser, especialmente agora, bastante criativos, em primeiro lugar absorvendo e acomodando tais alterações e, em segundo lugar,

procurando alternativas para o modelo de sociedade existente. Se esse possível e novo modelo será construído teoricamente, através de um projeto social, ou se, pelo contrário, terá de ser concebido simplesmente a partir do “andar da carruagem”, só o tempo dirá.

Entretanto, parece-me suficientemente claro que nesta virada de século, mais do que em qualquer outra época, precisaremos de governos bastante competentes e não de simples curiosos como temos tido. É preciso visão, percepção, anteposição dos fatos, compreensão nítida e perfeita dos acontecimentos para que não sejamos engolidos pela efervescência econômica que se avizinha. Imagino, na atual conjuntura, como antes e como sempre, que iremos precisar de governos com muito boa capacidade de observação, mas, e principalmente, com profunda sensibilidade e espírito público para intervir no processo e buscar as soluções alternativas que o atual modelo de sociedade muito provavelmente será incapaz de nos proporcionar. Em outras palavras, daqui para a frente, tratando-se de governos, é hora de dar um basta às brincadeiras. Não se pode mais tolerar aqueles governos que apenas brincam de governar, que pouca coisa mais fazem além de satisfazer o seu ego por haver atingido o Poder, que simplesmente ficam “de plantão”, como tem ocorrido. Pelo menos deveriam atender ao telefone, quando este tocasse. Ou levamos estadistas para o Palácio do Planalto, que possam superar toda e qualquer travessura do Congresso Nacional, ou não teremos condições para ocupar o nosso lugar depois que o “caldeirão econômico” tiver esfriado e tiver permitido o aclaramento de novos horizontes.

No caso brasileiro, portanto, a crise não é nem econômica e nem social. A crise é política, mas não no sentido de sérias divergências político-governamentais e institucionais, mas sim pela falta de material humano competente.

Embora Celso Furtado afirme que nem tudo pode ser debitado a governos ruins, uma vez que os problemas são muito mais profundos, parece-me certo que nesta nossa terra tupiniquim, onde não temos tido mais do que simples caciques no lugar de estadistas, a questão social não é social, é política, no sentido que afirmo acima.

## **GOVERNO EMPRESÁRIO**

Um dos nossos grandes problemas é a mentalidade muito própria dos nossos governantes, histórica e “hereditariamente” transmitida de governo a governo, segundo a qual ao Estado compete intervir na economia de maneira ativa, permanente e participativa, atuando como um empresário, como um agente econômico comum.

Sob os pretextos básicos de segurança nacional, de infra-estrutura ou de soerguimento de determinados setores da economia, o Estado brasileiro acabou se tornando talvez o maior empresário do país e, o que é muito pior, sem qualquer qualificação para tal.

Na iniciativa privada, a eficiência administrativa é imperiosa, por se tratar de uma questão de sobrevivência. Em nível de governo, contudo, por uma questão cultural profundamente distorcida, acredita-se que essa questão de sobrevivência não exista, tanto para o governo em si – ou para o país – quanto para essas empresas que ele detém.

Por outro lado, como se trata de administrações políticas, não costumam ser tecnicamente capazes e eficientes, levando aos prejuízos e, muitas vezes, ao caos. Mas é verdade que existem exceções, embora poucas.

O empreguismo e os astronômicos salários levam não apenas ao déficit – sempre coberto pelo governo – como também a desarranjos sociais e econômicos, como, por exemplo, à concentração da renda.

É bem verdade que, nestes últimos anos, a mentalidade melhorou em alguma medida, principalmente em se tratando do governo federal, que tem feito algumas importantes privatizações.

O que me preocupa, contudo, é que ainda existam brasileiros – e principalmente partidos políticos – com total e absoluta incapacidade de enxergar essas coisas, de enxergar a mais nítida, clara e cristalina verdade quando se pensa e se fala em eficiência administrativa, em desenvolvimento econômico e numa justa e equitativa distribuição da renda. Os poucos exemplos de privatização que temos tido estão aí para comprovar isso. Patéticas e ridículas, pelo menos a meu ver, foram as manifestações contrárias a elas por parte de setores que se auto-proclamavam como “progressistas”.

A solução para essa doença, o governo empresário, é extremamente simples: basta privatizar.

Não existem razões de qualquer natureza que possam justificar tal doença.

Ao Estado compete governar, administrar, praticar a justiça, cuidar da saúde, da educação, da habitação, dos transportes, da segurança, promover o bem-estar geral da população e, eventualmente, intervir na economia, mas sempre de forma eficiente, eficaz e passageira, quando tal interferência for inevitavelmente necessária. Mas, em primeiríssimo lugar, ao governo compete não atrapalhar.

No Brasil, o Estado é histórica e cronicamente grande, muito grande, inchado eu poderia dizer, tal a maneira pela qual se apresenta. Esse Estado-empresa e esses governos empresários precisam desaparecer. As privatizações, em nível federal, em nível estadual e em nível municipal, precisam ser levadas a efeito por completo, até as últimas conseqüências, mesmo contra a vontade daqueles que não entendem essas coisas, e dessas coisas.

## A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Apenas para me fazer entender, é preciso que se faça aqui uma distinção entre Administração Pública e Serviço Público. Considero as atividades relacionadas como Serviço Público aquelas de natureza técnica, que exigem, em muitos casos, formação superior, como as atividades dos professores, dos técnicos em educação ou em saúde, dos médicos, dos pesquisadores, dos cientistas, dos militares, daqueles que cuidam da segurança pública, dos bombeiros, etc. Falo em Administração Pública quando me refiro aos demais casos, aos servidores em geral, quase todos eles, ou todos, sem curso superior, nem sempre nomeados através de concursos.

A Administração Pública, restrita portanto ao conceito que emiti acima, é algo repugnante, sob qualquer aspecto que a queiramos considerar. Mas há que se incluir aí todos aqueles servidores que ocupam posições hierarquicamente superiores aos servidores comuns.

Há várias razões que me levam a fazer tal afirmação. Posso relacionar alguns bons exemplos.

1- Em primeiro lugar, é alguma coisa de repugnante porque se pensa e se admite – trata-se de uma questão cultural – que ao governo compete abrigar tantos funcionários quantos ele consiga, e, se possível, alguns milhares a mais.

2- Dentro do funcionalismo nunca existiu qualquer critério relacionado com eficiência ou eficácia. A forma pela qual o trabalho é realizado não resiste à menor crítica. Aqui devem ser acrescentadas as ausências ao trabalho, sob inúmeras alegações e sempre abonadas, e as licenças, por uma infinidade de razões. Quando trabalhei para a CMTC, há alguns anos, na Rua 13 de Maio, em São Paulo, mas como funcionário contratado pela PRODAM, em regime da CLT, tive a oportunidade de presenciar coisas “do arco da velha”. O então presidente daquela empresa, apenas para dar um exemplo interessante, além de meia dúzia de diretores, como em geral acontece nas grandes empresas, tinha acima de meia dúzia de assessores, a quem nós chamávamos, sem muita maldade, de “aspones”, uma denominação que, sem dúvida, lhes caia muito bem. Por que tão grande equipe de assessores? Era certo que, de transportes coletivos urbanos, não entendiam coisa alguma. E nem precisavam entender, uma vez que os motivos que os levaram para lá eram bem outros. Na iniciativa privada, por ventura acontecem coisas desse tipo? Eu jamais ouvi falar de algum, e nunca vi um presidente de empresa privada que tivesse necessidade de tantos assessores.

3- O empreguismo é uma das características mais marcantes, e mais repugnantes, do funcionalismo. Há nomeações de todos os tipos, para todos os órgãos e departamentos, nas autarquias, no Executivo, no Legislativo, ou a pedido deste. Os concursos, muitas vezes tão somente para oficializar nomeações prévias, não apenas nesses casos, mas com certeza nesses, não passam de uma farsa da qual a cultura popular impede que se tome conhecimento.

4- O sistema de remuneração é algo grotesco. De um lado, altíssimos salários, uma verdadeira afronta ao cidadão comum, ao contribuinte. Do outro, ausência quase total de salário em termos reais, levando ao mau desempenho, às greves, à fome, ao desespero.

5- As licitações e as compras sempre foram vergonhosas. Nunca foi sem motivo que os fornecedores sempre preferiram vender para o governo, apesar do trabalho que dá.

6- As promoções obedecem a um sistema revoltante. Quase só conta o tempo de serviço.

7- Só no âmbito do governo não se percebe, ou mesmo não se sabe, que os espaços custam dinheiro. Talvez existam exceções, mas a verdade é que as repartições públicas se caracterizam pelos enormes espaços existentes e pelas incontáveis sobras de móveis. É sempre muito divertido ir às repartições públicas e observar essas coisas, como fiz inúmeras vezes. O DETRAN e o TRE, em São Paulo, são dois bons exemplos que conheci. Espero que tenham melhorado. Existe tal coisa na iniciativa privada? Como explicar isso? Burrice? Ignorância? Safadeza, por causa dos superfaturamentos? Imagino que tudo isso junto, e mais algumas coisas.

8- Na Administração Pública – e no Congresso Nacional – anos eleitorais são sinônimo de libertinagem, de desmandos de todos os tipos, haja vista a atuação dos nossos congressistas na atual “reforma” da Previdência e da Administração Pública.

9- Quando se trata de serviços executados por terceiros – como exemplo, basta observar os serviços executados nas ruas e nas praças – é comum que se vejam duas ou três pessoas trabalhando, às vezes apenas uma, e mais algumas apenas observando, a título de supervisão ou fiscalização.

Enfim, seria interminável a relação dos itens que fazem da Administração Pública algo que revolta, que causa nojo.

Nesse aspecto, a nação se assemelha a uma porca (para que não haja qualquer confusão, estou falando da esposa do porco), bem gorda e preguiçosa, inconsciente, para quem não existiu o ontem e nem haverá o amanhã, que dorme à sombra e em berço esplêndido e em cujas tetas mamam “filhotes” aos milhares e milhares, todos famintos e insaciáveis. E ainda tem muita gente que concorda com isso, que acha ser nossa obrigação sustentar todos eles.

## AS ELEIÇÕES E O SISTEMA ELEITORAL

Eleições livres são, evidentemente, exigência fundamental em qualquer regime democrático.

No caso brasileiro, contudo, mesmo garantindo ao cidadão comum o direito de escolha e de renovação dos governantes, tais eleições, por estarem incluídas num sistema político-eleitoral desenvolvido e implantado pelos próprios políticos, apresentam todas as condições possíveis e necessárias aos casuísmos, ao carreirismo e, portanto, à descaracterização do seu verdadeiro sentido.

Por exemplo, qualquer eleição deveria refletir a vontade expressa do eleitor. Sem dúvida é isso o que afirmam os candidatos, é isso o que dizem os políticos, todos eles, aqueles mesmos que montaram o nosso sistema político-eleitoral, feito sob medida para satisfazer aos seus interesses.

Mas não é isso o que tenho observado ao longo dos tempos. Se o voto representa a vontade do eleitor, como dizem, deveria ter o mesmo significado e a mesma força, por exemplo, de uma procuração (aliás, o voto é uma procuração), na qual se definem claramente os poderes e o raio de ação do procurador. E a vontade do eleitor deveria ser respeitada sempre, em todos os seus aspectos e em todas as suas conotações.

No momento em que um candidato se apresenta para um cargo eletivo e, para esse cargo, pede o voto do eleitor, a exemplo de uma procuração pelo menos dois pontos ficam definidos nesse processo, os quais teriam que ser, legal, ética e religiosamente, respeitados. Tais pontos são o cargo pretendido e o tempo de permanência nesse cargo. Fugir a isso significa desrespeitar a vontade do eleitor. Mas é exatamente isso o que ocorre, com frequência extremamente alta, quando, por exemplo, um político eleito abandona o cargo para se candidatar a outro, mais importante, graças às vantagens e à evidência que lhe foram proporcionadas pelo cargo anterior. Em outro caso, que também ocorre com bastante frequência, o abandono se dá para ocupar cargos não eletivos, mas de confiança, como os de secretários, ministros, presidentes disto ou daquilo. Se um candidato foi eleito, por exemplo, vereador, é isso o que ele tem que ser, por quatro anos. Tais são os termos da “procuração” estabelecida entre ele e o eleitor. Fugir a isso significa romper o acordo, desrespeitar uma das partes, o eleitor.

Mas não se trata apenas de um simples desrespeito. Ficam aí caracterizados o carreirismo e o jogo de interesses pessoais e partidários, tudo isso altamente incompatível com a decência administrativa, com a Ética política e com a Moral, que devem permear sempre e sempre todo o processo e o regime democrático.

Por que as coisas acontecem assim?

Porque os políticos indecentes – quase todos eles – fizeram e fazem assim. Estamos cercados de leis e mais leis, evidentemente feitas pelo Congresso Nacional, todas elas voltadas unicamente para os interesses dessa nada bem conceituada classe política. Legislar em causa própria é com eles mesmos. Assim é o sistema eleitoral que aí está, assim são todas as vantagens e todos os privilégios de que se cercam, mordomias de todos os tipos, altíssimos salários, aposentadorias vergonhosas, etc.

Por que será que os nossos legisladores, aqueles do Congresso Nacional, não aprovam uma “leizinha” mais ou menos assim?:

- O candidato eleito será inelegível para qualquer outro cargo público até o término do mandato que está exercendo.

- O candidato, ainda que venha a renunciar ao seu cargo, será impedido de ocupar qualquer outro cargo na administração pública, até a data em que expirar o mandato para o qual foi eleito.

- A remuneração dos deputados federais, dos senadores e dos ministros de Estado, sem qualquer outra vantagem financeira, não poderá ser maior do que quatro vezes o salário médio do trabalhador metalúrgico, qualificado, na Grande São Paulo.

- Cada um deles, os deputados e os senadores, terá direito a não mais do que cinco funcionários, residência em Brasília e uma passagem aérea semanal, de ida e volta a Brasília, desde que uma delas seja na manhã de segunda-feira e a outra, depois das 16 horas da sexta-feira.

- A remuneração dos deputados estaduais será fixada entre 75% e 35% daquela dos deputados federais, na proporção do número de eleitores inscritos no estado, e a dos vereadores, entre 65% e 25% daquela dos deputados estaduais, na proporção do número de eleitores inscritos no município.

- O salário do presidente da república será 1,5 vezes e o do vice-presidente 0,8 vezes o salário do deputado federal. Nos estados e nos municípios a proporção será a mesma e relacionada, respectivamente, com o salário do deputado estadual e o do vereador.

A propósito, por que tantos deputados?

## **A TESE DA REELEIÇÃO**

Não somos apenas o país dos absurdos. Somos também o país das gargalhadas. Ver e ouvir essa gente toda, notadamente os políticos, discutir sobre a possibilidade de reeleição para determinados cargos é algo hilariante, muito engraçado mesmo.

Quando falam em reeleição, chamam isso de “reforma política”, da mesma forma que quando falam em assentamento de famílias, chamam isso de “reforma agrária”. E olhe que existem muitos outros exemplos de confusões desse tipo. É nisso que dá quando se é curto de inteligência, parco em cultura ou quando se tem pouca ou mesmo nenhuma imaginação.

Os argumentos que essa gente usa tanto a favor como contra a tese da reeleição poderiam simplesmente ser classificados como primários ou grotescos e deixados de lado. Mas o diabo é que não se pode deixar de perceber que, ainda uma vez, aqueles que se digladiam nessa arena, sem exceção, defendem exclusivamente os casuísmos, os interesses que regem a sua conduta política. Senão, vejamos.

O presidente da República é a favor da reeleição porque gosta do Poder e nele pretende continuar. Aqueles outros que buscam o Poder, todos eles, evidentemente rejeitam essa tese, uma vez que sabem que será muito difícil concorrer com o atual presidente. O PSDB, de um modo geral, só pode ser favorável, uma vez que está no Poder. Aqueles porém que buscam pelo menos uma candidatura à Presidência, mesmo filiados ao PSDB, não se cansam de torpedear essa tese. Basta ouvir os pronunciamentos do sr. Ciro Gomes.

Enfim, é dentro desse clima nojento, por demais repugnante, que se trava a discussão, por todos os títulos anacrônica dentro desse panorama político, sobre a tese da reeleição.

O nosso povo, puro, manso e bom, acostumado que está com tais excrescências, não lhes sente o mau cheiro e não se dá conta dessa podridão.

Se conseguíssemos promover uma reforma política efetivamente à altura daquilo que precisa e exige este país, o problema da reeleição não passaria de um simples parágrafo, ou no máximo de um artigo, no texto da lei. Afinal, colocar na lei que o presidente da República, por exemplo, pode ser reeleito uma, duas ou um número indeterminado de vezes não significa que ele o será. A decisão final será sempre do povo e não da lei.

Para que isso seja possível, é evidente que a lei, por si mesma, não pode tolher a vontade popular. Vale dizer, a possibilidade de reeleição precisa fazer parte da lei. Chega-se, portanto, a uma conclusão mais acadêmica e teórica do que política.

Se a possibilidade de reeleição não está na lei, é imperioso que seja colocada, em qualquer tempo, em qualquer hora, doa a quem doer. É claro que, no atual clima político, isso poderia ser visto também como um casuísmo, mas, como foi dito acima, se trata apenas de corrigir um grave erro que, como tantos e tantos outros, foi cometido pelos nossos “respeitáveis” constituintes.

Na última eleição presidencial, o povo conferiu ao atual presidente um mandato de quatro anos. Abrir-lhe a possibilidade de uma reeleição não significa ampliação desse mandato, uma vez que o povo será chamado a opinar sobre a sua conveniência ou não.

Portanto, o que precisa essa gente que se digladiam, de ambos os lados, numa claríssima demonstração de personalismo e de nenhum espírito público, é de algumas aulinhas sobre Ética política, sobre o real significado de Democracia (ah, se eles soubessem o que é Democracia!!!), além de algo que não se obtém na escola, mas sim no berço, ou, pelo, nas suas proximidades. Quem não nasceu num bom berço realmente não tem como enxergar essas coisas, tal qual elas precisam ser enxergadas. .

## **O VOTO OBRIGATÓRIO**

Somos o país dos absurdos. Entre tantos e tantos deles, temos leis para o inquilinato, a imunidade parlamentar, o voto do analfabeto, os programas políticos e eleitorais no rádio e na televisão, o noticiário “A voz do Brasil”, o voto obrigatório e mais um caminhão bem cheio de etc.

Tenho visto e ouvido várias pessoas se manifestarem contra o voto obrigatório, alegando que tal obrigatoriedade não condiz com a Democracia. Tal raciocínio, exageradamente simplório, demonstra que bem pouco se sabe a respeito de um regime democrático como o nosso ou qualquer outro. Viver sob a Democracia não significa gozar de liberdade completa. Afinal, mesmo sob a Democracia somos obrigados a pagar impostos, somos obrigados a usar o cinto de segurança, somos obrigados a observar as leis do trânsito, etc, etc,etc.

De um modo geral, posso dizer que determinadas normas precisam ser impostas sob a forma de obrigatoriedade sempre que a sua inobservância possa trazer algum malefício ou algum tipo de custo para a coletividade. Um exemplo bem típico é o uso obrigatório do cinto de segurança. É fato comprovado que o seu uso diminui, e bastante, a gravidade dos acidentes automobilísticos. Como isso tem um determinado custo, inclusive social, sua obrigatoriedade se impõe, sem que, com isso, a Democracia em vigor se veja arranhada.

Não é o caso, contudo, do voto obrigatório. O não uso desse direito por parte de um cidadão não significa malefício à sociedade, não implica em qualquer tipo de custo para a coletividade, como também não significa desrespeito à ordem democrática vigente, apesar da importância do voto. Portanto, e para ser absolutamente imparcial nessa questão, eu diria que tanto a obrigatoriedade do voto quanto a não observância desse direito são rigorosamente democráticas.

Ocorre que a questão não é essa. Não se trata de ter que decidir se o voto é um dever ou um direito.

Não sendo essa a questão, posso dizer com segurança que o voto obrigatório, apesar de democrático, é absurdo. E isto porque ele leva para as urnas uma certa quantidade de pessoas absolutamente contrariadas, movidas apenas pela obrigatoriedade. Essa história de “dever cívico” poderia ter ficado bem, ou soado bem, nos primórdios das eleições. Hoje, não dá mais sequer para ouvir isso.

As conseqüências de se ter eleitores contrariados junto às urnas são bem simples:

- a- Os votos nulos. Eles servem à Democracia?
- b- Os votos em branco. Eles servem à Democracia?
- c- Os conhecidos “votos de cabresto”. Eles servem à Democracia?
- d- Os votos inconscientes, muito mal pensados ou considerados. Eles servem à Democracia?

O voto facultativo, mas jamais o do analfabeto, muito pelo contrário, leva para as urnas um contingente proporcionalmente maior de eleitores bem intencionados, esclarecidos, conscientes da importância do voto e do seu “dever cívico” (isto para aqueles que insistem nessa expressão).

Portanto, o voto facultativo, a rigor, significa aprimoramento democrático, enquanto que o voto obrigatório significa, também a rigor, “avacalhação” democrática. E isso só pode interessar aos maus políticos, quase todos eles, aos mal-intencionados. Quero dizer com isso, não escondo, que todos aqueles legisladores ou constituintes que consagraram o voto obrigatório nas nossas constituições ou têm uma enorme dificuldade para pensar (eu não ousaria chamá-los de imbecis, embora não me falte vontade) ou podem ser abertamente contados entre aqueles que não se preocupam com o aprimoramento da nossa Democracia, ocupados que estavam, e continuam estando, com a manutenção dessa excrescência democrática que temos, único meio de sobreviverem e prosperarem.

## **O VOTO DO ANALFABETO**

Somos o país dos absurdos. Entre tantos e tantos deles, temos leis para o inquilinato, a imunidade parlamentar, o voto obrigatório, o noticiário “A voz do Brasil”, os programas políticos e eleitorais no rádio e na televisão, o voto do analfabeto e um caminhão bem cheio de etc.

As bobagens que os nossos constituintes de 1988 andaram fazendo podem ser contadas às pencas, aos cachos, aos montes, já que contá-las uma a uma seria por demais cansativo, além do que, não creio que se conseguiria chegar ao fim. Parece mentira, mas nós os pagamos para isso, ou melhor, não foi para isso. De qualquer maneira, foram pagos regamente, embora nada qualificados para aquela função. Ler a nossa Constituição é a mesma coisa que ler um bom livro de anedotas. Mas quando se lê, no Artigo 14, parágrafo 1º, inciso II, item “a”, que ao analfabeto é dado o direito de voto chega-se à conclusão de que as brincadeiras passaram dos limites.

Quando se fala, ou pelo menos, quando se pensa em aprimorar a nossa já paupérrima Democracia, permitir o voto ao analfabeto tem uma única explicação, um único objetivo, além daquele de nos fazer rir à vontade: dar possibilidade de sobrevivência política àqueles que não se preocupam com o desenvolvimento da nossa Democracia, ocupados que estavam, e continuam estando, com a manutenção dessa excrescência democrática, único meio de sobreviverem e prosperarem.

O voto é algo tão sério e tão importante que deveria ser seletivo. Não posso negar que isso seria muito difícil de ser operacionalizado. Por outro lado, também não posso negar que diploma, mesmo de nível superior, – principalmente nessa excrescência educacional em que vivemos – não confere, por si só, maturidade e discernimento a quem quer que seja, da mesma forma que, a rigor, não se pode apostar na falta de maturidade ou discernimento num analfabeto.

Contudo, em defesa do meu ponto de vista, não posso me orientar por hipóteses ou pelas inegáveis exceções. Tenho que me basear nas “leis dos grandes números”, e essas leis me dizem que quanto mais tenhamos alisado os bancos escolares tanto mais próximos estaremos da maturidade, do discernimento, indispensáveis à nossa participação no processo democrático. No lado oposto estão os analfabetos. Seguindo o mesmo raciocínio, me é lícito concluir que eles não têm condições para participar desse processo.

O que importa numa eleição não é a quantidade de votos depositados nas urnas, mas sim a conscientização que move cada um daqueles que os depositaram lá, isto é, o que importa é a qualidade dos votos, a forma consciente, madura e determinada com que se procede à escolha deste ou daquele candidato.

Não creio que exista um só indivíduo sobre a face da terra que admita não ser a qualidade, mas sim a quantidade de votos que determina o aprimoramento do processo democrático. Se é assim, como estou convencido que seja, como explicar a permissão do voto ao analfabeto? Uma brincadeira, uma piada de mau gosto ou tudo aqui que eu disse antes?

É evidente que, não havendo parâmetros suficientemente confiáveis e objetivos para se medir a qualidade do voto, temos que tolerar a participação daqueles que, apenas sabendo assinar o próprio nome e sabendo ler ou escrever algumas palavras ou frases, tenham conseguido a denominação, ou o “carimbo”, de *alfabetizado*. Mas daí a atribuir a esse voto o mesmo valor e o mesmo poder de decisão daquele, por exemplo, de um professor universitário, vai uma distância muito grande.

Enfim, o voto seletivo talvez não passe de um sonho que devemos esquecer, mas o voto do analfabeto é mais do que um pesadelo, é uma triste realidade que não devemos aceitar.

## **ELEIÇÕES EM DOIS TURNOS**

Segundo proposta do senador Sergio Machado, cearense e líder do PSDB no Senado, o segundo turno das eleições para governadores e prefeitos poderá ser abolido.

Será que ele tem razão? Vejamos.

O argumento mais importante é que, em geral, o segundo turno tem confirmado o resultado do primeiro. Assim foi a 15 de novembro último em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em várias outras cidades. Em 1994, dos 27 governadores eleitos, nove o foram no primeiro turno, 12 confirmaram no segundo turno a preferência que havia sido dada a eles no primeiro e apenas em seis estados houve mudança do primeiro para o segundo turno.

O segundo argumento contrário a uma eleição em dois turnos é a questão das alianças partidárias que, teoricamente, gerariam governos mais sólidos, mas que, na prática, nem sempre se verifica, como foi o caso de São Paulo, onde o PT apoiou a eleição de Mario Covas, para depois fazer oposição a ele.

Quanto ao primeiro argumento, mesmo que os dados já disponíveis indicassem que em 100% dos casos o segundo turno tivesse servido apenas para confirmar o primeiro, mesmo assim não se poderia eliminar a possibilidade de que tal não ocorra. Numa Democracia, busca-se, dentro dos limites do possível, o máximo de representatividade dos eleitos. Como mostro a seguir, o segundo turno é um mecanismo democrático que nos ajuda, com certeza absoluta, nesse sentido, ainda que, eventualmente, venha a se fazer sentir numa só oportunidade, num só município, numa única eleição.

O segundo argumento sequer merece ser considerado, uma vez que, neste nosso país, os partidos e, principalmente, as alianças partidárias não merecem qualquer consideração ou respeito de quem quer que seja. Já temos bastante experiência nisso. Já fizeram o bastante para justificar e merecer essa desconsideração.

A questão, portanto, deve ser considerada exclusivamente do ponto de vista da representatividade, que deve ser buscada sempre e sempre, em qualquer nível em que houver uma eleição, e mesmo no menor dos municípios, por ser a essência da idéia democrática.

Na argumentação daqueles que se opõem ao segundo turno tem faltado um componente de extrema importância e, portanto, decisivo para a realização das eleições em dois turnos: os índices de rejeição a determinados candidatos. Esse fenômeno se verifica com uma frequência bem significativa, sendo o maior responsável, senão o único, pelas mudanças verificadas nos resultados do segundo turno, em relação ao primeiro. É bastante simples tomar exemplos, reais ou mesmo fictícios, através dos quais se pode mostrar que, com a presença dos índices de rejeição em níveis significativos (eles existem), a representatividade dos eleitos num só turno ficaria sensivelmente prejudicada. Veja-se o caso da eleição de Luiza Erundina em 1988, para a Prefeitura de São Paulo. Houvesse um segundo turno, ou ela garantiria maior representatividade ou, o que seria bem mais provável, teria sido derrotada pelo seu índice de rejeição, que era grande.

Por outro lado, pode parecer, à primeira vista, que a mudança de voto daqueles eleitores que não tiveram os seus candidatos selecionados para o segundo turno demonstre insegurança ou uma distorção forçada pela existência do segundo turno. Mas isso não é verdade. Os votos dados aos dois primeiros colocados no primeiro turno representarão sempre a vontade da maioria à qual tem forçosamente que se submeter a minoria, isto é, os eleitores dos demais candidatos. Aí está um dos bons exemplos da exuberância do jogo democrático.

Portanto, entre as muitas bobagens que os nossos constituintes de 1988 fizeram, há que se destacar este acerto: instituíram eleições em dois turnos. Mas nem por isso merecem uma boa nota, ainda que destinada a este único tópico, uma vez que o segundo turno não é aplicado em todos os casos, em todos os municípios. Sem dúvida, deveria ser em todos eles, para a totalidade dos municípios, uma vez que os argumentos são os mesmos e a representatividade a ser buscada é sempre a mesma, independente do tamanho de cada um deles.

Acredito que a instituição do segundo turno tenha sido pura obra do acaso ou da sorte, jamais de algo estudado, ponderado e pensado, uma vez que pensar, pelo menos pensar na direção do bem, nunca foi o ponto alto da imensa maioria dos nossos constituintes ou legisladores.

## **VICES E SUPLENTE NA POLÍTICA**

Nós, os brasileiros, somos um povo realmente curioso. Em momento algum damos importância ao “vice” de qualquer cargo, público ou não, da mesma forma que não se atribui qualquer importância ao “suplente”. É comum que sequer guardemos os nomes de quem ocupa tais cargos.

Parece que tal hábito, ou procedimento, “está no sangue”.

Quase ninguém dá importância, por exemplo, ao pneu “suplente”, isto é, ao estepe, que, em quase todos os casos, é o que se apresenta em pior situação de uso, entre os cinco pneus de um automóvel. Esquecem-se os motoristas de que, muitas vezes, sendo necessária a utilização desse quinto pneu, ele representa a última instância e que, se falhar, poderá deixá-los à beira do caminho. Ter um estepe em condições até melhores do que aquelas dos demais pneus é, portanto, uma questão que demonstra prudência.

Um outro exemplo disso é a maneira pela qual consideramos que os suplentes, ou “reservas”, em qualquer esporte coletivo, podem ser tecnicamente inferiores aos efetivos.

Se com o automóvel esse pensamento pode custar no máximo uma noite numa modesta pousada de beira de estrada e se no caso dos esportes pode custar apenas a perda de uma partida ou de um campeonato, no caso da Política as conseqüências são geralmente mais sérias.

Não se pode esquecer exemplos históricos importantes.

Quem teria de assumir o cargo de prefeito de São Paulo, no tempo de Jânio Quadros, quando este foi eleito governador, seria uma figura bastante inexpressiva, mas que, mesmo assim, foi eleito vice-governador, tornando possível, e necessária, a posse na Prefeitura do então presidente da Câmara Municipal, figura igualmente sem qualificação para o cargo. Mas foi o que aconteceu.

Com a renúncia de Jânio, em agosto de 1961, assumiu a Presidência da República o então vice-presidente. O resultado disso, a História registrou.

Mais tarde, não sendo possível a posse de Tancredo Neves, assumiu a Presidência da República o vice-presidente eleito e, com o afastamento do presidente Fernando Collor de Mello, assumiu o vice-presidente que fora eleito com ele, ambos os governos com peripécias que a História também registrou, apesar de um fato auspicioso que foi o plano do Real, no governo Itamar Franco.

Isso sem falar num caso diferente, o do vice-presidente Pedro Aleixo, nada mais do que uma concessão dos militares ante a pressão que sofriam para que se tivesse um civil num cargo de relevância. Porém, no momento oportuno, foi considerado “inadequado” e não permitiram a sua posse.



Quando elegemos os senadores, geralmente políticos “de peso”, sequer tomamos conhecimento dos suplentes que, na totalidade dos casos, são pessoas inexpressivas, mas que em muitas ocasiões são chamadas a assumir cadeiras no Senado, uma vez que os titulares, dando bananas para quem os elegeu e talvez muito deles esperasse, abandonam o cargo, tendo em vista outras posições, eletivas ou não, de maior evidência.

O resultado é que acabamos tendo legisladores em quem, em sã consciência, sequer votamos. Nós apenas os “engolimos”, sem os conhecer. Para quem não sabe, atualmente 14%, isto é, 11 das 81 cadeiras no Senado, são ocupadas por ilustres cidadãos dos quais sequer conhecemos os nomes e dos quais jamais ouvimos falar, nem mesmo por ocasião das eleições. Isso é um fato muito importante. Afinal, se eles se dizem representantes do povo, não vejo como o possam ser, nessas condições.

Três são os responsáveis por essa anomalia.

Em primeiro lugar, os partidos políticos, dentro dos quais não existem nomes expressivos que se submetam a uma suplência ou vice, muito embora saibam que as probabilidades de se efetivarem sejam boas. Vários exemplos dessas boas probabilidades foram mostrados linhas acima.

Em segundo lugar, o eleitor, que se preocupa – se é que chega a isso – apenas com os candidatos efetivos, sem considerar os suplentes e os vices.

Em terceiro lugar, caso muito mais grave, é a faculdade que a lei lhes dá, ou que a falta de ética política ou de moral lhes garante, de abandonar o cargo para o qual pleitearam o voto popular para ocupar outros cargos públicos, num total e flagrante desrespeito aos termos implícitos na eleição.

Isso implica numa visível deterioração na representatividade e na qualidade dos eleitos.

Chega-se assim às mesmas conclusões às quais cheguei por ocasião do meu artigo “As eleições e o sistema eleitoral”, visto antes, no qual se preconiza que todo candidato eleito não só deve ser inelegível para qualquer outro cargo enquanto durar o seu mandato, como também precisa ser impedido, por lei, de ocupar qualquer outro cargo público.

Fora disso, tudo não passa de casuísmos, de carreirismo ou de “armações” de um sistema político-eleitoral simplesmente desprezível.

## **O PREÇO DA REELEIÇÃO**

Num dos artigos precedentes defendi a tese da reeleição, procurando mostrar que não pode e nem deve ser a lei, mas sim a vontade popular, que decide a respeito da continuidade ou não de qualquer governo.

Além de entender que a reeleição me parece ser mais democrática do que a sua proibição, é sempre útil observar uma tendência mundial na direção de governos mais longos e da possibilidade da reeleição. Deve haver uma razão, que não precisa ser necessariamente política, para isso.

Nesse mesmo artigo no qual tratei desse assunto, observei que a possibilidade legal da reeleição seria uma forma de se corrigir um erro histórico, sem qualquer preocupação com casuísmos, muito embora se saiba que ela pode favorecer bem mais o atual presidente do que qualquer outro candidato. Entendo, contudo, e já afirmei isso naquele artigo, que a reeleição deveria representar nada mais do que um simples parágrafo num artigo qualquer, dos muitos e muitos que deveriam ser alterados se efetivamente fosse possível uma profunda reforma política, como é necessária. É evidente que se tem que pensar em termos de “se fosse possível”, uma vez que o Congresso Nacional não é dado a fazer qualquer tipo de reforma, especialmente a política, porque esta poderia até alterar alguma coisa em relação aos absurdos e à podridão do sistema político-eleitoral que aí está. Mas isso, é claro, eles não querem, uma vez que é desses absurdos e dessa podridão que sobrevivem politicamente.

Em termos práticos, nem se faz uma reforma política, nem se altera simplesmente um artigo ou parágrafo para se permitir a reeleição e nem mesmo se encerra o assunto. Em se tratando de governo, especialmente no caso do Poder Legislativo, o país simplesmente parou. Já há alguns meses não se fala em outra coisa e, pior, não se faz outra coisa. E tudo indica que a novela, embora já sem a mesma “audiência”, ainda vai continuar.

Quanto custo isso? Qual é o preço que teremos de pagar por mais essa parada? Quais as perdas, tangíveis ou intangíveis, que teremos?

Para os nossos legisladores são perguntas realmente tolas, uma vez que eles nunca se preocuparam com isso, não fazem a mínima idéia disso, não têm a mínima percepção sobre isso, porque, afinal, além de lhes faltar visão e competência, não pagam por isso; são pagos.

Não tenho conhecimento, como o povo também não o tem, a não ser de uma pequeníssima parcela, das barganhas políticas e do jogo de bastidores que tudo isso envolve. Apenas para dar um

exemplo, aliás um bom exemplo, a revista Veja, na edição de 15/01/97, diz na página 26: “Pela reeleição, FHC oferece o Senado a ACM e Minas a Itamar”.

É claro que as palavras do presidente não foram exatamente essas, como se o Senado e o Estado de Minas Gerais a ele pertencessem. As palavras acima, relativas à Presidência do Senado e ao governo de Minas, foram apenas uma maneira que a revista encontrou para se referir a mais uma dessas vergonhosas, imorais e nojentas barganhas políticas.

Ter ou não ter reeleição é uma tese que merece e precisa ser discutida. Bem menos do que fazer seria o ideal, mas é bom que se discuta um pouco. Ter ou não ter reforma administrativa, fiscal, econômica, da Previdência, etc, são igualmente teses que precisam ser discutidas, não apenas para se buscar as melhores alternativas, mas também para se respeitar o direito daqueles que são contrários a elas. Contudo, deixar de lado não apenas os verdadeiros objetivos dessas reformas, mas principalmente o espírito público e a verdadeira visão das causas que estão em jogo, em favor de interesses, tanto pessoais como partidários, visando a Presidência da Câmara ou do Senado, este ou aquele ministério, o governo deste ou daquele estado, liberações (ou inclusões, conforme a época do ano) de determinadas verbas do ou no Orçamento, em defesa de interesses bem específicos e regionalistas, quando não pessoais, etc, etc, etc, é algo repugnante, que causa nojo, que comprova, ainda uma vez, que essa gente, investida de imensa responsabilidade como governantes eleitos que foram, não tem a mínima noção do que é realmente a Política, não faz a menor idéia do que é visão pública, deteriora e sepulta não apenas o conceito mas também a prática do regime democrático.

Assistir a tudo isso e ficar calado é realmente impossível, pelo menos para mim. Ver o descaramento com que transformam em sucata e distribuem os cargos públicos, que pertencem ao povo, de quem deveria emanar todo o poder e em nome de quem esse poder deveria ser exercido, ver como distribuem poderes e honrarias como se fossem deles é algo por todos os títulos inaceitável. Essa distribuição de cargos, poderes e honrarias me lembra o que eu via a nossa gente do interior fazer, e ainda o faz hoje, especialmente nas tardes de sábado, quando matam vacas ou porcos e presenteiam amigos e vizinhos com alguma quantidade de carne, partes do animal morto, com a única diferença de que essa carne pertencia a quem matou o animal. Essa distribuição de cargos, poderes e honrarias é algo que não mais se pode aceitar, é um preço excessivamente alto e que não pode mais ser pago.

## **A VERSÃO TUPINIQUIM DOS TRÊS PODERES**

Quando Montesquieu propôs a separação dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário, por certo estava muito bem intencionado, uma vez que se preocupava em assegurar a liberdade política dos indivíduos. É fácil entender que reunir tais poderes numa só pessoa ou numa só instituição significa abrir mão da liberdade em favor do autoritarismo. Mas o que Montesquieu certamente não previu é que a sua concepção, sem dúvida de grande alcance político e administrativo, acabaria chegando ao Brasil e aí... bem, aí a história seria outra.

Nesta nossa terra, temos uma incrível facilidade em colocar tudo de pernas para o ar.

É bem verdade que nas nossas constituições a proposta de Montesquieu foi consagrada, falando-se, em todas elas, dos três poderes, que deveriam ser independentes e harmônicos entre si. Tal independência e tal harmonia são fundamentais, desde que se busque efetivamente salvaguardar a liberdade e garantir a atuação do governo de uma maneira bem equilibrada, democrática e que esteja a salvo de tendências ou conotações pessoais, casuísticas ou corporativistas.

Mas tudo isso não passa de teoria. Na prática, temos conseguido emporcalhar a beleza tanto teórica como objetiva da concepção daquele célebre pensador francês.

A idéia “feijão com arroz” todos nós sabemos que é extremamente simples: você faz as leis e as diretrizes, deixando a execução por minha conta; se a gente se desentender, ou quem quer que seja, o Judiciário decide. Trata-se de um belíssimo exemplo de que a genialidade repousa muitas vezes sobre a simplicidade. Mas na prática, como se costuma dizer, a teoria é outra.

Quando os partidos políticos apóiam determinado candidato a um cargo executivo, proclamam aos quatro ventos que “o fazem de maneira desinteressada, não buscando cargos nem posições, pensando apenas nos interesses maiores do povo”, etc, etc, etc. Porém, o que se tem visto sempre e sempre é a busca do poder, no primeiro, no segundo e até mesmo no enésimo escalão, estando os interessados dentro ou fora do partido vencedor. Para exemplificar isso não é preciso forçar muito a memória. O recém-empossado prefeito de São Paulo não teve nenhuma liberdade para indicar os seus colaboradores diretos para cargos efetivos e exclusivos do Poder Executivo Municipal, como o são os seus secretários e os administradores regionais. Foi pública e notória a vergonhosa, antiética e imoral interferência de inúmeros vereadores,

usando como “argumentos” uma igualmente vergonhosa ameaça de denúncias acerca de possíveis irregularidades e superfaturamentos em obras da administração anterior, do mesmo partido do prefeito eleito, indicado que fora pelo ex-prefeito. Ora, para esses nada dignos representantes da gente paulistana junto ao governo municipal, o importante seriam as suas indicações para as administrações regionais e não as denúncias, ainda que efetivamente existissem os superfaturamentos. (Há fortes indícios de que tais superfaturamentos realmente existiram). Então, nos dois pratos de uma mesma balança, teríamos, num deles, os superfaturamentos da administração anterior a corroerem as finanças municipais e a esvaziarem os bolsos dos contribuintes, tudo isso sob os olhares complacentes dos “ilustres” vereadores (que vergonha!) e, no outro prato, a intromissão do Legislativo no Executivo, neste caso através da indicação dos administradores regionais, fato importante para o alargamento e para a sedimentação das bases eleitorais desses vereadores, numa clara evidência, em teoria e prática, da nossa velha conhecida política de clientelismo. (Que nojo!).

Isso foi apenas um exemplo. Tais interferências ocorrem em todos os níveis, também do Executivo no Legislativo e de ambos no Judiciário, seja pela busca de leis ou decisões que lhes sejam “benéficas”, seja pelas indicações ou nomeações para altos postos nas diversas cortes da Justiça.

Pronunciamentos de todos os tipos, principalmente de deputados e senadores, nos quais se lembra a independência e a harmonia dos três poderes, provam que nada entendem disso, que confundem tudo, que misturam tudo. Segundo eles, para que eu dê mais um exemplo, no caso recente de corrupção envolvendo a empreiteira Andrade Gutierrez e verbas do Orçamento, denunciar o dep. Pedrão Abrão, do PTB e pivô do caso, significava por em risco a harmonia entre os poderes. O que Montesquieu faria diante de tamanha imbecilidade é difícil saber; o que eu particularmente faria não posso confessar porque eu seria taxado de déspota; mas o que o povo fez e continua fazendo diante de tais monstruosidades e de tamanha demonstração de falta de visão pública e capacidade política, todos nós sabemos: nada.

## **O TODO PODEROSO CONGRESSO NACIONAL**

A idéia de que “todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido” não passa de letras mortas, de uma piada de muito mau gosto. Muito mais verdadeiro seria dizer que “todo o poder emana do Congresso Nacional e em nome exclusivamente dos seus particulares e corporativistas interesses será exercido”.

É evidente que tal princípio, tal qual sugeri acima, não poderia ser consagrado na nossa Constituição, uma vez que ficaria declarada e patente a implantação de um regime autoritário, o que não impede que sejam inúmeras as evidências e mesmo provas dessa verdadeira ditadura, que não é de esquerda, que não é de direita, que não é do proletariado como sonhavam os socialistas e os marxistas de outrora, mas que é de uma corporação, ou instituição. É a ditadura do Congresso Nacional.

O mal maior não é necessariamente se tratar de uma ditadura, mas sim o fato de ser exercida pelo Congresso Nacional, instituição composta por indivíduos totalmente despreparados para exercerem qualquer tipo de poder, autoritário ou não, conferido pelo povo ou não.

É extremamente fácil enumerar vários exemplos bem práticos e objetivos que apontam para essa linha de pensamento e de conduta.

Atribuíram-se, eles mesmos, o poder de fixar os seus próprios salários. E como são benevolentes para consigo mesmos! Eles, e apenas eles, detêm esse poder. Ninguém mais tem o privilégio de fixar o seu próprio salário. E ainda escreveram na Constituição, na atual e em todas as outras, que “todos são iguais perante a lei”.

Atribuíram-se, eles mesmos, o poder de determinar a duração da sua própria jornada de “trabalho”. Decidiram, eles próprios, que, somente para eles, segunda e sexta-feira não são dias úteis, não são dias que se prestem ao trabalho.

Atribuíram-se, eles mesmos, uma interminável lista de “direitos” e privilégios como as suas vergonhosas aposentadorias, como o uso dos correios para fins particulares e eleitoreiros, como o uso de transportes, inclusive aéreo, como as freqüentíssimas ausências do seu local de trabalho para exercerem as suas atividades particulares, seja abertamente, seja de forma mascarada, sempre sob a alegação de “contatos com as bases”, mas visando apenas a sedimentação de bases que signifiquem futuros votos.

Atribuíram-se, eles mesmos, a possibilidade legal, mas imoral, de nomear funcionários em quantidade abusiva e vergonhosa para atuarem como colaboradores diretos, não apenas no exercício de suas funções, em Brasília, mas também e principalmente visando comodidades pessoais e apetites políticos, tanto em Brasília como em qualquer outro lugar, especialmente no estado de cada um.

Mudam a lei eleitoral sempre que percebem que podem auferir maiores vantagens nesse sentido. Vão ao rádio e à televisão sempre que querem, de forma arbitrária e abusiva, em desrespeito ao cidadão comum que não os deseja lá, amparados que estão por leis que eles mesmos fizeram e sob a alegação seja da divulgação dos programas partidários, coisa que raramente ocorre, seja para estabelecer igualdade de direitos em termos eleitorais, fato que nunca acontece, dado que os tempos de exposição na mídia não são iguais.

Usam e abusam de um “direito” que, felizmente, ainda não tiveram coragem para oficializar, mas que se traduz na intromissão aberta e descarada nos outros dois poderes da República, em patente demonstração e prova de que sempre buscam ampliar poderes pessoais, políticos e eleitoreiros.

Atribuíram-se o poder e a possibilidade de, desrespeitando o compromisso que estabeleceram com os eleitores, abandonar o cargo para o qual foram eleitos e buscar outros, eletivos ou não, de maior importância, sempre sob a alegação de “melhor servir o povo”, mas, na verdade, aproveitando-se de um sistema político-eleitoral estruturado por eles mesmos à sua imagem e semelhança, feito claramente “sob medida” para favorecer ao carreirismo e aos casuísmos.

Enfim, o nosso Congresso Nacional, especialmente o nosso, e muito mais especialmente ainda a partir da Constituição vigente, estabeleceu e implantou todas as condições, todas as leis, todas as normas ou mesmo hábitos necessários e suficientes para “deitar e rolar”, para imperar com tranquilidade, poderoso, intocável e absoluto (lembre-se da imunidade parlamentar, que não é brasileira apenas, mas que não dispensa), como se efetivamente todo o poder dele fosse emanado e por ele, mas exclusivamente para ele, fosse exercido.

## **O POLÍTICO BRASILEIRO (I)**

No campo das ciências não exatas, a Política perde apenas para a Filosofia, uma vez que esta, o ponto culminante do pensamento humano, é base e fundamento para todas elas.

Sendo simultaneamente ciência e arte, tem como objetivo a busca incessante do bem comum. Pela sua própria natureza e pelo seu próprio conceito, pressupõe a existência de indivíduos – aqueles que a vivem e a praticam e que se dizem homens públicos – com nível intelectual e mental pelo menos alguns pontos acima da média. É impossível ser um homem público, um político de verdade, um homem que busca a realização do bem-estar de todos, sem essa condição de cultura, de entendimento, de intelectualidade, de visão pública e, além de tudo isso, sem uma condição absolutamente indispensável de desprendimento pessoal e vontade sincera de ser útil à coletividade.

No Brasil, temos incontáveis exemplos de indivíduos que, simplesmente por serem bastante conhecidos, foram eleitos em diversas oportunidades e para diversos cargos públicos. Entre eles estão vários artistas, em relação aos quais supunham os eleitores a existência, além da sua arte, de alguma condição política que lhes pudesse vir a ser útil. Mas as experiências foram todas frustrantes, absolutamente todas, sem exceção, pelo menos da qual eu tivesse conhecimento.

Ampliando-se um pouco mais a gama desses exemplos, vamos encontrar os homens ou mulheres do rádio e da televisão e, entre eles, inúmeros cronistas esportivos, ou sociais, ou políticos, que também se consideraram em condições de exercer a nobilíssima atividade política, esquecendo-se, todos eles, de que, se poderiam ter as urnas cheias de votos, tinham no entanto as cabeças vazias. A tais exemplos pode-se acrescentar outros, entre os atletas de diversas modalidades, inclusive do futebol. A história da política brasileira comprova tudo isso. E não existem exceções.

A questão não repousa sobre a origem ou sobre a profissão de quem deseja se dedicar à atividade política. Sem preconceitos, portanto. Apenas para dar dois bons exemplos disso, os Estados Unidos transformaram um modesto ator de cinema em presidente, inclusive com reeleição. E não foi dos piores. Um século antes, já haviam colocado na Casa Branca, como presidente, um modesto lenhador. E foi talvez o melhor, entre todos.

O problema, portanto, não está aí, mas sim no fato de se eleger determinados candidatos simplesmente por serem pessoas conhecidas.

É claro que o talento não está necessariamente no anonimato, com a exceção representada por Lincoln, que foi lembrado linhas acima, mas também é claro, ao menos para mim, que ser conhecido significa apenas ser talentoso naquilo que o projetou; às vezes, nem isso.

No Brasil, o que transforma um indivíduo num político, acredito eu que em 99% dos casos, não é o talento para a política, nos termos aqui delineados, mas a oportunidade aberta pela fama ou pela casualidade. Por exemplo, não tivesse a esposa de determinado repórter morrido num hospital em circunstâncias bastante especiais, não seria ele hoje Deputado Federal. A morte da sua esposa lhe trouxe

fama, algum prestígio e, sobretudo, dividendos políticos. Aliás, esse deputado, que pediu votos para estar em Brasília trabalhando para o “seu povo”, não sai de São Paulo, com as suas reportagens policiais (mas eu diria policialescas, se essa palavra existisse), muito provavelmente à procura de novos eleitores e dos votos antigos, para que se repitam.

Mas que não se iludam os representantes de exemplos como esses, como também não poderiam se iludir aqueles que os elegeram, porque se a fama os levou para determinados cargos, lá só poderão permanecer se a cabeça os ajudar. E os exemplos, absolutamente todos os exemplos já vividos até aqui, com a única exceção do caso acima citado, mostram que tal cabeça jamais existiu, principalmente no caso de um certo índio que, não por sê-lo, mas apenas por gozar de fama, foi eleito Deputado Federal.

Que papel político representou essa gente toda? O que acrescentaram eles ao bem-estar geral da coletividade? Qual foi a sua contribuição para o aperfeiçoamento da Democracia ou das instituições democráticas? Qual o aceno que representaram eles para dias melhores em nossa pátria? Teria sido alguma coisa diferente de zero?

No Brasil, o pensamento político é exageradamente simplório e curto. Vou dar um exemplo bem simples e bem típico. Apesar de ter sido imaginado por mim, esse personagem costuma ser encontrado na prática, aos milhares. O “Zé da Feira” é uma pessoa bem conhecida no bairro. Como em muitos outros casos, o Zé é honesto e bem-intencionado. É bastante popular e tem uma preocupação razoavelmente salutar para com a coletividade. Acha que há falta de assistência médica. Sabe que o transporte coletivo na sua vila é deficiente. Imagina, por isso, que chegou a hora de se eleger vereador. A sua visão não vai muito além daquele público que lhe compra tomate na feira, mas acha que tem tudo para ser um bom e eficiente político. Sabe que é honesto e bem-intencionado, mas não sabe que isso, embora fundamental, é pouco. Tudo no que ele pensa não vai além de um Posto de Saúde e de uma nova linha de ônibus. Às vezes, nem uma nova linha, mas apenas a mudança do ponto final para algumas esquinas mais adiante. Isso costuma ser necessário e a sua preocupação é meritória. Mas é pouco, bem pouco, mesmo para um simples vereador. Alguns meses antes das próximas eleições, os panfletos são distribuídos no bairro e na feira: Para vereador, vote no “Zé da Feira”. Tudo pelo social. Nascido do povo, não esquecerá o povo quando estiver “lá em cima”.

E, por vezes, tais “Zés” são eleitos.

Podem ter a força dos votos suficiente para chegarem à Câmara Municipal, ou à Assembléia Legislativa, ou mesmo à Câmara Federal, como teve o índio, como teve este ou aquele artista, como tiveram dezenas de homens e mulheres do rádio e da televisão ou da crônica esportiva ou política, como tiveram vários jogadores de futebol ou representantes de outros esportes, mas a verdade é que nunca somaram nada, nunca acrescentaram nada, não porque não quiseram, mas porque nada tinham a acrescentar.

## **O POLÍTICO BRASILEIRO (II)**

Como eu disse no artigo precedente e em outras oportunidades, Política é a ciência e a arte que levam ao bem comum.

Assim sendo, é necessário que esteja nas mãos não de um curioso qualquer, mas de um verdadeiro cientista e, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, nas mãos de um verdadeiro artista.

Sendo ciência e arte que levam ao bem comum, a Política pressupõe um agente desprendido e capaz, honesto e criterioso, culto e inteligente, sábio e perspicaz. Sem tais atributos, não há como ser um bom político, não há como ter visão política, não há como sobreviver nas artimanhas (em bom sentido) próprias do entendimento, do acordo, da argumentação, do convencimento, da persuasão, enfim, da negociação, ingredientes básicos e indispensáveis quando se busca o melhor para a sociedade e que represente o pensamento e o desejo da maioria.

Esse é o perfil teórico e ideal para o homem público, para o político, no Brasil ou em qualquer outro lugar.

Contudo, os políticos que temos tido aqui, principalmente a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, estão astronomicamente distantes desse modelo ideal. Seja o “Zé da Feira”, como mostrei anteriormente, seja o artista ou o homem do rádio ou da televisão, seja o índio, sejam os atletas, como também mostrei no artigo precedente, sejam os empresários, bem ou mal sucedidos, sejam os religiosos, padres ou pastores, além de milhares de outros sem qualificação profissional bem definida e que têm feito da Política a sua única atividade ao longo de toda a sua existência, todos eles, não conheço exceção, mostraram-se não mais do que simples curiosos, mostraram-se como pessoas que, politicamente, nada acrescentaram ao país, não porque não quisessem, mas porque nada tinham a acrescentar. Quem tem rosas

oferece rosas, quem tem espinhos oferece espinhos, como dizem por aí, mas quem não dispõe de nada não pode oferecer coisa alguma.

Se fizermos uma análise um pouco mais rigorosa de suas atividades políticas, veremos que vários dos mais proeminentes entre os nossos políticos nos ofereceram muitíssimo menos do que deles se poderia esperar, face às posições que ocuparam e considerado o vastíssimo tempo de que dispuseram. Para alguns deles, a morte trouxe um certo endeusamento, que, na verdade, estavam bem longe de merecer. Sempre houve muito exagero nos discursos e arengas “pos mortem”. Ninguém derrama o próprio sangue por uma causa. Consagram-se vidas, é verdade, mas a morte nunca é buscada, mas sempre evitada, mesmo porque é preciso que aprendamos – esquecendo antigas lições – que muitíssimo mais importante do que morrer pela pátria é viver por ela. A morte de Tiradentes foi infinitamente menos importante para a nossa independência do que os interesses ingleses, por exemplo. A sua vida teria sido muito mais útil do que a sua morte.

Temos produzido milhares de políticos apenas para o “varejo”, para o “gasto”, para o “consumo” do dia-a-dia. Bem poucos se projetaram a tal ponto de merecerem um lugar na História.

Inúmeros talentos por certo se perderam no anonimato ou no esquecimento. Provavelmente porque não tenham querido ou porque não tenham se mostrado à nação, de maneira que pudessem ser vistos, analisados e apreciados no seu devido e justo valor. Faltou-lhes certamente coragem, talvez na mesma medida em que sobraram “cara-de-pau” e atrevimento para tantos outros que, apesar de incapazes, muito mal formados, em todos os aspectos, e, portanto, sem qualquer qualificação, ocuparam os lugares que não lhes eram devidos.

Lamentem-se bastante tais perdas, não apenas por eles, mas também por todos nós.

Quem se elege vereador precisa, no mínimo, ser capaz de ser prefeito. Não se pode ser eleito deputado sem aptidão para governar o estado, ou mesmo o país, e assim por diante.

De tudo o que foi dito aqui e também no artigo anterior, além de tudo o que não foi dito por falta de espaço, é fácil deduzir que, embora a responsabilidade política precisa ser de todos, a atividade política, contudo, não pode estar reservada simplesmente para os que querem ou para os que gostam do poder ou do mando, mas sim precisa estar afeta exclusivamente aos mais capazes, aos mais desprendidos, aos mais honestos, aos mais criteriosos, aos mais cultos, aos mais inteligentes, aos mais sábios, aos mais perspicazes, todas essas qualidades reunidas num só cidadão. Não lhe pode faltar uma sequer, dessas qualidades

Muitos podem ser médicos, ou advogados, ou professores. Muitos outros podem ser engenheiros, ou artistas, ou empresários. Outros podem ser religiosos, ou operários, ou cientistas. Outros ainda podem trabalhar na Administração Pública, ou no setor de serviços, ou no campo.

O político pode emergir de qualquer um deles, mas não pode ser confundido com nenhum deles, de vez que se lhe exigem qualidades em tudo diferentes daquelas exigidas ao cidadão comum.

A Política, na sua essência e na sua natureza, é exageradamente nobre para ser exercida por simples mortais. E nós não temos tido senão deles.

## **TOMA LÁ, DÁ CÁ**

Mais uma vez, o Congresso Nacional disse a que veio.

O país assistiu, estarecido, ainda uma vez, à enorme capacidade dos nossos “ilustres” políticos em legislar em causa própria. Para que se permitissem aprovar aquilo que ousam chamar de “reforma administrativa” impuseram o seu preço: novos privilégios, desta vez escancarando todas as possibilidades para receberem vencimentos exorbitantes.

As exceções aprovadas quanto ao teto dos salários na Administração Pública visam os cargos eletivos. Absurdo! Absurdo! Absurdo! Absurdo, em primeiro lugar, porque ninguém é obrigado a viver desses cargos. Candidata-se apenas quem quer. Se achar que os salários são baixos, que continue em sua atividade particular. Se não souber fazer coisa alguma, como muitos deles, que venda tomate na feira. Absurdo, em segundo lugar, porque não fazem por merecer tais níveis salariais. É extremamente difícil encontrar, entre eles, alguém com condições técnicas e visão política suficiente para justificarem o cargo que ocupa e a paga que recebe. Absurdo, em terceiro lugar, porque o país não comporta tamanho luxo, o país não comporta níveis salariais tão elevados, na Administração Pública. Esses salários são abusivos, são um acinte à pobreza do nosso povo.

Certamente, antes de aprovarem tais medidas, fizeram os cálculos e concluíram que, mesmo assim, o saldo seria positivo, isto é, a redução na folha de pagamento da União seria significativa. Isso quer

dizer que, na prática, desviaram recursos dos demais servidores para os seus próprios bolsos. Ou, se me permitirem a comparação, atingiram o orgasmo com os órgãos sexuais dos outros.

Assim é fácil. Assim se consegue fazer qualquer reforma, principalmente aquilo que chamam de reforma, porque “os homens lá de cima” têm preço. Eles se vendem com facilidade, eles se prostituem com incrível rapidez. Basta que se lhes acene com dinheiro, com privilégios, com cargos, para aprovarem qualquer coisa, ainda que não atenda aos interesses da nação. Mas mesmo que seja no interesse da nação, sempre buscam “o seu”.

Não consigo distinguir qualquer diferença entre o abuso de poder demonstrado pela Câmara Federal na votação dos seus privilégios salariais e o abuso de poder demonstrado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, no recente episódio de Diadema. Se, no caso dos policiais, houve flagrante e hediondo desrespeito ao cidadão comum e, mesmo que as vítimas fossem marginais, houve um inadmissível desrespeito à lei, no caso dos deputados houve também desrespeito ao cidadão comum e abuso de poder, de vez que, se não possuem armas para nos agredir fisicamente, possuem a faculdade de fazer a lei na justa medida dos seus interesses e que satisfaça aos seus insaciáveis ímpetos e à sanha com que agriem a nossa condição de povo humilde, simples, pobre, puro e bom, mas desgraçadamente manso.

A volúpia com a qual buscam poder, dinheiro e privilégios a se esvaírem por todos os poros e fazendo destilar o prazer mórbido e doentio pela posição e pelo mando me faz lembrar as bacanais do Império Romano, onde o vinho, símbolo ao mesmo tempo de sua grandeza e de sua podridão, escorria por entre lábios e dedos, por exemplo, do imperador Nero, enquanto Roma ardia em chamas.

É verdade que, no nosso caso, não existe incêndio, a não ser aquele que brota de nossa alma, provocado pela imensa revolta que deve estar tomando conta e atormentando a cada um de nós.

A exemplo da chamada “reforma política”, que não passou de uma simples abertura para a possibilidade de reeleição aos ocupantes de cargos executivos, a “reforma administrativa” teve o seu ápice na fixação de um teto salarial para os servidores. Critério burro, idiota, pobre e que demonstra incapacidade de pensar e de administrar. Claro que é preciso que se coloquem freios nos salários, mas um governo inteligente, capaz e austero poderá colocar tais freios mediante um sistema de avaliação de cargos e salários, como se faz na iniciativa privada. De qualquer forma, para quem gosta de teto salarial, acredito que apenas o presidente da República poderia ganhar mais do que sete vezes o salário de um trabalhador metalúrgico, qualificado, na Grande São Paulo.

Ainda uma vez, senhores deputados, a idéia do “toma lá, dá cá” prevaleceu em suas cabeças. Mas haveria eu de dizer que essa idéia pesa nas suas consciências, se elas existissem.

É verdade que a Democracia prevê a negociação. Porém a negociação, no jogo democrático, precisa buscar exclusivamente o bem comum, jamais os privilégios de alguns.

Para aqueles que conhecem a diferença entre roubo, furto e assalto, certamente fica bem fácil classificar de forma correta o ato da Câmara Federal, em 09/04/97. Com certeza o que ocorreu entre os deputados não foi uma simples votação, típica da Democracia; foi um acinte, típico da Tirania.

#### **“ORA, DIREIS, OUVIR ESTRELAS”**

Entre todas as estrelas, a única que não merece ser ouvida nem contemplada é aquela que representa um certo partido político brasileiro.

Claro que, numa Democracia, todos têm o direito de pensar. Todos precisam e devem pensar. Já disseram, bem antes de mim, que, embora não concordemos com uma só palavra do que diz essa gente, é importante e necessário que se defenda o direito que tem de dizê-las. No mínimo, a exteriorização dos seus pensamentos, mais cedo ou mais tarde, haverá de levar essa gente ao descrédito. Afinal, “o peixe morre pela boca”. Não é crível que, embora os anos passem e a História ensine, insistam em não aprender.

Há um grupo de partidos políticos, encabeçados por aquele da estrelinha, que insistem em desposar idéias no mínimo antiquadas.

Entre os seus incontáveis equívocos existem dois que bradam aos céus. Um deles é a idéia que defendem – imagine, ainda hoje – de uma nação-mãe. O outro é a idéia de nacionalismo. Nacionalismo entendido aqui não no sentido pátrio, mas no sentido econômico.

Influenciados pelas idéias de Marx, Engels, Lênin e tantos outros, e sendo citado inclusive o cristianismo como base e fundamento para tais idéias, aqueles que se dizem socialistas ou mesmo comunistas, embora cada vez mais façam questão de se dissociarem de tais rótulos, mantêm vivo o pensamento segundo o qual a nação deva ser uma instituição altamente paternalista e protetora, gigantesca na sua missão de abrigar os bons e os maus, os fortes e os fracos, os talentosos e os incapazes, os sábios e

os ignorantes, os inteligentes e os imbecis, como se fossem todos iguais, como se a estratificação social não fosse uma decorrência lógica e inevitável de suas diferenças.

Da idéia de uma nação-mãe, para eles muito mais um fim do que um meio, explica-se uma série de posições adotadas por esses partidos.

Dentre elas, pelo menos neste momento da nossa história política, as duas posições mais importantes talvez sejam a resistência às privatizações, vale dizer, a defesa de uma economia marcadamente centralizada e oficialmente planejada, e o abrigo e a proteção a tantos quantos queiram se transformar em funcionários públicos, numa demonstração bem clara de paternalismo que, sob o signo e sob a desculpa da igualdade, ampara os desiguais, não permitindo, de maneira injusta, que cada um se posicione socialmente de acordo com a sua inteligência, com o seu talento, com a sua iniciativa e com o seu esforço. Não defendem igualdade em termos de oportunidade. Defendem igualdade em termos de paternalismo. Nada mais desestimulador, para o ser humano, do que isso. Nada mais o consegue castrar, em termos de iniciativa e realizações, do que isso.

Um outro equívoco, igualmente sério e lamentável, é a idéia de nacionalismo econômico. Essa idéia não é apenas equivocada, é também ultrapassada.

Marx previu que o capitalismo não respeitaria fronteiras. Se teve o mérito de prever isso, não foi feliz, contudo, quanto à interpretação desse fato, esquecendo-se de que as relações econômicas, ao contrário das sociais, não se atêm a uma base física, a uma base, ou área, geográfica. Buscam-se as soluções econômicas onde quer que elas estejam, independentemente de municípios, estados ou países. Não conseguir enxergar essa verdade não demonstra necessariamente um viés filosófico – que seria compreensível – mas um viés de outra natureza, que seria desagradável explicitar.

Por outro lado, o modelo de substituição de importações, implantado no Brasil a partir de 1930, era um modelo tipicamente nacionalista, embora precisasse forçosamente contar com máquinas, equipamentos, tecnologia e sobretudo financiamentos e investimentos vindos do exterior. Seria impossível conciliar a idéia de um nacionalismo puro com a necessidade imperiosa da colaboração externa. Nacionalismo econômico, portanto, no sentido que anda por aí e defendido por essa gente acima mencionada, na verdade não passa de burrice econômica.

Tanto isso é verdade que o mundo caminha para a globalização econômica, com algumas sérias implicações sociais, é verdade. Mas é preciso entender que essa globalização não é imposta pelo Liberalismo, não é imposta pelos Estados nacionais capitalistas mais ricos. É uma decorrência natural e lógica não necessariamente do capitalismo em si mesmo, como dizia Marx, mas da economia em si mesma, pela sua própria natureza, pela sua essência e pela sua própria razão de existir.

“Ora, direis, ouvir estrelas”, já dizia o poeta, mas repito eu, não evidentemente no sentido poético, embora preferisse que assim o fosse. Ora, digo eu, por que ouvir determinada estrela, os seus seguidores diretos e outros agregados? Todos eles, embora em partidos diferentes, participam dos mesmos erros e equívocos, defendem as mesmas antiguidades e sonham com idéias irrealizáveis porque são baseadas numa natureza que o homem não tem, a angelical, e porque buscam um tipo de igualdade que, por obra de Deus ou da natureza, jamais existiu e jamais existirá.

## **A NOSSA CONSTITUIÇÃO: LEI OU BRINCADEIRA?**

Em 1986, o povo brasileiro elegeu um grupo de representantes, chamados “constituintes”, para que se elaborasse uma nova Constituição, em nome desse mesmo povo.

O que se assistiu, ao longo dos 20 meses que se seguiram à posse daqueles “iluminados pais da pátria”, foi algo patético, cômico e inacreditável. Nenhuma das comédias com os Três Patetas, nem qualquer outra, conseguiu ser tão hilariante.

Simplesmente, não sabiam o que fazer, nem como fazer. Com certeza, a grande maioria deles não entendia que se tratava de uma Carta Magna, de uma lei maior, de uma lei ampla e genérica à qual se subordinassem todas as demais leis, complementares ou ordinárias, federais, estaduais e municipais. Não sabiam o que deveria fazer parte da Constituição. Na dúvida, colocavam tudo, não importava de que jeito, não importava como ou com que contradições. Enquanto em algumas salas diferentes grupos desenvolviam uma Constituição claramente parlamentarista, de vez que dotava o Parlamento de poderes jamais vistos antes, numa outra sala, um outro grupo, sem dúvida formado por constituintes distraídos, optava pelo sistema presidencialista, tornando bastante difícil a governabilidade do país, como se viu depois e se vê ainda hoje. Enquanto um dos grupos se ocupava da atribuição de poderes aos três níveis de governo, o que significava, em última instância, onde deveriam ocorrer os gastos, as despesas, um outro grupo, certamente



também distraído, se incumbia das receitas, isto é, do sistema fiscal-tributário. No fim, que azar, um desencontro total.

Nessa história de não saber o que devia e o que não devia fazer parte da Constituição, um dos constituintes, senador bem conhecido tanto em São Paulo como alhures, diante de uma dessas “dúvidas cruéis”, não titubeou em dizer, em resposta a um repórter: “Não há consenso sobre esse assunto; por isso, vai para a lei ordinária”. Veja bem que o critério, pelo menos naquele caso, foi a existência ou não de consenso. Aliás, se o consenso não existia em nível de Constituição, por que deveria existir em nível de lei ordinária? Em qualquer dos dois casos, um acordo teria que ser buscado. Alguns anos mais tarde, sabe o que fizeram com aquele senador? Colocaram-no para governar o Estado de São Paulo.

Nos 74 artigos que compõem o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aparecem coisas “do arco da velha”, demonstrando, ainda uma vez, que os nossos “ilustres” constituintes realmente não sabiam o que estavam fazendo. Sem saber que disposições transitórias se prestam a um ajuste, geralmente no tempo, entre a lei anterior e a lei atual, ocuparam-se com assuntos inacreditáveis, como, por exemplos, criação de novos estados e questões ligadas a limites territoriais. Engraçados, não?

Por fim, fizeram uma Constituição exageradamente vulnerável ao tempo e às circunstâncias. Apenas para aclarar as idéias, eu diria que sempre que chover na China – imagino que lá chova normalmente – será necessário que se altere a nossa Carta Magna.

Não foi à-toa que o prof. Orestes Gonçalves, resumindo o seu pensamento sobre a nossa Constituição, disse que ela é “bizarra, pois prevê a sua própria reforma; reativa, porque rejeita totalmente a anterior; imitativa, por copiar os erros da constituição portuguesa; instrumental, visto que atende a reivindicações momentâneas, portanto, fugaz; utópica, devido às benesses sociais que oneram os custos de produção, sem a contrapartida em produtividade, estimulando a economia informal”.

Um outro aspecto caricato e grotesco foi a forma pela qual se desenvolveram os “trabalhos”. Era extremamente difícil segurar os senhores constituintes em Brasília, “trabalhando” no projeto da nova Constituição. Mas, de vez em quando, um grupinho agora, outro depois, um outro mais tarde, enfim, a coisa foi andando. Mas o que era difícil mesmo era votar “aquilo” que haviam produzido. Seria necessário que fossem amarrados em Brasília porque, uma vez postos os pés fora de lá, era muito difícil tê-los de volta, com certeza não apenas por vadiagem, mas também por vergonha por terem de votar as excrescências que produziam. Quase diariamente, o país via o dep. Ulisses Guimarães na televisão, ou ouvia pelo rádio, quase de joelhos, implorando a ida dos constituintes a Brasília, para as votações. E olhe que ganhavam regimento para isso, e olhe que haviam pedido os votos aos eleitores para isso. Safados, não?

De qualquer maneira, temos uma Constituição. É uma droga, mas temos. Não mereceria agora ser reformada, mas jogada no lixo. Ainda assim, mesmo sendo muito mais uma brincadeira do que uma lei, é imperioso que seja cumprida. Do contrário, não estaremos vivendo sob um Estado de Direito, mas numa anarquia generalizada. Desgraçadamente, os que mais a desrespeitam são aqueles que a fizeram – que ainda estão por aí – e o próprio governo. O prof. Celso Bastos aponta pelo menos 11 tópicos através dos quais o próprio governo desrespeita e rasga a lei, tripudiando sobre o Direito. Segundo ele, a inobservância à lei refere-se a vários parágrafos e incisos dos artigos 5º, 45, 153, 174, 192 e 227. Mas, com certeza, existirão outros.

Essa droga, droga que nos custou muitíssimo caro, antes que seja atirada ao lixo, único lugar compatível com a sua pequenez e com o amontoado de contradições e material de enchimento que apresenta, essa droga, antes que seja substituída por uma verdadeira Constituição, clara, eficaz, enxuta, genérica, resistente ao tempo e invulnerável às circunstâncias econômicas, sociais e políticas, específicas ou passageiras, essa droga, por paradoxal que seja, precisa ser respeitada e obedecida.

## **A NOSSA POBRE DEMOCRACIA**

Segundo recente pesquisa, dada a público em outubro/96, não mais do que 50% dos brasileiros elegeram a Democracia como o regime que mais bem atende aos seus anseios, ficando o Brasil sensivelmente abaixo da média latino-americana, que é de 61%. Entre os brasileiros, 24% se declararam favoráveis a um regime autoritário, índice sensivelmente superior aos 17% que representam a média latino-americana.

De um modo geral, os entrevistados fizeram uma associação entre esses regimes e os seus respectivos sucessos ou insucessos, tanto econômicos como sociais.

No caso brasileiro, é fácil identificar dois componentes muito importantes para explicar e justificar essa bem equilibrada (50%) indiferença para com a Democracia. Um deles é que o regime militar

ainda está em nossos calcanhares. O outro componente é representado pelos desmandos e pela irresponsabilidade daqueles que se dizem governantes.

A partir da posse do sr. José Sarney na Presidência da República, aqui citada apenas como uma interessante divisão histórica na questão democrática brasileira, mas é importante lembrar que o seu governo coincidiu com a promulgação da nossa nova Carta Magna, o que se assistiu em nosso país foi um verdadeiro “oba-oba”, uma verdadeira orgia a provar de maneira total e absoluta que a imensa maioria daqueles que foram chamados a governar, tanto no Executivo como no Legislativo, em qualquer dos três níveis, mas principalmente em nível federal, jamais teve a menor noção do que é realmente Democracia.

Não creio que devo me preocupar muito, neste momento, com o seu conceito teórico, por ser ele, a rigor, extremamente complexo, segundo entendo eu e segundo afirmam os estudiosos do assunto, como, por exemplo, o prof. Giovanni Sartori, da Universidade de Florença. Por outro lado, idéias extremamente simples, como a conhecida Fórmula de Lincoln, “governo do povo, pelo povo e para o povo”, podem levar a inúmeras interpretações, nem sempre as mais adequadas.

Para aqueles que gostam de definições ou conceitos, sugiro que pensem nessa que, modestamente, é apresentada por mim mesmo: “Democracia é o regime no qual os anseios, as necessidades e as tendências da maioria são percebidos e captados por alguém suficientemente capaz de traduzi-los em ações que representem a condução de todos rumo ao bem-estar econômico e social de cada um”.

O que têm feito os nossos “ilustres” homens do governo, e de modo bastante especial aqueles do Poder Legislativo, é algo que foge, e muito, de qualquer idéia que se possa ter de Democracia. Mesmo daquela simples e direta a que se chega quando se traduz essa palavra, que vem do Grego: *poder do povo*. Observe-se que, na palavra grega, o “povo” vem antes do “poder”, o que me parece bastante sintomático e sugestivo.

É bem verdade que o sistema parlamentarista, que vivemos disfarçadamente, também é democrático; mais que isso, reconheço que talvez seja mais democrático do que qualquer outro sistema. Contudo, o que fizeram teoricamente os nossos “ilustres” congressistas, então chamados “constituintes”, e o que fizeram e fazem na prática aqueles que os sucederam é algo que ultrapassa todos os limites. Nem é preciso falar na maior e mais simples prova da falta de qualificação que demonstraram ao fazer uma Constituição por todos os títulos parlamentarista, porém, sob um sistema presidencialista, tornando o país ingovernável também sob esse aspecto.

Congresso dotado de grande poder é algo reconhecidamente democrático, mas pressupõe qualificação para tal, exige deputados e senadores suficientemente afinados com a vivência democrática, ampla e profundamente conscientes de suas responsabilidades quanto ao seu papel de reais e dignos representantes do povo que os elegeu.

Decididamente, não é o que ocorre em nosso país. Democracia, para o Congresso Nacional, não passa de seus privilégios, de suas orgias legislativas, de suas mordomias, da legislação em causa própria, do abuso do poder, como atesta e comprova a atuação dos nossos “ilustres” representantes nas atuais reformas, ou “reformas”.

Diante dessa podridão democrática, é de se concluir que 50% de preferência pela Democracia, conforme foi apontado no início, é um índice alto, muito alto mesmo.

## **O PREÇO E O CAMINHO DAS SOLUÇÕES**

Depois de mais de 50 anos de besteiras, ou de asneiras (besta e asno são marido e mulher), durante os quais conseguimos sobreviver porque Deus nos manteve de pé, é sem dúvida difícil e demorado tomar o caminho da reconstrução, ou melhor, retomar o caminho que nos permita construir a nação com a qual todos sonhamos e tal qual merecemos.

É inútil sonhar sem trabalhar. É inútil trabalhar sem saber onde se pretende chegar. Mas também é inútil chegar, ter trabalhado e sentir as mãos vazias. Todos nós queremos sempre sentir em nossas próprias mãos o fruto do nosso trabalho. Esse fruto, em níveis bem altos e bem amplos, numa verdadeira megavisão, é uma nação realmente grande e forte, moderna, madura e capaz de proporcionar a cada um de nós todas as condições para uma vida saudável e livre, de preferência democrática, mas sobretudo com prosperidade e justiça, em todos os seus sentidos.

Em artigos precedentes, embora eu tenha feito desfilar uma razoável seqüência de dificuldades e problemas que temos enfrentado, a verdade é que todos eles, que foram “administrados” por governos pouco ou nada qualificados para tal, não passam de questiúnculas operacionais, não passam de problemas – eu poderia dizer – do dia-a-dia, de questões que qualquer governo que estivesse “de plantão”, com as “antenas” ligadas e com um mínimo de disposição e capacidade, teria resolvido.

Quanto a problemas propriamente ditos, tínhamos, e continuamos tendo, apenas dois, nada mais do que dois. Em primeiro lugar, a enorme deficiência cultural do nosso povo, exageradamente bom, puro e manso, mas complacente, inerte e que aceita todas as distorções possíveis e imagináveis da nossa sociedade e dos governos que temos tido. Falta-nos sem dúvida um reconfortante banho de civilização e cultura. O segundo problema, decorrente do primeiro, são os políticos e dirigentes que, também sem dúvida alguma, carregam em si, de maneira inequívoca e indiscutível, todas as deficiências bem próprias do povo que os gerou. Daí o provérbio bem conhecido segundo o qual “cada povo tem o governo que merece”.

Sem que tenhamos solucionado esses dois problemas, a idéia de uma vida melhor não passará de um sonho distante e irrealizável.

Não tenhamos muitas ilusões. Esqueçamos as fantasias. É preciso coragem, determinação e trabalho. O processo, sem dúvida, é lento e demorado. Mas não podemos e nem devemos pensar apenas no país que vamos legar aos nossos netos e bisnetos. Um pouco mais de egoísmo, em casos como esse, é sempre bom e sempre necessário.

Quanto mais conscientes estivermos dos nossos dois reais problemas (apenas dois, como foi dito) e quanto mais capacitados formos para proporcionar ao nosso povo esse banho de civilização e cultura, tanto mais rapidamente chegaremos a ter a nação que desejamos. Essa providência é básica e precisa ser a primeira.

Mas enquanto não conseguirmos “ressurgir das cinzas” para constituirmos um outro povo, igualmente puro e bom, mas consciente, culto e atuante, será necessário extinguir essa classe política e dirigente, por todos os títulos maléfica, indesejável e inaceitável, mesmo porque tal desaparecimento é imprescindível, se quisermos iniciar a caminhada, sem o qual (falo do desaparecimento dessa classe política) será impossível, a não ser em alguns séculos, mudar, não o coração, mas a cara e o pensamento da nossa gente.

De alguma forma, é imperioso reduzir drasticamente o tamanho e o poder do Congresso Nacional para níveis mínimos compatíveis com a Democracia e, ao mesmo tempo, fortalecer bastante o Poder Executivo, sempre sob a hipótese de entregá-lo somente a quem estiver à altura de exercê-lo. Tudo isso, evidentemente, sob o império da lei e da justiça. O Congresso que aí está, como outros que tivemos e suportamos (falo das sucessivas legislaturas), já deu provas suficientes de que não governa, de que não ajuda, de que atrapalha, e muito.

Não se trata, portanto, de extinguir o nosso regime democrático. Ele me parece fundamental, embora não o seja para muitos de nós, como foi visto antes. Sem ele, poderemos não conseguir chegar até onde pretendemos. Trata-se “apenas” de tirar de cena tantos quantos não o entendem e não o merecem. Trata-se de uma alternativa, aquela que estou propondo, igualmente democrática, não apenas quanto aos meios, mas principalmente quanto aos fins, bastante austera, é verdade, enérgica e determinada, no sentido de extirpar, qual nódulo maligno, essas verdadeiras excrescências que se dizem e se julgam governos.

## PENSAMENTOS

- O voto é uma procuração cujos termos são quase sempre rompidos pelos eleitos.
- “Vontade política” e “Vergonha na cara” são expressões rigorosamente iguais.
- A sociedade não pode negar amor e fraternidade, mas tem que cobrar responsabilidade e fazer justiça.
- Entre o Amor e a Justiça, o Amor vem sempre antes, uma vez que mesmo a Justiça é uma questão de Amor.
- Num governo democrático, porém necessariamente austero, os direitos são preservados, mas os deveres precisam ser cumpridos.
- O bem público, sendo direito ou mesmo propriedade de todos, precisa ser cuidado por todos, sempre e sem exceção alguma.
- Cada indivíduo só pode viver do seu trabalho e do seu talento; jamais da nação.
- Temos sempre que considerar a igualdade dos desiguais, como já dizia Rui Barbosa.
- A maneira mais simples e mais correta de assegurar o futuro é trabalhar no presente.
- Falando de adultos, não compete à sociedade recuperar quem quer que seja; esse é um problema de cada um.
- A justiça não se faz por si mesma; é preciso que as leis sejam acionadas.
- Se não soubermos usar as leis, elas não sairão do papel e jamais seremos uma sociedade na qual “todos são iguais perante a lei”.

- Os nossos trabalhadores, muito mal liderados, na verdade não são agentes econômicos; são apenas pacientes econômicos.
- A questão agrária é um problema de todos nós, não apenas daqueles que brigam pela terra, seja porque a têm, seja porque a querem.
- Cada um de nós tem que olhar para o espelho e sentir orgulho da pessoa que é; jamais vergonha da pessoa que foi.
- Nada existe de mais desestimulador do que o paternalismo; ele castra demais!
- Absurdo, temos uma lei que cuida do inquilinato e outra que nos obriga a usar o extintor de incêndio.
- Somos o país dos absurdos; um deles, o maior de todos, é a imunidade parlamentar.
- Temos absurdos aos montes; o voto obrigatório e o voto do analfabeto são dois deles.
- É fácil perceber que o voto obrigatório é prejudicial ao aprimoramento democrático e que o voto do analfabeto nada acrescenta à Democracia.
- Os programas sociais têm sempre um forte cheiro de paternalismo.
- Como acham bom e tranquilo legislar em causa própria!
- Congresso é necessário, mas o nosso atrapalha... e como!
- A expressão tida como bíblica “crescei e multiplicai-vos” precisa ser muito bem repensada e entendida, especialmente por aqueles que só sabem fabricar bebês.
- O que têm feito os nossos legisladores e os nossos juristas para protegerem os adultos dos menores? Afinal, os tempos mudaram.
- Não se deve tentar recuperar os irrecuperáveis pois não precisamos deles; já somos muitos.
- O Estado tenta administrar o que não sabe e não administra o que deveria saber; conclusão para quem não entendeu: o Estado não sabe nada.
- As universidades não existem para todos, mas apenas para os mais aptos, que são poucos.
- Se não soubermos usar os nossos direitos, seremos “engolidos” por aqueles que sabem.
- A vitória final não pertence aos que sempre acertam, mas sim àqueles que erram menos.

## **Segunda Parte: A NAÇÃO QUE QUEREMOS**

Não chores, meu filho;  
Não chores, que a vida  
É luta renhida;  
Viver é lutar;  
A vida é combate  
Que aos fracos abate,  
Que aos fortes, aos bravos  
Só pode exaltar”.

*Gonçalves Dias, CANÇÃO DO TAMOIO*

## Capítulo Primeiro: IDÉIAS PRELIMINARES

No título dado à Primeira Parte, achei que seria importante usar a palavra “país”, por julgá-la mais adequada à nossa realidade.

Todos sabemos que “país é um território habitado por uma coletividade e que constitui uma realidade histórica e geográfica, com designação própria”.

Nesse sentido, temos realmente um país. Mas isso não me basta.

A rigor, e se eu quiser e puder simplificar um pouco, a palavra “país” indica um pedaço de terra no qual habita um amontoado de gente, ainda que tenha uma certa história. Estou querendo dizer com isso que um país, tal qual definido pelos dicionários ou mesmo tal qual entendido pelos juristas, é uma entidade muito pobre e muito restrita, não tendo, portanto, como proporcionar à sua gente condições para se desenvolver economicamente e se organizar social e politicamente na tentativa de se consolidar como seres humanos aos quais estão associados direitos inalienáveis, como o direito ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação, ao transporte, etc. A esses direitos somam-se os conceitos de *liberdade* e *igualdade*, tanto pessoal e espiritual quanto social, sem os quais as idéias que todos temos de um ser humano racional e livre ficariam seriamente prejudicadas.

Reconheço que muito se tem falado e escrito sobre isso. As nossas bibliotecas estão cheias de teorias sobre o assunto. Muitos planos de governo e inúmeros programas de partidos políticos não têm economizado papel para teorizarem e prometerem verdadeiros milagres que possam conduzir o nosso povo a condições compatíveis com essa liberdade e com essa dignidade. A própria Igreja Católica Apostólica Romana não pode ser acusada de silenciar nesse aspecto. Vejam-se as encíclicas sociais e os pronunciamentos tanto do papa, qualquer um deles, como de bispos ou cardeais.

Porém, como se sabe, não temos tido gente capaz, principalmente nos governos que se sucedem, de transformar tais bases filosóficas (não se assuste, mas essas bases são realmente filosóficas) em ações firmes e eficazes que possam vir a mudar o nível de vida da nossa gente.

Os fundamentos, portanto, têm origem na Filosofia. Esta é uma ciência (ou seria uma arte?) extremamente importante. Ao lado da Matemática, apresenta-se como fundamental para a humanidade. Contudo, precisa ser “codificada”, precisa ser traduzida e transformada em ações efetivamente capazes de produzir efeitos práticos e duradouros. É, por exemplo, como o café, que se toma preto, quente e gostoso, mas que veio dos grãos verdes e depois vermelhos que ornamentam as árvores que os produzem. No café, algumas etapas são necessárias, desde a planta até a xícara. Na Filosofia, existem também etapas desde o nascimento das idéias até a sua realização prática.

O que eu me proponho aqui é fazer essas transformações, isto é, por assim dizer “queimar” algumas etapas e estabelecer um elo de ligação entre tais concepções filosóficas, inclusive aquelas de cunho religioso, e a realidade de cada dia, nas ruas, nos lares, no trabalho, no lazer. Sem isso, continuaremos a ter dois verdadeiros e eternos órfãos: de um lado, a Filosofia, sábia e profunda, porém complicada e inútil, enquanto ciência pura; do outro lado, o nosso povo, simples, superficial e, por isso mesmo, inútil e incapaz de se auto-realizar, não apenas como indivíduo, mas também socialmente.

Quem me ler até o fim verá, ainda que seja apenas nas entrelinhas. Assim espero.

Parece-me haver ficado implícito, através do que foi dito até este ponto, que o que se busca é realmente a configuração de algo a que os teóricos e entendidos chamam “nação”. É sempre bom lembrar que, segundo esses entendidos e segundo os dicionários, “nação é um agrupamento de seres, organizados social e politicamente, geralmente fixos num território, ligados pela origem, pelas tradições e lembranças, pelos costumes, pela cultura, pelos interesses e aspirações e, em geral, por uma só língua”.

Observe-se que as palavras “interesses” e “aspirações” são palavras realmente chaves. Se não existissem interesses e se não houvesse aspirações, imagino que não haveria motivo algum para se pensar numa nação. Seríamos apenas um amontoado de gente até o fim dos tempos. Afora as palavras chaves, tudo o mais que aparece nesse conceito não são simplesmente acessórios que poderiam servir apenas como coadjuvantes. São componentes sem dúvida primordiais e que representam a garantia de que os objetivos últimos definidos e embutidos nas palavras-chaves se concretizem.

Isso tudo é realmente muito bonito. Talvez complicado, porém lindo.

Mesmo não estando eu muito preocupado com essa beleza, em si mesma, é preciso ressaltar que o conceito teórico de “nação” é de especial importância e de forma alguma pode ser esquecido ou dispensado, uma vez que define claramente o que se busca, o que se quer, o que se precisa, quais são os “ingredientes” que deverão ser utilizados quando se pensa em atingir, ou obter, todos aqueles atributos contidos nas suas palavras-chaves *interesses* e *aspirações*. É claro que a lista de “ingredientes” não se esgota nas poucas palavras que compõem um conceito, uma vez que, raras vezes, ele é totalmente abrangente.

Se voltarmos ao conceito de “nação” acima exposto, e se nos lembrarmos do que foi dito na introdução, bem lá no início deste livro, sobre ingredientes e atributos, veremos, de maneira bastante resumida, que nesse conceito estão expressos alguns “ingredientes” como: organização política, organização social, território, origem, tradições, lembranças, costumes, cultura e língua. Da mesma maneira, estão expressas duas palavras-chaves, interesses e aspirações, dentro das quais poderão ser encontrados facilmente alguns atributos, como segurança, direitos garantidos, dignidade assegurada, propriedade, prosperidade econômica e social, etc.

A conclusão é que o conceito de “nação” é efetivamente bastante sábio, ainda que, nele, possa faltar alguma coisa, sem, contudo, afetar-lhe ou diminuir-lhe o sentido, uma vez que as idéias que lá estão são suficientes para gerar em cada um de nós a exata compreensão daquilo que pretendemos construir. Não é à-toa, portanto, que essa palavra aparece não apenas no título deste livro, mas também no nome dado a esta Segunda Parte.

Isto posto, acredito ter ficado suficientemente claro por que parti de “O país que temos”, na Primeira Parte, para “A nação que queremos”, nesta Segunda Parte.

À primeira vista, examinando o conceito de “nação”, poderemos ser tentados a acreditar que, na verdade, somos uma nação, uma vez que podemos verificar que alguns dos seus componentes podem ser encontrados na prática. Sem dúvida, temos um território, e também uma língua, mas nunca foram suficientemente claras entre nós nem as tradições e muito menos as lembranças. Quanto à origem, apesar de termos algum conhecimento sobre ela, a verdade é que pouco ou nada sabemos sobre o seu real significado na vida prática. Temos uma organização social e política, é verdade, mas também é verdade que não temos colhido de tais organizações os frutos que merecíamos, o que demonstra a existência de deficiências. Estas, posso antecipar, são extremamente sérias, como, aliás, já foi mostrado ao longo de toda a Primeira Parte. No que se refere aos costumes e à cultura, é indiscutível que jamais foram considerados de forma adulta e objetiva, esmerados, trabalhados e desenvolvidos racional e objetivamente, visando à formação de uma identidade nacional. O que temos aí está, como se não tivéssemos, na sua forma bruta e primitiva.

Mas a maior lacuna, quando se examina o conceito de “nação”, está justamente nas suas palavras-chaves: interesses e aspirações. É verdade que, isoladamente, cada um de nós tem os seus interesses e as suas aspirações. Isso, sem dúvida, é importante, mas é pouco, principalmente quando se sabe da influência que os demais indivíduos e a própria nação exercem sobre cada um de nós.

É preciso, é fundamental que a nação inteira, a nação como tal, tenha interesses e aspirações, sem o que os interesses e as aspirações individuais ficarão seriamente prejudicados. Como pensar em liberdade, em justiça social, em segurança, em dignidade, apenas para dar alguns exemplos, tidos e obtidos exclusivamente a partir da iniciativa e do esforço individuais? Impossível.

Uma série bastante grande de atributos jamais poderia ser atingida de forma isolada. É imprescindível a colaboração dos demais indivíduos e do arcabouço que os envolve, isto é, da nação. O homem não é um ser social por decreto, não o é por uma concepção teórica, mas sim por uma questão eminentemente prática. Talvez até ele não tenha nascido originalmente com essa natureza de caráter social. Mas, por exigências facilmente compreensíveis, ele se tornou social e não há como mudar isso. Nem é necessário. Mas este é um assunto para os sociólogos.

Julgo ter ficado suficientemente claro qual é o meu objetivo com este livro. De uma maneira extremamente resumida, posso dizer que temos um país, mas queremos uma nação de verdade.

Pretendo ser claro, rápido e objetivo, mas algumas etapas precisam fazer parte deste trabalho; são importantes e colaboram decisivamente para que o objetivo final seja atingido, isto é, a concepção de um novo Brasil e a apresentação de um modelo político “sob medida”, não apenas pensando na atual conjuntura, nesta virada de século e de milênio, mas, inclusive e principalmente, procurando atingir o futuro de forma tão longínqua quanto as atuais visões do mundo, da Economia, da sociedade e sua organização permitirem.

Há que se considerar, ainda que de maneira rápida e mesmo superficial, um pouco da nossa história, de vez que é muito difícil, se não impossível, projetar o futuro sem haver entendido o passado e sem ter analisado o presente. Isso será visto no próximo capítulo.

Uma questão de extrema importância nessa caminhada, que será tratada no capítulo terceiro, é aquela relacionada à índole do povo brasileiro, fator decisivo e determinante de nossas lutas inglórias, de nossas frustrações e de nossos fracassos; enfim, do nosso caminhar de tartaruga. Não me canso de repetir que temos um povo genuinamente puro e bom e que tais qualidades precisam ser preservadas a todo e qualquer custo, agora e sempre. Somos indiscutivelmente puros e bons, faltando-nos apenas um reconfortante banho de civilização e cultura.

E economia, a estrutura social, a Administração Pública e o Serviço Público serão, a seguir, objeto de análise e, em alguns casos, de reformulações, em termos de propostas, tanto de natureza quanto de profundidade. Sem tais reestruturações não teremos como construir uma nova nação. Veremos isso nos capítulos quarto, quinto e sexto.

Não vivemos isolados. Da mesma maneira como individualmente fica difícil pensar em interesses e aspirações, em nível internacional também se torna problemática a idéia de uma grande nação, que também tenha interesses e aspirações, se fecharmos os olhos para o que existe além das nossas fronteiras. O mundo das idéias e das concepções, das mais diversas naturezas, especialmente esse mundo, nos afeta, e bastante. Por isso, no capítulo sétimo, estarei analisando tais influências.

Como um meio particularmente importante para qualquer realização no campo político, busco o esplendor, a exuberância e a plenitude da Democracia. Destaco, então, todo um capítulo para relembrar os aspectos mais importantes e sugestivos desse regime. É o capítulo oitavo.

O povo brasileiro, ao mesmo tempo “ingrediente” e “atributo” nesta minha “receita”, é, sem dúvida alguma, o personagem central e decisivo em todo o processo. Como eu já disse antes, esse povo precisa ser mantido como é em sua essência, porém está carente de uma renovação, eu diria, exterior, está carente de um banho de civilização e cultura. Por isso, no capítulo nono, falarei sobre tal banho, no que consistirá, que “sabões” ou “detergentes” usarei, além de fazer algumas previsões acerca do futuro dessa nova gente.

Por fim, uma vez lançadas as bases, uma vez estabelecidas as premissas e uma vez conhecidos e solidificados os pré-requisitos, estarei em condições de propor um modelo político “sob medida” para a nação com a qual tenho sonhado. Isso ficará para o último capítulo.

Não se deve e nem se pode assustar com a palavra “Política”. Temos que pensar nela não como no passado nem como no presente, uma vez que, graças ao péssimo uso que dela fizeram tantos quantos se apresentaram no cenário público, sentimos náuseas, por vezes não contidas, sempre que dela ouvimos falar. Teremos que fazer ressurgir o seu verdadeiro significado e teremos que restaurar a sua prática, tal qual foi “originalmente concebida”, mesmo porque, desde que somos mais de um, será absolutamente impossível chegar a qualquer lugar a não ser pelos caminhos da Política. Não há outra saída. Não há milagres a realizar. Não há como resolver os nossos problemas, em quase todos os casos, a não ser a partir do nosso trabalho, da nossa conscientização, da nossa organização e da nossa atividade política.

Para quem gosta de definições ou conceitos, sugiro que atente para a exuberância, para a profundidade e para a beleza desta definição que aqui transcrevo: “Política é a ciência, a arte e a virtude que levam à realização do bem comum”.

Pela própria definição, podemos entender como e por que, historicamente, dela fizeram mau uso todos aqueles, ou quase todos, que dela se ocuparam e continuam se ocupando. Fazer política, viver a Política significa, necessariamente, buscar o bem comum, isto é, o bem de todos, da coletividade. Qualquer objetivo fora esse é usurpação, é deterioração dessa idéia tão encantadoramente linda que é a Política. E isso, eles o fazem, e de sobra.

Se conseguirmos construir uma nova nação, a partir de uma economia revitalizada e atualizada, a partir de bases sociais justas e realistas, a partir de uma Administração séria e técnica, a partir de uma renovação profunda e completa dos quadros dirigentes, a partir de uma organização política adequada, firme, duradoura, eficiente e eficaz, e, sobretudo, a partir de um povo culto, maduro e consciente, mas se, depois disso tudo, não conseguirmos restaurar e passar a viver o verdadeiro sentido da Política, terá sido tudo em vão, os resultados não passarão de transitórios e ilusórios, porque, em pouco tempo, terão as gerações futuras que recomeçar tudo, a partir exatamente do ponto em que agora começamos.



## Capítulo Segundo: UM POUCO DE HISTÓRIA

Logo depois que esta nossa abençoada terra caiu do céu diretamente para a Coroa portuguesa, graças ao fortuito achado de Cabral, não é de admirar que a gente lusitana não soubesse o que fazer com ela, uma vez que já existiam outras colônias para serem cuidadas por pouco mais de um milhão de habitantes.

Não me parece de admirar, portanto, que a nós brasileiros, ainda hoje, não nos é dado confiar muito nas possibilidades imensas deste nosso país. Assim o é desde a nossa origem. Tendo sido considerada, à época do seu descobrimento, uma terra praticamente inaproveitável (apesar da carta de Caminha), uma vez que predominavam ainda as idéias mercantilistas que haviam se imposto com a dinastia de Avis, é compreensível que a burguesia, dominante desde dom João I, não pretendesse voltar suas vistas e seus interesses para a nova descoberta, por representar ela possibilidades comerciais praticamente nulas. Confiaram muito mais nas palavras de Américo Vespucci: “Pode-se dizer que nela não encontramos nada de proveito”.

Observa-se, portanto, que, em matéria de governos, a falta de visão já vem de longe.

Se naquela época não sabiam o que fazer com este nosso país, pode-se afirmar que isso não mudou quase nada em 500 anos. Apenas para dar um exemplo, podemos observar que, ainda hoje, não se sabe o que fazer com a Amazônia. Será que existe alguma diferença entre a Amazônia de hoje e os primeiros 30 anos de nossa história?

Mas os portugueses conseguiram, por fim, entender e perceber que a melhor visão e a bem melhor percepção dos outros povos certamente estavam ameaçando a posse efetiva da nova colônia.

A mesma coisa ocorre hoje, quando o mundo se preocupa muito mais do que nós com a Amazônia – e com os índios que lá estão, além dos outros – quando o mundo sabe mais do que nós sobre ela e a vê melhor do que nós, “míopes” que continuamos sendo, ainda para ficar com o exemplo da Amazônia.

Depois dos primeiros 30 anos, a partir da nossa descoberta e em completo abandono, (quando se fala em governo, “abandono” é uma palavra que também é nossa velha conhecida, que nos acompanha sempre e que está conosco ainda hoje) tivemos o nosso primeiro sistema de governo: a franquia. (Acredito ser o primeiro a usar esse termo, nesse contexto). Se observarmos bem, veremos que as condições pelas quais foram estabelecidas as capitânicas hereditárias mostram uma semelhança incrível com o atualíssimo sistema de franquias, bastante usado hoje entre as empresas industriais, comerciais e mesmo de serviços. Mas não fomos os primeiros a ser “franquiados”. Esse sistema já havia sido usado antes.

Curiosamente, com o abandono desse sistema, a partir de 1549, e com a introdução do nosso segundo sistema de governo, o de um governador geral, o Brasil empreendeu a sua primeira reforma agrária: as sesmarias. (Acredito também que eu seja o primeiro a associar a idéia de sesmarias com a de reforma agrária). Mas esse sistema tinha certas “conotações” que, como se sabe, jamais nos abandonaram. Sempre existiam os privilegiados que, por terem maiores recursos e em nome da produtividade, levavam certas vantagens na distribuição dessas terras.

É importante observar que a hegemonia econômica – e daí a hegemonia social e política – não se baseava exclusivamente na posse e no aproveitamento da terra, como no caso europeu, mas também e sobretudo na posse e no manejo de escravos, aparecendo o latifúndio como a característica básica da economia colonial.

Do ponto de vista social, já era bem nítida e marcante a existência de duas classes: os senhores de engenho, de um lado, e, do outro, índios, negros e mestiços, marcados basicamente pela escravidão e pela miséria. A estes últimos se acrescentaria depois um contingente a que se poderia chamar de “massa popular”.

Aos senhores rurais, ou senhores de engenho, associava-se um poder político que se sobrepunha ao da Coroa. Dentro de um sistema político composto apenas pela soberania exercida pela Coroa portuguesa, observa-se que o poder político, de fato, era exercido pela classe dominante. Esse é um fato que também não iria se alterar ao longo da história. Não cabe, neste momento, analisar e concluir sobre se isso é bom ou ruim, evitável ou inevitável. Certamente terei oportunidade de fazê-lo mais adiante, quando estiver analisando a questão social, por se tratar de um assunto de caráter não apenas econômico, social,

político e histórico, mas também, e principalmente, antropológico. Porém, é bom lembrar que isso sempre ocorre, inclusive atualmente, época em que a “burguesia” deste fim de século, via empresários, via banqueiros, via ruralistas e também via pressões vindas do exterior, desequilibra, através do Congresso Nacional, o sistema de forças, que não poderia deixar de ser estável, sob o pulso e sob a “sapiência” do governo estabelecido em Brasília.

Pela metade do século XVII, quando as condições sociais e políticas da metrópole já apresentavam grandes alterações, no Brasil já se fazia presente uma grande disparidade entre os interesses nacionais e os interesses portugueses. Era o início de um processo que culminaria com a nossa independência, 170 anos mais tarde, período esse que seria marcado pelo progresso econômico brasileiro e pela opressão colonial da metrópole portuguesa, às voltas com sérios problemas econômicos, advindos principalmente da exaustão do comércio com as Índias. Ante uma situação bastante difícil, viram-se os portugueses forçados a entender que o Brasil se constituía em sua única saída, reconhecendo, finalmente, não pela cabeça mas pela necessidade e pelas circunstâncias, o grande potencial econômico de nossa terra.

Ainda naquela época, em meados do século XVII, seria natural que a estrutura social brasileira sofresse também um processo de mudanças como reflexo lógico da nossa situação econômica e do jugo colonial português.

Com o desenvolvimento do comércio e do crédito, surgiu um novo tipo de burguesia, a urbana, a por em risco a hegemonia dos senhores rurais, os senhores de engenho. Com a ascensão dessa burguesia comercial urbana, em detrimento da burguesia rural, e graças às “regras do jogo” que, no ardor das opressões impostas pela Coroa portuguesa, favoreciam sensivelmente a classe dos comerciantes, seria natural que o poder político aos poucos mudasse de mãos, isto tudo não sem lutas, como, por exemplo, a Guerra dos Mascates.

Sem querer provocar qualquer hilaridade, que poderia ser maldosa para com a nossa boa gente portuguesa, é oportuno lembrar que o espírito português permanece ainda hoje inalterado, preferindo, já naquela época, o comércio ou mesmo o trabalho nas minas a enfrentar as vicissitudes do trabalho na agricultura. Hoje a situação não é diferente, a não ser pelas minas.

Com o gradual aumento da hegemonia econômica e política nas mãos da burguesia urbana, verificou-se um também gradual, mas firme, movimento por parte da Coroa, fazendo então valer a sua soberania e impondo restrições cada vez maiores à administração local. Como diz o prof. Caio Prado jr., “...rompera-se o equilíbrio político do regime colonial. Minando-lhe surdamente a base e manifestando-se por vezes na superfície em atritos e choques violentos, trabalhavam forças contrárias que dia a dia mais lhe comprometiam a estabilidade. O choque dessas forças, interesses nacionais e lusitanos, no terreno econômico, autonomia local, representada pela auto-administração dos colonos, e sujeição administrativa, representada pelo poder soberano da Coroa portuguesa, no terreno político; o choque dessas forças contrárias assinala a contradição fundamental entre o desenvolvimento do país e o acanhado quadro do regime de colônia. Dele vai resultar a nossa emancipação”.

Até fins do século XVIII vivíamos praticamente envolvidos em questões apenas domésticas, se entendermos metrópole e colônia como uma coisa só.

A virada daquele século, porém, marcou para o Brasil o início de uma nova etapa, na qual as relações internacionais começaram a se fazer presentes e, inevitavelmente, começaram a afetar a nossa vida como país – ou como colônia – e o fizeram por razões econômicas, mas evidentemente por vias políticas.

A primeira decorrência política de vulto desse processo foi a nossa independência. Se retroagirmos um pouco, a partir de 1800, mais ou menos, encontraremos a Inglaterra bastante interessada em desenvolver as suas relações comerciais com o Brasil, sem as restrições impostas por Portugal. As guerras napoleônicas foram apenas um pretexto de que se serviram os ingleses para influenciarem na decisão da Coroa portuguesa em mudar-se para o Brasil. É fato bastante conhecido que tal mudança, além de atender e satisfazer aos interesses ingleses, criou condições para a nossa independência, que, ao contrário de todas as demais, nas Américas, se deu sem qualquer tipo de revolta armada.

A rigor, a nossa independência deveria datar de 1808 porque, com a chegada da família real, como diz o prof. Caio Prado jr., “estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o Regente aboliu – ipso facto – o regime de colônia em que o país até então vivera. Todos os caracteres de tal regime desapareceram, restando apenas a circunstância de continuar à sua frente um governo estranho”.

Mas nada foi assim tão tranquilo. É preciso lembrar a ocorrência da Revolução Constitucional do Porto e a convulsão generalizada que se seguiu, em terras brasileiras, com as diversas facções em defesa de seus interesses, dadas as diferentes contradições econômicas e sociais que se verificavam na sociedade colonial brasileira.

Das três principais facções em luta, uma delas, então chamada de “partido brasileiro”, por diversas razões, inclusive a de estar mais próxima do Rei, prevaleceu, mesmo porque faltou a participação das massas, entre os oponentes.

Fato importantíssimo na proclamação da nossa independência é que ela se fez sem a conscientização e a participação popular, o que lhe custou a não participação na nova ordem política. A independência brasileira foi, em última instância, o resultado muito mais da luta de uma classe do que da nação.

Esse fato, essa conotação representada pela ausência ou pela indiferença do povo em relação aos destinos do país, iria ser observada em outras ocasiões. Não se pode dizer, por exemplo, que a Revolução de 1964 tenha sido inspirada no seio do povo, apesar da “marcha da família, com Deus e pela liberdade”. Foi um movimento muito mais militar do que qualquer outra coisa. Sabe-se, apenas para dar mais um exemplo, que o movimento que tirou Fernando Collor de Mello da Presidência da República, se bem que tenha tido grande e merecido apoio popular, foi na verdade uma reação política, com o respaldo dos meios de comunicação.

É bom observar também que, na época da independência, o trabalho de “lobby” já existia e já se mostrava bem eficiente. Durante os meses que se sucederam depois do retorno de dom João VI a Portugal, os “lobbistas” do chamado “partido brasileiro” desenvolveram um trabalho de bastidores digno dos atuais que, no Congresso Nacional, fazem prevalecer os seus interesses ou aqueles de seus representados. Daí, com a independência, que não tardou, politicamente ficaram com a “parte do leão”, uma vez que, como é sabido, não tivemos, pelo menos no início, um poder autocrático, cabendo a dom Pedro I, nesse início, apenas o papel de “Imperador de plantão”.

É bem verdade que esse quadro iria se alterar logo depois, quando o chamado “partido português” se fez presente e, abarcando os interesses ligados ao antigo regime de colônia, usou admiravelmente bem os naturais pendores de dom Pedro I, bem como a sua compreensível solidariedade para com os seus compatriotas, para transformá-lo, em pouco tempo, na figura central do governo absolutista que pretendia e que conseguiu implantar.

São bastante conhecidas as convulsões políticas e sociais que dominaram o país desde a independência até a Proclamação da República, quase 70 anos depois.

Fugindo, contudo, à simples narrativa desses episódios, que fica por conta dos historiadores, parece-me bem mais importante observar alguns fatos que se sobressaem à luz da História.

O primeiro deles se refere à tarefa de organizar um Estado de Direito para emoldurar um país que se fizera livre. Isso não foi fácil, em virtude das forças econômicas, sociais e políticas que buscavam consolidar suas posições. A Assembléia Constituinte de 1823 reflete isso. A forma de atuar de seus contendores seria imitada mais tarde, principalmente por aqueles de 1988. Abutres tanto lá como cá, tanto ontem como hoje. Essa tarefa, a de organizar um Estado de Direito, comum a todos aqueles que se tornam livres ou mudam de regime, ou ainda mudam o seu sistema de governo, evidentemente não seria fácil, em razão dos interesses em jogo, como foi lembrado acima. Os franceses, por exemplo, 33 anos antes, estiveram em situação semelhante, imediatamente após sua revolução, quando, basicamente, girondinos e jacobinos se digladiaram, pode-se dizer, até a morte, com a derrocada destes últimos e com a decapitação de Robespierre.

O segundo fato é que dom Pedro I, tanto como “Imperador de plantão” quanto como um soberano autoritário, não parecia suficientemente bem dotado para governar o país que lhe caíra nas mãos, quase por acaso, e talvez lhe causando um susto tremendo. Infelizmente, não seria o único em nossa história. O Sarney que o diga, entre muitos outros.

O terceiro fato é que, durante o período do qual me ocupo agora, afortunadamente não poderíamos ter mais do que dois incompetentes no governo, uma vez que apenas dois foram os nossos imperadores. Dom Pedro II, quem afirma não sou eu, mas a História, notabilizou-se por um governo baseado no “vai da valsa”, por sua falta de visão política e por sua enorme dificuldade em entender o processo social que se descortinava logo abaixo e à frente do seu nariz. Este sim, dom Pedro II, apesar de seu enorme amor à pátria, à liberdade e à cultura, foi um eterno “Imperador de plantão”, malgrado suas indiscutíveis qualidades no manejo de pormenores puramente administrativos. Que se lhe faça, contudo, a justiça de se reconhecer nele, mesmo dentro do regime monárquico que encabeçava, o maior republicano de todos os brasileiros daquela época, pelo menos o mais importante deles, e o mérito de ter preparado o advento da República, embora muito mais graças ao seu estilo de governo, pacato e sempre aberto ao diálogo e à liberdade, do que em decorrência de uma atuação política consciente e direcionada para tal objetivo. Tanto isso é verdade que os mais proeminentes republicanos, inclusive o marechal Deodoro da Fonseca, gozavam da sua amizade e do seu convívio.

Quanto a esses imperadores, apenas não se lhes pedia que atendessem ao telefone sempre que tocasse, simplesmente porque tal meio de comunicação ainda não lhes era disponível. Chegaria só mais tarde, quando dom Pedro II já estava “de saída”.

O quarto fato é, ainda uma vez, a participação, ou melhor dizendo, a intromissão da Inglaterra no processo econômico, social e mesmo político do Brasil. Desta vez foi a questão do tráfico de escravos, através da qual os interesses ingleses, camuflados por um espírito “humanitário” de “proteção” aos “irmãos negros”, eram visivelmente buscados, tendo em vista a sua supremacia comercial na África e a concorrência brasileira, principalmente no caso do açúcar, concorrência essa possível graças ao trabalho escravo de que dispúnhamos. Não discuto aqui o mérito da questão, nem mesmo as repercussões que a suspensão do tráfico de escravos trouxe para o Brasil, a partir de 1852. Cito apenas aqui a interferência inglesa, em si mesma.

A última observação é que, por duas vezes no século passado, o século XIX, o Brasil se viu às voltas com alterações políticas bastante importantes, ambas ensejadas pelo mesmo fato, ou melhor, por fatos da mesma natureza: a estrutura política vigente não comportava e não atendia às exigências de sua estrutura econômica e social. A Independência foi uma resposta bem clara a essa discrepância. A Proclamação da República, o segundo acontecimento político de proa do século XIX, também atendeu a esse imperativo econômico e social, tendo ocorrido quando a mudança no sistema de governo e no regime estava exageradamente madura, a tal ponto de eclodir graças a uma simples passeata militar.

Talvez se possa dizer que, no Brasil, o século XX começou um pouco antes, principalmente se for aceita a idéia de se associar esse século com o período republicano, pelo menos até aqui.

Também neste caso, isto é, durante a vigência do período republicano, até agora, a seqüência dos fatos históricos fica por conta dos historiadores.

Tais fatos, em geral marcados por tensões e conflitos, relacionam-se basicamente com a passagem para uma sociedade urbana e industrial.

Depois de quatro séculos de Brasil colonial e imperial, cuja economia foi marcada por uma agricultura fundamentada no latifúndio e na exportação de produtos primários, o nosso primeiro modelo econômico, o Brasil iniciou a sua caminhada rumo a uma sociedade industrial e, portanto, urbana. Como reflexo disso, as relações políticas passaram da “aristocracia” rural e de uma reduzida parcela da população a que eu poderia chamar de “intelectuais” para uma nova organização, na qual o povo se apresenta, agora sim, como uma categoria política. Novos contornos sociais, políticos e culturais iriam se cristalizar com tais mudanças.

Há uma correlação bastante grande entre os acontecimentos políticos que marcaram a primeira metade deste século XX e o conflito de interesses, onde se tinha, de um lado, o poder econômico e político do setor agrícola, ainda eminentemente exportador, e, do outro, o setor urbano e industrial, onde despontavam a classe média, os militares, os primeiros grupos empresariais e o proletariado, personagens que se tornariam chaves para a nossa recente história econômica, social e política.

A revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao Poder, marcou o fim de um longo período da hegemonia agrícola, comandada politicamente por São Paulo e Minas Gerais, política essa que passou para a História como a “política do café com leite”.

Como escreve Boris Fausto em A Revolução de 1930, “o Estado que nasce em 1930 e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade. A burguesia do café está deslocada do Poder em consequência da crise econômica; as classes médias não têm condições de assumir seu controle; os “tenentes” fracassaram como movimento político autônomo; os grupos desvinculados do setor cafeeiro, especialmente o industrial, não se encontram em condições de ajustar o Poder à medida de seus interesses, seja porque tais interesses coincidem freqüentemente com os daquele setor, seja porque o café, apesar da crise, continua a ser um dos centros básicos da economia”.

Com Getúlio Vargas, mas não necessariamente graças a ele, inicia-se o nosso segundo modelo dentro do processo de industrialização, o de substituição de importações, que visava a diversificação e a expansão do setor industrial. Embora os estudiosos do assunto situem essa fase entre 1930 e 1964, a verdade é que tal modelo, implantado nesse período, prevaleceu até o início da década dos 90, quando a chamada “abertura econômica”, do presidente Collor, minou a sua conceituação e a sua prática.

Fato importantíssimo, tanto do ponto de vista econômico como político, e que marcou bastante esse período, foi que o Estado brasileiro, detentor das decisões sobre política econômica, não apenas formulava e orientava essas políticas, como também passou a executar vários pontos dos diversos programas de desenvolvimento econômico. Como se sabe, essa “mania” de Estado empresário somente agora, na virada do século e do milênio, parece querer e poder nos abandonar, com a privatização de inúmeras empresas estatais. Não era sem tempo.

A terceira etapa do nosso sistema econômico consistiu na abertura da economia brasileira, ou da associação desta, ou do setor industrial, para ser mais preciso, com capitais e interesses estrangeiros, associação essa que alguns autores chamam de “internacionalização do setor industrial”.

Embora politicamente essa fase tenha se cristalizado com o regime militar, a partir de 1964, em termos práticos ela foi concomitante, pelo menos em parte, com a fase de substituição de importações. E nem poderia ser diferente, uma vez que o modelo anterior, prevendo a dinamização da produção interna em detrimento das importações, deixava implícita a necessidade de capitais e de financiamentos, além das questões relacionadas com a transferência de tecnologia. E tudo isso teria forçosamente de ser buscado estivesse onde estivesse, principalmente no exterior. Portanto, do ponto de vista estritamente econômico, capitais estrangeiros não constituem nenhum pecado mortal, nem mesmo venial, ficando difícil, em sua consciência, separá-los de idéias ditas “nacionalistas”. Aliás, as idéias estritamente nacionalistas estão fadadas a desaparecer em pouco tempo, depois da virada do século, conforme pretendo mostrar no capítulo quarto.

É bom lembrar ainda que, concomitantemente ao modelo de substituição de importações, tivemos alguns traços de um modelo do tipo socialista, mas que, como tal, não se caracterizou completamente e muito menos se viabilizou politicamente. O intervencionismo estatal, as frustradas tentativas de planificação econômica, como as chamadas “metas” do presidente Juscelino, as práticas de políticas de massa, as idéias reformistas e o aprimoramento cultural e político são os principais indícios desse modelo.

Tais são, em linhas bem gerais, os contornos da economia brasileira sob a égide da República. Tudo o mais não passa de nuances ou de “acidentes de percurso”, como, por exemplos, a implantação da indústria automobilística durante o governo Kubitschek e a crise do petróleo, que nos levou ao programa do álcool como combustível para motores à explosão.

Como é sabido, a mesma roda que altera ou desenvolve a economia provoca alterações sociais. Estando na mesma roda e na mesma engrenagem destas, o quadro político não tem como deixar de refletir tais mudanças. O Brasil republicano, vale dizer, com pequena dose de aproximação, o Brasil do século XX, não poderia ser diferente.

Com a gradativa alteração do sistema econômico, a hegemonia rural, representada basicamente pela cultura cafeeira em São Paulo e pela pecuária em Minas Gerais, estava com os seus dias contados. Essa história pode ser vista, de forma muda, porém eloqüente, na Avenida Paulista, em São Paulo, onde os casarões ali edificadas pelos “barões do café” e que ali permaneceram até a metade do século, deram lugar, em apenas duas ou três décadas, ao mais importante centro econômico e financeiro do país. E todos aqueles que por lá passam, como eu, têm a oportunidade de observar o imponente edifício da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), símbolo maior – e até poético – dessa imensa e importantíssima transformação. Num mesmo palco, a Av. Paulista, apresentam-se duas realidades sócio-econômicas totalmente diversas: na primeira metade do século, o poder e a força da “aristocracia” cafeeira; na segunda metade, a força e a pujança da era industrial. Como eu nasci cedo, vi boa parte da primeira e acompanho a segunda.

Do ponto de vista social, dois grandes acontecimentos marcaram a “cara” do Brasil no século XX.

O primeiro deles teve origem no século anterior, com raízes na suspensão do tráfico de escravos e na conseqüente abolição da escravatura. Teve, portanto, um caráter também econômico. Com ela intensificou-se a imigração, o segundo dos grandes acontecimentos de que falei acima. Os dados são sugestivos. Dos quase 900.000 imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1850 e 1890, 52% o fizeram entre 1880 e 1890. Destes, 40% vieram para São Paulo, o que demonstra a crescente preocupação com o problema da mão-de-obra, especialmente no caso do café. Quanto à população escrava, obviamente dar-se-ia processo inverso. Com a extinção do tráfico de escravos, no início da década dos 50, a sua participação sobre o total da população brasileira, que em 1850 era de 31%, caiu para 5% na época da abolição.

Mas a imigração não parou aí. Esse contingente populacional, de origem principalmente européia, mas também asiática (árabes e japoneses), e seus descendentes, se diluiu Brasil afora, mas em números bem mais significativos em São Paulo, visando atividades agrícolas, pelo menos até os anos 30. A partir daí, com o início do processo de industrialização e acompanhando a gradativa alteração da relação populacional entre as cidades e o campo, a favor daquelas, voltam-se tais imigrantes para a vida urbana, onde encontrariam contingentes de outros imigrantes, em geral operários especializados que se destinavam basicamente às atividades industriais. Significativa foi a presença de imigrantes, em fins da década dos 50, de diversas nacionalidades, mas principalmente vindos do Egito, embora não egípcios, por obra e arte de uma política do governo Nasser, que lhes era francamente desfavorável. (Acompanhei isso, bem de perto).

Como verei no capítulo seguinte, ainda que em linhas bem gerais, os imigrantes, e principalmente os seus descendentes, iriam compor com os brasileiros que aqui já viviam (os índios, os descendentes de escravos africanos, os descendentes dos primeiros portugueses e toda classe de mestiços), iriam compor, ao

longo deste século XX, essa enorme massa populacional à qual chamamos, genericamente e por força da lei, brasileiros.

O segundo acontecimento social de grande monta, continuo falando do século XX, foi o surgimento, a partir do Estado de São Paulo, de uma sociedade urbana e industrial. Configura-se então a classe média como uma força social de respeitável importância, mas que, apesar de vir a se constituir no fiel da balança em termos políticos, jamais recebeu a contrapartida dessa importância. Delineia-se, em contornos bem nítidos e respeitáveis, a classe empresarial, tanto industrial e agrícola, como comercial e de serviços. Entre estes últimos, os serviços, preponderam os banqueiros que, com invejável capacidade de organização e com enorme “poder de fogo” em termos políticos, conseguiu se impor, não da forma desejável, mas de forma reconhecidamente brilhante, quando se fala em eficácia. Subsiste a classe do empresariado agrícola como força social organizada, consciente e com representação política mais do que proporcional à sua importância. Surge o funcionalismo público, marcadamente o federal, como uma classe social altamente privilegiada e com respeitável poder político, não por méritos próprios, mas pelos votos e pela força que representa nas urnas. Os militares, que, a partir do “tenentismo”, se declararam abertamente com os olhos fora dos quartéis, passam a se constituir numa categoria sócio-política que precisa sempre ser lembrada e considerada. Os acontecimentos de 1964 que o digam. Por fim, o proletariado, nascente nas primeiras décadas do século, firma-se definitivamente como uma classe social de peso a partir dos anos 30. Já nos anos 50 apresentava-se relativamente bem organizada, com o florescimento de sindicatos e associações profissionais, além das federações e confederações. Foi nessa época que surgiram os sindicatos rurais e as ligas camponesas. Mais tarde vieram as centrais sindicais, com respeitável poder político, mas assistindo, em pouco tempo, ao declínio do sindicalismo, a partir dos anos 90.

Do ponto de vista essencialmente político, neste século XX tivemos, como é sabido, presidencialismo puro, ditadura, uma pequena e rápida experiência parlamentarista e autoritarismo militar, mas o que transpareceu acima de tudo isso, principalmente entre a 1ª Guerra Mundial e a Revolução de 1964, foi aquilo que se chamou “populismo”, representado por Getúlio Vargas, principalmente, e por outros líderes não tão carismáticos, como Juscelino Kubitschek de Oliveira, João Goulart, Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Jânio da Silva Quadros, Leonel Brizolla e talvez alguns mais.

Politicamente, a marca registrada deste século XX, a exemplo de outras épocas, no Brasil e fora dele, foi o “braço-de-ferro” praticado constantemente entre as forças econômicas e sociais vistas linhas acima. E nessa luta vence sempre quem for mais forte, ou mais organizado, ou mais ousado, ou ainda, mais hábil. Por tal razão, é fora de dúvida que o proletariado quase sempre levou a pior. Não por ser mais fraco, porque não era e não é. Não por ser desorganizado, o que também seria falso. Mas porque nunca foi ousado e sempre foi – e continua sendo – menos hábil que os demais.

É bom lembrar aqui que se trata de observações históricas e analíticas, sem qualquer preocupação quanto ao seu mérito.

Voltemos então à inabilidade do proletariado brasileiro.

As suas primeiras conquistas caíram-lhe do céu pelas mãos de Getúlio Vargas. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) é de 1934 e disciplina, entre dezenas de outras coisas, o reconhecimento dos sindicatos e das associações profissionais, a atuação da Justiça do Trabalho e os Contratos Coletivos de Trabalho. Paralelamente, desenvolveu-se uma lei de Acidentes do Trabalho. A Previdência Social data de 1923. Criada inicialmente para os ferroviários, só foi estruturada nos anos 60, com a Lei Orgânica da Previdência Social. Ainda na década dos anos 60 veio o Estatuto do Trabalhador Rural. Depois de somarem, esporadicamente, algumas melhorias como o salário mínimo, o 13º salário e o salário-família (este dois, graças à atuação de André Franco Montoro), as mais importantes conquistas do trabalhador brasileiro, no auge do sindicalismo e da força política das centrais sindicais, estão consagradas na Constituição de 1988, porém, sem a contrapartida do processo produtivo, vale dizer, sem ter quem “pague a conta”, o que tornaria tais conquistas praticamente inócuas.

A característica mais marcante dessa inabilidade política fica por conta da falta de autenticidade e representatividade de seus líderes, como regra geral, mas evidentemente não de maneira absoluta. Basta ver as “regras do jogo” do sindicalismo que lhes “caiu do céu”, basta ver as ingerências governamentais e patronais, principalmente as de caráter financeiro, fatos que a História consagrou com o nome de “peleguismo”.

Quanto às demais forças no “jogo-de-empurra” do século, a história desse mesmo século mostra e prova que continuam sem ter muito do que reclamar, a não ser a classe média – a rigor, também proletária – que invariavelmente tem sido “esfolada”.

Embora outros fatos políticos, que talvez pudessem ser considerados importantes, tenham se sucedido ao longo deste século XX e que foram deixados para os historiadores por terem se constituído em nada mais do que simples “acidentes de percurso”, acredito eu, por isso mesmo, não ser necessário me

preocupar com esse “varejo político” que permeou a vida nacional depois de 1930. A queda de Vargas, em 1945, a renúncia de Jânio, em 1961, e a Revolução de 1964 escapam, sem dúvida, a esse “varejo”, mas não se constituíram, a meu ver, é claro, em acontecimentos de primeira linha, como o foram a Independência e a Proclamação da República, no século XIX.

Fica implícita, na análise apresentada até aqui, uma crítica à maneira portuguesa de encarar e explorar a sua colônia americana. Mas duas observações importantes acerca de nossa história precisam ser feitas, para se dar uma “colher de chá” aos nossos descobridores.

A primeira delas é que o Brasil, como toda a América Latina, se constituiu numa colônia de exploração, isto é, numa região a ser explorada, a ser sugada em todos os seus recursos, não tendo existido nenhuma idéia de desenvolvimento. Ao contrário dos Estados Unidos, para onde foram os ingleses, a partir do histórico e lendário “Mayflower”, movidos por um ideal de construção e desenvolvimento. As idéias de portugueses e espanhóis se associavam a conquistas e exploração. As dos ingleses, pelo contrário, estavam voltadas à construção e ao desenvolvimento. Tinham um ideal: construir uma nova nação. A história de uns e de outros mostra o resultado de concepções diferentes, de filosofias diferentes.

A segunda observação é de natureza religiosa. Colonizados por católicos, os países da América Latina sofreram a influência da moral católica sobre o trabalho, segundo a qual seria pecaminosa a associação desse trabalho com a idéia de lucro e geração de riquezas. O trabalho seria destinado unicamente à sustentação física do corpo. Segundo essa teoria, a moral católica teria agido como inibidora de qualquer tentativa, a partir do inconsciente, de construção e desenvolvimento econômico. Enquanto isso, os Estados Unidos, influenciados pela moral protestante quanto ao trabalho, que permite associá-lo ao lucro e à riqueza, não teriam tido esse efeito inibidor quanto à construção de uma nação rica e forte. Só não ficaria explicado por que Itália e França, citando apenas dois exemplos, nações também construídas sob o catolicismo, se desenvolveram muito mais do que as da América Latina, e em proporções comparáveis aos Estados Unidos. Talvez a primeira das observações acima apontadas tenha tido um peso sensivelmente mais forte.

Importante também é que se ressalte, desde já, que a História e as necessidades, ou circunstâncias, apontam para mudanças que se fazem necessárias nesta virada de século e de milênio. Diria eu que, muito mais do que pelas simples alterações econômicas e sociais ocorridas no Brasil durante essas duas últimas décadas, as mudanças que se fazem necessárias são devidas a uma tomada de consciência de que, também por obra e arte dos rumos sócio-econômicos que toma o mundo, se torna necessário o uso de engenho e arte para que se consiga posicionar este país, no próximo século, de maneira correta, tanto econômica como social e politicamente. Não penso necessariamente em mudança brusca de regime, mesmo porque as circunstâncias atuais e futuras parecem não comportar e nem mesmo acenar para tal alternativa, mas sim, conforme verei nos próximos capítulos, notadamente no último, penso numa brusca mudança nos conceitos, nas consciências e sobretudo no porte, na estatura e na visão econômica, social e principalmente política dos governos, a partir de agora, mas para todo o sempre.

## Capítulo Terceiro: O BRASILEIRO ANTES DO BANHO

Como não disponho de um sociólogo que possa me amparar, mesmo porque não considero necessário um aprofundamento teórico nesse interessantíssimo campo do conhecimento humano, vou eu mesmo fazer algumas observações – nada mais do que observações – acerca do perfil moral, intelectual e sobretudo social e cultural desse nosso povo brasileiro. Mas procurei conhecer o pensamento de outros autores, que já escrevam sobre esse assunto. Isso me bastará, em razão do meu objetivo que é o de, conhecendo melhor essa nossa gente e deixando registrada a sua maneira de ser, de pensar e de agir, propor um modelo ideal de nação que seja inspirado não apenas em concepções teóricas e filosóficas, mas também na realidade vivida por esse povo, antes daquilo que chamo de “banho da civilização”, a ser discutido no capítulo nono. Não tenho, portanto, nenhum objetivo sociológico puro.

Sendo o povo brasileiro o nosso maior patrimônio, é necessário que se conheça muito bem esse patrimônio, visto aqui como o principal “ingrediente” nesta “receita”, visando a minha proposta de que se construa uma verdadeira nação.

É claro que não estou pensando em construir esse modelo baseado apenas no “status quo” da nossa gente. Seria uma nação bem pouco diferente do país que temos. Esse povo terá que ser submetido a um banho de civilização e cultura, conforme foi visto antes e conforme verei mais adiante. Porém, tenho que considerar o nosso atual estágio de civilização, uma vez que o modelo a ser proposto, se quiser êxito, não poderá deixar de contemplar soluções para as suas dificuldades, a imensa maioria delas atrelada ao perfil mental e cultural de nossa gente.

Por uma questão de simplicidade objetiva, posição perfeitamente defensável para efeito deste trabalho, vou inicialmente dividir o povo brasileiro em dois grandes grupos. Num deles estão aqueles a quem chamo de “brasileiros genuínos”, grupo composto pelos índios e seus descendentes e pelos negros, de origem africana, e seus descendentes. É bem verdade que índios e negros diferem entre si em inúmeros aspectos. Entre eles, diferem quanto à origem e quanto à história. Porém, assemelham-se bastante quanto aos aspectos que aqui serão considerados. No outro grupo estão aqueles que se tornaram brasileiros a partir do enorme contingente de imigrantes. Basicamente, são os filhos e netos de portugueses, italianos, espanhóis, alemães, japoneses e árabes, entre outros menos representativos.

Quem é essa gente toda? Como se comportam esses brasileiros, não como simples consumidores, por exemplo, porque isso não é pertinente a esta matéria, mas sim como cidadãos, como indivíduos que precisam lutar pela vida, que têm sonhos, que têm desejos, que aspiram a alguma coisa enquanto seres humanos viventes, que buscam algum tipo de inserção social, que planejam alguma melhoria econômica e financeira, que pensam em viver em liberdade e em segurança, que almejam garantir seus direitos, etc, etc, etc?

A verdade é que os brasileiros genuínos, de um lado, e os demais brasileiros, do outro, constituem dois grupos sensivelmente diferentes sob uma multiplicidade bastante grande de aspectos. Com origens diferentes, com histórias diferentes, com culturas, tradições e línguas também diferentes, a rigor esses dois grandes grupos de brasileiros deveriam viver em dois países também diferentes. Mas por que apenas dois? Os brasileiros do segundo grupo, de origem européia ou asiática, não me parecem suficientemente diferentes entre si, a tal ponto de não permitirem, essas diferenças, que venham eles a se constituir num só povo, numa só nação. As diferenças maiores, muito mais gritantes e, pelo menos aparentemente, inconciliáveis, parece-me que estão entre os dois grandes grupos.

Mas não adianta teorizar. Não tem cabimento supor nem ao menos duas nações nesta nossa abençoada terra. Não há como e nem por que fugir a essa nossa realidade. Os Estados Unidos, por exemplo, também enfrentaram realidade semelhante, que foi muito dura no século XIX e ainda o é hoje. Temos, portanto, de construir uma nação que sirva igualmente a esses dois grandes grupos e cuja construção se inicie por eles, como são atualmente.

De um modo geral, observo que os brasileiros genuínos são menos cultos, têm famílias mais numerosas, apresentam renda familiar mais baixa, têm maiores dificuldades para a sua ascensão econômica e social, parecem ser mais acomodados e, talvez graças a uma ingênua e mais intensa religiosidade, apresentam-se submissos e conformados, ao que me parece confiando mais nas possibilidades de uma vida



eterna compensadora do que em melhorias materiais, terrenas, que dependem não apenas de si mesmos, como no caso do sentimento religioso, mas também do governo e da sociedade.

Os demais brasileiros, pelo contrário, mais cultos, desenvolvendo tarefas econômica e socialmente mais importantes, com famílias atualmente menos numerosas e renda familiar mais elevada, com a conseqüente e maior facilidade de ascensão econômica e social, vivendo um sentimento religioso mais livre e consciente, não tão ingênuo, parecem ser menos submissos ou acomodados e bem mais audaciosos, numa demonstração mais ou menos clara de que, apesar de acreditarem e mesmo esperarem pelas benesses de uma provável vida eterna, não se descuidam da vida terrena e não deixam de confiar em si próprios ou mesmo na colaboração tanto do governo quanto da sociedade.

Como todos eles têm as mesmas possibilidades de decidir acerca do presente e do futuro do país, lembrando-nos de que todos votam, inclusive os analfabetos, e de que o voto não é seletivo, é bastante fácil concluir que, pela existência de disparidades de expectativas oriundas de dois universos culturais sensivelmente diferentes, não haja, como não tem havido na prática, uma tendência de escolha com relação ao futuro que possa ser definida como o pensamento global do país, em termos amplamente majoritários e definidos. Isso emperra o nosso desenvolvimento, em todos os sentidos.

Por outro lado, os mais esclarecidos, mais conscientes e mais bem dotados mental e intelectualmente, têm demonstrado sempre melhores condições políticas, tanto de luta quanto de pressões ou barganhas, o que significa, na prática, maiores conquistas não só econômicas como também sociais, malgrado a atuação de quase todos os governos, que têm prejudicado sensivelmente a classe média.

Em contrapartida, os brasileiros genuínos, como uma característica geral e dominante mas não exclusiva, com menor “poder de fogo”, ficam sempre na dependência da atuação de suas lideranças, via de regra nos sindicatos, na maioria das vezes sem autenticidade, sem representatividade e sem preparo, a ponto de deixarem de ser, os brasileiros genuínos, agentes para serem “pacientes econômicos”.

A conseqüência dessa disparidade de forças, que não lutam necessariamente entre si, mas quase sempre paralelamente, é que normal e naturalmente subsista uma visível separação entre o “joio” e o “trigo”, ficando os mais fracos com mais “joio” e os mais fortes com mais “trigo”. Evidentemente, isso é péssimo para os mais fracos, mas também o é para o país que deseja ser transformado em nação, conforme veremos nos capítulos subseqüentes. Mas, desde já, é fácil perceber que tal disparidade leva a um agravamento nos desníveis sociais.

Se a nação a ser construída é uma só, se o seu principal patrimônio é o povo, se esse povo é ao mesmo tempo ingrediente e atributo, conforme foi dito antes, isto é, ao mesmo tempo é o fundamento e o objetivo dessa nação, fica claro e implícito que o ponto de partida deverá ser uma equalização moral, mental, cultural e intelectual desse povo. É claro e evidente que tal equalização deve se verificar pela ascensão do grupo menos dotado cultural e intelectualmente. Também é claro que falo aqui em termos ideais.

Cabem aqui duas observações bastante importantes. Sabe-se que essa sugerida e ideal equalização sem sempre tem acontecido, como, por exemplo, no caso dos Estados Unidos. Ocorre que lá a realidade institucional, legal e administrativa é bem outra e, portanto, bem diferente da nossa. A segunda observação é que, em hipótese alguma, essa equalização pode ser completa ou perfeita. Isso seria impossível e talvez até indesejável. Ao longo desse processo, ficarei satisfeito se conseguirmos, pelo menos, um apreciável decréscimo nesse tremendo desnível.

Agora procuro mudar um pouco o meu ângulo de visão e começo por esquecer a existência desses dois grandes grupos de brasileiros, mesmo porque, na prática e em diversos aspectos, os demais brasileiros, aqueles que assim se fizeram em virtude das imigrações, vêem-se, via de regra, influenciados ou até mesmo “contagiados” pelos brasileiros genuínos, a tal ponto de se tornarem semelhantes a estes em várias conotações comportamentais. Não é difícil entender isso porque, no dia-a-dia, é bem mais cômodo acomodar-se ao “vai da valsa” da maioria do que “remar contra a correnteza”, na expectativa de impor ou, pelo menos, lutar por atitudes mais adultas, mais sensatas e mais condizentes com o conceito de cidadania que todos temos.

Sob esse raciocínio, posso então deixar de lado esses dois grandes grupos e considerá-los como um só povo, como realmente acontece, uma vez que, na prática, existem muitos pontos nos quais se assemelham.

Quase sem exceção, somos um povo que aceita passivamente a sonegação e a corrupção. A maioria de nós é composta por sonegadores, ativos ou passivos, não adiantando muito nos condoermos por tal afirmação, uma vez que, por exemplo, se sabe que apenas 50% do Imposto de Renda devido são pagos, sonegação essa que existe tanto para se auferir maiores e mais imediatas vantagens financeiras como, e principalmente, para demonstrar que não confiamos no governo, que não acreditamos que os impostos acabem por se traduzir em benefícios para a coletividade. Mas o diabo é que a experiência e os fatos que se

sucedem têm demonstrado que tal desconfiança e tal descrédito têm fundamento. Talvez se possa afirmar que se existe alguém que ainda não tenha sonogado, é bem provável que tenha sido apenas por falta de oportunidade. Se você jamais sonegou, parabéns. No que se refere à corrupção, por se tratar de algo que foge do controle e da ação popular de uma maneira direta, fica tudo nas mãos dos nossos “ilustres” governantes que, a exemplo do povo que os gerou, sempre permaneceram totalmente inoperantes.

O jogo e o vício fazem parte do nosso cotidiano. É verdade que o jogo, pela sua interminável multiplicidade de tipos e atrativos, emprega bastante gente, mas também é verdade que muitos pagam, às vezes o que não têm, por sonhos ou ilusões, enquanto que alguns poucos, aqueles que bancam e aqueles que ganham, se tornam milionários, adicionando mais uma parcela à concentração da renda. Parece que o jogo se constitui numa atividade econômica como outra qualquer e que ele pode ou deve fazer parte de nós mesmos como algo corriqueiro e natural, como um convite constante e altamente sugestivo para o ócio e para a riqueza fácil. Não me será muito difícil voltar um pouco no tempo e lembrar um comercial de televisão que sugeria exatamente isso. Naquele anúncio aparecia um brasileiro típico deliciando-se com o balanço numa rede e envolto pela expectativa de ganhar na loteria, ou pela alegria de já ter ganhado, sugestão que lhe era feita por uma voz, em nome da Caixa Econômica Federal. Aliás, essa mesma idéia do balanço numa rede, armada numa praia e transmitindo a impressão de uma vida fácil, foi retomada mais tarde pelo SBT, para divulgar os sorteios realizados por um outro setor do mesmo grupo. O vício, todos sabemos, representa dinheiro e mesmo luxo para alguns, sempre às custas da desgraça dos outros. É incrível que, quase sempre sob a alegação de liberdade, temo-nos permitido ser cada dia mais e mais envolvidos por ele, em todas as suas variedades e em todas as suas conotações.

Somos dominados por uma multiplicidade de crenças, de credices, de sentimentalismos e de superstições. Como se vive num clima legal e prático de ampla liberdade religiosa, e não poderia ser diferente, e dada a nossa ingenuidade e mesmo ignorância, como foram anteriormente ressaltadas, assistimos a milhões de brasileiros presos a doutrinas ou igrejas puramente comerciais e aproveitadoras. Dessas que, por exemplo, realizam milagres com local, dia e hora marcados com antecedência.

Ainda não aprendemos a respeitar a família, bem como ainda temos dificuldade em constituí-la em bases sólidas e duradouras. Não respeitamos a mulher como um ser humano que, como o homem, segundo a nossa crença, embora retirada dele, também foi criada à imagem e semelhança de Deus e que, em igualdade de condições, luta ao lado do homem durante toda a jornada da vida. Não respeitamos o idoso e nem ao menos procuramos receber dele a experiência e a sabedoria que o tempo lhe legou. Não cuidamos seriamente da criança, esquecendo-nos de que ela é fundamental, se for verdade que pretendemos, como gênero humano, ser amanhã melhores do que somos hoje.

Sempre que podemos, deixamos de cumprir os nossos deveres, mas invariavelmente não cobramos os nossos direitos, o que é inacreditável, embora isso seja verdade.

Ainda há indícios ou mesmo claras demonstrações, aqui e ali, de racismo.

Não cultivamos a nossa língua, contendo-nos com o mínimo necessário para nos comunicarmos.

Não temos memória, não cultivamos as nossas tradições, a não ser em alguns poucos casos e em algumas regiões, e não nos importamos com o nosso folclore; não conhecemos a nossa história e, muito menos, aquilo que ela nos ensina.

O nosso hino e a nossa bandeira, símbolos máximos dos sentimentos pátrios de qualquer povo, são bem pouco conhecidos e, muitas vezes, não são respeitados como se devia.

Não elegemos criteriosamente os nossos governantes, da mesma maneira como não acompanhamos a atuação de cada um deles, num confronto estreito e rotineiro entre o prometido e o realizado, contra o esperado, não apenas para si, como também e principalmente para a coletividade.

Assistimos passivamente aos desmandos do governo, à inoperância administrativa, aos deslizes e acintes ao pudor, à Moral e ao aviltamento do bem público e do exercício democrático.

Somos, efetivamente, um povo puro, manso e bom, mas acomodado. Somos, sem dúvida, um dos grandes fatores responsáveis por uma caminhada, enquanto país, extremamente lenta e vacilante. É bem verdade que, a rigor, em 500 anos de história, fizemos algum progresso, mas fica implícito que estou falando de eficiência; mais do que isso, estou pensando em eficácia, sendo a sua única medida, neste caso, a comparação do que fizemos com o que poderíamos ter feito e com o que ainda teremos de fazer.

O outro fator determinante de uma caminhada tão abaixo do desejável é a classe política, ou mais especificamente, a classe dirigente, por todos os títulos autêntica representante dos vícios, das imperfeições e talvez até das contidas ou mesmo acanhadas e modestas aspirações do povo que a gerou.

Conhecido o estágio atual da gente brasileira, espero estar em condições de, no capítulo nono, propor os “corretivos” necessários, bem como as correções que me parecem indispensáveis, para que esse nosso importantíssimo “ingrediente” possa cumprir o seu papel.

Isto posto, eis que chego finalmente a um dilema em tudo semelhante àquele que existe entre o ovo e a galinha. O povo que somos gera os governos que temos tido; estes são incapazes de educar, de vitalizar e de civilizar o povo, e assim o ciclo continua inalterável, como foi ontem, como é hoje e como certamente será amanhã se não nos dispusermos a mudar o rumo dessa história. Fica difícil, portanto, saber quem deverá vir primeiro, como no caso do ovo e da galinha, se um governo capaz ou se um povo educado, uma vez que um gera o outro.

O objetivo deste trabalho, como já foi dito algumas vezes, é construir um modelo econômico, social, administrativo e especialmente político para que se possa construir uma grande e respeitável nação. Mas é evidente que tal modelo precisa inicialmente romper esse ciclo para que se possa começar uma nova história.

Como romper esse ciclo, como solucionar a um só tempo esses nossos dois importantíssimos problemas, que se interdependem, que se influenciam ou geram um ao outro, é um compromisso que, espero e prometo, deverá ser solucionado antes que a última palavra deste trabalho seja colocada no papel. Se não for de maneira clara, certamente o será de forma implícita.

## Capítulo Quarto: A ECONOMIA

### A- A nossa infância econômica

No capítulo segundo, sem qualquer preocupação de análise econômica, mesmo porque os assuntos dessa natureza eram vistos num contexto também social e também político, uma vez que o meu objetivo era simplesmente fazer um apanhado bastante sintético de nossa história, tive oportunidade de, no que se refere à nossa economia, fazer nada mais do que um relato, procurando mostrar a evolução histórica do nosso mundo econômico.

Foi lembrado que tudo começou por volta de 1530, com o sistema de capitanias hereditárias, sistema esse ao qual chamei de *franquias*.

O que importa, do ponto de vista econômico, é que a nossa história se iniciou com o desenvolvimento de uma agricultura – e depois pecuária, além da extração mineral – baseada nas grandes propriedades, isto é, nos latifúndios, no trabalho escravo e voltada para a exportação.

Não vou retomar aqui a linha de pensamento desenvolvida no capítulo segundo, onde, a título de uma rápida retrospectiva, lembrei os fatos econômicos mais sugestivos, principalmente colocando-os, um a um, na base dos acontecimentos sociais e políticos que fizeram a nossa história.

Aqui, vou abandonar as questões sociais e políticas, fixando-me naquelas puramente econômicas. Por outro lado, a economia brasileira, do ponto de vista histórico, tem uma importância mais reduzida, ganhando porém realce à medida em que nos aproximamos dos dias atuais e atingindo o seu ponto de destaque no momento em que tentarei situá-la no século XXI, já em plena era da globalização.

Visto sob um prisma histórico, não é difícil aceitar que este país fez “das tripas, coração” para, em 500 anos, sair da estaca zero e se ver, na segunda metade do século XX, em condições de pleitear um “lugar ao sol” na era da globalização. Tudo isso, apesar dos governos que tivemos, ou melhor, que não tivemos. Estou ressaltando tão somente o fato, sem quaisquer cogitações acerca da nossa eficiência ou eficácia, isto é, sem fazer qualquer consideração sobre onde poderíamos estar, economicamente, se tivéssemos tido ainda mais disposição, e principalmente se não tivéssemos tolerado, por tanto tempo, a incompetência governamental, disfarçada ou ostensiva, teórica ou prática.

Chegamos até aqui, mas, como mostrarei ainda neste capítulo, não teremos muita escolha. Ou encontramos o nosso lugar, o nosso real e verdadeiro lugar, ou ficaremos à margem da História.

Durante três longos séculos, identificados historicamente como Brasil-colônia, e, economicamente, como a nossa infância, portanto, sem vontade própria, estivemos à procura do nosso verdadeiro caminho, subjugados que fomos não apenas pela nossa metrópole, que, a rigor, nunca soube exatamente o que fazer conosco – pelo menos, como fazer – mas também por algumas outras nações, graças às freqüentes e sucessivas “travessuras” da Coroa portuguesa. Eu diria, em linguagem atual, que fomos colonizados por alguém não qualificado, alguém cujo perfil, reconhecidamente mercantilista, não se enquadrava nas características do trabalho a ser feito e do cargo a ser ocupado. Não se trata de desaproveitar a maneira de ser dos portugueses. Trata-se, isto sim, de identificar um perfil profissional inadequado para as nossas necessidades, naquela época.

O que se conseguiu, ao longo dos nossos primeiros 300 anos, apesar dos pesares vistos no parágrafo anterior, pode ser resumido em dois tópicos apenas, se bem que de transcendental importância. O primeiro deles foi o nosso inegável desenvolvimento econômico, a ponto de chamar a atenção inclusive da nossa metrópole. O segundo foi que, graças a esse desenvolvimento e com os subseqüentes acontecimentos de origem e de ordem social, criaram-se as condições políticas necessárias à nossa independência. É bom não esquecer a ajuda que nos foi dada pela Inglaterra, como enfatizei antes.

O século seguinte, o XIX, já com a família real portuguesa em terras brasileiras, com a subseqüente efetivação da nossa independência política e com o regime monárquico que se implantou, caracterizou-se economicamente por uma transição para o trabalho assalariado, principalmente na segunda metade do século, graças principalmente à substituição do escravo, índio ou negro africano, pelos imigrantes.

Sem as características de colônia, já a partir de 1808, e sem as vicissitudes efetivas dessa condição, depois do Grito do Ipiranga, ou mais exatamente depois de um período de convulsões de todos

os tipos e por todos os motivos, a nossa economia, que já experimentava as decorrências de uma decadência na mineração, sofreu um longo processo de queda no nível de renda, principalmente graças à retração das exportações, apesar do particular crescimento do café.

Seria o momento para iniciarmos o nosso processo de industrialização, malgrado as inúmeras dificuldades para isso que se apresentavam naquela época. Porém, não tivemos, como sempre, governos – naquela época, imperadores – capazes de enxergar isso, amarrados que estávamos aos interesses e ao poder político da classe rural.

Com problemas bem identificados e relacionados com os nossos tradicionais produtos de exportação, o algodão, o fumo, o arroz, os couros e o cacau, estes últimos em escala menor, a característica econômica marcante da segunda metade do século XIX foi o desenvolvimento da agricultura cafeeira, voltada para a exportação, único meio de se recuperar os antigos e perdidos níveis de renda, e baseada no trabalho assalariado dos imigrantes, principalmente, que, aos poucos, substituiu o trabalho escravo.

## B- A caminho da nossa maioria econômica

A característica básica da economia brasileira manteve-se inalterada durante as três primeiras décadas deste século XX, agravada contudo pela crise do café, que se iniciou ainda no século passado.

A política de defesa do setor cafeeiro, sem dúvida crucial para uma economia baseada essencialmente na exportação de produtos agrícolas, mostrou-se eficiente até o final da década dos anos 20, quando grotescos erros de cálculo, ou de perspectiva, ou ainda de planejamento, provocaram extraordinário desequilíbrio entre oferta e demanda, com todos os desajustes que advieram e que não cabe aqui analisar. Parece-me bem claro que não existiam noções suficientemente nítidas sobre elasticidade-preço e principalmente sobre a elasticidade da demanda. No caso do café, se sabiam disso, superestimaram-na, uma vez que apostaram no desenvolvimento econômico dos países industrializados, como os Estados Unidos, por exemplo, onde a renda “per capita” havia subido 35% em apenas dez anos, com um aumento de 50% do PIB, no mesmo período.

A década seguinte, que, do ponto de vista de participação política, representou uma significativa ausência dos diversos grupos econômicos, como mostrei anteriormente, marcou o início de um modelo econômico voltado para a diversificação e a expansão do setor industrial, isto é, baseado na substituição gradativa das importações pela produção interna. Iniciava-se, portanto, a dinamização do setor industrial com pelo menos 80 anos de atraso, embora se reconheça, como eu disse antes, a existência de sérias dificuldades, em meados do século XIX, para a industrialização, como, por exemplo, a do setor têxtil.

Esse modelo representou o início da passagem da nossa infância para a nossa maioria econômica. Como diz o prof. Octavio Ianni, “de fato, entre 1930 e 1964, verifica-se a criação de um vigoroso setor industrial no Brasil. Nessa época, o Estado se torna o centro nacional mais importante das decisões sobre política econômica. Tanto assim que o poder público não só formula e orienta a política econômica, como também passa a executar alguns pontos dos programas de desenvolvimento. A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRAS), em 1953, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, simbolizam as direções em que se lança o poder público, na dinamização da economia nacional”.

O surgimento de um novo modelo econômico não implica necessariamente no abandono do modelo anterior. Assim é que, paralelamente à dinamização do setor industrial, persistia o modelo baseado na exportação de produtos primários.

Os pontos básicos, pelo menos em teoria, desse processo de substituição das importações eram:

- utilização de capitais, inclusive e principalmente máquinas e equipamentos, notadamente do exterior.
- transferência de tecnologia.
- alterações na balança comercial.
- aumento da população urbana relativamente à população rural.
- treinamento e qualificação da mão-de-obra.
- aumento do nível geral de emprego.
- aumento do nível geral de renda.

Como decorrência natural desse modelo, e dadas as conotações vistas acima, ficou caracterizado, já a partir do governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, um novo modelo econômico – concomitante com o modelo de substituição de importações, pelo menos até o início dos anos 90 – modelo esse que seria sacramentado aberta e politicamente a partir do governo de Humberto de Alencar Castelo Branco.

Esse modelo, o da internacionalização do setor industrial, identificou-se pela nossa associação com interesses e capitais estrangeiros e se notabilizou pela ingerência cada vez maior do Estado na economia, tornando-se ele o centro de todas as decisões, conforme já foi visto antes. A sua atuação como agente econômico vai “desde a concessão de favores fiscais e de empréstimos, inclusive na qualidade de orientador, visando preservar níveis de renda e emprego, até o seu ingresso real e efetivo nas atividades econômicas, visando geração de riqueza, como atestam suas inúmeras empresas e seus vários organismos, através de programas setoriais, regionais ou mesmo nacionais de desenvolvimento”, como afirma o prof. Octavio Ianni.

Contudo, dez anos antes do fim do século, o governo do presidente Fernando Collor de Mello, através da chamada “abertura econômica”, em nome da produtividade e chamando às falas todo o parque industrial brasileiro, abriu as nossas comportas às importações, sepultando o modelo iniciado na década dos anos 30, o da substituição das importações.

Tão importante quanto o fato em si foi a maneira pela qual se “gerenciou” o novo modelo, quando ficou mais do que patente a irresponsabilidade e, além disso, a falta de experiência na utilização das diversas políticas necessárias a esse gerenciamento, ficando bem claro que o governo usou o método de “tentativa e erro”, sem dúvida extremamente arriscado para um país. A fixação adequada das alíquotas de importação, por exemplo, não era a especialidade da equipe econômica, como não o é ainda hoje.

As características negativas mais importantes advindas de tal irresponsabilidade, ou inexperiência, foram:

- desequilíbrio desfavorável na balança comercial.
- desenvolvimento de uma estrutura interna voltada para as importações e que ficava à mercê dessas “idas e vindas” da política econômica, ficando mesmo, depois de algum tempo, “a ver navios”.
- desestímulo à indústria nacional, muitas delas perdendo o seu caráter produtivo para se tornarem empresas comerciais de importação, levando a um aumento da taxa de desemprego e diminuição do nível geral de renda.

Por outro lado, fato auspicioso e bastante positivo foi a tomada de consciência, forçada, por parte da indústria brasileira, acomodada que estava com os seus baixos níveis de produção, e especialmente de produtividade, incompatíveis com as exigências do mundo moderno e presas fáceis num ambiente econômico tão vasto e competitivo como é o nosso, no limiar do século XXI.

Não creio que o governo Collor estivesse muito preocupado com as vicissitudes, para não dizer com os verdadeiros desastres que nos aguardavam e que nos estariam reservados, se cometêssemos a ingenuidade de encarar a globalização econômica, cujos contornos se tornam bem nítidos neste fim de século, dentro de padrões de produtividade compatíveis apenas com a nossa maneira tupiniquim de ver e de pensar. Não creio que a equipe econômica do governo Collor tivesse tal consciência. De qualquer maneira, por sorte ou não, esse é um mérito que lhe pode ser tirado.

## C- A maioria econômica

Coincidentemente com o fim do século e do milênio, pode-se dizer que a nossa economia, apesar de tudo, e dos pesares, e dos governos que não tivemos, mas que poderíamos ter tido, pode-se dizer que a nossa economia atinge agora a sua maioria.

Mas é importante lembrar que “maioridade” não significa necessariamente “maturidade” ou “juízo”. Eu diria que a nossa economia ainda não é “madura”, ainda não é “ajuizada”. Tem ela condições potenciais para se inserir no contexto da globalização, embora seja forçoso reconhecer que, muito mais do que ela própria, a economia, tal inserção não pode ser conseguida sem a cooperação, decisiva, da atuação política. Esse é o nosso grande mal, aí repousam as minhas maiores preocupações. Se é verdade que temos “estoques econômicos”, também é verdade que não dispomos de cabedal administrativo e, sobretudo, político. Mas esse é um assunto que será discutido no capítulo décimo.

Como se apresenta hoje a nossa economia, em fins do século XX, para justificar a qualificação de “imatura” que lhe imputei? E quais os indicativos que me autorizam a considerar a sua “maioridade” como tendo sido atingida e a sua potencialidade como um ponto de partida nada desprezível rumo ao inexorável dilema da globalização? Esse dilema é: ou se tem competência e se permanece vivo, atuante, ativo e representativo ou ficar-se-á à margem da história.

Basicamente, digo que a nossa economia não é “madura”, não é “ajuizada”, porque:

a- Ainda não se convenceram, não propriamente a economia, mas aqueles que a dirigem, que a economia de mercado é o mais perfeito e eficiente caminho para a geração de riqueza, de emprego e de bem-estar social. Claro que também a economia de mercado precisa ter os seus limites, seu controle e,

eventualmente, a intervenção do governo, especialmente para garantir harmonia e equilíbrio entre os diversos setores e, sobretudo, para assegurar equitativa distribuição da renda e garantir justiça social.

b- Em decorrência disso, a nossa economia, ainda exageradamente centralizada nas mãos do governo, não apenas em termos de política econômica, mas também quanto à atuação como qualquer outro agente, não se sente suficientemente livre e confiante para desabrochar, enfim, em toda a sua plenitude. Uma das maneiras pelas quais o governo “segura” a economia é através do sistema fiscal-tributário.

c- Persistem ainda, se bem que em dosagens gradativamente menores, traços de uma economia do tipo socialista, como o intervencionismo estatal, as tentativas de planejamento econômico centralizado, as políticas de massas, etc.

d- O processo de privatizações é ainda extremamente lento e modesto, não tanto por culpa dos governos que se sucederam nesta última década do século, mas principalmente pela atuação do Congresso Nacional, que gosta de votos e que ainda vive sob a influência de idéias ditas nacionalistas ou socialistas, embora ultrapassadas, como terei oportunidade de mostrar mais adiante. É muito grande a pressão de determinados grupos, como alguns partidos políticos, sindicatos e centrais sindicais, com certeza sem condições – talvez até intelectuais – de perceber os seus equívocos e a sua falta de visão. Seria o caso de os perdoarmos, nós e Deus - pelo menos eu – porque realmente não sabem o que dizem e não sabem o que fazem.

e- Emperra-se a economia, como foi lembrado no item “b” acima, por meio de um sistema fiscal por todos os títulos hediondo. É como se dissesse à cabra: vá e coma. Mas a comida está a cinco metros de distância e a corda que detém a cabra não passa de quatro. E o pior disso tudo é que o nosso Congresso não se dá conta do enorme teor da sua responsabilidade, ou melhor, da sua irresponsabilidade.

f- Temos uma economia com uma vocação “tupiniquim”, isto é, voltada para dentro, para o comércio interno, com tendência protecionista e voltada para a auto-suficiência. O montante do comércio exterior, em 1995, não passou dos modestos 16% do PIB.

g- É uma economia muito endividada. A dívida pública interna subiu de 3%, em 1983, para 12% do PIB, em 1995. É verdade que a dívida externa está sob controle e que o problema não está propriamente na dívida em si, uma vez que países mais desenvolvidos convivem com níveis bem superiores aos nossos. Porém, o que me preocupa é que esses níveis sobem assustadoramente e, pior que isso, não somos nada bons no gerenciamento dessas coisas. Se nós, enquanto governos, tivéssemos a mesma habilidade que têm os banqueiros em administrar os seus negócios (os bancos vivem e se enriquecem graças a essa habilidade em administrar créditos que não são seus e débitos que também não o são, isto é, enriquecem-se com o dinheiro dos seus clientes) não teria eu motivo para me preocupar.

h- Ainda não se conseguiu eliminar o dilema estabelecido com a abertura econômica, isto é, entre o “permitir importações” e o “proteger a produção interna”. Com todas as suas implicações, inclusive sociais, as rugas entre esses dois modelos e a nossa incapacidade em determinar o ponto de equilíbrio ideal entre eles, mostram que, se atingimos a “maioridade”, ainda não estamos suficientemente “maduros”. Consequência primeira e imediata desse dilema: déficit na balança comercial. Como diz o economista Antonio Correia de Lacerda, em artigo publicado em setembro de 1996, “estamos perdendo participação internacional para outros países emergentes... e desperdiçando enormes oportunidades de ampliação da produção local”.

i- Por fim, a nossa economia apresenta traços bem marcantes de falta de inteligência, de racionalidade. É imprescindível que os agentes econômicos detentores dos meios de produção, inclusive os de serviços, entendam que a socialização da renda (a distribuição da renda) não é uma simples obra de caridade, não é um gesto de fraternidade advindo de crenças religiosas, não é um tema de socialistas ou comunistas que assustava principalmente os militares por volta de 1964, mas é, muito mais do que tudo isso, uma demonstração de inteligência. Não há como e nem por que produzir se não existir consumo. Em decorrência, não haverá como realimentar o processo produtivo e desenvolver a economia, único meio de se assegurar a justiça social. *Trabalhador pobre é algo que não pode interessar a empresário inteligente.* Portanto, economia inteligente é aquela que se preocupa com o desemprego e com os demais desníveis sócio-econômicos, motivados principalmente pelas enormes distorções na distribuição da renda. É claro que existem outros fatores a afetar essa distribuição, como o nível cultural, a saúde, as qualificações profissionais, os índices de natalidade, etc.

Por outro lado, falei em certa potencialidade econômica, compatível com a era da globalização. Tal potencialidade torna-se possível em pontos como:

a- O setor agrícola, que, isoladamente, não representa mais do que 10% do PIB, tem um vasto caminho pela frente, que poderá ser marcado pela tecnologia, pelo planejamento e também pelo uso racional das terras, tanto das consideradas produtivas quanto das que não produzem. É sempre bom lembrar

que o desenvolvimento agrícola implica em maior dinamização do setor industrial, mesmo que não esteja diretamente ligado à agricultura ou à pecuária.

b- O controle da inflação, provavelmente mantida em níveis inferiores a 10% em 1997 e o aumento do PIB, esperado em 4%.

c- As perspectivas de se conseguir as reformas administrativa e fiscal-tributária.

d- As experiências acumuladas a partir do modelo de substituição das importações, mas principalmente com o modelo de internacionalização do setor industrial, através das quais a associação com capitais e interesses estrangeiros se constitui em pré-requisito de importância fundamental para a era da globalização econômica, além de ter elevado a nossa economia à categoria de oitava ou nona em todo o mundo.

e- Os primeiros sinais que podem ser observados em nossos horizontes políticos parecem acenar, embora de maneira não bastante confiável, para uma gradativa descentralização e abertura da economia, também como decorrência do aumento do ritmo das privatizações.

f- Finalmente, uma expectativa, nada mais do que uma expectativa, do que uma esperança de que o esclarecimento dos horizontes e dos contornos da globalização, acompanhado de exigências da ordem econômica internacional, acabe por fim com a indolência dos nossos governantes, forçando o necessário amadurecimento técnico, intelectual e político dessa gente. Em outras palavras, se não aprendemos por nós mesmos, seremos forçados a aprender pelas circunstâncias e pelas necessidades, numa verdadeira economia de guerra.

Será que a nossa economia, sob a égide da globalização, será muito diferente de uma economia de guerra?

## D- A nossa economia no contexto da globalização

Economistas, pesquisadores, historiadores, cientistas sociais, sociólogos, especialmente estes, têm se dedicado nas últimas décadas a estudar e a teorizar acerca desse fenômeno que se conhece por “globalização”, cujos sintomas não são assim tão recentes, mas cujos contornos se tornam bem mais nítidos neste fim de século. Tal fenômeno envolve aspectos econômicos, políticos, culturais, históricos, geográficos, demográficos, ecológicos e filosóficos. Talvez até religiosos, lingüísticos, artísticos e alguns mais.

Aqui, vou apenas tentar entendê-lo como um todo, sobretudo nos seus aspectos econômicos e sociais, deixando que os teóricos e os especialistas de cada área se incumbam de analisá-lo e descrevê-lo à luz de suas implicações em cada uma dessas áreas e, também no sentido contrário, com base na influência de cada uma delas sobre tal processo.

Do ponto de vista das demais ciências, excluída a Economia, as implicações do processo de globalização são realmente sérias e profundas, dando margem e justificando as preocupações e apreensões que se deixam exteriorizar de maneira cada vez mais constante e mais intensa. Os sociólogos, por exemplo, parece que terão muito trabalho daqui para a frente, uma vez que se deparam com uma realidade inteiramente nova, sem qualquer experiência ou teoria anterior que os possa ajudar.

Porém, se a preocupação for puramente econômica, a globalização, que é um processo sem dúvida complexo e com perspectivas ainda não muito claras, me parece passível de ser analisada e discutida a partir da sua essência, da sua redução à expressão mais simples. Tão simples em sua essência e tão previsível quanto ao seu surgimento ao longo da história (falo da globalização em si mesma e não de seus tentáculos, a não ser dos econômicos) que o próprio Karl Marx, há um século e meio atrás, foi capaz de prevê-la, embora não a tivesse definido ou conceituado.

Alguém já se perguntou por que, afinal, a economia deva ter um caráter nacional, ou nacionalista, como querem muitos? Isso é típico das relações sociais, mas não é típico das relações econômicas.

As relações sociais se iniciam com a família, cuja realidade física é a casa, o apartamento, a habitação enfim. Mas elas se ampliam com os parentes, com os amigos, com o pessoal da igreja, da comunidade, com os clubes, com as associações ou sindicatos, cujas realidades físicas são a rua, o bairro, a cidade ou mesmo a região. E podem continuar se ampliando em nível nacional, amparadas pela língua, pela cultura, pelas tradições, etc, fazendo do território nacional a sua realidade física. Portanto, nas relações sociais, há uma associação entre essas relações e a sua base física. Não tem como ser diferente.

Mas na Economia não é assim.

Apelemos para o caso mais simples. Se numa família as relações sociais se formam e se cristalizam dentro dos limites físicos da habitação, as relações econômicas, a não ser em pouquíssimos casos, se sedimentam fora desses limites. As atividades profissionais são exercidas quase sempre em outro local, em outra rua, em outro bairro, em outra cidade e, às vezes, até em outro país. Portanto, as relações



econômicas não se restringem e não se relacionam com qualquer base física. O chefe da família sempre vai buscar o seu sustento, e o dos seus, no lugar mais adequado, mais favorável, mais propício, mais rentável, ficando a sua localização, via de regra, para um segundo plano. A prioridade é sempre da questão econômica; tanto é que, na maioria das vezes e sempre que for necessário, muda-se de casa e não se muda de emprego. Adapta-se aquela, a casa, a este, o emprego.

Numa escala maior e da perspectiva de quem oferece postos de trabalho, isto é, da perspectiva das empresas, o que é que estamos habituados a ver e a observar desde que existe essa instituição chamada “empresa”, movida pelo capital e à procura do lucro? Observamos que uma de suas preocupações se relaciona com a sua localização. Para se determinar essa localização, todos sabemos, usam-se critérios baseados na melhor utilização possível dos diversos fatores envolvidos no processo de produção: disponibilidade de mão-de-obra, facilidade de acesso às matérias primas, infra-estrutura, mercado consumidor, etc. Não raro buscam-se outros municípios, outros estados ou regiões, sempre como resultado de estudos de viabilidade econômica. E a empresa se instala no lugar mais favorável, desse ponto de vista. Simples, não? Extremamente simples.

Se não existem limites para o município, para o estado ou para a região, por que deveria havê-lo para o país? Diferenças políticas? Com diferenças ou sem elas, a Política precisa sempre reger a economia. Diferenças sociais? Elas são independentes, como vimos acima, uma vez que os interesses econômicos, que se sobrepõem a elas, são básicos e fundamentais. Diferenças de língua? Isso não conta. Quaisquer outras diferenças que possam ser lembradas ou evocadas serão sempre irrelevantes.

Por que então a economia deva ter um caráter nacional, ou nacionalista? A única explicação está ligada a um mito, a um hábito, a uma distorção de raciocínio, para não dizer a um preconceito. A natureza da economia é outra; a economia, por sua natureza e por sua essência, não tem pátria.

Voltemos por mais alguns instantes a Karl Marx. Inteligente como era, não lhe foi nada difícil prever que o capitalismo se revestia, ou iria se revestir, de um caráter internacional, que seria um processo de amplas proporções.

Sabemos hoje que esse capitalismo pode e deve ultrapassar fronteiras, não apenas geográficas, mas também culturais, históricas, sociais e outras.

Os pensadores de hoje, os economistas, os políticos, os pesquisadores, os sociólogos, e sabe-se lá mais quem, estão bastante preocupados com determinadas conseqüências desse processo de globalização. As perguntas mais freqüentes, e talvez as mais importantes, envolvem preocupações com a possibilidade do desaparecimento dos Estados nacionais, tais quais os conhecemos hoje, e, se eles se mantiverem, as perguntas mostram preocupação com a idéia de hegemonia e soberania política que, segundo entendem eles, podem até desaparecer, uma vez que o poder exercido pelos grandes conglomerados econômicos atingiria proporções jamais vistas.

Isso me parece um exagero e mesmo uma tolice. Mais adiante veremos que tal não apenas não será factível como não será necessário.

Do ponto de vista da economia, poderá haver algum arranhão na hegemonia ou na soberania das nações, mas nada além disso, nada de mais sério ou preocupante, uma vez que, como vimos antes, a economia independe da particular nação onde atua, vale dizer, não se vê afetada por sua existência ou não, uma vez que tem sempre como negociar os seus interesses.

Em defesa dessa tese, posso apontar dois exemplos que falam por si sós. O primeiro deles é a estrutura mais antiga e mais eficiente que a humanidade já conheceu em toda a sua história: a Igreja Católica Apostólica Romana. Baseada na autoridade e na hierarquia e consubstanciada na fé, mantém-se intacta e invulnerável até nossos dias, sobrepondo-se aos Estados nacionais sem lhes ferir a liberdade, a hegemonia ou a soberania. É uma autoridade supra-nacional. O segundo exemplo é a FIFA (Federação Internacional de Futebol Association), também uma entidade supra-nacional, que atua em cada metro quadrado do território mundial sem afetar quem quer que seja, uma vez que se ocupa exclusivamente de um esporte que, como tal, não tem qualquer nacionalidade. Está acima delas.

Uma das mais importantes conclusões a que se chega quando se examina a questão da globalização econômica é que o conceito de “nacionalismo” desaparece, passando à categoria de “bobagens históricas”, como mais uma entre tantas e tantas bobagens que a imaginação do homem conseguiu criar e manter por algum tempo. Ao cruzarmos, contudo, a divisa entre este e o próximo século, não haverá mais lugar para bobagens desse tipo.

Uma vez que, como veremos depois, os Estados nacionais permanecerão e sobreviverão nos termos em que a nossa experiência histórica nos autoriza, e a soberania de cada um permanecerá praticamente invulnerável, é óbvio que essa invulnerabilidade – como sempre, mas agora em termos mais sérios do que em qualquer outra época da História – não será mantida ou conseguida sem esforços ou

diligências compatíveis com as necessidades e com os níveis nos quais se deseje seja mantida essa soberania, como também a liberdade ou mesmo a hegemonia, quando for o caso.

Portanto, no limiar do século XXI e sob as luzes e os auspícios da globalização, quando se falar em Economia, as pessoas inteligentes e de bom senso estarão todas elas proibidas de falar em “nacional” ou em “nacionalismo”, uma vez que isso já não faz mais sentido. Apareceram tais expressões ou conceitos num momento de “recaída”, histórica ou mental, de uma parcela da população.

Mas isso não elimina, decididamente não elimina, a necessidade que cada um tem e terá, não apenas como indivíduo ou como grupo social, mas também e principalmente como país (ou nação, como queiram), através do governo daqueles que tiverem a ventura de o ter eficiente e eficaz, de lutar e trabalhar pelo melhor quinhão econômico que lhe for possível, de acordo com as suas necessidades ou ambições, de acordo com as suas forças e também de acordo com as restrições relativas ao talento, à iniciativa e ao trabalho das diversas gentes. Não haverá como ser diferente. O “pão nosso de cada dia” nunca poderá ser esperado como um maná dos deuses, mas sim conquistado pelo trabalho de cada um. Aos mais religiosos, lembro que tal pensamento está rigorosamente de acordo com o plano de Deus. E quem sou eu para contrariá-Lo!

É importante que nos voltemos agora para as primeiras páginas que foram lidas, lá no início. Falava eu de um país que temos e da construção de uma nação, tal qual queremos e da qual precisamos.

Do ponto de vista econômico, já que é esse o único aspecto que me interessa no momento, precisamos construir uma nação não apenas sob medida para os dias que correm. Isso será pouco, uma vez que, construída essa nação dentro dos limites da economia atual, certamente ela estará logo ultrapassada e antiquada, uma vez que a velocidade com que ocorrem as transformações econômicas é sensivelmente maior do que a nossa capacidade de construí-la. Temos de projetar e construir uma nação para o presente e para o futuro também, de forma dinâmica, portanto. Eis que fica renovada a minha crença na perpetuação dos Estados nacionais.

Mas não se trata tão somente de crença. Há razões lógicas para isso. Uma delas é que, como eu disse antes, a economia não se vê afetada pelos limites de uma nação, pelos lugares onde estiverem as “cercas”, uma vez que dispõe de todos os meios, de toda e qualquer natureza, para superar tais limites, a ponto de não se ver afetada por eles, a ponto de atuar como se tais limites não existissem. As nações continuarão a ser soberanas, mas o poder da economia terá sempre um caráter universal, como nos exemplos citados, o da Igreja e o da FIFA. Os fatos econômicos jamais precisarão forçar quaisquer mudanças na organização política internacional.

Resta-me então delinear os pontos econômicos básicos, as “especificações” econômicas, a partir das quais se poderá construir uma nação tão soberana, livre e duradoura quanto me permitirem os horizontes com os quais trabalho agora. Inserida na era da globalização, é claro.

Talvez não fosse necessário enfatizar, mas se estou falando de pontos econômicos básicos, fica implícito que não vou me preocupar com o varejo.

Tais pontos são:

a- Reforma administrativa e fiscal-tributária, pensando-se em eficiência e em eficácia, sem qualquer jogo de interesses e acabando com as bobagens ou mesmo imbecilidades que estão consagradas na Constituição de 1988. Mas é preciso que sejamos realistas. É verdade que, num tópico anterior, acenei para essa possibilidade, ou necessidade, sem, contudo, fazer qualquer comentário sobre as nossas reais possibilidades de consegui-lo. Repito que é preciso que sejamos realistas. Essa reforma não será conseguida se tiver que ser feita pelo Congresso Nacional, como qualquer outra reforma de profundidade, como manda a lei. As pressões e os interesses são muito grandes, a paixão pelos votos nas urnas é desmedida, a tal ponto que tais reformas, se conseguidas, estarão em descompasso com a evolução da história, a história econômica, no caso presente. Chegaremos sempre atrasados. Não nos iludamos. Temos que encontrar outro caminho, seja ele qual for. Além do uso da força, sempre indesejável, poder-se-á apelar para uma Assembléia Nacional Constituinte, em condições especialíssimas e com extrema cautela.

b- Temos que dar cumprimento a uma tarefa sem dúvida difícil, mas absolutamente necessária, que é a de conciliar o desenvolvimento técnico-profissional do trabalhador brasileiro com a necessidade que sempre se terá de manter vantagens relativas quanto ao custo da mão-de-obra nacional, comparado com o de outros países. Neste fim de século, a China é um exemplo típico.

c- Redução do chamado “custo-brasil”, principalmente via eliminação de entraves de ordem legal ou mesmo sindical. Quando se pensa, por exemplo, na situação e nos custos operacionais vergonhosos dos nossos portos, bem como nas injunções políticas e trabalhistas que os caracterizam, compreendemos que o caminho é longo e difícil. É um ponto e um bom exemplo onde a Democracia não pode ser entendida pelo excesso e nem pela escassez, mas sim pela justa e necessária medida ou dosagem. Espero ter sido entendido.

Quando se fala em “custo-brasil”, obviamente estão embutidas todas as considerações sobre mão-de-obra, tecnologia, armazenamento, transporte; tudo isso ao lado dos custos de produção, tanto no setor industrial como no setor agrícola, aos quais se deve sempre associar a idéia de produtividade.

d- Condução da política de privatizações até suas últimas conseqüências e a qualquer custo. Por mais alto que seja este, será sempre menor, bem menor do que aquele ao qual estamos incorrendo ao mantermos, sob a tutela do Estado, um sem número de empresas ou instituições disto ou daquilo que, além de deficitárias, com raras exceções, não passam de cabides de emprego (desculpe-me pelo uso de uma expressão tão batida e arcaica), de fontes de votos e de perene e interminável escoadouro de recursos, os quais, de outra sorte, estariam disponíveis para atividades realmente afetas ao governo. Quanto àqueles que se opõem a uma política dessa, como foi dito antes, o nosso perdão e a nossa clemência porque não sabem o que fazem e nem mesmo o que dizem.

e- A questão da dívida, interna e externa, precisa ser definitivamente estudada e equacionada. Como afirmei antes, não é o seu volume que me assusta, mas sim a maneira pela qual ela cresce, como uma parcela gradativamente maior do PIB. Isso indica falta de competência, ou de juízo, ou de ambas as coisas. A falta de qualificação para gerenciar essa dívida e mantê-la em níveis compatíveis com a nossa capacidade de dever, vale dizer, de pagar, é algo que me preocupa, e bastante. Se isso parecer complicado para alguém, veja-se o exemplo dos bancos ou das outras empresas, que não têm alternativas: ou controlam rigorosamente o seu caixa, suas contas, ou quebram. Mas posso buscar exemplos ainda mais simples, nas nossas próprias casas. Todos sabemos do desastre que ocorre quando perdemos o controle dos nossos créditos e débitos, especialmente dos débitos, levando-nos ao endividamento excessivo.

Isso implica no controle rigoroso dos gastos públicos, na confecção de orçamentos tecnicamente perfeitos e politicamente defensáveis, no enxugamento da máquina administrativa e no sepultamento da idéia e da tradição segundo as quais a nação deva necessariamente encher a barriga de vadios e incompetentes.

f- Quanto ao ponto de equilíbrio que precisa ser buscado entre importações e produção interna, precisamos crescer tanto técnica como intelectual e politicamente, deixando de lado a tática “tupiniquianesca” da “tentativa e erro”, bem como a visão exageradamente curta e a mentalidade extremamente reduzida de tantos quantos nos governam e conduzem a nossa política econômica, para se poder enxergar mais à frente, mais longe, sobre e além dos horizontes, vale dizer, no contexto da globalização, para se poder definir, como gente grande, o que poderá ser produzido dentro do país, quem o fará, sob que condições, que parcela será destinada ao consumo interno e que parcela será exportada, o que se deve e o que se precisa importar e o que poderá ser produzido tanto fora como dentro do país e em que proporção. As idéias de auto-suficiência e a mentalidade que ainda prevalece e que levam os nossos dirigentes a pensar “para dentro”, isto é, para uma economia basicamente doméstica, certamente nos levam à ineficiência, a custos globais mais elevados. Para cada caso, para cada circunstância e para cada produto, ou, pelo menos, setor, é preciso que se conheça o “ponto de equilíbrio”, isto é, o custo, ou o preço, a partir do qual poder-se-á concluir sobre as vantagens e desvantagens em produzi-lo ou importá-lo. Tudo o mais são fantasias que povoam a imaginação e a mente dos “nacionalistas”. Parece mentira, mas eles ainda existem! Muito mais importante do que ser nacionalista é ser racional e buscar o melhor, tanto para o estômago como para o bolso. A esposa de Karl Marx já pensava nesses termos. Assim procedem as empresas, especialmente as mais bem-sucedidas. Não vejo por que, em nível de nação, as coisas devam ou possam ser diferentes.

Duas conseqüências importantes dessa questão de importar ou produzir internamente e que serão verificadas “na margem”. A primeira é que a balança comercial passará a ser muito mais uma decorrência natural, uma vez que estará embutida nesse contexto, do que uma preocupação constante. A segunda é que o comércio exterior situar-se-á em níveis que fogem à classificação habitual de “baixo”, ou “alto”, ou “aquém das nossas possibilidades”, ou ainda “muito baixo, quando comparado a outros países”. O comércio exterior se fixará no nível correto, ideal e compatível com o volume e com a importância do nosso produto interno. Certamente estará bem longe dos atuais 16% do PIB.

Este é o ponto crucial. Ou teremos “jogo de cintura”, criatividade, engenho e arte para nos envolvermos nas tramas e nas artimanhas da economia mundial, em termos de globalização, para conseguirmos a fatia que nos compete e que faça justiça ao nosso trabalho, ao nosso tamanho e à nossa capacidade, ou então certamente ficaremos à beira do caminho e também à margem da História, que terá pouca coisa boa a dizer sobre nós.

Nesse sentido, e considerando os pontos econômicos básicos vistos acima e necessários para se construir uma nação que possa se considerar soberana e livre no mundo da globalização, é que eu disse antes tratar-se de uma economia que se assemelha a uma economia de guerra.

g- Concluindo, a globalização econômica pode ser vista, enfim, de uma maneira bastante simples, embora seja extremamente complexa. Lembrando os primórdios de nossos estudos de aritmética, quando se estudavam as proporções, posso dizer que a economia brasileira está para a globalização, isto é, para a economia mundial globalizada, assim como a economia paulista, ou a paraibana, ou a mineira, ou qualquer outra, está para a economia nacional.

Eu gostaria de repetir, resumindo e enfatizando que:

- A globalização econômica é uma decorrência natural e lógica do modo de produção capitalista, que preocupa, mas que não assusta, principalmente a quem estiver em condições de dela participar. É bom lembrar que essa participação não é voluntária, é compulsória. Será uma questão de sobrevivência como nação.

- Nós, brasileiros, embora nos falte juízo em matéria econômica e política, em dosagem até que bastante apreciável, reunimos condições potenciais para nos impormos economicamente, como uma nação que pode e precisa emergir de forma respeitável, em poucas décadas.

- Precisamos sepultar de uma vez por todas certos preconceitos e certas “antiguidades”, como as idéias nacionalistas ou mesmo socialistas, que não passam de bobagens ou fantasias, devaneios esses para os quais não há mais lugar.

- O sucesso econômico deste ou de qualquer outro país fica e ficará sempre na dependência da sua desenvoltura política e da sua capacidade de administrar, ou gerenciar, os acontecimentos econômicos, bem como os rumos que tomar a economia mundial. Sem tais qualidades não conseguiremos construir uma nação em termos dinâmicos, isto é, para hoje, para amanhã e para sempre. Repousam aí as nossas maiores deficiências. De um lado, faltam-nos talento e criatividade política, e, pior ainda, do outro lado temos o Congresso Nacional, que em nada ajuda mas que em tudo atrapalha, empurrado, protegido e sustentado por um substancial e ativo grupo de brasileiros, ingênuos e talvez até bem-intencionados, mas que, definitivamente, não sabem o mal que estão fazendo.

## Capítulo Quinto: A QUESTÃO SOCIAL

Se a Economia é a base e a fonte geradora da riqueza e se a Política é a ciência, a arte e a virtude através de cuja atuação e de cujo exercício se consegue realizar o bem comum, a Justiça Social é o objetivo máximo e final que deve e precisa ser atingido por qualquer sociedade, a fim de que possa proporcionar, a cada um daqueles que a compõem, conforto, bem-estar, liberdade, segurança.

Mas me parece importante entender muito bem aquilo que se conhece por Justiça Social; pelo menos, é o meu desejo que fique bem claro o que penso sobre isso.

Quando se usa o termo “justiça” na expressão “Justiça Social”, a mim me parece que fica implícita a ausência de qualquer tipo de paternalismo, fica claro e evidente que conforto, bem-estar, liberdade e segurança são conquistas, e não dádivas de Deus, que estarão sempre na dependência da iniciativa, da inteligência, do talento e do esforço de cada um. Fica também implícito que, além dos limites individuais dessa iniciativa, dessa inteligência, desse talento e desse esforço, nada, absolutamente nada poderá concorrer para que tais conquistas não se concretizem de maneira plena, no devido tempo e no devido lugar. Além disso, a Economia, como base, e a Política, como meio, precisam concorrer para criarem as condições básicas e necessárias a tais conquistas. Caso contrário, isto é, se não colocarmos o indivíduo como o principal agente do seu próprio destino, como sujeito e objeto do seu sucesso ou do seu fracasso, tanto econômico como social, poderemos ter, num dos extremos, o paternalismo, sempre ineficiente, castrador e detestável, e, no outro, o aniquilamento da dignidade da pessoa humana, atestado e prova maior da nossa incapacidade de crescimento, enquanto seres pelo menos predestinados à racionalidade e à liberdade. Uma vez situados em qualquer um desses dois extremos, uma vez admitida qualquer uma dessas duas possibilidades reconhecidamente opostas, não ficará concretizada a realização da Justiça Social, vale dizer, não se poderá ver, nas mãos e na vida de cada um, aquilo que lhe é de direito, seja por uma questão de direito natural, seja por uma questão de direito assegurado segundo os seus méritos.

Justiça Social também não significa, por outro lado, a divisão em partes iguais de todas as conquistas da humanidade, de uma nação ou de um grupo. Significa que cada um deve receber segundo os seus méritos. Caso contrário, não seria justiça, seria paternalismo, esmola ou outra coisa qualquer.

Na minha retrospectiva histórica, no capítulo segundo, mostrei que a nossa organização social se iniciou com dois grandes grupos, bastante distintos um do outro: os senhores de engenho e a população escrava. A eles veio se juntar depois uma massa populacional derivada principalmente dos portugueses que para cá vieram. Mais tarde, em meados do século XVII, surgiu uma burguesia urbana, basicamente dedicada a atividades comerciais.

Do ponto de vista social, a primeira metade do século XIX não passou, grosso modo, de um prolongamento do século anterior. Na segunda metade, porém, a limitação do tráfico de escravos africanos, a abolição da escravatura e o incremento da imigração, com a transição para o trabalho assalariado, forçaram alterações sociais dignas de registro.

Contudo, foi somente a partir de 1930 que surgiram condições econômicas para que se estratificassem e se cristalizassem as classes sociais tais quais as conhecemos hoje:

- O empresariado, tanto industrial como rural, comercial ou de serviços (os banqueiros, principalmente).
- A classe média, comumente dividida em média alta, média propriamente dita e média baixa.
- Os militares, que, a rigor, também se distribuem segundo as três categorias da classe média, vistas acima.
- Os profissionais liberais, de quem não falei antes, mas que estão incluídos nas três categorias da classe média.
- Os funcionários públicos, com a mesma observação feita acerca dos militares.
- O proletariado.

Numa visão, eu diria, macro-social e independente da estratificação vista acima, parece-me que o povo brasileiro pode ser dividido em dois grandes grupos, como foi sugerido no capítulo terceiro. O grupo dos brasileiros genuínos, composto pelos índios, pelos negros africanos e por toda classe de mestiços, incluindo-se aí, nessa miscigenação, a participação dos primeiros portugueses que para cá vieram. No outro grupo estão os imigrantes, de origem européia e asiática, e seus descendentes.

Ainda no capítulo terceiro, procurei visualizar uma diferenciação genérica, em nada profunda, entre esses dois grandes grupos, diferenciação essa que me será de particular importância no capítulo nono.

Eis aí, em linhas bem gerais, o “pano de fundo” que estará me norteando na análise da Questão Social, voltada para a construção da nação que queremos. Esse “pano de fundo” se constitui, portanto, de um lado, da minha visão, da minha conceituação de Justiça Social, como procurei mostrar no início deste capítulo, e, do outro, da maneira pela qual visualizo a nossa estratificação social.

Mas esse “pano de fundo”, no que se refere ao conceito de Justiça Social, deixa transparecer também o meu princípio básico, filosófico, a partir do qual irei desenvolver todo o meu raciocínio e em cima do qual irei estabelecer a minha linha de pensamento, base e fundamento para se edificar a nação com a qual sonhamos e da qual não podemos e nem devemos prescindir. Segundo esse princípio, “cada um dos seres humanos é e deve ser o fundamento, o fim e o sujeito de todas as instituições em que se expressa e se realiza a vida social, cada um dos seres humanos, considerado na realidade daquilo que é e que deve ser, segundo a sua natureza intrinsecamente social”.

Não estou preocupado se tal base filosófica se distancia de posições extremas, como aquelas defendidas, de um lado, por Karl Marx, entre outros, e, do outro, por Adolf Hitler, também como um exemplo, ambas em total desrespeito à dignidade da pessoa humana, como também não considero tendencioso o fato de tal concepção filosófica coincidir com a da Doutrina Social Cristã. Veja-se, por exemplo, a encíclica “Mater et Magistra”. Trata-se de uma concepção baseada na firme convicção que tenho de que o homem, em sua natureza essencialmente social, deva ser colocado no centro de todas as preocupações e de todas as atividades que estão sendo ou que venham a ser desenvolvidas sobre a face da terra.

Como eu disse no início, a Economia representa a base, a fonte, a Política representa os meios, mas o homem é, simultaneamente, sujeito e objeto tanto desta como daquela. Essas duas ciências não têm razão de ser em si mesmas, não podem ser concebidas a não ser quando voltadas ou colocadas a serviço do homem, tanto isoladamente como em grupo, atingindo, cada uma delas, os seus objetivos apenas na medida em que conseguirem construir esse “arcabouço” maravilhoso, essa idéia quase divina, esse conceito e essa realidade imprescindíveis à humanidade que é a Justiça Social.

De tudo o que foi dito até aqui, no plano social, depreende-se que, de maneira ultra-sintética, o caminho natural e lógico é o seguinte: as atividades econômicas, todas elas, em qualquer tempo e em qualquer lugar, sob qualquer concepção ideológica ou doutrinária, geram riquezas. Estas, sob os auspícios e sob a influência da atividade política, são canalizadas, são veiculadas para a sociedade, segundo regras consubstanciadas na Ética e na Moral, atendendo a requisitos que consigam satisfazer às necessidades e aos desejos de cada um e da coletividade, respeitadas sempre as restrições advindas da iniciativa, da inteligência, do talento e do esforço de cada indivíduo.

Uma decorrência importante da minha maneira de enxergar a Questão Social é que os chamados “programas sociais”, deste ou daquele governo, seja esse governo de onde ou do nível que for, sejam eles, os programas, oficiais ou da iniciativa particular, por serem sempre e sem exceção exclusiva e fortemente paternalistas, esses programas não podem estar em cima da linha de pensamento que me orienta, de vez que jamais, em tempo algum, solucionaram em definitivo qualquer tipo de problema. Podem chegar a ser meritórios, sem dúvida, porque conseguem aliviar, em alguma medida, determinados males. Reconheço que se não contássemos com eles, os nossos problemas sociais, principalmente os mais imediatos, poderiam se tornar ainda mais graves.

Paralelamente, contudo, ninguém poderá me negar razão quando digo que, apesar de termos todos passado as nossas vidas, inteiras em muitos casos, ouvindo constantemente dizerem que é preciso, que é fundamental que sejam todos ensinados a pescar, apesar disso não temos feito outra coisa a não ser comprar e distribuir os peixes. Se pudéssemos, “bonzinhos que somos”, não apenas os compraríamos, mas por certo realizaríamos o milagre da multiplicação desses peixes, a exemplo dos pães, a fim de distribuí-los paternalisticamente.

Programas sociais, portanto, principalmente os oficiais, sempre se apresentam a mim como ridículas e grotescas manifestações de devaneios populistas ou demagogias baratas e sazonais, ocorrendo principalmente como fortes acenos ao famoso e tradicional “vote em mim”.

É preciso tratar a Questão Social, desde que se queira eficiência e objetividade, desde que se busquem soluções adultas e definitivas, dentro das linhas de pensamento acima definidas, ou algo que lhes corresponda.

Em termos sociais, não há como encurtar o caminho, não há como evitar ou saltar etapas. O caminho é um só; mais importante, tem que ser percorrido pelo próprio interessado. O Estado apenas ajuda, se bem que, quase sempre atrapalha. Eu não posso andar por você, como você não pode andar por mim. Eu posso ensinar Português para você, mas não posso aprender Português por você. Percebeu? É verdade que

eu posso carregá-lo às costas, mas certamente não devo. Poderá lhe fazer bem hoje, mas castrá-lo-á para sempre.

Quando se pretende construir uma nação soberana e livre, tal qual a defini no capítulo anterior, sob o ponto de vista econômico, e quando se pensa não apenas numa nação para hoje, mas também para amanhã e para sempre, em termos sociais certamente não haveríamos de consegui-lo se nos detivéssemos, como fazem hoje, a desenvolver esses indesejáveis “programas sociais”, uma vez que eles se apresentam a mim como o motor que, pela entrada de ar, “roda em falso” e não consegue executar o seu trabalho. Não estaríamos andando para a frente, mas sim sapateando sempre no mesmo lugar. Em qualquer direção que quiséssemos seguir, socialmente, chegaríamos sempre atrasados, por termos parado para socorrer aqueles aos quais sequer pensamos em ensinar a pescar. Jamais teríamos uma nação nem para hoje e nem para amanhã. Estaríamos hoje fazendo uma nação para ontem. Precisamos construir uma nação dinâmica, também em termos sociais.

Os programas, portanto, têm que ser econômicos, mas os resultados têm que ser sociais. Digo sempre que as sementes precisam ser necessariamente econômicas, enquanto os frutos precisam ser obrigatoriamente sociais. Esse “milagre” tem que ser conseguido via participação política. Tal “milagre” será considerado nos capítulos nono e décimo. Aqui, vou considerá-lo já realizado e analisar, ainda que de maneira genérica e bem rápida, sem qualquer intenção de profundidade, os principais temas sociais que precisam estar sempre presentes nos planos de governo, não deste país que temos, porque seriam inúteis, mas da nação que precisa ser construída.

Como pré-requisito da leitura que se segue, na conclusão deste capítulo, sugiro, para cada item, que se releia o artigo correspondente, que se encontra na Primeira Parte. Parece-me que, considerando aquele e este caso, as idéias se tornam mais claras e mais completas.

## **A Saúde**

Até aqui, o que temos de mais concreto não passa de um “slogan”: a Saúde é um dever do Estado e um direito do cidadão.

Enquanto tal “slogan”, entre tantos outros, é divulgado aos quatro ventos, as filas nos atendimentos se eternizam, a administração da Saúde se perde no emaranhado de leis, normas e procedimentos, que eles mesmos criaram, num eterno e interminável ato de liberação ou repasse de verbas, que chegam quase sempre atrasadas e por vezes não chegam, bem como nos desvios de verbas e barganhas políticas, os Planos de Saúde se enriquecem porque há um desequilíbrio flagrante e vergonhoso entre os níveis de suas receitas e o nível de suas despesas, principalmente a remuneração da classe médica e de outros funcionários, e, como decorrência disso e como compensação para isso, os preços dos serviços médicos a particulares se tornam proibitivos.

Eis como os sucessivos governos que temos tido entendem dar cumprimento ao dever do Estado quanto à Saúde.

Numa nação adulta, tal qual queremos, a questão da Saúde precisa ser tratada dentro das linhas básicas seguintes:

a- O nível de governo responsável por tal serviço deve ser uma questão mais técnica e, portanto, mais detalhista, do que política. Quanto maior for a descentralização financeira, administrativa e operacional, tanto melhor para a qualidade do serviço. Em termos ideais, portanto, a competência deveria ser do poder político municipal, mas, dadas as questões de racionalidade na divisão de poderes e atribuições, como verei no capítulo décimo, e dadas as grandes discrepâncias, de diversas naturezas, que se observam entre os municípios, discrepâncias essas que iriam certamente acarretar desníveis indesejáveis na qualidade do atendimento, tal competência precisa ser dos governos estaduais. Os desníveis continuariam a existir, mas poderiam ser mais facilmente administrados.

b- A lei, bem como o sistema fiscal-tributário, precisa considerar duas questões absolutamente fundamentais. A primeira é o montante global dos recursos destinados à Saúde, montante esse calculado, pelo menos em termos ideais ou mesmo teóricos, como se nenhum Plano de Saúde existisse e como se nenhuma consulta particular viesse a ser feita. A segunda questão, igualmente importante, é que o fluxo de tais recursos, desde a sua origem até a sua chegada às mãos do mais humilde servidor ou às do fornecedor do mais modesto comprimido, fosse realmente um “fluxo”, natural e desenvolvido, no qual entraves administrativos, injunções políticas ou participações desonestas fossem absolutamente impossíveis.

c- Claro que, em termos práticos, nada poderá ser assim tão completo e perfeito. Subsistirão, portanto, os Planos de Saúde e os atendimentos particulares, os quais, dentro da sua condição de sistemas complementares e dentro de uma situação de mais apertada competição, vivendo, portanto, nessas fatias,

num regime de mercado, sobreviverão às custas do talento, da qualidade dos seus serviços e, evidentemente, dos preços praticados. Nada mais justo e “salutar”, se me permitirem esse trocadilho.

## **A Educação**

É certo que o “ingrediente” mais importante e fundamental para se construir uma nação é o nível educacional da sua gente.

Assim sendo, as exigências desse processo têm que estar bastante acima do “eu acho”, ou do “eu penso”, ou ainda do “eu gostaria”. As questões aqui tratadas não podem ficar sujeitas nem mesmo ao jogo democrático, uma vez que as discussões, típicas desse jogo, podem atrapalhar muito mais do que ajudar no desenvolvimento do sistema educacional e da Educação, de natureza absolutamente indiscutível. Em outras palavras, não há por que discutir o indiscutível. Estivemos discutindo sobre este assunto por mais de 50 anos, e o resultado aí está: a nossa Educação, hoje, é muito pior do que era na metade deste século XX. Não se pode também perder tempo com ideologias ou doutrinas, sejam lá do tipo ou do lado que forem. Ressalvadas as discussões puramente técnicas, que se destinam exclusivamente ao “como fazer”, tudo o mais tem que ser compulsório. A História, pelo menos a nossa história, prova que, não sendo assim, os resultados foram e continuam sendo deploráveis.

As linhas básicas e fundamentais do sistema educacional precisam ser:

a- Curso de 1º grau, até a oitava série, em tempo integral, oito horas por dia, dez meses ao ano, abrangendo toda a população que esteja dentro da respectiva faixa etária, onde se presta não apenas informação, vale dizer, ensino, mas também formação cultural básica.

b- Curso de 2º grau, num total de quatro anos quando diurno e cinco quando noturno, dividido em áreas de conhecimento, mas com pelo menos um ano básico, e profissionalizante como opção disponível. A sua característica fundamental deve ser a difusão do conhecimento e da cultura, em todas as suas áreas, em níveis compatíveis com o curso superior.

c- Curso superior rigorosamente seletivo, altamente técnico e voltado vigorosamente para a formação de elites, tanto técnico-profissionais como intelectuais.

(Recomendo aqui que seja lido novamente o artigo sobre os Esportes, que pode ser encontrado na Primeira Parte).

d- Gradual eliminação dos cursos supletivos e de alfabetização de adultos, de vez que, além do mal-disfarçado ar de paternalismo que encerram, induzem à sub-cultura. Esta não pode mais ser aceita.

e- Formação e treinamento do pessoal envolvido, notadamente dos professores, com remuneração compatível com a importância e a proeminência da função de educar e de formar cidadãos. Acredito que os números disponíveis seriam mais convincentes. Contudo, dadas as disparidades regionais e levando-se em conta que o fator tempo normalmente distorce o seu significado, eu diria que, na nação que queremos, não se poderá conceber salários menores do que oito ou dez vezes mais do que os de hoje. É claro que essa remuneração não poderá se destinar ao nível técnico e intelectual do professor de nossos dias. Haveria uma enorme incompatibilidade, uma vez que eles se encontram terrivelmente defasados, nem sempre por culpa deles mesmos.

f- Com raciocínio semelhante ao caso da Saúde, eu diria que a Educação precisa ser um assunto exclusivamente estadual.

g- Quanto à questão financeira, a linha de raciocínio é a mesma que foi adotada para o caso da Saúde. O orçamento para a Educação, pelo menos como ponto de partida, deverá considerar a inexistência de qualquer escola particular, em qualquer nível. Claro que, também aqui, o ideal jamais será atingido; nem mesmo será necessário que assim o seja. Significa que, na prática, subsistirão as escolas particulares, as quais, num autêntico regime de mercado, eficiente e salutar, sobreviverão apenas por obra e arte da sua capacidade, do seu nível técnico e, é claro, dos seus preços. Nessas condições, jamais se ouvirá qualquer discussão ou qualquer desentendimento por causa das mensalidades escolares, uma vez que estas não serão fixadas pela lei, nem pela vontade da escola ou dos pais de alunos, mas pelo mercado. Fácil, não?

## **A Habitação**

O problema da Habitação, embora social como o da Saúde e o da Educação, tem aspectos que o distinguem bastante desses dois outros. Não chegarei ao exagero de afirmar que as suas naturezas sejam diferentes, uma vez que são os três, sociais. Mas cabe uma pergunta que talvez ninguém se tenha feito antes: por que ao governo compete participar da questão da moradia? O governo não participa diretamente da compra do automóvel, ou da geladeira, ou do saco para o lixo, da mesma maneira como não financia



nem subvenciona o corte do cabelo, ou os ingressos para uma temporada lírica ou teatral, ou ainda as passagens e a estadia para uma viagem a Salvador, ao Caribe ou à Europa.

Ao contrário da Educação e da Saúde, a moradia é um bem físico, palpável, concreto, que pode ser comprado e ser vendido, que pode ser ganho e pode ser perdido, de acordo somente com a cabeça, ou a vontade, do seu dono. Portanto, enquanto bem, a sua natureza é totalmente diferente daquela da Educação ou da Saúde. Ninguém compra nem vende educação; a rigor, ninguém compra nem vende saúde, mas todos compram e vendem imóveis. Deu pra perceber a diferença? Além disso, as questões como, por exemplo, a da compra de uma geladeira ou a da temporada lírica ou teatral, independem praticamente do mundo social que nos cerca; dependem quase que exclusivamente de uma decisão particular, do indivíduo, da sua situação econômica e financeira, e de mais ninguém. Com a Educação e com a Saúde a coisa é bem diferente. Nenhuma delas depende apenas de uma decisão individual.

Nessas condições, por esse raciocínio bem simples e que me parece claro, a questão da moradia, a rigor, não deveria estar afeta a qualquer governo, mas sim à iniciativa, à inteligência, ao talento e ao esforço de cada um.

Porém, dada a sua importância relativa, inclusive em termos dos valores envolvidos, e dado o ambiente macro-social em que se insere, torna-se lícita e necessária a atuação do governo nesse campo, através de uma política habitacional baseada na equidade, isto é, na ajuda a cada um na exata proporção de seus méritos e de seus esforços, e baseada também numa equalização dos sistemas financeiros e administrativos desses financiamentos.

### **O menor abandonado**

Dentro dos contornos e das dimensões éticas, morais e filosóficas da nação que se propõe seja construída, o menor abandonado será sempre motivo de vergonha nacional, será alvo de repúdio amplo, total, completo e absoluto.

Como no caso da Educação, tudo aqui tem que ser compulsório, sem “contra-oferta”. Claro que o livre arbítrio, vale dizer, a vontade individual deve sempre ser respeitada. Porém, tudo o que for advindo dessa liberdade e que não puder ser socialmente aceito será tratado rigorosamente de acordo com os meios de auto-proteção de que dispõe a sociedade.

Para que seja possível administrar o problema enquanto ele existir e para que se possa eliminá-lo, ou pelo menos trazê-lo a níveis mínimos e suportáveis, a nação precisa pautar a sua conduta dentro da seguinte linha:

a- Efetivamente desenvolver todas as atividades sociais dentro da linha de pensamento social esboçado no início deste capítulo, baseadas, todas elas, nas idéias que tenho defendido desde o início. Em resumo, é preciso eliminar as causas.

b- Adoção de um sério e profundo programa de planejamento familiar, com conotações que podem até chegar à obrigatoriedade. Não é justo, não é socialmente justo que todos paguem pelos desmandos de alguns. O problema é que não são apenas alguns, são muitos, são milhões. Não vejo por que a um se deva dar a liberdade e o direito de por no mundo tantos filhos quantos queira e, aos outros, a imposição de “pagar a conta”, ainda que de forma indireta ou socializada.

c- Recolhimento, triagem e acompanhamento, tudo isso compulsoriamente, até a estabilização física, mental, educacional e profissional de cada um, estabilização essa que levará o menor a uma inserção social de acordo com as naturais aptidões de cada um.

### **O menor delinqüente**

Em linhas gerais, o mesmo tratamento dado ao problema do menor abandonado deve ser dispensado ao menor delinqüente. Com um agravante, contudo. No caso do menor delinqüente houve algum tipo de infração, que precisa ser cobrada e cujo autor precisa ser punido, seja lá quando e como for, independentemente de idade ou qualquer outra coisa.

É preciso atualizar as mentes e as leis, lembrando-nos de que os tempos mudaram, a criança mudou e que, a cada dia mais, o adulto precisa estar protegido do menor. Tal inversão de valores é uma realidade da vida moderna, que não pode ser esquecida nem menosprezada.

A cada crime precisa corresponder uma pena, inclusive ao menor infrator, de qualquer idade, sem dúvida proporcional à sua gravidade e às circunstâncias em que ele se deu.

O que não pode é prevalecer a impunidade, sob o manto protetor da menoridade. As penas atribuídas aos maiores de idade, por delitos cometidos através de crianças, precisam ser multiplicadas pelo menos por dez. Entre outras razões, com o número 10 é mais fácil de se fazerem as contas.

Dadas ao menor, especialmente ao menor infrator, todas as condições preconizadas aqui e desenvolvidos os programas dentro das linhas acima estabelecidas, não haverá por que insistir com quem não deseja o caminho do bem. Uma vez que lhe foi dada uma segunda e real oportunidade na vida, agora, como eu disse antes, é “pegar ou largar”. Se a opção for por “largar”, que encare e aceite as conseqüências. Antes, a benevolência da caridade e da fraternidade; agora, o rigor das normas e das leis.

### **A criminalidade e a violência**

É muito engraçado quando, especialmente nos noticiários da televisão, se apresenta uma enorme relação de crimes cometidos por um marginal, bem como dos processos aos quais ele responde, sem qualquer explicação sobre por que a lista é tão vasta, por que aquele marginal gozou de liberdade para cometer aquela sucessão de delitos e por que, em muitos casos, ainda não foi preso. Será que essa gente toda, os que deveriam prender, os que deveriam julgar e eventualmente condenar, os que deveriam governar, será que essa gente não percebe que se no primeiro crime o marginal tivesse sido punido, as chances de um segundo delito seriam menores e que, se isso viesse a ocorrer, punido pelo segundo, as chances de um terceiro seriam quase nulas? Suponhamos, por exemplo, que a falta de punição exemplar pelo primeiro delito venha a levar o infrator, por estar em liberdade, a cometer um segundo crime e que este seja, por exemplo, um latrocínio ou um homicídio qualquer. Nesse caso – e casos como esse são freqüentíssimos – como ficariam a responsabilidade e a consciência daqueles a quem competia o dever de retirar tal marginal do convívio social? Perdeu-se mais uma vida, quase sempre de um valor imenso, mas quem vai pagar por isso? Sei que a única resposta que eu poderia ter seria a do silêncio.

É preciso também que os defensores dos direitos humanos repensem suas posições, especialmente quanto aos seus ímpetos de proporcionar sempre uma segunda oportunidade ao bandido, esquecendo-se de que, quase sempre, o cidadão de bem, que morreu física ou moralmente em suas mãos, não a teve e jamais a terá. Aliás, como já enfatizei antes, os senhores dos direitos humanos não parecem estar muito preocupados com as pessoas de bem. Antes, defendem muito mais os bandidos.

Julgo oportuno e necessário repetir aqui o que foi dito no artigo correspondente e que aparece na Primeira Parte deste trabalho: *A sociedade não pode negar amor e fraternidade, mas tem que cobrar responsabilidade e fazer justiça.*

### **O sistema penitenciário**

Entendo que as probabilidades de recuperação de um adulto infrator são bem pequenas, próximas da inexistência. Mas elas existem e, por isso, não podem ser desprezadas.

Entendo também que um julgamento precisa medir tais probabilidades, com a finalidade de diminuir ao máximo que for humanamente possível os riscos de novos crimes e, evidentemente, perdas de outras vidas. Repito e insisto que a perda de uma vida como fruto de um segundo crime é algo que brada aos céus. É inaceitável, é inconcebível.

Como decorrência de tais preocupações, o sistema penitenciário deve prever basicamente duas categorias de sentenciados: os considerados passíveis de recuperação e os irrecuperáveis, estes na esmagadora maioria dos casos, segundo acredito eu.

Reitero a minha posição de que não compete à sociedade sequer tentar recuperar os irrecuperáveis. Se eles próprios conseguirem isso, ótimo. Cumprida a pena, na sua totalidade, devem e podem retornar ao convívio social, sem quaisquer máculas ou preconceitos, uma vez que já terão pago pelo que fizeram. Porém, é preciso que haja certeza de que realmente se recuperaram. E isso vai ser bastante difícil.

Sempre, e em qualquer caso, não compete à sociedade arcar com os custos de tais punições. Que sejam, portanto, postos a trabalhar, para o bem de si próprios e de suas famílias. Para isso, a privatização dos presídios se impõe como uma necessidade imperiosa e inadiável, antes de mais nada por uma questão de justiça social em relação àqueles que estão do lado de fora.

### **A Justiça**

É claro que o Poder Judiciário precisa se atualizar em termos operacionais e administrativos, além do aspecto jurídico propriamente dito. Não há como justificar o “estoque” de processos, a não ser pelo ritmo de tartaruga, característica do servidor público, que jamais consegue eficiência e racionalidade. Se fossem eles transferidos para a iniciativa privada, como num toque de mágica, certamente haveriam de experimentar sérios problemas, quer seja pelos empurrões que receberiam pelas costas ou atropelamentos

pelos calcanhares, porque não andam, quer seja por verdadeiros colapsos cerebrais ou cardíacos, oriundos de uma velocidade de trabalho que não lhes é familiar.

Reconhece-se, por outro lado, os cuidados e diligências que cercam qualquer processo, todos eles justificáveis à luz da Justiça e do Direito. Mas que há enormes exageros, disso ninguém tem dúvida.

Sabe-se também que os recursos disponíveis, financeiros, materiais e humanos, são precários na Justiça. Se tivéssemos um Poder Legislativo digno do nome que tem, tais problemas não existiriam.

Por outro lado, e para completar, é preciso que a população saiba que a Justiça é inerte, isto é, não age por si mesma, não é de sua natureza tomar qualquer iniciativa. É preciso ser acionada, é preciso que cada um tenha consciência disso e saiba que a “igualdade de todos perante a lei” depende muito mais de si mesmo do que de qualquer benesse que lhe possa cair dos céus.

Acredito ter ficado bem claras as linhas básicas que devem orientar o Poder Judiciário, a Justiça e o cidadão que dela depende, dentro dos limites ideais da nação que queremos.

## **As drogas**

Talvez o problema mais grave de qualquer sociedade moderna seja o das drogas. A terapia é difícil. O combate ao tráfico, que apresenta inclusive e principalmente implicações internacionais, é um processo que demanda tempo, tecnologia e recursos. A repressão ao consumo é bastante contraditória e complexa, uma vez que envolve aspectos culturais, educacionais, legais, sociais e médicos, entre outros. A punição ao tráfico é problemática, uma vez que a segurança física de quem prende ou pune, bem como a vulnerabilidade moral destes são entraves bastante sérios, quase intransponíveis.

A participação negativa dos meios de comunicação através de manifestações, ainda que esporádicas, de pessoas “formadoras de opinião”, como artistas, intelectuais e outras, tem, por sua vez, uma alta dosagem de responsabilidade e influência sobre o consumo de drogas.

A questão é tão séria que, à exceção do tratamento dado ao viciado, tudo o mais tem que ser compulsório, efetivo, profundo e duradouro, a começar pelas campanhas de conscientização ao nível individual, na família, na escola, na igreja, na empresa, no clube, no sindicato, etc.

Compulsoriamente, os meios de comunicação precisam perder o “direito” de veicular qualquer aceno ao vício, por mais discreto que seja esse aceno. Pode-se até permitir determinados arranhões na liberdade de cada um, desde que os objetivos sejam nobres. E estes o são.

Recomendo que dobre a sua atenção no capítulo décimo, especialmente no item em que discutirei o problema da liberdade e mostrarei que o seu verdadeiro conceito e o seu verdadeiro sentido podem surpreender a muita gente.

Em resumo, a supressão do tráfico é problemática. Pelos menos enquanto tiverem a força que têm, a punição aos traficantes é perigosa e aos consumidores é discutível, pelo menos nos dias que correm. A terapia é lenta e cara. Resta-me insistir no combate ao tráfico, na punição até onde for possível, mas, sobretudo, concentrar as nossas atenções e os nossos esforços no sentido de eliminar ou pelo menos desestimular o consumo. Se não houver consumo, não haverá tráfico, não haverá drogas. No fim das contas, os viciados deveriam saber, são os consumidores de drogas os ÚNICOS responsáveis por tudo isso, uma vez que são eles que sustentam e fazem aumentar, cada vez mais, a violência.

## **A Previdência Social**

A Previdência Social talvez seja o exemplo mais típico de que a cooperação da iniciativa privada – evidentemente com a participação efetiva e decisiva do interessado – junto aos esforços do governo pode levar à solução definitiva desse problema. A Previdência Social precisa se auto-gerir.

É bastante difícil aceitar a idéia, que aliás paira nos espíritos em geral e principalmente dos nossos amigos que se dizem socialistas, nacionalistas, populistas ou “quetais”, segundo a qual compete à nação sustentar a todos aqueles que, por diversas razões, não podem (muitos não querem) mais trabalhar. É evidente que, no meio desses, estão os espertalhões, os privilegiados, enfim, estão aqueles que, ou porque fizeram a lei ou porque sabem como burlá-la, gozam das benesses de aposentadorias que são muito mais do que proporcionais não apenas aos seus méritos como também aos “direitos” que se lhes caíram nas mãos, não se entende muito bem por quê.

Volto e insisto: compete à nação sustentar aqueles que não podem mais trabalhar, fazendo-o não de forma justa, mas paternalista? Insisto em afirmar que, ressalvados os direitos daqueles que trabalharam enquanto puderam e recebem agora, como aposentados, pelo menos uma parte, como retribuição aos seus esforços, essa é uma idéia, a de uma nação-mãe e paternalista, que ocupa os espíritos de muitos

desavisados. Acrescentaria eu que tal não seria necessário, isto é, a nação em si mesma não precisaria arcar com qualquer ônus desse tipo. Basta, para isso:

a- que o sistema de repartição simples no qual se baseia a nossa Previdência Social, nas mãos do governo ou mesmo da iniciativa privada, seja efetivamente gerenciado, com eficiência, sem privilégios, sem desvios de qualquer natureza, a fim de que os seus participantes – os aposentados e os pensionistas – usufruam de seus direitos, na forma da lei e na medida exata e correta de seus méritos, isto é, dos “inputs” que deram para a fabricação desse bolo. Estaríamos longe, portanto, de qualquer paternalismo e bem mais próximos da justiça para com os aposentados. Trata-se tão somente de administrar, de forma correta, não apenas os recursos acumulados, mas também os direitos adquiridos pelos aposentados.

b- que os Fundos de Pensão tenham a sua legislação atualizada e moralizada, sem as preocupações com a “galinha dos ovos de ouro”, evidentemente baseados na remuneração de seus serviços, mas sobretudo capacitados e aparelhados para fazerem funcionar o sistema de capitalização, a partir do qual foram concebidos, cujos resultados não podem deixar de ser divididos entre os participantes.

Complicado isso? Parece-me que não.

## **Os esportes**

No seio da nação que queremos construir e no âmbito da Educação, os esportes farão parte integrante da vida do estudante brasileiro, de maneira compulsória. Já estarão presentes nos primeiros anos do curso básico, o 1º grau, intensificando e marcando a sua presença no 2º grau, onde as aulas de Educação Física, num contexto bem mais sério do que o atual, e a prática obrigatória de pelo menos um esporte, darão ao jovem brasileiro a condição básica necessária à sua formação física e mental. A vivência na vida comunitária e nos clubes esportivos poderá levá-lo à condição de atleta, mas se tal vivência levá-lo pelo menos à constante prática desportiva, os objetivos de tal política terão sido amplamente atingidos.

Dentro do mesmo contexto educacional, os esportes amadores precisam ter amparo legal, administração geral centralizada a partir do governo, mas abrangendo sobretudo as suas federações, e contando ainda com a cooperação efetiva da comunidade e da iniciativa privada.

Quanto aos esportes profissionais, como o futebol, por exemplo, a legislação precisa ser inteligente e enérgica para, salvaguardados os direitos inerentes a cada esporte e das entidades que os congregam e dirigem, permitir que se organizem e se desenvolvam sem o atual amadorismo e levando em conta os três caracteres que todos os esportes profissionais apresentam: o desportivo, o profissional e o comercial.

## **A questão agrária e os transportes**

Explica-se a presença desses dois temas num único tópico. São, sem dúvida, diferentes entre si, mas apresentam algo em comum: são ambos simultaneamente econômicos e sociais.

A questão agrária, em si, e que, tal qual se apresenta hoje e chamada equivocadamente de “reforma agrária”, tem uma característica claramente econômica, uma vez que está relacionada com os meios de produção. Como tal, está inserida e implícita na questão já analisada anteriormente, quando tratei do desenvolvimento, possível e esperado, da nossa agricultura, baseado inclusive no aproveitamento racional e técnico das terras, tanto das improdutivas quanto das que já produzem.

Ocorre que a lentidão e o acanhamento com que se desenvolve aquilo que chamam de “reforma agrária” geram convulsões sociais de vulto, onde a mobilização dos chamados “sem terra” pontifica como um acontecimento social de grande monta.

Desconsiderados os não muito bem definidos e explicados interesses dos ruralistas, bem como eliminadas as distorções e as injunções espúrias no movimento dos trabalhadores rurais, além dos espertalhões que, no governo ou fora dele, se imiscuem na polêmica e dela tiram proveito, daí resulta um problema bem mais simples e uma só conclusão: continuamos não tendo governo, uma vez que esta é uma questão tipicamente governamental e que só pode ser resolvida politicamente. O problema está exatamente aí, na falta de “vontade política”, vale dizer, na falta de “vergonha na cara”.

As variáveis envolvidas são extremamente simples.

Dentro da nação que queremos, os critérios serão estabelecidos, os “sapos de fora” serão expulsos, a legislação será bem clara e a racionalização da terra “germinará” de maneira fácil e abundante. Se me permitirem a analogia, aliás bem própria para este caso, eu diria que, uma vez semeados o bom senso, a inteligência e a concórdia, colher-se-ão maior abundância econômica e um incremento apreciável na paz e na Justiça Social.

Quanto aos transportes, por estarem também contidos nos meios de produção, pelo menos como um prolongamento destes, notadamente os transportes de carga, são marcadamente lembrados quando se estudam determinadas questões econômicas.

Porém, na medida em que afetam os cidadãos quanto às suas vidas, individual e coletivamente, (estou falando agora dos transportes de passageiros, principalmente) têm uma conotação social importante.

Também aqui é divulgado um “slogan”: transporte, dever do Estado, direito do cidadão.

Na nação que queremos construir, certamente não se viverá de “slogans”. Eles não resolvem coisa alguma.

O ressurgimento das ferrovias, que, aliás, tiveram vida muito curta em nosso país, uma vez que se cometeu a barbaridade de saltarmos do carro-de-boi para o avião, será importantíssimo na medida em que desejarmos um meio de transporte rápido, seguro e barato. Contudo, muitos privilégios terão que ser destruídos e muitos poderosos terão que ser “sacudidos” antes que se veja, e que se ouça, os nossos trens deslizando sobre os trilhos e levando, também cargas, mas sobretudo alegria, lazer e integração social à nossa gente.

Quanto aos transportes urbanos, a nação que queremos não irá tolerar o enriquecimento constante e crescente dos empresários desse setor, graças aos sacrifícios e à complacência de quem deles depende.

Voltemos agora as nossas vistas, e, se quiserem, as nossas preocupações, para a globalização, mas apenas para a globalização social.

Temem os cientistas sociais, especialmente estes, que a globalização se concretize de uma forma tão completa e avassaladora que irá inclusive fazer desmoronarem as estruturas sociais tais como as conhecemos hoje, trazendo novas perspectivas e novas realidades não apenas para as classes, para os clãs, para as castas, para os diversos grupos sociais enfim, mas também para os próprios Estados nacionais. Tais transformações estariam na base e no significado de expressões como, por exemplo, “aldeia global”, talvez a mais sugestiva e significativa do ponto de vista social, entre tantas metáforas que se criaram para traduzir esse fenômeno.

Teme-se pela transfiguração social dos atuais Estados nacionais, com a subsequente formação de uma sociedade dentro da qual as leis, os conceitos e os conhecimentos da Sociologia – e talvez até da Antropologia – teriam que ser repensados e refeitos, de vez que estaríamos num mundo social inteiramente novo, sem qualquer experiência anterior que nos possa ajudar.

Está fora de dúvida que a globalização, especialmente a econômica, atravessa fronteiras, destrói mitos e tradições, pode até abalar hegemonias e soberanias nacionais, desde que não bem sólidas e definidas, pode influenciar a História e a Geografia, pode afetar os diferentes tipos de manifestações culturais, mas daí à conclusão de que tudo isso será colocado num só “caldeirão” e que essa “paparoca”, uma vez fervida, curtida e depurada, venha a se transformar numa nova sociedade, diferente e mundial, vai uma diferença bem grande.

Aqueles que teorizam sobre isso, é forçoso reconhecer que enxergam longe, porém não suficientemente distante. Ainda que a “fervura social”, nesse “caldeirão”, acontecesse, essa “aldeia global” teria existência não mais do que passageira, em virtude de algo que é indestrutível: a necessidade que tem o homem de criar e manter constantemente à sua volta todo um arcabouço social e cultural que lhe seja particular, que lhe seja próprio, familiar, que lhe diga respeito, que se refira à sua língua, à sua terra, à sua gente, à sua música, à sua dança, à sua crença, à sua comida, às suas vestes, ao seu trabalho, ao seu sustento, à sua família, aos seus amigos. Por maiores que sejam a influência e o império da globalização, contando inclusive com a tremenda participação da tecnologia, da informática e dos meios de comunicação, o nosso baiano, para dar um exemplo que nos é bem caro e bem típico, continuará a ser o nosso baiano, bastante diferente de qualquer outro povo, de qualquer parte da China, das Coreias, da Bulgária ou seja lá de onde for. O que eu quero dizer é que o nosso baiano, o nosso bom e amado baiano, ficando ainda com esse exemplo, é indestrutível, como qualquer outro povo. Se o fosse, ressurgiria, porque isso é algo inerente ao homem, que precisa do seu grupo social. Ele não consegue sobreviver sem esse mundo social e cultural que o cerca diretamente.

Numa escala um pouco mais ampla, o conceito de Estado nacional, antes de qualquer caráter ligado à sua condição jurídica ou institucional, está fortemente enraizado na base de sentimentos e realidades sociais, como vimos acima, inclusive nas definições de “país” e “nação” que foram usadas no início, e nos comentários que as seguiram. O que caracteriza, portanto, uma nação, ou um Estado nacional, não são propriamente as leis ou as decorrências naturais da globalização, não são as bases jurídico-institucionais, que são necessárias mas que são posteriores ao núcleo social que lhe deu origem, mas sim, o que importa para a caracterização de um Estado nacional são as bases sociais, são os sentimentos e as

realidades vividas por um determinado povo, realidades essas que lhe são próprias e das quais não conseguiria fugir, ainda que quisesse.

Logo, subsistindo essa realidade social que caracteriza um determinado povo, não haverá como deixar de existir o arcabouço jurídico-institucional, que lhe é próprio e que é o Estado nacional.

Portanto, que se acautele toda essa gente que se ocupa da globalização e voltemo-nos, todos nós, para a transformação do país que temos na nação que queremos, dinâmica, para hoje, para amanhã e para sempre, socialmente forte, economicamente grande e politicamente sadia.

## Capítulo Sexto: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Quando falo em Administração Pública penso principalmente no funcionalismo público. Será dele, basicamente, que vou falar, bem como das implicações que resultam da maneira de ser dos funcionários públicos, de pensar e de agir, além da forma de se ver e tratar os bens públicos e os recursos disponíveis, inclusive o dinheiro, que não lhes pertence, mas que circula pelas suas mãos e pelos seus bolsos.

Acredito ser necessário e prudente fazer uma distinção, ainda que exclusivamente para o âmbito deste trabalho, entre Administração Pública e Serviço Público.

Não pretendo falar aqui do Serviço Público. Se falasse, estaria me referindo àquelas atividades essencialmente técnicas e especializadas, atividades essas desenvolvidas pelos professores, pelos médicos, pelos técnicos em educação e em saúde, pelos engenheiros, pelos juízes e desembargadores, pelos promotores, pelos advogados, pelos cientistas e pesquisadores, pelos militares, pelos policiais civis, etc. Todos eles são imprescindíveis a qualquer nação, inclusive àquela que se pretende construir e da qual me ocupo neste trabalho. As suas atividades, de todos eles, estarão contidas e implícitas nos diversos compartimentos de que se comporá a nação que precisa ser edificada. Eles estarão distribuídos, segundo a formação e a especialidade de cada um, nos compartimentos da Saúde, da Educação, da Segurança Pública, da Justiça, etc. Eles estarão nas universidades e nos centros de pesquisa. Eles estarão, enfim, em todos os lugares onde se necessite de um ser altamente pensante para educar uma criança ou um jovem, para salvar uma vida, para fazer prevalecer a justiça, para garantir a segurança individual ou da nação, para assegurar atualização técnica e científica, para desenvolver as bases do pensamento e da intelectualidade. Eles serão dignos e respeitados. Eles terão o “status” que merecem e a remuneração que lhes será devida. Eles serão importantes.

Paradoxalmente, no entanto, não será deles que vou falar.

Vou falar dos outros. Vou falar daqueles que, por obra e arte de deputados, senadores, vereadores ou “quetais”, insistem em povoar as nossas repartições públicas e em solapar as finanças do município, do estado ou da União. É certo que não vou falar dos funcionários públicos que são necessários, que trabalham e que dignificam a sua função. Vou falar daqueles que não trabalham, que não produzem, que não acrescentam um só tostão furado ao nosso PIB, mas que, pela força do voto, pela sua capacidade de decisão na boca das urnas, porque são muitos, sabem cobrar os seus “direitos”, conseguem falar em estabilidade, conseguem reclamar licenças remuneradas, conseguem falar em auxílio disto, disso ou daquilo, conseguem falar em aposentadoria integral, quando não acumulada ou mesmo vergonhosa.

Vou falar dos chupins, mas não daqueles pássaros que usam ninho e alimento de outras aves para procriarem e sobreviverem. Vou falar dos chupins que se dizem funcionários públicos, uma vez que, neste contexto, a palavra “servidor” fica reservada a uma outra categoria, bem mais importante e elevada, como fiz questão de distinguir, linhas acima.

Vou falar daqueles que, uma vez instalados em sua mesa (eu não poderia dizer “mesa de trabalho), atrás de um balcão ou guichê, na maioria das vezes não sabem o que fazer, não sabem como fazer ou como orientar aqueles que os procuram, não têm a mínima noção do tempo em que fazem, se é que fazem as coisas, têm sempre algo a perguntar ou a esclarecer com o seu chefe, com o seu colega, no andar de cima ou no andar de baixo, têm sempre uma pilha de pastas, papéis ou documentos, cuja ordem de organização, se é que existe, quase sempre desconhecem, que não obedecem ao horário de entrada, mas que são “submissos” e implacáveis quanto ao horário de saída, que não sabem atender com delicadeza, com eficiência e cortesia a tantos quantos os procuram, os contribuintes, os seus verdadeiros patrões. Não gostam dessa idéia, não consideram essa palavra. Contudo, numa nação adulta e decente com aquela que se sugere seja construída, aqueles que ficarem, aqueles que sobrarem saberão disso, reconhecerão isso e saberão como se comportar diante dessa verdade. Aqueles que não souberem ou não conseguirem aprender a se comportar bem serão forçados a mudar de padrão.

Na nação que se pretende construir, nenhum cidadão concordará com a idéia de que compete ao Estado sustentar vadios e preguiçosos. Essa nação abrigará tão somente, além daqueles ligados ao Serviço Público, como enumerei e exemplifiquei acima, aqueles que se fizerem absolutamente necessários à

administração, federal, estadual ou municipal, para que ela flua eficiente e eficaz. É claro que não lhes poderá ser negada a justa remuneração. Também é claro que, privilégios, jamais. Ser-lhes-ão tirados todos.

Se o serviço militar é obrigatório, pois que continue sendo, mas por que não estendê-lo a todos, homens e mulheres, inclusive aos deficientes físicos (nos casos possíveis), rigorosamente por 13 meses, seis nos quartéis e sete nas repartições públicas? O total de jovens, em cada ano, seria dividido em dois grupos, que se revezariam nos quartéis e no funcionalismo, com uma sobreposição de 30 dias, nas repartições públicas, para garantir a seqüência lógica e a eficiência dos serviços. Basta querer. Se nos quartéis temos aprendido a “defender a pátria”, se bem que não nos explicam direito nem como e nem por que, nessa associação de serviço militar com a Administração Pública estaremos realmente formando cidadãos que saibam ser úteis a si, à comunidade e à nação. Na parte destinada ao serviço militar, basicamente, os rapazes iriam para os quartéis e as moças, para os hospitais, para os sanatórios e para as escolas, mas todos, em seguida, iriam para as repartições públicas. Por favor, pense nisso.

O andamento do serviço dentro de uma repartição pública ou de uma empresa pública, no Brasil atual, é alguma coisa de estarrecer. Jamais existiu qualquer critério relacionado com eficiência e, muito menos, com eficácia. Não haveria como ser diferente, dentro dos moldes atuais, uma vez que só conta o tempo de serviço, jamais a iniciativa, a criatividade, o esforço ou a forma pela qual os objetivos são atingidos, mesmo porque não existem objetivos, a não ser os de uma aposentadoria bem cedo, integral e, em muitos casos, com privilégios. Aliás, parece que o funcionário público é sempre treinado para não ter iniciativa, mas sim apenas para obedecer às normas.

Não acredito serem necessários exemplos, uma vez que todos nós, brasileiros, estamos acostumados com essas coisas, só não conseguindo ver aqueles que jamais sentiram de perto, ainda que tenha sido por pouco tempo, o clima profissional dentro da iniciativa privada. Mas é difícil me conter, e lá vai um bom e interessante exemplo. Evidentemente, trata-se de um exemplo real. Eu o vivi. Há alguns anos, a serviço do PRODAM (Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo), e contratado sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) estive por alguns meses desempenhando as minhas funções junto à CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos), cuja administração estava localizada à Rua 13 de Maio, em São Paulo. Sabia você que, pelo menos naquela época, em 1980, o presidente daquela empresa, que de transportes coletivos urbanos e de administração empresarial nada entendia, e nem precisava entender, uma vez que o seu cargo, como todos os demais nessa condição e neste país, era e continua sendo político, vale dizer, servia apenas para compor o quadro político-eleitoral do líder que lhe correspondia, naquele caso, o prefeito, sabia você que o presidente daquela empresa, a CMTC, sem qualquer tipo de exemplo que jamais poderia ser encontrado na mais ineficiente e desorganizada das empresas privadas, tinha, a seu serviço e sob seu comando direto, além de vários diretores, estes sim, técnicos e profissionais de carreira na empresa, tinha ele nada mais do que uma boa penca de assessores (os chamados “aspones”), todos eles politicamente nomeados e todos eles igualmente desconhecedores do assunto, isto é, de transporte coletivo urbano. Ficava fácil entender por que aquela empresa tinha funcionários por todos os lados, inclusive no lado de cima e no lado de baixo, na ativa e na aposentadoria, nos escritórios e nas garagens, dentro dos ônibus e fora deles. Aqui estou me referindo apenas aos funcionários da administração da CMTC, em 1980, e deixando para outra oportunidade o “funcionamento” de suas oficiais e garagens e o custo de manutenção de seus ônibus, na certeza de que todos já entenderam por que uma passagem de ônibus custa tanto e por que os empresários desse setor, os particulares, que evidentemente não cometem tais barbaridades, tendo, portanto, custos bem menores, e tendo o preço do seu serviço igualado ao da CMTC, acabam por se enriquecer.

Como se sabe, porque é um processo cultural e histórico, o empreguismo é uma das características mais marcantes do funcionalismo público brasileiro. Há nomeações de todos os tipos, para todos os órgãos e departamentos, nas autarquias, nas empresas estatais, no Executivo e no Legislativo. Os concursos, muitas vezes apenas para oficializarem nomeações prévias, nesses casos e em outros também, não passam de uma farsa que a cultura popular aceita passivamente.

São ridículas as “formas de controle” que o poder público tem usado para conter a avalanche do funcionalismo, limitando-se, por exemplo, a uma determinada porcentagem das receitas, bem como fixando o teto salarial. (Alguns sindicalistas chegam a dizer “teto máximo”). Tal tipo de controle não resiste a qualquer crítica ou análise, de vez que está na base da idéia de que se pode gastar tudo o que se tem, ou boa parte disso, sem qualquer preocupação quanto à sua real necessidade.

Na nação que queremos, o tamanho do funcionalismo público será rigorosamente proporcional à sua necessidade, considerados os mais rigorosos critérios de racionalidade, modernização e métodos de



trabalho, com salários na exata medida do valor do cargo ocupado e com o desenvolvimento profissional e salarial baseado na iniciativa, na capacidade e na eficiência de cada um. Não terão tais funcionários qualquer privilégio que não possa igualmente ser concedido aos trabalhadores da iniciativa privada.

Quanto ao sistema salarial do funcionalismo, bem como o dos mais privilegiados entre eles, como ministros, deputados, senadores, vereadores, governadores, prefeitos e presidente, voltarei a esse assunto com maior profundidade no capítulo décimo.

Fornecer qualquer tipo de material ao poder público é sempre uma festa. Se fôssemos asfaltar um metro quadrado da rua em frente da nossa casa, quanto nos custaria? Não sei e nem preciso saber. O que importa é que, para a Administração Pública, esse metro quadrado de asfalto, todos estamos cansados de saber, custa pelo menos três vezes mais. Se eu fosse trabalhar particularmente nesse metro quadrado de asfalto, certamente não gastaria mais do que um décimo de metro cúbico de pedra britada. Sabemos que, no caso do poder público, usam, às vezes, até um caminhão bem cheio. Como conseguem realizar tal prodígio?

No exemplo desse metro quadrado de asfalto, eu teria poucas pessoas envolvidas: o tratorista que preparou o terreno, o motorista do caminhão que trouxe a pedra, o tratorista que assentou essa pedra, o manobrista da máquina que depositou o asfalto e o seu auxiliar que trabalhou com o piche. (É claro que nunca se asfalta um único metro de terreno; os custos seriam muito altos). Eu mesmo seria o supervisor, na qualidade de empreendedor da obra. No caso desse mesmo trabalho ser feito por um órgão público, através de terceiros como normalmente acontece, todos nós estamos habituados a observar a quantidade de pessoas envolvidas, incluindo-se aí a supervisão do terreno, a supervisão da pedra, a supervisão do asfalto, a supervisão das supervisões, a supervisão geral e sabe-se lá mais quantos “trabalhadores”, que engordam a lista e o custo da obra.

Ninguém precisa ir muito longe para encontrar a comprovação prática disso. Basta parar um pouco quando de um pequeno conserto numa rua qualquer. Com toda a certeza, poder-se-á ver o motorista do caminhão sentado no barranco mais próximo, e de braços cruzados. Ele permanecerá assim o dia todo, uma vez que veio apenas para trazer e levar os outros. Quanto aos materiais usados, por vezes vêm em outro caminhão, evidentemente com outro motorista. Dois ou três homens trabalham, sem muita pressa é verdade, mas trabalham, enquanto sobra pelo menos um que, a título de “mandão” ou supervisor, nada faz, a tudo assiste. As observações comprovam que, em geral, a relação entre o trabalho e a supervisão é quase de um para um. (Acredito que eu seja campeão mundial na observação dessas coisas).

Na nação que queremos, apenas a título de exemplo, um metro quadrado de asfalto, exatamente como no caso de uma consulta médica paga por um convênio, terá um preço pré-determinado e especificações técnicas definidas, como fazem as empresas privadas quando compram e recebem materiais de seus fornecedores. Não havendo aprovação pelo seu controle de qualidade, o lote é rejeitado e devolvido, sem qualquer pagamento, evidentemente. Que razões existiriam para que o poder público assim não proceda? Será que alguém poderá adivinhar?

Na nação que queremos, as coisas serão assim: as licitações existirão simplesmente para que se possa comprar os melhores materiais e os melhores serviços pelos melhores preços. Por que será que, hoje, tudo funciona exatamente ao contrário?

Somente no governo não se percebe ou não se sabe que espaço custa dinheiro. Talvez existam exceções, mas a verdade é que as repartições públicas se caracterizam pelos enormes espaços existentes e pelas incontáveis sobras de móveis, e até de imóveis.

Não há necessidade de medidas exatas para que se façam comparações. Habituei-me, ao longo da minha vida profissional, a observar, de um lado, como se estudam e se racionalizam os espaços na iniciativa privada. Dão a isso um nome até bonito: “layout”. Quase sempre eu participava desses estudos. Na iniciativa privada se conhece o custo desses espaços e se prefere substituí-los por maiores lucros, vale dizer, por mais dinheiro no bolso. Ao mesmo tempo, do outro lado, quando se cruza a fronteira da racionalidade e se chega à área sob a “jurisdição” da Administração Pública, e quando se visita uma instituição pública qualquer, observa-se, como sempre observei, em qualquer lugar, em qualquer edifício, em qualquer andar, tanto ontem como hoje ou amanhã, que os engenheiros responsáveis pelo projeto não se preocuparam com qualquer racionalidade, muito menos com a dos espaços. Certamente a fórmula que lhes foi ditada e imposta levou em conta apenas o fato de que, se cada metro quadrado de área construída rende “x” reais na “margem” e no bolso, é óbvio que quanto maior for a área construída, maior será o volume de dinheiro que irá para determinadas contas bancárias, aqui ou na Suíça.

Na nação que queremos, e nos três níveis de governo, os espaços que já existem serão inicialmente reduzidos à metade, ou menos que isso. A partir daí, os estudos e os critérios de racionalidade definirão onde e como poderão ser reduzidos ainda mais, a níveis aceitáveis e tecnicamente justificáveis.

Neste país que temos, mas certamente não na nação que queremos, ano eleitoral é sempre uma festa, não apenas da Democracia, mas principalmente do “trem da alegria”, expressão que todos conhecem e que foi criada pela cultura popular para definir a libertinagem, as safadezas e os desmandos de todos os tipos, não à procura de realizações efetivas, duradouras e realmente voltadas para o bem-estar da população, mas sim à procura de favores a indivíduos ou a grupos, tendo sempre na base o histórico, o tradicional e o famosíssimo “vote em mim”.

A esta questão voltarei no capítulo décimo, quando haverei de falar das eleições e das condições e exigências para a sua realização.

Fala-se hoje em reforma administrativa. Estou seguro de que uma reforma não basta; mais que isso, uma reforma não se aplica, como acontece por vezes com o nosso automóvel, com o nosso aparelho de som ou TV, com a nossa geladeira, com a nossa própria casa. No caso desses bens, são muitas vezes substituídos por novos, sempre havendo alguém que por eles se interesse.

Digo que uma reforma não se aplica porque precisamos, antes de tudo, antes de aperfeiçoarmos as nossas estruturas administrativas, precisamos mudar as nossas mentes. E isso é uma tarefa bastante difícil, se não impossível, no curto prazo. Ninguém muda a sua maneira de pensar de um dia para o outro. A exemplo do automóvel, ou do aparelho de som ou TV, ou da geladeira, seria necessário que se descartassem essas mentes e que, ao brilhar do sol num novo dia, se conseguisse enxergar a mesma realidade, porém com outros olhos, sob um outro ângulo, sob uma nova perspectiva e sob um entendimento e um julgamento inteiramente novos. Eis por que, eis aí um dos motivos pelos quais, no capítulo nono, falarei sobre a necessidade que temos de um banho de civilização.

Mas esse banho de civilização, sem dúvida, demanda algum tempo. Enquanto isso, é preciso que se consiga fazer, pelo menos, o mínimo, ainda que apenas o mínimo, em termos de reformas, para que se consiga sobreviver, administrativamente, até lá. Mas, mesmo assim, existem aqueles que se opõem a qualquer reforma, por menor que seja ela, amarrados que estão, seja a privilégios de todos os tipos, seja a ideologias de todos os matizes, principalmente aquelas já bem conhecidas e ultrapassadas, como já mencionei por várias vezes. Essa gente ou está direta e pessoalmente no Congresso Nacional ou lá se faz representar.

Mas a nação que queremos, e que promoverá esse banho de civilização que nos é absolutamente necessário, edificará uma nova estrutura administrativa, baseada na racionalização, vale dizer, na eficiência e principalmente numa maneira de ver e pensar inteiramente diversa da atual. Voltarei a essa idéia no capítulo nono.

Como diz Eduardo Lundberg, em artigo publicado em novembro de 1996, “...assim, não é só o setor privado que tem de se engajar em programas de qualidade e produtividade, mas também e principalmente o setor público”. Como também afirma esse mesmo articulista, “as reformas administrativas como as demais reformas e providências... são absolutamente fundamentais para consolidar a estabilização macroeconômica”. E, mais adiante, “a reforma administrativa do Estado não pode ser vista apenas como um mero ajuste conjuntural de curto prazo, mas sim como o começo de um processo permanente de modernização e aumento da eficiência do setor público. Não basta que as despesas com pessoal respeitem um bem comportado limite de 60% das receitas, atendendo a um imperativo de finanças públicas. O governo é um provedor de serviços básicos, como segurança pública, saúde e educação, e essas atividades têm que ser feitas com eficiência e qualidade”.

É evidente que discordo da posição assumida pelo prof. Carlos Antonio Luque, que, no mesmo número da mesma publicação, “Economia em Perspectiva”, de novembro/96, afirma: “A flexibilização da estabilidade não necessariamente significa a redução de funcionários, mas práticas administrativas alternativas, com investimentos na qualificação profissional e equipamentos, e capital de modo geral”.

Como analisei e observei antes, tudo estaria certo na cabeça do prof. Luque se ele não tivesse dito essa bobagem, segundo a qual se pode abrir mão de uma redução no funcionalismo público. Isso é algo que brada aos céus.

Enfim, seria interminável a relação de itens que fazem da Administração Pública algo que revolta, que causa nojo.

Nesse aspecto, como eu disse no artigo correspondente e que se encontra na Primeira Parte, o nosso país se assemelha a uma porca (para que não haja dúvida, estou falando da fêmea do porco), bem gorda e preguiçosa, inconsciente, para quem não existiu o “ontem” e não haverá o “amanhã”, que dorme à

sombra e em cujas tetas mamam “filhotes”, ou “chupins”, aos milhares e milhares, todos sempre famintos e sempre insaciáveis.

Na nação que queremos e que haveremos de construir, a ninguém será dado o direito, nem a liberdade, de “sugar o leite” da nação. Sempre existirá algo a receber dela, á claro, mas nada sem a necessária contrapartida, na exata medida da iniciativa, da inteligência, do talento e do esforço que lhe devem ser próprios.

## Capítulo Sétimo: A REALIDADE INTERNACIONAL

Na ordem internacional, é bem conhecida a posição brasileira, identificada no mais das vezes através de pronunciamentos ou discursos no lugar de ações efetivas.

Tal posição é baseada em dez princípios, sem dúvida perfeitamente claros, mas, também sem qualquer dúvida, reconhecidamente letras quase mortas, no mínimo inertes, e que “jazem” no Artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/88. Esses princípios são: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político. Em seu Parágrafo Único lê-se: A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, social, política e cultural dos povos da América Latina visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Se eu quisesse ser um tanto rigoroso, poderia dizer que os princípios de autodeterminação dos povos e não-intervenção são mutuamente exclusivos, o mesmo ocorrendo com os princípios de defesa da paz e solução pacífica dos conflitos. Mas, se há que pecar, nesse caso que seja pelo excesso e não pela escassez. Quanto ao Parágrafo Único, lamento apenas que não tenha sido especificado quando. Talvez por isso se tenha feito tão pouco nessa área, sendo que esse pouco se restringe à economia, com o Mercosul.

Como se sabe, o mundo nem sempre esteve organizado em nações, mas está organizado em nações. Acredito que assim continue indefinidamente, apesar das apreensões daqueles que andaram lendo sobre a globalização ou daqueles que andaram estudando e teorizando sobre isso. É verdade que sempre houve transformações nessa organização. Os Estados nacionais de hoje não são os mesmos de ontem, como não serão os mesmos amanhã. Na África, “muda-se a cerca”, e o nome do que existe atrás dela, com mais frequência do que ocorre nas Américas. Na Europa, tivemos e continuamos tendo alterações mais frequentes, com o recente desaparecimento da Tchecoslováquia e o surgimento da República Tcheca e da Eslováquia, além das alterações que ocorreram na Iugoslávia, em 1991.

Apesar de sua dinâmica, o mundo segue organizado em Estados nacionais. Se soberanos ou não, se independentes ou não, isto se deve a uma multiplicidade de fatores, e também se altera com o tempo, fatores esses cuja análise foge aos meus objetivos.

Exatamente como no caso dos seres humanos, no qual a existência de mais de um indivíduo no mesmo grupo gera conflitos e torna necessária a adoção de regras de procedimento (o casamento é o exemplo mais imediato e simples, seguido pelo exemplo da família), como no caso do homem, portanto, existindo mais de um Estado nacional sobre a face da Terra, torna-se necessário, em primeiro lugar, que se tenha consciência de não estar sozinho e, em segundo lugar, torna-se necessária a adoção de normas de procedimento, normas essas contidas e estudadas por um ramo bastante especial do Direito, o Direito Internacional, tanto o Público como o Privado.

Como eu disse anteriormente, dentro do meu ângulo de visão e dentro dos objetivos deste trabalho, entendo que o que caracteriza uma nação é, antes de tudo e na sua essência, a vida e as relações sociais da sua gente. Como decorrência disso, surge a noção de Estado, que se apresenta como uma pessoa jurídica de Direito Internacional Público. Aqui não vou me preocupar com qualquer exigência relacionada com a soberania, com os costumeiros atos formais de reconhecimento ou com a necessidade de eficácia permanente num território, assegurada pela sociedade política de determinado Estado. Isto porque tais atributos podem ser transitórios. Eles tanto podem ser perdidos como podem ser reconquistados, a qualquer tempo e em qualquer lugar.

Na comunidade das nações, as tentativas para submeter as relações entre os Estados a regras jurídicas remontam há mais de 400 anos, mas não progrediram muito. E nem poderia ser diferente, uma vez que tal ordenamento jurídico pressupõe igualdade entre os diversos Estados nacionais, mas, na prática, a soberania não passa de uma questão de força, sendo os mais fortes, econômica e militarmente, mais soberanos que os mais fracos. Soberania, pois, se torna um conceito apenas relativo, na medida em que é

também uma questão de força e grau. Por outro lado, a lei sempre pode ser modificada, de acordo com a vontade e os interesses dos mais fortes.

Interessantes são as palavras do prof. Dalmo de Abreu Dallari: “Ainda um aspecto importante a observar é que, tecnicamente, os Estados vivem em situação de anarquia, pois embora exista uma ordem jurídica em que todos se integram, não existe um órgão superior de poder, a que todos se submetam. Esse aspecto, aliás, já foi percebido no começo deste século e, pelo reconhecimento dessa deficiência é que, nos últimos tempos, têm sido criadas muitas organizações internacionais dotadas de um órgão de poder. Esta é uma inovação importante, que modifica profundamente os termos do relacionamento entre os Estados”.

Daí se conclui que o Direito Internacional Público é algo que “vive na corda bamba” e que, muitas vezes, os Estados mais fracos têm que “dançar conforme a banda toca”, uma vez que o uso, arbitrário ou não, da força, nas relações internacionais, é muito mais uma questão de conveniência (em pouquíssimos casos, uma questão de Ética) do que uma questão jurídica.

Mas eu deixo para os advogados e para os juristas as implicações jurídicas advindas da existência e das relações entre os diferentes Estados e sigo em frente.

Quanto às organizações internacionais, constituem-se em iniciativas dignas de aplauso. Porém, é forçoso reconhecer que também elas se sujeitam, via de regra, aos interesses de quem tem mais força, econômica ou militar, o que significa que estes têm sempre os “melhores argumentos” nas reuniões de cúpula. Não preciso retroceder muito no tempo para encontrar um bom exemplo disso. Há poucos anos, o mundo assistiu àquilo que um grupo de países, liderados pelos Estados Unidos e com o aval da ONU (Organização das Nações Unidas), fez com o Iraque, a propósito da invasão deste ao Kuwait. Observação nº 1: nesses países existe petróleo. Pouco tempo depois, o mundo assistiu àquilo que os Estados Unidos e seus aliados na campanha do Iraque não fizeram na Iugoslávia. Observação nº 2: nesse país não existe petróleo.

É verdade que, além do petróleo, havia uma outra diferença importante. No primeiro caso havia dois países em jogo e uma invasão, enquanto que no segundo exemplo tínhamos apenas uma nação envolvida em distúrbios internos. Ocorre que um bem conhecido princípio nas relações internacionais fala em autodeterminação dos povos, mas, infelizmente, não fala em autodestruição dos povos. Parece-me que o princípio da não-intervenção, defendido pelo Brasil, ficaria não muito bem justificado em casos como esse, o da Iugoslávia. Seria lícito e humanamente aceitável que se permitissem lutas, com mortes e destruições físicas e morais, em nome de um princípio como o da não-intervenção?

A Carta das Nações Unidas, aprovada em 26 de junho de 1945, confere à ONU o caráter de pessoa jurídica de Direito Internacional Público e prevê a sua existência, a sua organização e os seus objetivos. A sua estrutura suporta seis órgãos, que se constituem no seu fundamento: a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.

Para resumir a questão da ONU, vou fazer uso das palavras do prof. Dallari: “É indiscutível que a ONU tem prestado bastante auxílio ao desenvolvimento dos povos e à causa da liberdade, quando menos assegurando aos pequenos Estados um veículo de comunicação com ressonância mundial. Não há dúvida, também, de que ela apresenta falhas em sua estrutura e no seu funcionamento, que reduzem consideravelmente a eficácia de sua atuação. Entre os principais defeitos mais freqüentemente apontados estão os seguintes: a- o respeito à soberania dos Estados, que, segundo Pierre Duclos, é a causa profunda de todos os males que afetam a organização, pois implica tantas limitações que, praticamente, anula qualquer possibilidade de ação da ONU, no sentido de garantir a aplicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem; b- o direito ao veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Esse direito criou, na realidade, uma acentuada discriminação entre os Estados. Entretanto foi uma exigência dos Estados Unidos e da então União Soviética para integrarem a organização. Como esta seria inviável sem a presença desses dois Estados, os demais tiveram que ceder; c- a falta de eficácia das decisões, pois sendo apenas uma confederação e não dispondo de meios concretos para impor a sua vontade, a ONU praticamente se limita a fazer recomendações, que muitas vezes não são atendidas, sem que nada mais possa ser feito; d- a falta de recursos próprios, uma vez que a ONU depende da contribuição financeira de seus membros, muitos dos quais não efetuam regularmente os pagamentos devidos. Mas, ainda que todos o fizessem, os recursos seriam insuficientes, fazendo com que a ONU dependa da ajuda especial dos grandes Estados para os empreendimentos mais importantes, o que reduz a sua eficiência e afeta a sua própria independência. Apesar disso tudo, porém, a ONU apresenta saldo positivo, já tendo desempenhado um papel de grande importância na busca de um equilíbrio mundial e na correção dos profundos desníveis ainda existentes no mundo, no tocante ao acesso aos bens sociais e à promoção dos valores fundamentais da pessoa humana”.

É indiscutível que a ONU tem ainda bastante a aprender e a caminhar. Apresenta mais discursos inflamados do que soluções convincentes. Prevalece ainda a lei dos mais fortes, como o direito de veto. Resta-nos esperar e confiar nela. Afinal, não temos nada melhor.

Além dela, os organismos de caráter regional, como a OEA (Organização dos Estados Americanos) no nosso caso, também se fundamentam muito mais em discursos, protocolos, acordos e tratados do que em realizações tangíveis, ficando também à mercê dos interesses dos mais poderosos, neste caso, os Estados Unidos. Tais organizações, na verdade, não passam de uma tribuna de onde saem discursos inflamados e, por vezes, até comovedores, mas, principalmente, de onde sai o “nihil obstat”, ou o “amém”, por parte daqueles que mais assistem do que participam ou decidem.

A participação nacional brasileira, no campo político, me lembra bem a historinha do marido traído que, tendo sido avisado por um amigo que a sua esposa saia com o vizinho, respondeu energicamente: sim, ela sai com ele, mas saiba que é contra a minha vontade e sem o meu consentimento.

Apesar disso, eu diria que a posição brasileira no campo das relações políticas internacionais é técnica, moral, ética e politicamente correta, ainda que muito mais teórica do que prática, notadamente a partir da guerra contra o Paraguai. As poucas restrições que poderiam ser feitas ao texto da lei já o foram, no início deste capítulo.

As maiores restrições, por outro lado, não se referem à teoria, mas à prática. A rigor, nesse campo, não me julgo no direito de levar para o cadafalso aqueles que nos governaram até aqui – pelo menos que pensam ter governado – e que, na qualidade de governantes, responderam pelas nossas relações internacionais. Aqui se trata muito menos de indolência ou incapacidade e muito mais de respeitar um jogo de forças que, desde que o primeiro grupo social se organizou em Estado, favoreceu aos mais fortes. Curiosamente, como eu disse antes, os “melhores argumentos” sempre estão com eles.

Mas isso não significa que as coisas devam ser assim e que devam continuar assim.

Quando se pensa no futuro, somos levados por um sentimento mais forte, não apenas de brasilidade, mas, mais que isso e além disso, por um sentimento de fraternidade universal, vale dizer, de igualdade entre os povos. É forçoso reconhecer, contudo, que tais sentimentos brotam com mais facilidade nos corações daqueles que, como nós, vivem numa situação mais ou menos subalterna, do que nos corações daqueles que se encontram num patamar mais elevado, econômica, social e politicamente. Não precisamos, contudo, esperar pela nossa subida a esse patamar para aferirmos por quem estarão palpitando os nossos corações quando isso ocorrer. Basta verificar hoje, objetiva e honestamente, por quem palpitam os nossos corações. Reconheçamos, humildemente, que eles não batem, pelos países mais pobres, mais do que palpitam por nós mesmos, ansiando que sempre estamos por uma situação melhor.

Esses são sentimentos, são anseios, são ideais que até poderiam governar o nosso presente e o nosso futuro. Mas...mas...mas não têm tais sonhos qualquer respaldo do passado. A experiência histórica nos mostra uma realidade bem diferente. Nações e povos, sempre existiram aqueles que pontificaram mundial ou regionalmente e que sempre souberam como fazer uso de tais supremacias. Atenas, Roma, Veneza tiveram o seu período de esplendor. O Império Romano brilhou impoluto por largo período, bem como o Império Turco-Otomano, e mesmo o Império Napoleônico e outros. Portugal conheceu os seus dias de glória, bem como a Espanha, a Holanda, a Inglaterra. Na segunda metade do século XX, os Estados Unidos, liderando o grupo das chamadas “sete grandes potências”, ditam as regras do jogo, se bem que já ameaçados, neste fim de século, pelos “tigres asiáticos”.

Portanto, o passado desautoriza os nossos possíveis sonhos de que o futuro possa ser diferente.

Como então esquecer o passado e tentar mudar o rumo da história? Seria mesmo necessário que se mudassem os rumos dos acontecimentos? Ou seria melhor que tudo continuasse a acontecer como sempre aconteceu? Se é verdade que, entre os indivíduos, a um compete liderar e a 99 compete serem liderados, tal verdade não poderia ser comodamente transposta em nível de Estados nacionais?

Acredito que não. Estou firmemente convencido que não.

A idéia de líder, em nível pessoal e envolvendo pequenos grupos ou mesmo uma nação inteira, é básica e essencialmente diferente das lideranças que existem, como sempre existiram, em nível dos diferentes Estados nacionais. Uma multiplicidade enorme de fatores concorre para isso. A consciência coletiva não é igual à consciência individual. Um povo, enquanto nação, é sensivelmente mais egoísta e materialista do que cada um dos seus membros, isoladamente. Ainda que fôssemos apelar para sentimentos de fraternidade e solidariedade, reconheçamos, o próprio Cristo, em quem a maioria de nós acredita, nos falou em “amor ao próximo” e não em amor ao mundo inteiro. Basta que entendamos corretamente e sem injustificáveis divagações filantrópicas o real significado de “próximo”. Os povos da Etiópia, por exemplo,

por mais que nos compadeçamos de sua miséria e de sua fome, não são nossos próximos. Economicamente, porém, a história é outra, como frisei antes.

Acredito que isso explica e justifica, pelo menos em parte, a constante e histórica indiferença dos poucos e ricos em relação aos muitos e pobres.

O meu “não”, acima explicitado, responde apenas à última pergunta, a respeito de liderança.

Entendo que precisamos romper com a história e mudar os rumos do futuro, exatamente porque não aceito a idéia de que a liderança desta ou daquela nação, como historicamente tem ocorrido, leve ou proporcione o melhor para todos os povos, incluindo-se, entre eles, mesmo aqueles que lideram.

Tenho defendido a idéia de que ao rico não interessa a existência do pobre. Já esclareci por que, como também reconheço ser uma posição rigorosamente econômica e, portanto, basicamente materialista. Sinto-me aqui numa posição filosófica bastante cômoda, uma vez que uma posição marcadamente materialista, mas indiscutível do ponto de vista econômico e social, ampara e orienta qualquer princípio religioso, não necessariamente cristão, mas basicamente este.

Por isso, acredito muitíssimo no princípio enunciado no Artigo 4º da nossa Constituição, “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”.

Não acredito na eficácia dos organismos internacionais, como vimos antes, mesmo porque, enquanto existirem Estados líderes, tais organizações estarão sempre muito mais a serviço destes do que dos outros. Veja-se, por exemplo, o caso da ONU, onde ou se aceitava o poder de veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança ou se ficava sem os Estados Unidos e a então União Soviética.

Intimamente, tenho razões e convicções bastante fortes para acreditar que a nação que desejamos construir reúna todas as condições, não apenas econômicas, mas também políticas, para se impor no século XXI, sob os auspícios da globalização econômica, mas não simplesmente como um novo Estado líder, porque assim não se mudaria a história, mas sim como um agente voltado para a igualdade entre os povos, como aliás se encontra expresso no Artigo 4º da nossa Constituição. “Igualdade entre os Estados” é o princípio que lá está, no inciso V.

Quando eu disse acima “sob os auspícios da globalização econômica”, eu não fazia apenas leve menção àquilo que será o mundo dentro de pouco tempo. A chave que abrirá as portas do nosso futuro, ou o “mapa da mina”, ou ainda a verdadeira “galinha dos ovos de ouro”, está claramente nos contornos e no conteúdo do processo de globalização.

Não acredito em nada que diga respeito a determinismos. Porém, a História, e dentro dela a história econômica, costuma abrir brechas e lacunas, e aí então, com o respaldo do passado, uma vez que existem inúmeros precedentes históricos, poderemos penetrar e construir o futuro, não apenas para nós, mas para a humanidade inteira.

Como foi dito antes, temos uma economia que, embora ainda imatura, retoques aqui e ali, e eis que ela vai adquirindo a personalidade e a maturidade necessárias ao seu deslanche definitivo. É verdade que temos deficiências tecnológicas, é verdade que estamos muito sujeitos aos avanços da Informática, que ainda não dominamos, é verdade que as concepções e injunções da “aldeia global” mais nos atrapalham do que nos ajudam, amparadas pela participação dos meios de comunicação, participação essa não muito favorável a nós. Tudo isso é verdade. Porém, seria útil que se retornasse ao capítulo quarto para que se possa rever os pontos mais importantes da nossa economia, principalmente aqueles que traduzem a sua imensa potencialidade e aqueles que, uma vez observados, nos autorizarão a encarar o próximo século de cabeça erguida.

Estou dizendo que a globalização é a brecha que se abre para nós neste fim de século, como outras que surgiram antes, sem dúvida mais modestas, mas que não soubemos aproveitar.

Do ponto de vista econômico, básico e fundamental, temos como nela nos inserir e mudar o rumo da história, aqui e no mundo. Não se trata de sonhar; trata-se de poder. Nós podemos. E haveremos de fazê-lo.

Como também foi dito antes, a questão econômica, especialmente em nível internacional e na base da globalização, é bastante dependente da atuação política. Como também já frisei, aí residem as minhas maiores preocupações e as nossas maiores deficiências. Esperemos, portanto, pelos políticos de verdade. Que surjam, pois, os estadistas, pelo menos agora, neste fim de século e de milênio, já que deles tivemos tão poucos.

A Democracia pressupõe líderes, líderes de proa, como pretendo mostrar no próximo capítulo. A conjuntura econômica internacional nos acena para uma brecha imensa, que também exige a atuação desses líderes, desses verdadeiros estadistas e não de “curiosos”.

Mas habilidade política não basta. “Jogo de cintura” é o mínimo que se espera. Arrojo e audácia, estes são os termos exatos, arrojo e audácia não podem faltar em nossas mentes e em nossas ações.

O “cipó da história” se desprende à nossa vista e está passando por nós. Se o agarrarmos, poderemos dar as costas a certos exemplos do passado e alterar o futuro. E então arrancaremos os nossos princípios, em se tratando de relações internacionais, arrancaremos os nossos princípios das páginas da nossa atual Constituição e haveremos de exibi-los ao mundo como troféus nossos, inteiramente nossos, a representarem conquistas reais e tangíveis, em busca de um mundo melhor, efetivamente melhor.



## Capítulo Oitavo: TEORIA E CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

Em 1945, Bertrand de Jouvenel escreveu: “Discussões sobre Democracia, argumentos pró e contra, são despidos de mérito intelectual porque não conhecemos aquilo sobre o que discutimos”.

Significa que o conceito exato e completo de Democracia é algo extremamente discutível. Seria exageradamente simplório nos contentarmos com uma definição que poderia ser buscada diretamente na palavra grega da qual esse termo se originou. Poderíamos saber, então, que Democracia quer dizer “poder do povo”. Mas isso não resolve a questão, uma vez que, nesse caso, conheceríamos tão somente o significado intrínseco da palavra, ficando em aberto a questão mais importante que é relacionada ao objeto da palavra, isto é, aquilo de que trata a palavra. E aí a coisa se complica. Tanto isso é verdade que, ao longo de nossas vidas, ouvimos falar em Democracia tanto entre aqueles que defendem as mais extremadas posições liberais e conservadoras, inclusive os fascistas, como entre os socialistas e mesmo entre os comunistas, se é que estes ainda existem.

Os norte-americanos entendem que vivem sob um regime democrático. As nações do antigo bloco socialista, a ex-União Soviética e mesmo outras do Leste europeu ou da Ásia, falam de seus regimes como sendo democráticos, chegando mesmo algumas a ostentar o adjetivo correspondente à Democracia em seus nomes. Nós falamos em Democracia, da mesma maneira que Getúlio Vargas, mesmo enquanto ditador, falava nela. Durante o período de exceção que vivemos, a partir de 1964, nunca se deixou de falar em Democracia, a começar pelos militares que estavam no Poder.

E então, será que todos falam da mesma Democracia? Será que todos esses segmentos, inclusive eu ao escrever estas linhas, será que todos pensamos na mesma coisa quando falamos em Democracia? O que se quer dizer, na verdade, quando se afirma que “isso não é democrático” ou “mesmo o voto obrigatório é democrático”, ou então “isto é mais democrático do que aquilo”?

Pensemos um pouco mais. Os Estados Unidos, todos acreditamos, vivem sob o regime democrático, como nós também vivemos. Mas se atentarmos para o significado “ipsis literis” de *Democracia*, cabe perguntar, tanto para eles quanto para nós mesmos, de que maneira se manifesta e se concretiza esse “poder do povo”. Fácil, respondemos todos nós. Esse poder, que emana do povo, é transferido para o Congresso, tanto lá como cá, e este, o Congresso, o exerce em nome do povo, como também o exerce o presidente, eleito pelo povo e parcialmente dependente do Congresso. Bonito, sem dúvida muito bonito, digo eu e poderá dizer você também, mas apenas teórico. Na prática, pelo menos no caso brasileiro, o Congresso recebe o poder do povo e, uma vez instalado, fica com o poder e corta todas as linhas e todos os canais que o ligam à vontade do povo. O meu raciocínio aqui não encerra necessariamente uma crítica ao Congresso Nacional. Aqui, o raciocínio e o objetivo são mais teóricos, mais acadêmicos. Antes dessa simples crítica, aqui se procura mostrar em que proporção, se é que existe alguma, o povo efetivamente exerce o seu Poder.

Portanto, é bastante fácil observar que, se ficarmos pura e simplesmente com a definição de *Democracia*, contentando-nos apenas com o significado da palavra, chegaremos à conclusão de que aqui não existe Democracia. Temos eleições, é verdade, e participamos dela. Mas essa palavra, *democracia*, não fala em eleições, fala em “poder”, que nós não exercemos, como foi dito acima. Logo, não temos Democracia. Nesse sentido, talvez os norte-americanos também não a tenham. O próprio Rousseau não acreditava na possibilidade de a Democracia se fazer sentir por inteiro. Depois de afirmar que “um povo que se governar sempre bem não precisará ser governado”, completou o seu pensamento dizendo que jamais existiu a verdadeira Democracia, nem existirá nunca, chegando a afirmar textualmente: “Se existisse um povo de deuses, ele se governaria democraticamente. Tão perfeito governo não convém aos homens”.

Do outro lado, no extremo oposto, aqueles povos que viveram sob a égide do socialismo ou do comunismo propriamente dito, como a então União Soviética desde 1917 até quase nossos dias, também não experimentaram sequer o gosto desse poder que a palavra *democracia* sugere, de vez que, na verdade e na prática, todo o poder emanava do Soviete Supremo e não do povo.

E na República Popular da China, o que tem aquele país, em termos de mando, para justificar a palavra *Popular* que aparece em seu nome?

Daí se conclui que goza de destacável sabedoria F. Burzio, em “Attualità e Essenza del Liberalismo”, quando afirma: “Numa unidade democrática distinguimos três elementos diversos: 1- uma

realidade, isto é, circulação rápida de elites; 2- um desejo, isto é, a igualdade; 3- uma ilusão, isto é, o governo direto das massas”.

Sobressaem-se, portanto, em qualquer unidade democrática, uma realidade, um desejo e, infelizmente, uma ilusão. Daí se deduz que não passa de simplória, e mesmo ilusória, a “Fórmula de Lincoln”, isto é, “governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Portanto, é bastante difícil entender tudo o que está por trás da palavra *democracia*, de vez que, pelo menos ao longo deste século XX, têm-na usado nas mais diversas situações, sob os mais diversos regimes, apesar do significado literal preciso que tem essa palavra.

Vejam os que nos diz uma autoridade no assunto, o prof. Giovanni Sartori, da Universidade de Florença: “Assim, o termo *democracia* não possui somente uma função descritiva ou denotativa, mas também normativa e persuasiva. Conseqüentemente, o problema de definir a Democracia tem aspecto duplo, exigindo tanto uma definição descritiva quanto uma prescritiva. Uma não pode existir sem a outra e, ao mesmo tempo, uma não pode substituir a outra. Assim, para evitar um passo em falso, devemos ter em mente três pontos: primeiro, que uma distinção firme tem que ser feita entre o “deve” e o “é” quanto à Democracia; segundo, que esta distinção não deve ser mal-entendida, porque ideais e realidade estão interligados (sem os seus ideais uma Democracia não pode se corporificar e, reciprocamente, sem uma base de fato a prescrição democrática nega-se a si mesma); terceiro, que, embora complementares, as definições prescritiva e descritiva de Democracia não devem ser confundidas, porque o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, uma Democracia legítima não é, não poder, igual a uma Democracia ideal”.

Por outro lado, é de suma importância que se entenda o real significado das palavras, como, por exemplo, desta da qual me ocupo agora: *democracia*. Por que é importante? Em 1924, James Bryce escreveu, em “Modern Democracies”: “Os fatos atuais são o que desejo descrever, e parece que nada poderia ser mais simples, pois eles todos nos rodeiam. Mas os fatos são, para a maior parte das pessoas, obscurecidos pelas idéias assimiladas pela metade e frases sonoras ou sedutoras que pairam no ar; e poucos compreendem exatamente quais são as realidades ocultas sob as palavras”. Portanto, é imperioso que se saiba qual é a realidade que existe por trás da palavra *democracia*.

O que a experiência e a História nos ensinam é que há uma sensível diferença entre o significado etimológico de *democracia* e o seu real significado, corrente, refletindo o que temos aprendido como meros praticantes que somos.

Essa prática, essa realidade, essa convivência, enfim, com a Democracia, aqui, ali ou acolá, nos mostram que esse termo é, no mínimo, simpático, agradável, sensibiliza a todos, ou, para usar uma expressão bem sugestiva e bem própria da nossa época, eu diria que a palavra *democracia* “dá Ibope”. Todos gostam dela, é bonito e gostoso dizer-se democrata, todos a aceitam sem ao menos entendê-la de forma completa, segura e unânime. Por isso, o mundo fala em Democracia, por isso o mundo venera e respeita a Democracia.

A questão de se conceituar Democracia é tão complexa e profunda, envolve tantas conotações e tantas particularidades, inclusive filosóficas, que o professor italiano Giovanni Sartori, da Universidade de Florença, acima citado e uma das maiores autoridades mundiais nesse assunto, em seu livro “Teoria Democrática” consumiu 480 páginas, não tendo, certamente, esgotado o assunto.

Encontrar, portanto, o real significado de Democracia é algo que se apresenta como uma das tarefas mais difíceis, se não impossível.

Talvez eu possa consegui-lo, em alguma medida, de uma maneira indireta, isto é, tentando descobrir o seu significado prático por meio de outro conceito, o de Estado Democrático. Segundo afirma o prof. Dalmo de Abreu Dallari, o Estado Democrático moderno, tal qual o entendemos hoje, nasceu das lutas contra o absolutismo, à luz da afirmação dos direitos naturais da pessoa humana. Os princípios que orientam a idéia de Estado Democrático, ainda segundo o prof. Dallari, foram transpostos da teoria à prática por três grandes movimentos que a História registrou: a Revolução Inglesa, com o “Bill of Rights”, em 1689; a Revolução Americana, com a Declaração da Independência, em 1776; a Revolução Francesa, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789.

Segundo esses princípios gerais, “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. Como fim da sociedade política aponta-se a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem, que são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. Nenhuma limitação pode ser imposta ao indivíduo, a não ser por meio da lei, que é a expressão da vontade geral. E todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou por seus representantes, para a formação dessa vontade geral. Assim, pois, a base da organização do Estado deve ser a preservação dessa participação popular no governo, a fim de que sejam garantidos os direitos naturais. Foram esses movimentos e essas idéias, expressões dos ideais preponderantes na Europa do século XVIII, que determinaram as diretrizes na

organização do Estado a partir de então. Consolidou-se a idéia de Estado Democrático como ideal supremo, chegando-se a um ponto em que nenhum sistema ou nenhum governante, mesmo quando patentemente totalitário, admite que não seja democrático”.

Em resumo, tais princípios, que denotam a presença da Democracia no espírito do Estado, por isso chamado de Estado Democrático, são:

- a supremacia da vontade popular;
- a presença da liberdade;
- a igualdade de direitos.

Apesar de o prof. Dallari afirmar, eu diria, com boa dose de ingenuidade, que Estado Democrático é aquele em que o próprio povo governa, na verdade não é muito feliz ao tentar demonstrar isso. O seu conceito de Estado Democrático pressupõe o de Democracia. Sem conceituá-la clara e precisamente, classifica-a em: direta, semidireta e representativa. Quanto à Democracia direta, ele mesmo reconhece a sua inexistência em termos práticos, sendo talvez ainda encontrada em alguns Cantões, na Suíça. A semidireta é representada por determinados institutos, como o referendo, o plebiscito, a iniciativa popular e o veto popular. O referendo e o plebiscito são bem pouco conhecidos entre nós, uma vez que raramente os temos utilizado. A iniciativa popular jamais foi usada em nosso país, até fins deste século XX, embora esteja consagrada em nossa Constituição (Artigo 14, item III). O veto popular não faz parte de nossos direitos políticos. Portanto, a Democracia semidireta tem um significado prático quase inexistente no Brasil.

Quanto à Democracia representativa, que temos em nosso país e acredito que exista em todos os países democráticos, já me referi a ela anteriormente, dizendo, ainda que em poucas palavras, tratar-se de uma forma muito pobre para expressar o “poder do povo”, muito menos pela sua concepção e muito mais pela maneira como se comportam os nossos “ilustres” representantes no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais ou mesmo no Poder Executivo, em seus três níveis. Quanto aos exemplos disso, tropeçamos neles a cada dia. Sabem que ninguém mais quer os horários políticos no rádio e na televisão, sabem que ninguém quer mais ouvir “A voz do Brasil”, sabem que ninguém, ou quase ninguém, aceita o voto obrigatório, sabem que ninguém aprova os seus privilégios, os seus salários, etc, etc, etc, mas tudo isso persiste. Isso, para citar apenas alguns dos mais corriqueiros e inexpressivos exemplos. Através desses exemplos, pode-se observar que nem mesmo pela Democracia representativa o povo consegue exercer o poder que, em tese, tem.

A conclusão é que a tentativa de conceituar Democracia através do conceito de Estado Democrático resultou infrutífera. Esbarrei nas mesmas limitações de antes, e em outras mais.

Diante de tamanha dificuldade e diante de tão grande diversificação de opiniões, mas considerando ser extremamente importante que eu me faça entender, especialmente neste caso em que falo de Democracia, deixo claro que, para mim, na sua essência mais pura e genuína

Democracia é o regime no qual os anseios, as necessidades e as tendências da maioria são percebidos e captados por alguém suficientemente capaz de traduzi-los em ações que representem a condução de todos rumo ao bem-estar econômico e social de cada um.

Tudo o mais que caracteriza uma Democracia e que poderia completar esse conceito, como a realização de eleições, por exemplo, considero como acessórios que, embora importantes e imprescindíveis, são fatores que variam com o lugar e com o tempo, sem alterarem, contudo, a sua essência.

Procuremos, então, entender bem esse conceito, ou essa definição, de vez que ele está embutido e explícito neste trabalho, além de fazer parte integrante da minha própria vida.

De início, afirmo que Democracia é um *regime*. Significa que, sendo um regime e sendo esse regime *democrático*, nada poderá estar acima da vontade do povo, uma vez que o regime é algo que se encontra no ápice da hierarquia política. Daí resulta que os governos totalitários, de qualquer tipo, não poderiam falar em Democracia. Se dois objetos não podem ocupar, simultaneamente, o mesmo lugar no espaço, da mesma maneira dois regimes diferentes não podem ocupar o mesmo lugar no ápice da pirâmide política. Se lá, no ápice, temos o regime democrático, é óbvio que não podemos ter, na mesma posição e ao mesmo tempo, o regime absolutista, por exemplo.

De maneira bem simples, lembro que, de baixo para cima, temos a *forma de governo* (a republicana, por exemplo), o *sistema de governo* (o presidencialista, por exemplo) e o *regime de governo* (o democrático, por exemplo).

No conceito de Democracia, quando falo em *anseios* e em *necessidades*, que equivalem a *interesses* e *aspirações*, estou me referindo a termos que fazem parte integrante do conceito de *nação*, por mim adotado. Portanto, se no conceito de *Democracia* e no conceito de *nação* uso pelo menos dois “ingredientes” que são os mesmos, significa que, nessa identidade de pensamento, busco os mesmos resultados práticos e incluo, na nação que queremos construir, a idéia de que ela deva ser democrática. Quanto aos tons, aos matizes dessa Democracia, o restante do conceito vai esclarecer.

Falei em *tendências*. Isto quer dizer que nem sempre a vontade popular precisa se manifestar de maneira clara, direta e indiscutível; aliás, isso raramente ocorre. Fica implícito, portanto, que, numa Democracia, é necessário captar a vontade popular, que muitas vezes se expressa apenas por tendências, é necessário que se tenha uma percepção aguçada e uma visão pontiaguda.

Falei também em *maioria*. Este é o “ingrediente” mais importante e mais característico da Democracia. É impossível contemplar os desejos da totalidade, mesmo porque tais desejos quase nunca se manifestam de maneira total e absoluta, como eu disse logo acima. Portanto, quando se fala em Democracia, quando se fala, como no Artigo 1º, parágrafo único, da nossa Constituição, que “todo o poder emana do povo”, fica implícito que esse povo em geral se manifesta pela vontade da maioria. Daí resulta que, numa Democracia, a vontade da maioria se impõe, sempre, à vontade da minoria, e fazendo-o de forma taxativa e compulsória. Quanto à minoria, ou se submete a tal imposição ou reúne forças e argumentos para se superar e reverter o resultado final. Eis aí a beleza do jogo democrático.

Mostrei, no conceito de Democracia, que tais desejos, tais necessidades e tais tendências precisam ser percebidos e captados por *alguém*. Isto quer dizer que Democracia pressupõe a existência de líderes. Nenhuma novidade aí. Isso é próprio do homem, é histórico, é bíblico. Pode-se afirmar que, em cada 100 indivíduos, um lidera e manda enquanto 99 são liderados e obedecem. Não tem como ser diferente. Mas é preciso que se entenda que aqui se fala em líder, na verdadeira acepção do termo. Líder é aquele que, numa dada situação ou circunstância, capta a necessidade ou a vontade expressa de um grupo, ou da sua maioria, e leva esse grupo à satisfação dessa necessidade ou dessa vontade.

Esse *alguém*, diz o conceito de Democracia, tem que ser suficientemente capaz de traduzir em ações os anseios, as necessidades e as tendências da maioria. Significa que a Democracia pressupõe a existência de líderes de “alto quilate”, sem os quais não há como fazer prevalecer a vontade da maioria. Sem isso, costuma-se descambar para a anarquia, que leva ao totalitarismo, às ditaduras, ou, como mostra a nossa experiência histórica fora dos “regimes de exceção”, costuma-se descambar para uma confusão generalizada onde muitos mandam, poucos obedecem e ninguém se entende. A essa confusão generalizada, a esse regime onde prevalece sempre a lei, ou a vontade, dos mais espertos, ousam, ainda hoje, chamar de Democracia.

Repito e insisto que a Democracia exige líderes de elite, ainda que se incorra numa redundância. Insisto em dizer que a Democracia pressupõe a substituição dos “curiosos” por estadistas. Sem isso, a Democracia de verdade não subsiste, sucumbe e se transforma, por exemplo, numa verdadeira Torre de Babel, como temos tido até aqui. **Democracia amorfa, descaracterizada e despersonalizada como aquela que temos vivido é pior do que qualquer outro regime.**

Aceito a premissa segundo a qual a melhor maneira de desenvolver e fortalecer a Democracia é vivê-la, como aceito também que a Democracia não pode simplesmente ser forjada numa oficina ou ser concebida teoricamente num laboratório ou na mente de um intelectual, por mais “iluminado” que seja ele. Contudo, a vivência democrática tem que partir de algo firme e concreto, tem que partir de conceitos absolutamente claros, nítidos e cristalinos e que possam orientar aqueles que se dizem democratas, e que possam garantir a esses mesmos democratas que o esforço e o trabalho serão enfim recompensados.

Voltemos ao nosso conceito de Democracia.

Em suas palavras finais, fica bem clara a idéia de que todos precisam ser *conduzidos* (aqui, neste ato de conduzir, não existe paternalismo, há liderança) rumo ao máximo que pode ser conseguido em termos econômicos e sociais. Isso não apenas é profundamente importante como altamente sutil. Quando eu digo, no próprio conceito de Democracia, que os anseios, as necessidades e as tendências da maioria precisam ser percebidos e captados, é preciso que se consiga distinguir quais são os anseios legítimos, quais são as necessidades reais e quais são as tendências autênticas que efetivamente levem ao bem-estar de cada um. Sabe-se que o povo, enquanto povo, não costuma errar. Não é à-toa que dizemos que “a voz do povo é a voz de Deus”. Contudo, nem sempre ele precisa de circo quando pede circo. Nunca, na época da inflação, o povo precisou de aumentos salariais quando lutava por esses aumentos. O que o povo precisava, naquela época, como agora, não era de aumento salarial, mas sim de uma moeda estável, de valor real, e com a qual pudesse garantir razoável nível de bem-estar. Se a um pedido de aumento salarial se lhe dá esse aumento, se a um pedido de circo se lhe dá circo ou se a um pedido de peixes se lhe distribuem peixes, tais atitudes, nós as sabemos demagógicas e meramente populistas, estão muito mais próximas do absolutismo

(veja-se Nero, por exemplo) do que da verdadeira Democracia. Tais atitudes não fazem parte da essência da Democracia, tal qual defini linhas acima.

De tudo o que foi dito, parece-me ter ficado suficientemente claro que o significado prático de Democracia está bem longe do seu significado literal. Parece-me também ter ficado bem claro que o uso habitual e ostensivo da palavra *democracia* leva a interpretações e conotações bem diversas umas das outras, mostrando que, como diz James Bryce, acima citado, poucos compreendem exatamente quais são as realidades ocultas sob as palavras.

Daí a necessidade que tive de conceituá-la, eu mesmo, a fim de que quando eu falar em Democracia saibam, tantos quantos me lerem, exatamente do que estou falando. Não se trata pura e simplesmente de uma terminologia. Trata-se de uma conceituação filosoficamente básica e essencial para que se possa, enfim, construir a nação que queremos.

Se pretendemos fazer um bolo de chocolate e se não adicionarmos chocolate, teremos qualquer coisa, ainda que um bolo, menos um bolo de chocolate. Se pretendemos construir uma nação democrática e se não adicionarmos Democracia, teremos qualquer tipo de nação, menos uma nação democrática. Se não há necessidade de definirmos *chocolate* porque todos sabemos exatamente o que é, o mesmo não ocorre com *Democracia* porque ninguém, ou quase ninguém, sabe bem o que é, como eu digo ao longo deste capítulo. Por essa razão, tornou-se necessário que eu conceituasse *Democracia*, para que todos saibam, com exatidão, que “ingrediente” é esse que estou usando e que determinará a “cara” da nação que queremos, da mesma maneira que o chocolate determina o gosto do bolo que desejamos.

A rigor, portanto, se não há um consenso sobre o real significado prático de Democracia, fica bastante difícil entender se as experiências já vividas por diferentes povos e nações podem ou não ser classificadas como vivências realmente democráticas. Tudo me faz crer que Rousseau tinha razão.

De qualquer modo, para os fins deste meu trabalho, e para outros fins também, descarto todas essas experiências, inclusive as nossas, como autenticamente democráticas, embora na maioria dos casos possam ter sido legítimas. Mas o problema não está na legitimidade, mas sim na autenticidade.

No caso brasileiro, que é o que de mais de perto me interessa, desde 1889, quando a Democracia foi oficialmente aqui implantada, nestes 109 anos (estou escrevendo este livro em 1998) tivemos 36 durante os quais a Democracia esteve “suspensa”, ou “sub judice”. Durante os 73 anos restantes prevaleceu um Estado Democrático no qual a Democracia direta jamais existiu, a Democracia semidireta não passou de lampejos e a Democracia representativa, oficialmente adotada e legítima, jamais conseguiu se fazer presente de forma autêntica, dado que não apenas os representantes – eleitos pelo povo – jamais fizeram questão de se tornarem dignos dos mandatos que receberam através das urnas, com algumas poucas exceções, é verdade, não tendo se preocupado nem ao menos em termos de representatividade, como também o próprio povo em tempo algum se preocupou com essa representatividade ou com essa autenticidade.

Não tivemos, portanto, uma convivência com a Democracia, com uma autêntica Democracia, embora ela tenha existido oficial e legalmente em dois terços do período republicano já vivido até aqui.

Na nação que queremos, um dos “ingredientes” mais importantes é o conceito exato de Estado Democrático, a partir do conceito preciso de Democracia, tal qual tive a oportunidade de expressar linhas acima.

Nessas condições, somente sob elas e dentro das premissas que ficarão suficientemente claras nos capítulos nono e décimo, poder-se-á iniciar um novo período, uma nova era dentro da nossa história política, quando a convivência democrática, a convivência real e efetivamente democrática poderá ser a mais marcante e autêntica característica da nação que se deseja e se precisa construir.

## Capítulo Nono: O BRASILEIRO DEPOIS DO BANHO

No capítulo terceiro, tive a oportunidade de fazer algumas considerações acerca da maneira de ser e de pensar do povo brasileiro. Enfatizei que se trata de um povo com largas e apreciáveis qualidades quanto à sua índole, quanto ao seu íntimo, mas que, uma vez preservadas tais qualidades, genuinamente suas, indelevelmente típicas desse povo que foi forjado à luz dos trópicos e com o concurso inacreditavelmente perfeito de diversos povos e raças, uma vez preservadas tais qualidades, torna-se absolutamente necessário que se lhe acrescentem alguns traços de civilidade.

Como eu disse antes, e não me cansarei nunca de repetir e enfatizar, ainda que com outras palavras, trata-se de um povo cuja compleição íntima parece-me ser ímpar em todo o mundo, mas que repousa, adormecido e inerte, face à realidade social e política que o rodeia. É preciso que se lhe “acorde” e que se lhe aponte essa realidade, que, afinal, o comprime e o afeta, podendo ameaçar inclusive a sua estabilidade psíquica e emocional.

É preciso que o povo brasileiro entenda – e já é tempo para isso – que não pode e não deve ser eternamente objeto dessa realidade, necessitando “acordar”, tomar conhecimento dela e passar a interagir com ela.

A tudo aquilo que precisa ser acrescentado ao nosso povo para que se consiga isso é que chamo de “banho de civilização”.

Antes dele, antes desse “banho”, é bom conhecer o pensamento do prof. Sérgio Buarque de Holanda, quando nos fala da cordialidade do brasileiro: “Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o homem cordial. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar boas maneiras, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças... Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o povo brasileiro. No homem cordial, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: vosso mau humor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativo”.

Enquanto isso, o prof. Darcy Ribeiro, deixando transparecer o seu conhecido nacionalismo, nos diz: “Essa massa de mulatos e caboclos lusitanizados pela língua portuguesa que falam, pela visão do mundo, foi plasmando a etnia brasileira e promovendo, simultaneamente, sua integração, na forma de um Estado-Nação. Estava já maduro quando recebe grandes contingentes de imigrantes europeus e japoneses, o que possibilitou ir assimilando todos eles na condição de brasileiros genéricos”. E mais adiante, depois de fazer algumas considerações sobre as características básicas dos diversos grupos de imigrantes, destaca: “O que desgarrá e separa os brasileiros em componentes opostos é a estratificação de classes. Mas é ela que, do lado de baixo, unifica e articula, como brasileiros, as imensas massas predominantemente escuras, muito mais solidariamente cimentadas como tal, que enquanto negro retinto ou branco cal, porque nenhum desses defeitos é insanável”. Um pouco adiante, ainda mais inflamado e depois de estabelecer comparações com outros povos, acrescenta: “Fala-se muito, também da preguiça brasileira, atribuída tanto ao índio indolente, como ao negro fujão e até às classes dominantes viciosas. Tudo isso é duvidoso demais frente ao fato do que aqui se fez. E se fez muito, como a construção de toda uma civilização urbana nos séculos de vida colonial, incomparavelmente mais pujante e mais brilhante do que aquilo que se verificou na América do Norte, por exemplo. A questão que se põe é entender porque eles, tão pobres e atrasados, rezando em suas igrejas de tábuas, sem destaque em qualquer área de criatividade cultural, ascenderam plenamente à

civilização industrial, enquanto nós mergulhávamos no atraso. As causas desse descompasso devem ser procuradas em outras áreas. O ruim aqui, e efetivo fator causal do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade... Nós brasileiros, nesse quadro, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ninguentade. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. Um povo, até hoje, em ser, na dura busca de seu destino”.

As verdades sobre o povo brasileiro são, a rigor, as mesmas, quer sejam vistas sob o meu particular ângulo, quer sejam analisadas pelo prof. Sérgio Buarque de Holanda, pelo prof. Darcy Ribeiro ou por outro estudioso qualquer. A diferença básica é que o prof. Darcy Ribeiro, por exemplo, faz a sua análise sob um ponto de vista essencialmente político e não sociológico ou antropológico, como, aliás, ele mesmo reconhece no final do seu prefácio.

Eu prefiro, nesta análise, pelo menos até onde me for possível, uma posição mais técnica e, portanto, mais fria, destituída de qualquer conotação política, pelo menos sem qualquer sectarismo e sem a influência de qualquer tipo de ideologia. Claro que, no “frigor dos ovos”, e como terei oportunidade de ver no próximo capítulo, não há como dissociar esse desejável e inadiável “despertar” do povo brasileiro da idéia de participação política, aqui entendida na sua expressão mais simples, mais pura e genuína.

O que se busca, neste momento, é o “despertar” dessa gente para a realidade que a cerca e ajudá-la a interagir dentro dessa realidade. Quanto à visão política dessa mesma realidade e ao modo de interagir com ela, evidentemente é algo que não poderá ser subtraído ao livre arbítrio e à liberdade de cada um. Em outras palavras, trata-se de adicionar lentes aos olhos, ficando a leitura e, mais importante que isso, a interpretação e a conseqüente ação unicamente por conta e risco de cada interessado. Afinal, aqui se fala em “banho de civilização”, jamais em “lavagem cerebral”.

O que se pretende, verdadeiramente, é disseminar luzes, isto é, conhecimentos, para que a liberdade e a sua eterna e inseparável companheira, a responsabilidade, confirmem a todos nós condições para uma vida racional, adulta e realizadora.

É bom repetir e resumir aqui, como ponto de partida para essa empreitada à qual chamo “banho de civilização”, os aspectos mais importantes e característicos da gente brasileira:

- Aceitamos passivamente a sonegação e a corrupção.
- O jogo e o vício fazem parte do nosso cotidiano.
- Somos dominados por crenças, crendices e superstições.
- Não respeitamos a família, nem a mulher, nem o idoso; não cuidamos seriamente da criança.
- Nem sempre cumprimos os nossos deveres; invariavelmente, não cobramos os nossos direitos.
- Ainda há indícios e demonstrações de racismo.
- Não cultivamos a nossa língua.
- Não temos memória; não cultivamos as nossas tradições nem o nosso folclore; não conhecemos a nossa história.
- O nosso hino e a nossa bandeira nem sempre têm o respeito que lhes é devido.

Serão úteis, de início, mais algumas rápidas considerações sobre cada um desses tópicos, além daquelas que foram feitas no capítulo terceiro.

Não se poderá eliminar a sonegação nem a corrupção por meio de leis, decretos, normas ou portarias. Tudo isso já existe e não resolve nada, como todos sabemos.

O jogo é oficializado. Aqueles que não o são, por isso mesmo, têm um “sabor especial” ao qual poucos resistem. Os vícios, além de culturais, apresentam as mais variadas conotações. Quando se fala neles, apela-se invariável e infantilmente para questões ligadas à Democracia e à liberdade. Curioso é que eles, os vícios, praticamente não existem em vários países árabes, costumeiramente muçulmanos, onde, pelo menos nesse ponto, manda-se para o inferno tanto a Democracia como a liberdade, mas se mantém a integridade física e moral da sua gente. Estariam eles errados?

Crenças, crendices, sentimentalismos e superstições são manifestações espontâneas do ser humano. Não podem, portanto, ser extirpadas pela força da lei. Seria uma violência inconcebível e inaceitável, mesmo porque é muito difícil definir o ponto exato a partir do qual tais sentimentalismos, tais crenças, crendices e superstições se tornam negativos e maléficis ao indivíduo e à sociedade.

Por uma questão cultural, não respeitamos a família, nem a mulher, nem o idoso e tampouco cuidamos seriamente da criança. Tais anomalias, se bem que possam ser corrigidas, ao menos parcialmente, sob o império da lei exigem na verdade um aprimoramento sócio-cultural e educacional que não será conseguido através de uma só geração.

Se não cumprimos os nossos deveres e não cobramos os nossos direitos é porque, por um lado, não os conhecemos bem e, por outro, há toda uma questão cultural que nos faz indolentes e preguiçosos, além, é claro, da ineficiente e complicada estrutura jurídico-institucional de que dispomos. Há pouco que possa ser feito por via jurídica, mas há bastante a ser feito por via educacional e cultural, que também demanda tempo.

O racismo é uma questão muito mais de alma, de espírito, do que de lei. Nada mais delicado e profundo do que as coisas da alma, do espírito. É fácil fazer uma lei contra o racismo, mas é muito difícil, se não impossível, impedir que determinada pessoa seja racista. Cada um terá que “comprar essa idéia” por si mesmo. Mas é certo que o “banho de civilização” ajudará bastante.

O cultivo da língua é uma questão de escola, de hábito e de cultura, mas a lei pode e deve ajudar bastante.

Sobre a nossa memória, as nossas tradições, o nosso folclore e a nossa história, são aspectos culturais pouco, ou nada, cultivados entre nós. E isso se deve à irresponsabilidade dos nossos educadores, sem dúvida aliada àquela dos legisladores. Estes, além de irresponsáveis, sempre foram completamente cegos para estas e outras coisas.

O mesmo se diga em relação ao nosso hino e à nossa bandeira.

Como se vê, quando se consideram tais aspectos da nossa gente e quando se pensa num “banho de civilização”, bem pouca coisa poderá ser conseguida pela lei ou pela força. A lei costuma ser democrática, mas o mesmo não ocorre com a força. Em quase todos os casos acima citados, haveriam, tanto a lei como a força, de se mostrar ineficazes ou inócuas, principalmente porque poderiam perfeitamente ser caracterizadas como violência e, portanto, desestimulantes e castradoras, quando se pensa e quando se preocupa com uma nação a ser construída na base da liberdade e do Direito, afetos, ambos, a cada cidadão.

Lembro, ainda uma vez, que a questão da liberdade e da sua inseparável companheira, a responsabilidade, será tratada no próximo capítulo. Por enquanto, fico com a noção, ainda que possa ser distorcida, que cada um de nós tem delas.

Por outro lado, a questão da imposição, seja pela lei, seja pela força, implica em que aquele que impõe esteja no domínio completo da verdade. Como todos sabemos, isso é muito difícil, se não impossível. O que precisamos é, isto sim, buscar a verdade e, à medida em que ela for se cristalizando, não apenas para alguém, isoladamente, mas para todo o grupo, que ela seja usada objetiva e inteligentemente para a construção de uma sociedade realmente livre, solidária e fraterna.

Deverá ser como no conhecido e bíblico exemplo dos peixes, já citado antes num contexto um tanto diferente deste. Não há necessidade que a lei ou a força obriguem quem quer que seja a se alimentar deles. Basta que se lhes mostre o valor nutritivo dos peixes e, além disso, que se lhes mostre como pescá-los. A nossa missão termina aí; o resto é problema de cada um.

Ao “banho de civilização” a que tenho me referido, associam-se algumas premissas básicas:

a- Quase nada deve ser compulsório, vale dizer, apenas se poderá buscar pela lei aquilo que a lei puder proporcionar. A exceção mais expressiva é a Educação, na qual quase tudo precisa ser compulsório.

b- É preciso que sejamos rápidos. Mesmo as questões mais lentas e mais complexas precisam apresentar os primeiros sinais positivos em, no máximo, duas gerações.

c- Pelo menos em termos ideais, seria um movimento com características amplas e multidisciplinares, que, a rigor, não terminaria tão cedo, somente se atenuando quando o processo educacional e o nível cultural do povo brasileiro se estabilizarem dentro de padrões aceitáveis.

d- O projeto se me apresenta como altamente compensador, ainda que todos os recursos disponíveis sejam canalizados para ele. Não pode haver “contra-oferta”. Ou se faz ou a “carruagem” não anda, como tem sido até agora.

Também foi dito aqui que é normal para o homem que enquanto um comanda, ou lidera, 99 são liderados, ou comandados. Estaria tal verdade contradizendo a necessidade segundo a qual é preciso que o povo brasileiro desperte para a realidade social e política que o cerca, a fim de com ela interagir? Claro que não; muito pelo contrário. A genuína idéia de líder, bem como de liderança, pressupõe a existência de liderados conscientes, ativos, jamais autômatos, teleguiados ou semi-mortos, pelo menos em matéria de ideais, de objetivos. Se assim não fosse, não estaria cristalizada a idéia de liderança, mas de posse, de condução paternalista ou totalitária, de subjugação de muitos à vontade de poucos. Seria a negação da liberdade e da verdadeira Democracia.

Esse “banho de civilização” haveria de ser feito – e precisa ser feito – pela disseminação de luzes, de conhecimentos, e pela cristalização, jamais imposição, de princípios éticos e morais que possam nascer de todos, porque somente assim serão de todos e guardados por todos.

Eu disse no início, bem lá no começo, que Moral e luzes são as nossas primeiras necessidades. As palavras são de Simon Bolívar, mas o sentido prático, concreto e objetivo tem que ser nosso.



As luzes, vale dizer, os conhecimentos, costumam vir de cima, estruturadas e disseminadas por quem lidera, por quem governa. Mas a Ética e a Moral não podem vir de cima, não podem ser impostas por quem comanda, por quem lidera. Não seriam bem recebidas e sequer consideradas. Elas só têm significado e valor se brotarem espontâneas do seio do povo, a exemplo do que ocorre com a verdade. Só assim têm valor e “força de lei”. Ninguém aceita, e nem pode aceitar, nenhuma verdade que não seja a sua, bem como nenhum princípio ético ou moral que não seja seu e, por extensão, da sua comunidade.

Em suma, o conhecimento, a cultura, que se irradia de cima para baixo, e a verdade, que germina, brota e floresce de baixo para cima, levam à Moral e à Ética, que surgem depois para ocupar e completar o quadro social da comunidade. Tal quadro social, que se assenta sobre essas quatro colunas, o conhecimento, a verdade, a Ética e a Moral, constitui aquilo que estou chamando de *civilização*. Ser civilizado significa, portanto, ter conhecimento, isto é, cultura, conhecer a verdade e orientar o seu comportamento e os seus objetivos por princípios éticos e morais aceitos e respeitados por si mesmo e por todos. Coisa nova? Não, claro que não. Gostaria que o fosse. O meu ego estaria superprestigiado.

A civilização asteca era assim. A civilização inca e a maia, também. A grega e a romana tinham os seus conhecimentos, as suas verdades, mas, especialmente, a sua Ética e a sua Moral. Temos hoje uma civilização européia, uma civilização norte-americana, uma civilização asiática, talvez dentro dela uma chinesa, uma japonesa. Buscamos, nós também, uma civilização. Não temos uma, mas temos o direito e a necessidade de tê-la. É o que penso.

Não somos um povo civilizado porque não temos conhecimento, não temos luzes suficientes para enxergar e reconhecer a verdade, mesmo quando ela aparecer, pura, cristalina e indiscutível, à frente dos nossos olhos. Como decorrência, não temos – e nem poderíamos ter – uma Ética e uma Moral que sejam nossas, criadas por nós mesmos e respeitadas igualmente por cada um de nós.

Daí, sermos corruptos e sonegadores, por não termos leis éticas e morais criadas por nós mesmos e, portanto, passíveis de serem aceitas por todos nós.

Daí, o jogo e o vício, porque não temos conhecimento, no sentido de informação, e porque não conhecemos a verdade sobre eles.

Daí, as nossas crenças, credices e superstições, os nossos sentimentalismos, frutos de uma ingenuidade natural e da ignorância que nos tem sido imposta.

Daí, o desrespeito à família, à mulher, ao idoso e à criança, por falta de visão e de percepção da realidade social que nos cerca, frutos de uma cegueira que aparece sempre, quando faltam a verdade e as luzes.

Daí, desconhecermos os nossos direitos e os nossos deveres, ou pelo menos não nos importarmos com eles, porque nos faltam, primeiro, amparo ético e moral, e, segundo, a verdade e as luzes.

Daí, o racismo, produto exclusivo de uma cultura onde faltam sobretudo Ética e Moral, que possam ser geradas espontaneamente dentro de uma coletividade onde se busquem os conhecimentos e onde se encontre a verdade.

Daí, o menosprezo à língua, porque, na falta das luzes e do entendimento, aceita-se o mínimo e se passa a conviver com ele, como se representasse a verdade por inteiro. Falei, antes, em verdades e não em meias verdades.

Daí, as nossas deficiências quanto à nossa memória, quanto às nossas tradições, quanto ao nosso folclore e à nossa história, porque sem luzes não temos como identificar as verdades que possam evidenciar as nossas experiências como gente, como povo, aclimatando-as e consolidando-as como partes integrantes de nós mesmos. Nós somos o que mostra a nossa memória, nós somos o que atestam as nossas tradições, o nosso folclore, a nossa história. Não ter memória, não conhecer e não vivenciar as nossas tradições e o nosso folclore e não cultivar a nossa história de maneira inteligente e objetiva significa abrir mão de parte substancial de nós mesmos.

Daí, a nossa indiferença para com a nossa bandeira e o nosso hino, porque, na prática, significam algo que não existe, significam algo que, sendo “iluminado” por luzes que não alumiam, sendo “identificado” por verdades que ainda não surgiram e sendo “amparado” por Ética e Moral que não são genuinamente nossas, não tem como, esse algo, se fazer traduzir em hino e em bandeira. O hino já existe, a bandeira já existe, o país e o Estado já existem, mas uma nação civilizada, único meio de dotar o hino e a bandeira do significado que eles precisam ter, ainda não existe, conforme tenho procurado mostrar. Somente a civilização poderá conferir ao hino e à bandeira a respeitabilidade que lhes é devida.

Buscamos uma nação, mas essa nação precisa ser necessariamente civilizada. Nação civilizada só pode ser conseguida a partir de um povo civilizado. O povo só pode se tornar civilizado a partir do conhecimento e da verdade, conforme mostrei, aos quais se juntam naturalmente Ética e Moral. Verdade, Ética e Moral, como variáveis dependentes que são, e esquecendo o pressuposto do conhecimento, surgem quase que por “geração espontânea”. Basta colher, basta “codificar” e basta usar racional e objetivamente.

Portanto, resta-nos uma única variável, independente: o conhecimento. Este nada tem de subjetivo, nada tem de discutível, nada tem que possa melindrar ideologias ou ferir suscetibilidades. Aqui não poderá haver qualquer resistência que possa ser levada a sério. Aqui apenas se discute o “como”, porque tudo o mais precisa ser imposto e compulsório.

Resumindo, vimos que temos um povo puro, manso e bom, mas que precisa acordar para a realidade social e política que o cerca, traduzindo-se isso naquilo a que chamei “banho de civilização”. Esclareci que, para mim, o conceito de civilização repousa sobre quatro colunas básicas, representando o conhecimento, a verdade, a Ética e a Moral. Observei que, dentre essas quatro variáveis, uma é independente, o conhecimento, e as outras três são dependentes da primeira, surgindo paulatinamente à medida em que o conhecimento for sendo espargido, ou pulverizado, no seio da comunidade. Procurei deixar claro também que é a ausência dessa civilização, de um modo geral, que explica as distorções que podem ser observadas na mente e no espírito do brasileiro, distorções essas relacionadas e comentadas linhas acima, além do que foi discutido no capítulo terceiro.

Atuemos, pois, sobre a nossa variável independente, o conhecimento, mesmo porque as outras três, além de estarem subordinadas a este, constituem-se em questões de “foro íntimo”, pelo menos as morais, e, como tais, não podem ser impostas, inclusive as éticas, como já se disse antes. Eu não posso, por exemplo, vender ou passar a minha verdade para você. Você terá necessariamente que chegar à sua verdade, ainda que ela venha a ser exatamente igual à minha. No momento em que a verdade de cada um for a mesma e no momento em que os princípios éticos e morais forem os mesmos para toda a comunidade, somente aí poderemos falar em nação e somente aí poderemos nos considerar civilizados. Vou dar um exemplo, infelizmente bastante comum nos dias que correm. Depois de cometer um crime, digamos, um latrocínio, um marginal é preso e entrevistado. Perguntado sobre o por que do crime, a sua justificativa é sempre simples e calma: ele reagiu durante o assalto e, por isso, eu o matei. Observe-se que a verdade do criminoso não é igual à nossa verdade e que os princípios do marginal são nitidamente diferentes dos nossos. Segundo o marginal, o cidadão assaltado não tinha o direito de reagir, tinha que aceitar o assalto pacificamente, e até mesmo colaborar com ele. Como o cidadão usou de um direito “que não tinha”, o criminoso passou a fazer uso de um direito “que tinha” e roubou a vida e alguns bens da vítima. Segundo o marginal – a sua costumeira tranqüilidade mostra claramente –, entre ele e a vítima ficou tudo “empatado”. Como explicar esse absurdo “empate”? É simples: verdades diferentes e princípios éticos e morais também diferentes.

Embora bem mais amplo e profundo, como vimos, para mim, em termos práticos e numa primeira etapa, o “banho de civilização” consistirá num “banho” de conhecimento, de informação, de cultura. Isto quer dizer que o “sabão” ou o “detergente” a ser usado, como ponto de partida, será a escola. Escola entendida aqui não simplesmente como o prédio – geralmente em estado lastimável – mas como a instituição de ensino, de informação, e, mais que isso, de formação, onde se inclui o lar, a participação na comunidade, a vida nos clubes, nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas igrejas, nas colônias de férias, enfim, em todos os lugares onde se desenvolvem as atividades do homem.

Ninguém poderá ficar sem escola. Desde o primeiro ano do 1º grau até o curso superior, inclusive os de pós-graduação, numa escala ascendente e gradativa, com o natural e inevitável afunilamento, principalmente por ocasião do ingresso nos cursos superiores, todos, absolutamente todos, precisam fazer parte desse mundo, na busca de conhecimento, de cultura, de civilização. A busca deve ser pelo todo, nada pela metade, e não se poderá contentar a não ser com o máximo. Esse máximo deverá estar disponível e ao alcance de todos, em cada sala de aula, em cada biblioteca, em cada laboratório. A cultura universal precisa estar ao alcance de todos, precisa ser levada a todos.

Quando se estudar, por exemplo, a Revolução Francesa, será necessário que todos a entendam profundamente e que se conheça o que ela significou para a França e para a humanidade. Se não for assim, não teremos estudado a Revolução Francesa, mas apenas recebido uma notícia de que ela aconteceu.

Quando se estudar Português, de verdade, para aprender e jamais pela metade, haveremos de entender que isso não será possível sem o Latim. Que volte, pois, o Latim. Jamais se poderá cometer o crime que se cometeu no passado, quando, em nome de facilidades para os alunos e de benevolências do magistério ou por parte de quem não entendia dessas coisas, eliminou-se o Latim, reduzindo-se o ensino de nossa língua a níveis criminosos e, em muitos casos, optando-se por uma prática “decoreba”.

Não se trata de decorar fatos históricos ou memorizar acidentes geográficos, como se fazia no passado. Quanto aos fatos históricos, é preciso tê-los entendido e saber como e por que afetaram determinado país, determinada região ou a própria humanidade. Não saber isso é nivelar por baixo, é abrir mão de algo que nos pertence e que faz parte de nossas vidas, ainda que os fatos tenham ocorrido séculos, ou mesmo milênios, antes de nós. Não entender isso é um caso lamentável e extremo, exigindo providências enérgicas e imediatas.

Sair da escola sem entender rigorosamente bem o que a Biologia, a Física ou a Química tentam nos ensinar é alguma coisa de inconcebível e inaceitável.

Não reunir conhecimentos, ainda que poucos, mas firmes e consistentes, sobre Filosofia é um crime contra si mesmos e contra a própria humanidade. A Filosofia representa a mais alta expressão do pensamento humano. Não tomar conhecimento disso é o mesmo que abrir mão do próprio pensamento, da própria vida, da própria alma. Absurdo, portanto.

Conhecer música, pintura, escultura, arquitetura e especialmente literatura – segundo a minha preferência pessoal – é algo que nenhum ser humano pode dispensar, uma vez que traduzem, essas artes, as mais importantes manifestações do espírito criativo da humanidade. É importante saber o que eu penso, mas é impossível viver, pelo menos viver bem, sem saber o que os outros pensam, ou pensaram. Isso está claramente expresso nas manifestações artísticas e filosóficas. Eu pertencço à humanidade, da mesma maneira que Beethoven pertenceu, ou ainda pertence, segundo os mais espiritualistas. Não tomar conhecimento de Beethoven, ou de Victor Hugo, ou de Michelangelo, ou de Aristóteles, significa abrir mão de parte importantíssima da humanidade, significa abrir mão de parte de si mesmo, dado que cada um de nós também é a humanidade.

Sabemos que a Matemática é terrível e que assusta a quase todos. Porém, convenhamos, é impossível viver sem ela. O seu desconhecimento nos surpreende e nos cobra em cada esquina e em cada momento de nossas vidas. Façamos então as pazes com a Matemática e tratemos de aprendê-la mansa e suavemente, porém com firmeza, dado que a Matemática não permite “enganações”. Nós podemos viver sem amor, sem justiça, sem saúde e talvez até sem o ar puro que nos é vital (ainda que seja por pouco tempo), mas nos é impossível viver sem a Matemática e sem a Filosofia. Estas são as mães e mestras de todas as outras ciências.

O conhecimento das religiões e das crenças, campo especialmente importante para que se possa entender o homem no mais íntimo do seu ser e dos seus sentimentos, é algo que também não pode ser dispensado.

A visão política do mundo, da nação e da comunidade, acima de ideologias e doutrinas, mas estudadas e entendidas estas, é imprescindível a qualquer ser que pensa, dado que não há nada, absolutamente nada que possa ser conseguido, pelo menos em termos coletivos, sem o concurso da atividade política, seja esta exercida de maneira mais profunda e direta, seja de maneira indireta, mas consciente e participativa, de alguma forma ou em algum nível.

Enfim, nos artigos sobre Educação, que aparecem na Primeira Parte, bem como no capítulo quinto, estão consagradas as idéias básicas sobre o sugerido “banho de civilização”. Aqui enumerei e comentei rapidamente nada mais do que alguns exemplos de outros aspectos desse “banho”.

Mas é preciso lembrar que, uma vez lançadas as sementes do conhecimento, vale dizer, da cultura e da civilização, dadas as enormes diferenças observadas nos diferentes “terrenos” que as receberem – a nossa inteligência, o nosso entendimento – é de se esperar que elas germinem e floresçam de maneira bastante desigual. Para muitos, será enorme perda de tempo falar em Platão, ou na teoria da relatividade, ou no Renascimento, ou nos enciclopedistas franceses, ou no que pretendiam os fascistas, ou no que pensavam Marx, Engels ou Lênin. Muitos não conseguirão aprender Matemática, enquanto que outros sequer conseguirão entender a importância histórica de Getúlio Vargas. Nada disso importa muito. As diferenças de inteligência e de talento são próprias da humanidade, como todos sabemos e como apontei anteriormente. Mas o que existe por aí, especialmente no caso brasileiro, é uma lacuna a ser preenchida, é um imenso potencial cultural que está sendo desprezado e que está sendo sub-avaliado. Perdem-se talentos naturais e potenciais por falta de instrução e cultura. A cada semente lançada, o nível geral subirá um ponto, de maneira que, uma vez lançadas todas as sementes, em todos os lugares e ao longo do tempo, de maneira racional, metódica e permanente, elas haverão de germinar de acordo com a capacidade de cada um, mas é certo que o nível geral subirá de maneira apreciável.

O que não se pode é menosprezar a inteligência e o talento de quem quer que seja, como também não se pode apostar numa inteligência que não existe. O volume máximo de conhecimentos, de cultura, enfim, de civilização, precisa estar ao alcance de todos, de maneira que cada um possa absorver de acordo com a sua inteligência, com o seu talento, com a sua iniciativa e com o seu esforço. Como diz uma interessante passagem bíblica, a sementeira é livre, mas a colheita é obrigatória. No nosso caso, a colheita será função do interesse e da capacidade de cada um. As lacunas não serão perdoadas, não necessariamente pela lei nem pelas lideranças, mas pelo desenrolar da própria vida.

Depois disso, alguns saberão como liderar ou como governar, muitos sequer saberão como fazer o “x” ou qual botão apertar para escolher por quem desejam ser governados, mas muitos, com certeza a imensa maioria, milhares ou mesmo milhões saberão como escolher os governantes, saberão como discernir sobre o que é bom e o que não é, para si e para a sociedade, saberão qual é a sua verdade e onde

ela está, saberão o que pode e o que não pode ser feito. Saberemos todos ganhar e também saberemos perder, saberemos discernir e julgar, saberemos decidir e agir.

Uma vez que se tenha submetido a esse “banho de civilização”, o povo brasileiro certamente exibirá menores diferenças entre aqueles a quem chamei de *genuínos* e os demais, os descendentes de imigrantes. Essas diferenças tenderão a desaparecer ao cabo de algumas gerações.

Ao mesmo tempo, e gradativamente, iremos absorvendo os efeitos desse “banho”. As nossas verdades irão surgindo como por milagre ou por encanto. Restar-nos-á apenas o trabalho de as absorver, de as compilar e de aplicá-las no dimensionamento das nossas vidas e dos nossos objetivos. Simultaneamente, e por obra do mesmo “milagre” que fizer surgirem as nossas verdades, iremos acumular uma série de outras verdades, algumas, éticas, outras, morais. A partir destas, estaremos montando um arcabouço mais importante do que qualquer lei, ou de qualquer código, uma vez que tal arcabouço haverá de se constituir no nosso código especial, mais profundo e mais imperativo do que qualquer outra coisa, de vez que será o reflexo do nosso próprio ser, da nossa própria alma. O nosso código ético e moral, nascido espontaneamente de nós mesmos, poderá ser ainda mais forte do que qualquer lei, civil ou até mesmo religiosa. (Entendo que as coisas de Deus sempre devem fazer parte de nós mesmos e, portanto, desse nosso código).

Nessas condições, não é muito difícil prever como será e como se comportará o brasileiro de amanhã.

Certamente, não seremos corruptos nem sonegadores porque, sabendo o destino que vai tomar o dinheiro saído dos nossos bolsos, via impostos e taxas, estaremos sempre prontos para “dar a César o que é de César”. Não seremos corruptos, nem corruptores, porque haveremos de entender que só é lícito receber a justa paga pelo nosso trabalho, que será tanto mais rendoso pessoalmente e valioso socialmente quanto maiores forem a inteligência, o talento, a iniciativa e o esforço de cada um.

Com certeza, o jogo e o vício não desaparecerão, de vez que fazem parte do homem. Mas me parece certo que não mais se fará deles meio de vida e nem se fará deles uma maneira de enriquecimento às custas da degradação física e moral de quem quer que seja.

Crenças, credices, sentimentalismos e superstições também haverão de persistir em alguma escala porque são inerentes à pessoa humana, porém em níveis bem inferiores aos atuais, fixando-se em pontos compatíveis com a razão e com o discernimento. A liberdade religiosa, sempre defensável, não impedirá os abusos e os embustes, como os que têm ocorrido, mas o discernimento alijará do nosso meio os espertalhões e impedirá o comércio das crenças e dos milagres.

Entenderemos, enfim, que a criança, a mulher e o idoso, isto é, a família não pode estar dissociada de nós mesmos, de vez que, fazendo parte desse todo e a esse todo nos integrando, dependemos substancialmente dele quanto ao passado, quanto ao presente e, de maneira bem especial, quanto ao futuro. Respeitaremos o idoso, com quem aprendemos, apoiaremos a mulher, de quem dependemos em inúmeras situações, ampararemos a criança porque a ela pertence o futuro, tanto o nosso como o dela própria.

É certo que cumprimos os nossos deveres porque haveremos de entender que quase sempre, para não dizer sempre, a satisfação dos direitos dos outros fica na dependência do cumprimento desses nossos deveres. Ao mesmo tempo, e pela mesma lógica, saberemos conhecer os nossos direitos e haveremos de saber cobrá-los. E o faremos.

O racismo, este sim desaparecerá. Se isso não acontecer, poder-se-á apostar que houve algum erro no “banho”. É importante notar que as vítimas desse processo, geralmente os negros, saberão descobrir que, havendo razões objetivas para algum tipo de menosprezo social ou racial, terão condições de eliminá-las completamente e, a partir daí, numa atitude também ativa, dar a sua contribuição para que se possa extinguir qualquer tipo de racismo.

O cultivo da língua será levado ao mais alto nível que for humanamente possível, via escola e via legislação, mas também pela difusão, pelo hábito e pelo gosto. Erros na linguagem verbal até poderão ser tolerados, dentro de certos limites, porém, na linguagem escrita, jamais. Os brasileiros de amanhã saberão como repreender e evitar erros nos livros, nos jornais, nas revistas, nos “out doors”, na televisão (pelos seus caracteres), ou nas simples placas de “compra-se”, “vende-se” ou “aluga-se”. Em pouco tempo, haverão os responsáveis de descobrir ser bem mais fácil informar-se antes e escrever corretamente, evitando pelo menos os erros mais grosseiros. Foi o que tentei, ao escrever este livro.

A escola de amanhã não se descuidará do nosso folclore, das nossas tradições, da nossa história e da memória nacional. Em termos teóricos e práticos, na escola, nas ruas e nas praças, nos monumentos, nos teatros, nos cinemas e nos museus, estaremos todos, estudantes ou não, absorvendo mais um pouco daquilo que precisa fazer continuamente parte de nós, inclusive no passado e no futuro.

O respeito ao hino e à bandeira surgirão automaticamente dos corações e das consciências, uma vez que a noção de vida em sociedade, que leva à idéia de nação e de Estado, leva também aos sentimentos

pátrios. Ainda que quiséssemos o contrário, isto seria inevitável, dado que o hino e a bandeira, nas condições das minhas propostas, não representam sentimentos bobos, mas a imagem, eu diria viva, do nosso trabalho. Cada um de nós que trabalha e que constrói, para si e para a sociedade, é o hino, é a bandeira. Além disso, nós, brasileiros, temos uma vantagem bem grande sobre os outros povos: temos uma bandeira linda e um hino encantador. (A opinião não é só minha, mas de todos nós).

Nós, brasileiros, nessa nova circunstância, saberemos interagir com a realidade social e política que nos cerca. Essa interação será a maior patente, a maior prova, das pessoas civilizadas que passaremos a ser. Conhecendo o passado e interpretando o presente à luz dos nossos conhecimentos e inspirados pelas nossas verdades, sempre ao sabor e ao comando dos nossos princípios, teremos como obter o melhor desse presente e teremos como planificar e buscar o futuro, tornando-o não um sonho para depois, mas uma realidade para tão logo quanto seja possível.

Depois desse “banho”, mas também antes disso, pela leitura do próximo capítulo, entenderemos bem melhor o que é realmente Política e haveremos de compreender, mais cedo ou mais tarde, que ela é, na sua essência, mas obviamente não na sua prática atual, depois da Filosofia, a mais bela de todas as ciências e, ao mesmo tempo, a mais refinada de todas as artes. A Literatura, a Música, a Pintura, a Escultura e a Arquitetura são artes extremamente refinadas, mas dependem de uma só cabeça, de um só coração e de apenas duas mãos. A Política, pelo contrário, envolve várias cabeças e vários corações, depende das almas em jogo e dispensa as mãos. As cinco belas artes, transmitindo conhecimento e beleza, atingem o âmago de cada um, isoladamente e em proporções diferentes. Mas a Política, usando o conhecimento e não se preocupando muito com a beleza exterior a si mesma, atinge a todos, no plural, indistintamente, porque busca a satisfação e o bem-estar de todos.

O brasileiro de amanhã, aquele que haverá por certo de ressurgir do nosso “banho de civilização”, conseguirá ver e entender a Política por esse prisma, unicamente por ele. Esse mesmo brasileiro conseguirá distinguir, entre todos nós, aqueles que passarão a vê-la e a praticá-la desse modo e aqueles que continuarão, se conseguirem, a usá-la como tem mostrado a nossa história. Como terá, o brasileiro de amanhã, tal capacidade de enxergar, de discernir e de julgar, diz o meu raciocínio e dizem as minhas esperanças que se, por ventura, tentarem subsistir políticos “à moda antiga”, certamente terão os seus passos tolhidos e as suas atividades reduzidas a pó. Haverão de arder para sempre nas fornalhas do esquecimento.

## Capítulo Décimo: UM MODELO POLÍTICO SOB MEDIDA

### A- À GUIZA DE INTRODUÇÃO

No capítulo segundo estabeleci contacto com alguns dos mais importantes fatos da história do país que temos, procurando entendê-los corretamente e procurando associá-los à visão atual que tenho de determinados problemas que nos cercam e nos ocupam neste fim de século e de milênio.

No capítulo terceiro estive estudando, ainda que de maneira bem sucinta, o povo que temos, ou que somos, isto é, o material humano disponível para a construção da nação que queremos. Enfatizei que esse material humano é, intimamente, de muito boa qualidade, mas que precisa corrigir determinadas imperfeições, imperfeições essas que o levam a permanecer inerte e indiferente à realidade social e política que o cerca. A essa correção, a esse complemento, chamei “banho de civilização”.

O capítulo quarto foi dedicado a algumas considerações sobre a economia que temos. Lá, depois de um apanhado histórico bem sumário, estive apontando as falhas dessa economia e tentando mostrar por que ela, apesar de poder ser classificada como adulta e tendo atingido a sua maioridade, não pode ainda ser considerada como madura. Salientei os pontos mais importantes que poderão lhe conferir essa maturidade, bem como aqueles que, uma vez observados e postos em prática, conferirão à economia do país que temos condições para se impor com “elegância” e eficiência no próximo século, no contexto da globalização.

Em seguida, no capítulo quinto, tive a oportunidade de, analisando a questão social, conceituar *Justiça Social*, enfatizar o princípio que orienta o conceito mostrado e posicionar os problemas sociais diante da economia e da Política. Analisei também alguns dos mais importantes temas sociais, fixando as idéias mestras que devem pontear cada um deles na nação que se sugere seja construída.

No capítulo sexto estabeleci uma diferenciação entre *Serviço Público* e *Administração Pública*, tentei mostrar as deficiências desta última e procurei dar uma idéia da maneira pela qual – pelo menos como uma orientação básica e filosófica – deva ser administrada uma nação, tal qual aquela com que sonhamos.

O capítulo sétimo foi dedicado às relações internacionais. Mostrei as dificuldades naturais que persistem nesse tipo de relacionamento, as limitações do Direito Internacional Público, bem como as das instituições supra-nacionais existentes, enfatizando os motivos dessas dificuldades e dessas limitações. Concluí o capítulo procurando mostrar que o Brasil reúne condições para se impor internacionalmente, não como mais uma nação líder, mas no sentido de eliminar os desníveis existentes entre os diversos Estados nacionais, única maneira de se chegar a uma comunidade de nações efetivamente solidária e que leve bem-estar e prosperidade a todos os povos.

Falei sobre Democracia, no capítulo oitavo, mostrando as dificuldades imensas que residem na sua conceituação e apresentei um conceito inteiramente meu. Dissequei tal conceito e procurei me fazer entender ao explicar cada uma das suas partes. Deixei clara a associação bem nítida que existe entre esse meu conceito de Democracia e a idéia básica, ou melhor dizendo, e a filosofia básica da nação que aqui se sugere construir.

Finalmente, no capítulo anterior, voltei ao material humano de que dispomos, sem dúvida o nosso maior patrimônio, aquele que é, ao mesmo tempo, “ingrediente” e “atributo” da nação que queremos construir, vale dizer, aquele que é, simultaneamente, sujeito e objeto dessa nova nação. Caracterizei o “banho de civilização” que precisa ser levado a efeito, procurei mostrar o por que das nossas deficiências, conceituei *civilidade* e, daí, *civilização* e terminei por fazer algumas previsões acerca do comportamento futuro desse nosso povo, ao ressurgir depois do “banho de civilização” ao qual deverá ser submetido ao longo das próximas décadas

Se conhecemos a nossa história e, dentro dela, os nossos principais defeitos e as nossas principais virtudes, se temos consciência da nossa fonte geradora de riquezas, a nossa economia, se estamos seguros de que o fim último é a Justiça Social, sabendo no que consiste e como pode ser conseguida, se temos uma idéia bem clara de como administrar uma nação, se visualizamos perfeitamente bem as implicações

internacionais das quais não temos como fugir, mas com as quais precisamos interagir de maneira objetiva e inteligente, se conceituei de maneira bem nítida, segundo me parece, o regime que deve presidir as nossas ações – o regime democrático -, através do conceito de *Democracia*, e se temos conhecimento bem claro e profundo do povo que somos e do povo que precisamos ser, resta-me agora a formulação de um modelo político, único meio, única força capaz de agir sobre esse conjunto, dando-lhe forma e substância para que se tenha, enfim, uma nação.

No exemplo do nosso bolo, como vimos bem lá no início, a associação mais estreita – embora nunca completa – que poderá ser estabelecida entre a nação e o bolo é que o modelo político equivale ao fermento. Sem este, não há bolo; sem aquele não há nação.

## **B- LIBERDADE e IGUALDADE**

Os três atributos mais significativos da nação que queremos são a Democracia, a liberdade e a igualdade. A partir desses, chegaremos a uma nação justa, fraterna, igualitária e distributiva.

No capítulo oitavo, acredito ter falado o suficiente sobre a Democracia. Vamos agora ver o que tenho a dizer sobre os dois outros atributos.

Quanto ao problema da liberdade, vou começar com um pensamento de E. Laboulaye: “É claro que todas as condições de liberdade mudaram; a própria palavra *liberdade* não possui, nos tempos modernos, o mesmo significado que tinha na antiguidade... É sempre útil estudar a antiguidade, mas é pueril e perigoso imitá-la”.

Por sua vez, Norberto Bobbio nos diz: “É bem fácil rejeitar o liberalismo se ele se identifica com uma teoria ou prática de liberdade entendida como o poder da burguesia, mas é muito difícil recusá-lo quando considerado como a teoria e a prática da limitação do poder do Estado... pois a liberdade, como o poder para fazer qualquer coisa, interessa àqueles bem afortunados por possuí-la, enquanto que a liberdade como a não-coerção interessa a todos os homens”.

Considerações mais do que respeitáveis sobre a questão da liberdade foram tecidas por Dom Fulton J. Sheen, que foi bispo auxiliar de Nova York. Inicialmente, eles nos fala de duas falsas liberdades: a liberdade de indiferença e a liberdade de necessidade.

A primeira é indiferente à verdade, à moralidade, à justiça e ao bem social. Seria definida como o direito de o indivíduo dizer, fazer ou pensar o que bem lhe aprouver. Coloca o indivíduo como autoridade suprema e considera a liberdade mais em termos de ordem física do que de ordem moral, ou mais como uma ausência de coação do que como um direito a escolher o bem.

A liberdade de necessidade não teria relação com a indiferença, mas com a necessidade. O próprio Engels teria definido: “Liberdade é necessidade”. Por exemplo, uma pedra é livre quando, obedecendo à lei da gravidade, cai ao solo logo que a soltamos. O homem é livre, de acordo com essa opinião, porque sabe que tem de agir e pode agir de acordo com determinadas leis ou normas. Quando um homem sabe o que tem de fazer e o faz, então é livre, de acordo com tal conceito.

É ele mesmo, Dom Fulton J. Sheen, quem escreve: “A liberdade é mais do que um fenômeno econômico, tal como a Democracia corrupta pretende; é mais do que um fenômeno político, tal como quer a ditadura tirânica; a liberdade é mais do que uma aristocracia da riqueza, tal como o capitalismo pretende; é mais do que uma aristocracia de privilégio, tal como quer o comunismo; a liberdade não significa separação do direito, das responsabilidades, tal como afirmou o liberalismo; nem significa a separação das responsabilidades, dos direitos, tal como assevera o comunismo. A liberdade não é livre pensamento, tal como julga o liberalismo, nem é o pensamento imposto, tal como supõem as ditaduras. A liberdade não é o direito de escolher entre Barrabás e o Cristo, tal como o espírito de tolerância proclama”.

Um dos nossos maiores erros é pensar simplesmente que *liberdade* significa o direito de falar, pensar ou fazer aquilo que o indivíduo quer. “Discursos do dia da Independência, campanhas políticas, arengas de capitalistas e de chefes trabalhistas, certos discursos de formatura, todos cantam loas a essa espécie de liberdade. Uma coisa há que lhes é comum a todos – todos falam como se a liberdade neste mundo fosse um fim e não um meio. Batem-se pela liberdade, mas nenhum deles nos diz por que quer ser livre. Insistem em ser livres de alguma coisa, mas esquecem que estar livre de alguma coisa implica em estar livre para alguma coisa. Estar livre de reumatismo só é compreensível porque quero estar livre para andar. Esqueça-se a finalidade da liberdade, e a liberdade tornar-se-á absurda. O mundo moderno vem de há muito falando em liberdade e, no entanto, esqueceu por que quer ser livre. Deu mais importância ao desejo que ao objeto desejado. Está errado, pois ninguém quer ser livre apenas para ser livre, mas ser livre para realizar um propósito ou atingir um objetivo... Desgraçadamente, é muito grande o número daqueles que em seus debates pela liberdade querem uma liberdade mais rica, mais ampla e mais abundante, sem que jamais resolvam o que com ela querem fazer”, escreveu Dom Fulton J. Sheen.

Chega ele à conclusão que *liberdade* não é o direito de fazer o que queremos, nem é o direito de fazer o que os outros acham que devemos. Ao contrário, liberdade é o direito de fazer o que devemos. “Essa pequenina palavra – *dever* – significa que o homem é livre. O fogo é necessariamente quente, o gelo é necessariamente frio, mas o homem *deve* ser bom. Dever implica moralidade, isto é, um poder moral distinto do poder físico. A liberdade não é o poder de fazer qualquer coisa que se queira, tão freqüentemente enunciado pelo moço moderno nestas palavras: posso fazer isso se quiser, não posso? Quem impedirá? Certamente você pode fazer qualquer coisa que lhe agrade ou queira. Pode roubar o seu vizinho, pode bater na sua mulher, pode encher colchões com giletes usadas e também pode matar a tiros de metralhadora as galinhas do vizinho, mas você não *deve* fazer nada disso porque *dever* implica moralidade, direitos e obrigações. A liberdade é, pois, mais um poder moral do que um poder físico, um *dever* e não um *poder*. Além do mais, *dever* está intrinsecamente relacionado com uma finalidade”, como nos ensina o ex-bispo auxiliar de Nova York.

Mas a liberdade nunca pode estar sozinha. Liberdade implica em responsabilidade. Eu sou livre para votar num determinado candidato, mas preciso ser responsável, como os outros que votaram nele, pela sua eleição, isto é, pelo fato de que ele foi eleito.

H. D. Lasswell escreveu: “Governo é sempre governo de poucos. Mas esse fato não coloca o problema do grau de Democracia. Confundir a porcentagem de líderes... com a prova democrática é cometer um engano elementar, já que uma sociedade pode ser democrática e exprimir-se por meio de uma pequena liderança. A chave do problema gira sobre a responsabilidade”. Aqui, evidentemente, o autor fala da responsabilidade do eleito, embora também se possa pensar na responsabilidade daqueles que o elegeram.

Pode-se permitir a liberdade a um jovem para dirigir o seu automóvel. Mas essa liberdade não pode se dissociar da sua responsabilidade pelas eventuais conseqüências desastrosas advindas do ato de dirigir.

Independentemente de idade, cada indivíduo precisa ser responsável pelos seus atos e responder sempre por eles. Em famílias bem formadas, isso se aprende, e se pratica, desde criança. Aliás, essa história de relacionar responsabilidade com idade cronológica é uma das tantas bobagens que a tradição criou e que a legislação consagrou. Sabe-se que existem pessoas altamente responsáveis desde o berço, enquanto existem outras que permanecem irresponsáveis até a morte. Embora o limite estatístico entre umas e outras esteja em torno dos 18 ou dos 21 anos (varia de acordo com o caso), é preciso considerar as exceções. Nos dias atuais, essas exceções parecem ser bem mais numerosas do que no passado, especialmente na cauda inferior da curva, onde se situam aqueles que são bem mais responsáveis do que se poderia esperar, embora menores de 18 anos.

O que seria *igualdade*, se todos somos desiguais, diferentes?

Dizia Rousseau que “é precisamente porque a força das circunstâncias tende sempre a destruir a igualdade é que a força da legislação deve sempre tender a sustentá-la”.

Não tenhamos ilusões. Mesmo na nação que queremos, jamais seremos uma sociedade justa, fraterna, igualitária e distributiva por simples decreto. Seria algo insustentável, passageiro e paternalista. Não é esse o caminho aqui indicado.

Não tenhamos ilusões, também, quanto às possibilidades de se conseguir igualdade a curto prazo.

O melhor caminho rumo a uma sociedade justa, fraterna, igualitária e distributiva é o conceito de igualdade no sentido de oportunidade para todos.

Na nação que queremos, certamente se conseguirá sobrepor a idéia de igualdade às desigualdades individuais. As pessoas são diferentes quanto às condições físicas, quanto à inteligência, quanto ao talento, quanto à iniciativa, quanto ao esforço. Tais diferenças colocarão os indivíduos em posições diferentes, em classes diferentes. Isso é perfeitamente humano e natural. Porém, sob o ponto de vista intrinsecamente humano, são pessoas com a mesma natureza, com a mesma vocação e com os mesmos direitos. Sob esse prisma, são todas iguais.

Respeitando as diferenças individuais, estaremos, na nação que queremos construir, em defesa da igualdade, como idéia mestra, como ponto de partida. Assim sendo, deve haver igualdade na aplicação da justiça, na preservação dos direitos, na manutenção da dignidade da pessoa humana, dignidade essa traduzida em termos de moradia, transportes, educação, saúde, previdência, segurança, etc.

Essa concepção política, tendo em vista a igualdade dos desiguais, considera que todos os indivíduos devam ter as mesmas oportunidades. Nenhum homem pode, nem deve, ser condenado a viver de maneira atrofiada por força de circunstâncias externas adversas, tais como a ignorância, a miséria ou a doença.



(A questão da igualdade é bem sugestiva para que você procure se lembrar do que foi dito quando, no capítulo anterior, falei sobre o “banho de civilização” e considere a maneira pela qual devem ser disseminados os conhecimentos, a partir da escola, mas fazendo-se uso também de outros meios).

## C- POLÍTICA

Início transcrevendo um pensamento que é atribuído a Bluntschli: “A Política deve ser realista; a Política deve ser idealista. Dois princípios que devem ser verdadeiros quando se completam, falsos quando separados”.

Julgo oportuno e necessário repetir aqui o conceito de Política visto no capítulo primeiro: Política é a ciência, a arte e a virtude que levam à realização do bem comum.

Política é, sem dúvida, uma ciência na medida em que, experimental ou não, ela se constitui de uma soma de conhecimentos, de normas, princípios e técnicas que podem ser transmitidos para outros indivíduos, e a outras gerações, podendo, cada novo indivíduo ou cada nova geração – ou ainda, cada nova época – acrescentar-lhe novos conhecimentos, novas técnicas, enfim, novas contribuições. Como ciência, para cada indivíduo ela se apresenta como algo preexistente, como algo já experimentado e vivido e que pode ser ensino e transmitido.

Mas é também uma arte, na medida em que qualquer indivíduo pode abrir mão das informações ou técnicas preexistentes e criar, ele próprio, a sua maneira peculiar de exercê-la.

Pode-se ensinar Pintura. Pode-se sistematizar toda a sua história e todas as suas técnicas e tendências. Pode-se falar sobre todas as suas escolas. Mas é impossível fazer pintar a quem não tenha nascido pintor. Este pode dispensar qualquer conhecimento preexistente porque cria, partindo do nada. Por isso a Pintura é uma arte. Nesse sentido, a Política também o é.

Mas ser uma ciência, ser uma arte e ser uma virtude não basta. É preciso que tenha uma finalidade. A finalidade da Política é buscar e realizar o bem comum. É verdade que ela prevê o entendimento, a persuasão, enfim, a negociação, mas tudo isso não passa de meios, de técnicas ou de artifícios que são usados para que a finalidade última seja atingida: o bem comum. Se isso não ocorrer, então não teremos exercido a Política, mas outra coisa qualquer.

Tem ficado evidente que, nessa negociação, sempre houve, historicamente, uma visível e indisfarçável supremacia da classe dominante, conforme salientei no capítulo segundo. Isso é uma verdade histórica, mas que não pode e não deve se consagrar “ad eternum”. Ao mais forte, sempre foi mas fácil “argumentar”. Aliás, vimos isso também no capítulo sétimo. Eis por que insisti bastante, no capítulo nono, para que o brasileiro se submeta ao nosso “banho de civilização”, único meio de “acordar” para a realidade social e política que o cerca e com ela interagir. Interagir significa, politicamente, participar do jogo democrático, defender posições e interesses, impedir a supremacia pura e simples de quem quer que seja e participar, isto sim, sempre e sempre, das decisões e das ações voltadas para o bem comum, para o bem de todos. É natural que se os bons ou os mais fracos recuarem, ou se se omitirem, os maus e os mais fortes avançarão e dominarão sempre, como a História comprova. O domínio de alguns deve-se, portanto, menos a eles, menos a falhas do regime ou da Política do que à omissão da maioria.

No capítulo quinto, falei de um “milagre”, o qual consistiria na transformação das atividades econômicas em resultados práticos, sociais. Fica claro, pelo que acabei de dizer, que não se trata, logicamente, de milagres, mas sim de uma busca e de uma conquista, resultantes não da omissão, mas da participação, não da inércia, mas da interação política, não da indiferença – esperando-se que tudo caia do céu – mas do interesse, cujos resultados, como jamais me cansarei de repetir e enfatizar, ficarão sempre na dependência da inteligência, do talento, da iniciativa e do esforço de cada um. Isso, Marx não enxergou. Como não enxergou Engels, como não enxergou Lênin e como não enxergaram tantos outros.

Essencialmente, portanto, a Política busca a realização do bem comum. É essa a noção de Política que será disseminada e praticada na nação que queremos.

Considerando o regime democrático, não se pode aceitar que uma sociedade seja simplesmente dividida em governantes, de um lado, e governados, do outro. Governantes e governados não constituem castas que devam se digladiar constantemente. Pelo contrário, constituem uma só comunidade, constituem um só povo e, como tal, precisam estar sempre unidos na busca dos mesmos ideais. Em consequência, torna-se imprescindível uma forte coesão entre os seus membros, sem a qual jamais se conseguirá o grande objetivo de qualquer sociedade: o bem comum. O papel do governo, qualquer que seja ele, é a condução da sociedade, rumo ao bem comum.

Mas isso só será conseguido se a sociedade estiver organizada de maneira consciente, se cada um, dentro da sociedade, conhecer claramente os seus direitos e se cumprir religiosamente os seus deveres.

Nós, seres humanos, dispomos de algumas leis, imutáveis, eternas, que nos foram impostas ou pela nossa própria natureza ou por nossas conveniências. Entre elas, temos necessariamente que viver em sociedade. Daí resultam objetivos comuns, isto é, de todos, e necessidades também de todos.

O homem dispõe de uma única forma, (estou pensando nos regimes democráticos) para atingir esses objetivos comuns: organizar-se politicamente. O partido político é a estrutura legalmente constituída para esse fim.

Não há outra saída. Não há milagres a serem esperados.

Quando falei sobre a questão da liberdade, o fiz em termos globais, isto é, tratei da liberdade em si mesma, aplicada ao indivíduo. Mas, com mais rigor de análise, poder-se-ia falar de liberdade psicológica, intelectual, moral, social, econômica, legal ou política. Aliás, no item anterior fiz rápidas considerações sobre a liberdade política.

Quanto a esse tipo de liberdade, a liberdade política, e fazendo uma associação com o pensamento de Dom Fulton J. Sheen, o que se observa é que, na prática, a liberdade política é uma liberdade *de* e não uma liberdade *para*. Significa que quanto mais se pleiteia liberdade política está implícita a idéia de ausência de qualquer oposição. Na prática atual, mas não apenas de hoje, quando se deseja liberdade política é porque não se espera oposição. Essa é a liberdade política comumente pleiteada e encontrada.

Na nação que queremos construir, a liberdade política será sempre uma liberdade *para*, isto é, uma liberdade política para uma determinada finalidade, boa, evidentemente, ficando implícita a noção de *dever* e não de *poder*. Em outras palavras, a liberdade política precisa estar associada a uma conotação moral.

O mesmo ocorre com a questão da igualdade. Pode-se falar em igualdade no sentido político, no sentido econômico, no sentido social e mesmo no sentido espiritual.

A igualdade de que tratei antes era basicamente social, de vez que se considerava a igualdade dos desiguais, desiguais do ponto de vista social.

A idéia da igualdade política nasceu com a Revolução Francesa, mas não simplesmente como uma das palavras componentes do seu lema, uma vez que, com ela, foram destruídas todas as classes, hierarquias e aristocracias então existentes, dado que, naquela época, as desigualdades eram eminentemente políticas, muito mais do que econômicas, embora com sérios reflexos sociais.

Mas a História demonstra que igualdade política, por si só, não implica em igualdade econômica; muito pelo contrário, pode levar a uma desigualdade econômica, como ocorreu depois da Revolução Francesa, quando, estabelecida a igualdade política, as desigualdades entre o amo e os camponeses se transformaram nas desigualdades entre o capital e o trabalho, como lembra Dom Fulton J. Sheen, tema esse vastamente discutido há pelo menos 200 anos.

Daí resulta que a igualdade política não pode ser concebida simplesmente em termos de direitos políticos, mas, além deles, em termos de oportunidade. Todos os indivíduos devem ter as mesmas oportunidades, tanto políticas como econômicas. Dado que os indivíduos são genuinamente diferentes quanto à inteligência, quanto ao talento, quanto à iniciativa e quanto ao esforço, é de se esperar que as suas conquistas sociais sejam também diferentes e proporcionais aos “dotes” íntimos de cada um. Daí, o conceito de Justiça Social que expus no capítulo quinto.

As desigualdades econômicas, portanto, derivam naturalmente das igualdades políticas (se existirem desigualdades políticas, tanto pior), mas não por obra destas, mas pela interferência das desigualdades individuais, que, por sua vez, levam às desigualdades sociais. Segue-se que a igualdade pretendida e sonhada pelos marxistas era simplesmente absurda.

Contudo, eu gostaria de enfatizar que o caminho preconizado aqui é simples e perfeito: a atividade política, longe de ser privilégio de alguns, precisa ser responsabilidade de todos. É claro que existem vários patamares nessa atividade. Cada um ocupará o seu lugar, de acordo com a sua particular aptidão e de acordo com o seu particular interesse.

## **D- O MODELO POLÍTICO**

### **A pirâmide institucional**

Depois de tudo o que foi dito até aqui, de maneira explícita ou implícita, o nosso modelo político só poderia se iniciar, evidentemente, com a adoção do regime democrático, não só porque já o temos, ainda que apenas no Artigo 1º da nossa Constituição e não de maneira clara nas mentes e nas consciências de quase todos aqueles que nesta nossa terra vivem, mas também porque as nossas deficiências de forma alguma podem ser atribuídas ao regime. Em momento algum fiz qualquer restrição ao regime democrático; muito pelo contrário, eu o tenho defendido tão clara e veementemente quanto me tem sido possível,

inclusive ao longo deste meu trabalho. Aponte, isto sim, dificuldades quanto ao seu entendimento e ao seu uso, bem como quanto à conceituação de Democracia. Uma vez superadas essas dificuldades, no capítulo oitavo, e consciente de que o regime democrático, como se sabe e como se apregoa, inclusive por mim, é o mais propício ao desenvolvimento da capacidade criativa do gênero humano e o mais propício ao estabelecimento de uma sociedade justa, igualitária, fraterna e distributiva, não tenho como e nem por que deixar de elegê-lo como o meu preferido.

Se falei em eleger o regime democrático como o meu preferido, e se falei em predileção, isso implica na existência de outros regimes políticos que com o democrático poderiam e podem concorrer. Não tenho, contudo, nenhuma dificuldade e nenhum tipo de receio ou constrangimento em afirmar que se trata tão somente de uma escolha – escolha inicial, mas que espero possa ser definitiva – dado que o regime não passa de um meio, jamais pode ser um fim. Significa que, em determinadas circunstâncias e sob o imperativo de determinados fins, o regime democrático poderá até adquirir conotações mais “enérgicas”, podendo mesmo chegar a ser preterido, de preferência temporariamente, sempre que a Democracia se mostrar ineficiente ou ineficaz. Se me permitir, eu gostaria de citar Maquiavel: “A ditadura sempre foi benéfica a Roma e nunca ofensiva; e somente a autoridade usurpada, e não a livremente consentida pelos cidadãos, é perigosa para a liberdade”.

Contudo, acredito piamente que o “banho de civilização”, uma vez conseguido em toda a sua plenitude, será o maior baluarte e a maior garantia de que as instituições democráticas, sempre em primeiríssimo lugar na ordem das minhas preferências, se perpetuem de maneira imperativa e absoluta.

Se retrocedermos até Aristóteles, alguns séculos antes de Cristo, veremos que aquele filósofo grego falava em *formas de governo*, classificando-as em: Realiza, Aristocracia e Democracia, segundo o número de governantes, um, alguns ou todos, respectivamente. De acordo com alguns estudiosos, Democracia e República seriam palavras sinônimas.

Segundo Maquiavel, a mais primitiva *forma de governo* foi a Anarquia, que gerou a Monarquia, que degenerou para a Tirania. Esta levou à Aristocracia que, por sua vez, gerou a Oligarquia. Como decorrência desta, e contra ela, surgiu a Democracia.

Segundo aponta o prof. Dalmo de Abreu Dallari, já na época de Maquiavel (1469-1527) os governos aristocráticos não eram mais admitidos, pontificando depois a Monarquia e a República como as duas formas de governo compatíveis com o Estado Democrático.

Para Montesquieu (1689-1755), existem três espécies de governo: o republicano, o monárquico e o despótico. “O governo republicano é aquele em que o povo, como um todo, ou somente uma parcela do povo, possui o poder soberano; a Monarquia é aquele em que um só governa, mas de acordo com leis fixas e estabelecidas, enquanto, no governo despótico, uma só pessoa, sem obedecer a leis e regras, realiza tudo por sua vontade e seus caprichos”.

Mas podemos nos esquecer de Montesquieu, do Despotismo e mesmo da Monarquia, em qualquer uma de suas formas, a absoluta e a constitucional. A minha opção será pela República, a forma de governo mais condizente com o regime democrático, uma vez que possibilita, de maneira real e efetiva, a participação do povo no governo. Na República, o povo governa de maneira indireta, como já vimos, mas nada impede o acesso de qualquer um para participar do governo de maneira direta.

Fala-se em República desde a antiguidade. Porém, a República de Platão, uma criação realmente fantasiosa, nada tem a ver com a República tal qual a entendemos hoje, que remonta a Maquiavel.

Há pelo menos mais duas razões que influenciaram a minha preferência pela forma republicana. A primeira é que há inúmeras opiniões contrárias à Monarquia, inclusive a minha, basicamente à Monarquia absolutista, nem tanto à Monarquia constitucional. Uma dessas opiniões é de T. Jefferson, que disse: “Eu era inimigo ferrenho de monarquias antes de minha vinda à Europa. Sou dez mil vezes mais desde que vi o que elas são. Não há, dificilmente, um mal que se conheça nestes países, cuja origem não possa ser atribuída a seus reis, nem um bem que não derive das pequenas fibras do republicanismo existente entre elas. Posso acrescentar, com segurança, que não há, na Europa, cabeça coroada cujo talento ou cujos méritos lhe dessem direito a ser eleito pelo menos conselheiro de qualquer paróquia da América”. A outra razão é que, pelo contrário, não existem registros, nem fatos e nem opiniões que eu conheça que demonstrem ser a República, em si mesma, a causa dos males que invariavelmente afligem os diversos Estados nacionais.

Tenho, portanto, três razões bem robustas para incluir a República no meu modelo político. Além do mais, considerando a proposta que estou apresentando para que se construa uma nova nação, não haveria tempo para outras experiências.

Por outro lado, a República apresenta três características bastante apreciáveis: os governos republicanos são temporários, isto é, têm mandatos com duração preestabelecida; é eletiva, isto é, os governos são eleitos pelo povo; é responsável (ao contrário da Monarquia), isto é, os governantes, mais

cedo ou mais tarde, de uma forma ou de outra, precisam prestar contas de seus atos, tantos políticos como administrativos.

Falei antes do *regime de governo*, o democrático, e também falei da *forma de governo*, a republicana. Resta-me o degrau intermediário dessa hierarquia: o *sistema de governo*.

Existem basicamente dois sistemas de governo, como todos sabemos. O Parlamentarismo e o Presidencialismo.

O Parlamentarismo, que remonta ao século XIII, é tido como um sistema que nasceu sem muitas pretensões e se desenvolveu vagarosamente a partir da Inglaterra, considerada o seu berço porque foi o local da implantação do primeiro parlamento, que, embora tenha dado os primeiros sinais de vida em 1265, se oficializou em 1295, com o rei Eduardo I.

A história do Parlamentarismo, embora interessante e sugestiva, foge aos meus objetivos. É importante, contudo, observar o surgimento – pode-se dizer, por acaso – da figura do Primeiro Ministro, que se constitui no Chefe de Governo, ficando a chefia do Estado com o monarca, no caso da Monarquia, ou com o presidente, no caso da República.

O exercício natural do Parlamentarismo levou à criação do *impedimento* (impeachment) e, mais tarde, fez surgir a noção, ou o sentimento, de “responsabilidade política”, como contrapartida do “voto de confiança”, recursos típicos do Parlamentarismo.

Uma outra característica do Parlamentarismo a ser lembrada é a possibilidade de dissolução do Parlamento, evidentemente sob condições que podem variar de um Estado nacional para outro.

O Presidencialismo também não surgiu como uma concepção teórica. Foi uma criação norte-americana, com a sua independência, em 1776.

No Presidencialismo, é bom lembrar, o presidente da República é, ao mesmo tempo, o Chefe de Estado e o Chefe de Governo. A chefia do Poder Executivo é responsabilidade exclusiva do presidente, que se apóia, em geral, num conjunto de auxiliares diretos, os ministros.

Tanto o Parlamentarismo quanto o Presidencialismo apresentam vantagens e desvantagens. Uma das grandes vantagens do Presidencialismo é a rapidez com que as decisões podem ser tomadas. Outra vantagem é a unidade de comando e uma terceira é o interesse por parte do presidente – único responsável pela política adotada – quanto à eficiência geral do Estado, que deve desenvolver todas as suas potencialidades. A maior desvantagem do Presidencialismo é que, escolhido mal o presidente, ou adotada por ele uma política equivocada, ou uma conduta repreensível, ele terá que ser “suportado” até o fim do mandato, a menos que incorra em algum tipo de crime, por exemplo, um crime de responsabilidade, fato que poderá alijá-lo do Poder, como já ocorreu recentemente entre nós.

Entendo que, em termos teóricos, e mesmo em termos práticos, quando se consideram os Estados que o tem usado, o Parlamentarismo representa não apenas maior eficiência e maior desenvoltura política, como também representa o regime democrático de uma maneira bem mais completa, bem mais encorpada. Ao mesmo tempo, faz repousarem as decisões e as ações políticas e administrativas sobre apreciável número de indivíduos, o que é bom. Afinal, um grande número de cabeças em geral pensa melhor do que uma só, isoladamente. Costuma-se dizer que a quantidade nos ajuda a chegar à qualidade.

Parece-me, portanto, não haver dúvida de que o Parlamentarismo é um sistema sensivelmente mais democrático do que o Presidencialismo. Ocorre que o Parlamentarismo pressupõe, e também supõe, a existência de um determinado “estoque” de cidadãos para os quais o teor moral, o nível ético e o volume de conhecimentos – não necessariamente técnicos, mas notadamente políticos – tudo isso associado a uma visão pública irrepreensível, possam significar aptidão para as responsabilidades inerentes ao ato de governar. Esse “estoque” nós não temos, como nunca tivemos e como jamais teremos, a não ser que sejamos todos submetidos ao nosso já conhecido “banho de civilização”.

É oportuno lembrar, ou observar, que talvez esse “estoque” na verdade exista. Porém, seria constituído por cidadãos que não costumam se apresentar, se oferecer e efetivamente se dedicar às mais elevadas responsabilidades do bem governar. Portanto, na prática, tudo se passa como se não existisse.

Por essa razão, lamentavelmente, sou forçado a deixar de lado o sistema parlamentarista, voltando a ele, quem sabe, somente no futuro, depois que o nosso desejado “banho de civilização” tenha produzido brasileiros dentro de uma estirpe adequada para as funções de liderança, de governo, vale dizer, de condução da sociedade brasileira rumo aos seus mais autênticos e legítimos objetivos, como, aliás, creio que tenham ficado explícitos, e mesmo implícitos, nos capítulos precedentes.

Resta-me, portanto, a escolha do Presidencialismo, bem como a sua inclusão no meu modelo. Mas isso não elimina a necessidade de uma justificativa.

Em primeiro lugar, não nos seria difícil mantê-lo, de vez que, habituados a ele, faz parte da nossa cultura, inclusive da nossa cultura política, e faz repousarem as nossas esperanças e a nossa confiança sobre

os ombros e sobre a cabeça de um só, dada a exigüidade de homens públicos, via de regra um líder, ainda que populista, mas que “galvaniza as simpatias da maioria”.

A segunda razão, para enfatizar o que eu disse antes, está associada à ausência de cabedal político para sustentar o sistema parlamentarista.

A terceira razão, sem dúvida a mais forte, é que o momento histórico pelo qual passamos exige Poder Executivo ágil, rápido, eficiente, determinado e com força e liberdade suficientes para, em primeiro lugar, extirpar do país, em todos os seus níveis, essa hedionda classe de dirigentes incapazes e corruptos, e, em segundo lugar, mas ao mesmo tempo, preparar o brasileiro de amanhã, via “banho de civilização” aqui pleiteado, a fim de assumir as “rédeas” da nossa nova nação. Para quem não entendeu, serei ainda mais claro. Politicamente, o momento histórico que atravessamos exige a tomada de um, entre apenas dois caminhos. O primeiro é um regime de exceção, que, aliás, não descartei nas considerações feitas anteriormente, dentro mesmo deste capítulo. Não estou me contradizendo, portanto, mesmo porque o modelo democrático se destina à nação que se pretende seja construída e não necessariamente para um período inicial, de transição. O segundo caminho, perfeitamente possível e altamente desejável, ao menos por mim, mesmo porque apresenta inúmeras vantagens quando comparado com a primeira alternativa, a do regime de exceção, seria a manutenção, mais ou menos pró-forma, do Congresso, com um Poder Executivo altamente qualificado, capaz, com esmagadora maioria no Congresso, bem como com indiscutível e maciço apoio popular. Seria quase um ditador, mas um “ditador do povo”, eleito e consentido por ele. Como disse Maquiavel, veja-se a citação que fiz antes, somente a autoridade usurpada é perigosa para a liberdade.

Eu gostaria agora de fazer uma observação não necessariamente sobre a figura geométrica que tenho em mente quando falo dessa pirâmide institucional, mas sim sobre o conteúdo dos três patamares em que a dividi. Coloquei a Democracia no topo, mas poderia tê-la colocado na base, como poderá fazer você ou qualquer outro. É apenas uma questão do critério que venha a ser adotado e da particular maneira pela qual se enxerga a relação de dependência que existe entre as diversas formas de governo e os sistemas de governo, bem como entre eles e o regime de governo

### **O Poder Judiciário**

É um poder eminentemente técnico. Acentuadamente, muito mais técnico do que político.

Por tal razão, nenhuma consideração especial será feita aqui ao Poder Judiciário, mesmo porque, sendo um poder quase que exclusivamente técnico, deve estar alheio a toda e qualquer injunção política, inclusive quanto à sua estrutura, mas principalmente quanto ao seu funcionamento e quanto ao preenchimento de qualquer um dos seus cargos. Por outro lado, considero suficientes as observações já feitas na Primeira Parte, através dos artigos sobre a Justiça e sobre a Administração Pública, e também ao longo do capítulo sexto. Observe-se ainda que, quanto aos aspectos mais técnicos e mais profundos do ponto de vista jurídico, reconheço serem assuntos que podem e devem ser tratados bem mais apropriadamente por juristas. Confio neles.

### **O Poder Executivo**

No que se refere ao Poder Executivo, além de tudo o que já foi descrito, ou subentendido, até aqui, acrescento apenas a idéia de que, na nação que queremos, a sua estrutura político-administrativa precisa ser menos complexa e menos sujeita à vontade – muitas vezes, aos caprichos – do presidente que estiver no Poder. Não lhe deverá ser tirada a autonomia de exercer esse Poder de maneira pessoal e responsável, nomeando os seus auxiliares, nos diversos níveis, ou escalões, sem qualquer tipo de interferência, como já comentei antes. Porém, a estrutura precisa ser mais duradoura, eu não diria secular, mesmo porque freqüentes alterações significam mais custos e ineficiência. Aliás, quando projetaram e construíram Brasília, a impressão que se poderia ter é que tivessem me consultado, uma vez que os edifícios destinados aos ministérios não previam freqüentes alterações na estrutura do Poder Executivo. Lá estão eles ainda hoje, tais quais foram construídos, e na mesma quantidade.

A estrutura ministerial, por exemplo, poderia ser a seguinte: Casa Civil; Casa Militar; Ministério da Defesa; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Economia; Ministério da Indústria, Comércio e Serviços; Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério dos Transportes; Ministério da Saúde; Ministério da Educação, Esportes e Cultura; Ministério das Minas e Energia; Ministério das Comunicações; Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Qualquer coisa além disso, como tem acontecido ultimamente, só serve para “engordar” a administração e atender a “imperativos” de ordem político-partidária.

Nada impede que qualquer instituição, autarquia ou organização pública, como, por exemplos, a SUDENE e a SUDAM, bem como assuntos mais específicos e complexos, como, por exemplos, a reforma agrária e a questão indígena, ou mesmo a questão da Amazônia, tenha dupla linha hierárquica: uma delas, administrativa, que a leva ao ministério com o qual seja mais afim e ao qual esteja, portanto, subordinada, e a outra linha hierárquica, obviamente também vertical, mas operacional, que pode levá-la a qualquer outro ministério, dependendo da natureza da questão a ser considerada.

É bom lembrar que a estrutura mais antiga e mais eficiente que a humanidade já conheceu, a da Igreja Católica Apostólica Romana, apresenta duas linhas hierárquicas. Uma delas, nem seria necessário lembrar que é vertical, liga o pároco (ou vigário) ao papa, através dos bispos, e a outra, que talvez se possa considerar como horizontal, liga esse mesmo pároco (ou vigário) ao superior mais imediato da sua ordem religiosa. É verdade que, em alguns casos, essa segunda linha não existe.

Essa dupla linha hierárquica é sempre inevitável. Tivéssemos, por exemplo, um Ministério do Interior, no meu modelo, ao qual estivesse subordinada a SUDENE, os assuntos relacionados, por exemplo, com energia elétrica, teriam forçosamente que esbarrar no Ministério das Minas e Energia. Caso contrário, a questão energética estaria partida. Se fosse na área da SUDENE, por exemplo, estaria afeta ao Ministério do Interior; se fora dela, ao Ministério das Minas e Energia.

Na nação que queremos, o mandato do presidente da República será de quatro anos, podendo ser eleito mais uma ou duas vezes, de maneira consecutiva ou não. O mesmo acontecerá nos outros dois níveis do Poder Executivo. Em qualquer hipótese, ninguém poderá ocupar um cargo executivo, eleito pelo povo, por mais de 12 anos, qualquer que seja a forma pela qual estejam distribuídos esses 12 anos.

## O Poder Legislativo

A divisão do Poder Legislativo em duas casas é algo técnica e politicamente correto. Porém, operacionalmente, isto é, quanto às atribuições de cada uma delas, ou de ambas em conjunto, isso merece sérios reparos.

Na nação que queremos, basicamente, o Senado funcionará como uma casa legislativa de “segunda instância”. Nenhum projeto, sobre qualquer matéria, partirá dele, mas passará necessariamente por ele. Mas isso não impede que assuntos bem específicos, que não exigem que sejam, necessariamente, definidos por leis, sejam apreciados tão somente no Senado.

O regimento interno de cada casa, bem como a sua própria estrutura, serão simples e racionais, mesmo porque somente a simplicidade e a racionalidade garantem eficiência. Afinal, um bom projeto não pode esbarrar numa péssima estrutura ou numa detestável burocracia interna (o regimento), como temos historicamente verificado.

Estabelecidas as regras mínimas de convivência e de funcionalidade, a idéia básica é que a Câmara dos Deputados, uma vez apreciado e aprovado um projeto, o remeta para o Senado (não preciso chamá-lo de Federal porque não existe outro). Ali haverá apenas duas possibilidades. Ou o Senado o aprova sem alterar uma vírgula sequer e o remete para a sanção do presidente, ou o rejeita, devolvendo-o para a Câmara dos Deputados, onde poderá ser arquivado ou modificado, sendo então submetido a uma nova tramitação.

Considero satisfatório o número de três senadores para cada estado e para o Distrito Federal, desde que o número de estados não ultrapasse o atual, 26, uma vez que seria um exagero mais do que 81 senadores. Aliás, a criação de novos estados deverá ser bastante refreada. Ao contrário de aumentar, imagino que seria útil, salutar e econômico, sem alterar os resultados finais, se acontecessem fusões entre determinados estados.

O mandato dos senadores será de seis anos. É claro que deverá haver um período de transição para ajustar a passagem dos atuais mandatos de oito anos para seis.

Atualmente, na Câmara dos Deputados, temos gente demais. Neste país, sempre que é fixado um máximo, invariavelmente atinge-se esse máximo. Como a Lei Complementar nº 78, de 30/12/93, autoriza a eleição de até 513 deputados federais, esse é o número que temos. Tivéssemos apenas meia dúzia deles, nada mudaria muito, uma vez que a Constituição e a Lei Complementar nº 78 estariam sendo obedecidas, a Democracia não seria arranhada e nós, brasileiros, provavelmente não teríamos tantas razões para os criticar e os amaldiçoar.

Ironias à parte, julgo que o número de deputados, ao mesmo tempo máximo e mínimo, não deva ir muito além de quatro vezes o número de senadores. Mas a lei não pode se fixar somente nesse critério, de vez que, embora eu tenha dito que o número de estados não deva ser superior a 26, com apenas três senadores representando cada um deles, certamente os nossos “mui ilustres” legisladores iriam criar um estado para cada quilômetro quadrado deste país, aumentando assim o número total de senadores e

também, em decorrência, a quantidade de deputados federais. Ou então, aumentariam a quantidade de senadores por estado. Por isso, um segundo critério precisa ser considerado: um deputado federal para cada grupo de 350.000 eleitores. O número mínimo de deputados federais para cada estado seria de quatro. Quatro também seria o número de deputados federais para cada Território e para o Distrito Federal. Considerando a sugerida redução do número total de deputados federais, da ordem de 30%, e considerando a conveniência de nos aproximarmos mais da proporcionalidade estabelecida no Parágrafo 1º do Artigo 45 da nossa Constituição, o número máximo de deputados federais por estado seria de 48, calculando-se a participação dos demais estados a partir da participação do estado mais populoso.

O número de deputados estaduais, em cada estado, será igual à sua bancada federal, não podendo, contudo, ser inferior a 12.

Em cada município, o número de vereadores será calculado pela proporção entre o número de eleitores do município e o do respectivo estado, sendo, no máximo, igual a 2/3 do número de deputados estaduais e o mínimo igual a sete, excluídas as capitais dos estados, para as quais a esse máximo serão acrescidos dez vereadores.

O mandato dos deputados federais, dos deputados estaduais e dos vereadores será de quatro anos, podendo ser eleitos até três vezes, de maneira consecutiva ou não. Na nação que queremos, ninguém poderá ocupar o Poder Legislativo, considerados os seus três níveis, eleito pelo povo, por mais de 12 anos. Os senadores, portanto, só poderão ser eleitos duas vezes.

## O sistema eleitoral

Deve ser mantida e consagrada a eleição direta para os cargos executivos e para os senadores.

Sobre os distritos eleitorais, isto é, sobre as eleições distritais, eu diria que não serão bem-vindas na nação que queremos. Seriam um convite bastante sério para os regionalismos, além das dificuldades naturais que, por si sós, apresentam. A rigor, um deputado federal deveria ser eleito independentemente do estado no qual estivesse domiciliado, uma vez que, sendo federal, irá ocupar-se das questões federais, com isenção completa a qualquer tipo de regionalismo. Se assim não for, não estará apto para o cargo. O nosso “banho de civilização” muito provavelmente lhe dará tais aptidões. Se não der, certamente não será eleito.

Raciocínio idêntico será válido para os deputados estaduais e para os vereadores.

A eleição proporcional, embora complicada e aparentemente injusta, deverá ser mantida, uma vez que coloca ênfase no partido político e não no indivíduo. Precisa ser revista, no entanto, não quanto à sua concepção nem quanto à sua filosofia, mas quanto à sistemática usada para se apurar os candidatos eleitos. Considero altamente injusto o critério adotado para o tratamento das “sobras”. Na nação que queremos, todos os partidos serão contemplados quando se considerarem as “sobras”, na ordem decrescente das mesmas, ainda que não tenham atingido o quociente eleitoral.

Quanto à votação nos partidos e não individualmente nos candidatos, para as eleições proporcionais, para as quais os partidos apresentariam listas de candidatos, na ordem decrescente quanto à preferência desses partidos, idéia que vem sendo apregoada há algum tempo, considero-a absurda por descaracterizar completamente o princípio segundo o qual os eleitos são os representantes do povo e, como tais, precisam ser eleitos um a um, escolhidos individualmente, sem qualquer ingerência, nem mesmo pelos seus partidos.

Numa eleição, entendo que alguns preceitos precisam necessariamente ser considerados. Entre eles, a vontade do eleitor deve prevalecer de forma completa e absoluta. O respeito a essa vontade será expresso de duas maneiras:

- o candidato eleito será inelegível para qualquer cargo público até um dia antes da data em que se realizar nova eleição para o cargo que ocupa.

- o candidato eleito será impedido de ocupar qualquer outro cargo público até o fim do mandato para o qual foi eleito, ainda que a ele tenha renunciado.

Aliás, a renúncia também é um desrespeito ao eleitor.

Se alguém foi eleito, por exemplo, deputado federal, esse alguém não poderá ser nomeado, por exemplo, ministro. Seria um desrespeito à vontade do eleitor, que o fez deputado e não ministro.

Por outro lado, essas normas eliminam os carreirismos.

Os mandatos, renováveis por quatro anos, também para impedir a prática dos carreirismos, serão divididos em dois grupos, os executivos e os legislativos, havendo eleição a cada dois anos, alternadamente, para cada um desses dois grupos. Além disso, a cada dois anos será eleito um senador, isto é, dos três senadores de cada estado um será substituído, ou reeleito, a cada dois anos.

As eleições deverão se realizar sempre no primeiro domingo de outubro e o segundo turno, que será estendido a todos os níveis do Poder Executivo e a todos os municípios, nas condições atuais, no último domingo de outubro. A posse dos eleitos acontecerá sempre no dia 1º de janeiro seguinte.

As contribuições para as campanhas eleitorais, por serem consideradas corruptas e corruptíveis, serão sumariamente abolidas. Financiamento público para as mesmas, jamais.

## O voto

Como foi assinalado na Primeira Parte, não será permitido o voto ao analfabeto, mesmo porque não existirão analfabetos na nação que queremos construir.

Continuarei apenas sonhando com o voto seletivo, como salientei na Primeira Parte, de vez que, embora seja o ideal, é muito difícil para ser operacionalizado, além de se reconhecer, como também já foi dito antes, que diploma e bancos escolares não conferem responsabilidade e discernimento a ninguém.

Quanto ao voto facultativo para menores de 18 anos e para maiores de 16, parece-me algo positivo e deverá ser mantido. O voto facultativo para os maiores de 70 anos precisa ser mantido, mas deve ser estimulado, de vez que precisamos de votos com qualidade. Pelo menos em tese, os mais idosos, sendo, em princípio, mais sábios, poderão conferir ao voto a qualidade que se espera.

O voto obrigatório é uma aberração, como foi visto no artigo que aparece lá no início. Tal obrigatoriedade será abolida na nação que queremos. O estímulo ao voto, este sim, será sempre bem-vindo. Aliás, o nosso “banho de civilização” proporcionará tal estímulo, independente de qualquer outra coisa.

São desnecessárias quaisquer palavras quanto à lisura e à eficiência do processo eleitoral, incluindo-se aí a votação eletrônica e a apuração também eletrônica.

## Os privilégios

O recesso parlamentar ocorrerá a cada ano, do dia 16 de dezembro até o dia 31 de janeiro do ano seguinte, com exceção dos 30 primeiros dias subsequentes à posse, quando não haverá recesso. É bom lembrar que a sugestão para a posse de todos os eleitos é para o primeiro dia do ano, após as eleições. Os reeleitos, portanto, terão apenas 16 dias de recesso, quando da reeleição.

O custeio de um gabinete de vereador, deputado estadual, deputado federal e senador, incluindo-se as despesas com pessoal e material, inclusive com o Correio, não poderá ultrapassar o valor que corresponde aos vencimentos do titular do cargo.

Os deputados federais e os senadores terão direito a uma residência em Brasília e a uma passagem aérea de ida e volta, semanal, desde que a ida ocorra na manhã da segunda-feira e a volta depois das 16 horas da sexta-feira, respeitados os eventuais feriados.

Acaba-se com a imunidade parlamentar, por ser um instituto hediondo, incompreensível, e que desiguala o parlamentar em relação ao cidadão comum, perante a lei.

Acaba-se também com as votações secretas nos parlamentos, por vários motivos, todos eles mais do que óbvios.

Nenhuma aposentadoria especial será concedida a essa gente. Será justo, contudo, que o tempo relativo ao mandato cumprido seja contado para efeito da aposentadoria normal à qual tiver direito como cidadão e como profissional comum.

Nenhum privilégio especial será concedido aos membros da mesa, mesmo porque ninguém será obrigado a compô-la.

## A remuneração

O salário do presidente da República será 1,5 vezes e o do vice-presidente será 0,75 vezes o salário do deputado federal. Nos estados e nos municípios, a proporção será a mesma e relacionada, respectivamente, com os salários dos deputados estaduais e com os dos vereadores.

A remuneração mensal dos deputados federais, a dos senadores e a dos ministros de Estado, sem qualquer outra vantagem financeira, não poderá ser maior do que cinco vezes o salário médio do trabalhador metalúrgico, qualificado, na Grande São Paulo. A remuneração dos deputados estaduais será fixada entre 75% e 35% daquela dos deputados federais, na proporção do número de eleitores inscritos no respectivo estado, e a dos vereadores, entre 75% e 35% daquela dos deputados estaduais, na proporção do número de eleitores inscritos no respectivo município. Mas nada impedirá que os salários sejam menores



do que aqueles estabelecidos por tais regras. Afinal, as regras falam apenas nos valores máximos, mas não sugere que esses máximos sejam praticados.

Quanto à remuneração dos demais servidores públicos, os federais, que deverá obedecer a critérios do valor relativo ao cargo, e do cargo, e da eficiência do ocupante, além daqueles relativos à regionalização, não poderá esta ser superior àquela de um deputado federal, acrescida de 40%. Mas nos níveis mais elevados estarão apenas servidores das mais altas qualificações, como, por exemplo, os juízes das mais elevadas cortes de justiça. Nos estados e nos municípios, os critérios serão equivalentes a estes. Nada impedirá, portanto, que um servidor estadual ou municipal possa receber mais do que o deputado estadual ou do que o vereador, conforme o caso. Não se poderia admitir, por exemplo, que um médico ou um professor universitário, como servidores federais, recebessem mais do que colegas seus, simplesmente porque estes são servidores estaduais ou municipais. Como se disse, estabelecido o máximo, o critério a ser adotado é o valor do cargo e a eficiência do ocupante, além da questão regional, jamais o nível de governo no qual o cargo esteja inserido. Observe-se, finalmente, que o exemplo do médico e do professor universitário foi apenas um exemplo, mesmo porque, como já foi dito antes, a União não terá médicos nem professores, universitários ou não, o mesmo ocorrendo com os municípios.

## Os partidos políticos

A Democracia exige ampla liberdade para a fundação e o funcionamento dos partidos políticos. Contudo, além das exigências já impostas pela lei, mais alguns preceitos devem prevalecer a fim de impedir o seu uso de forma indevida e indesejável ao aprimoramento da própria Democracia.

O mais salutar dos princípios que aqui devem ser adotados é o do “cresça e apareça”, isto é, nenhum direito deve ser garantido a quem não demonstrar um mínimo de trabalho e de competência. Em matéria política, de maneira mais acentuada do que em qualquer outra área, é primordial que cada um, ou cada instituição política, não se faça ouvir de maneira compulsória, como acontece hoje através dos programas em horários gratuitos no rádio e na televisão, mas sim adquira o direito de ser ouvido, pelo seu trabalho, pela sua competência, pelo seu esforço e pela sua perseverança.

A ninguém poderá ser negado o direito de fundar um partido político ou de mantê-lo funcionando com ampla liberdade. Contudo, levando-se em conta o que acima foi exposto, será negado o registro definitivo ou cassado o registro anteriormente concedido ao partido que, após cada eleição para a Câmara Federal, não contar com pelo menos 5% dos votos totais do país, distribuídos por pelo menos nove estados, com pelo menos 2% dos votos – do total de votos do país - em cada um deles, sendo que, em cada estado, somente poderão registrar candidatos aqueles partidos que estiverem organizados, com diretórios regularmente constituídos, em pelo menos 1/3 dos municípios.

Alguns desses preceitos estão consagrados na Lei dos Partidos Políticos, a Lei nº 9.096/95.

Por outro lado, não poderá registrar candidato a cargo executivo aquele partido que não contar com pelo menos 5% das cadeiras no respectivo Poder Legislativo, tendo por base a diplomação dos eleitos pelo tribunal competente. Não serão consideradas, portanto, alterações posteriores.

O acesso gratuito ao rádio e à televisão, sempre em absoluta igualdade de condições entre os diversos partidos quanto aos programas semanais, será limitado a 15 minutos, às segundas-feiras, não antes das 22 horas, sendo punidos, até a cassação definitiva desse direito, os partidos que não se ativerem exclusivamente à divulgação de sua doutrina e de seu programa.

Durante os 60 dias anteriores a cada eleição, respeitados os domingos, e durante 40 minutos diários, sendo 20 minutos a partir das 20.00 horas e os outros 20 a partir das 22.00 horas, os partidos políticos terão acesso gratuito ao rádio e à televisão, com distribuição do tempo proporcional à participação do partido na Câmara Federal, sendo assegurado a cada um pelo menos dois minutos diários, de forma ininterrupta. Será punido, até a cassação desse direito, aquele candidato ou partido que, comprovadamente, fizer qualquer referência a outro candidato ou partido.

### **A competência político-administrativa**

Lembro-me de que, há muitos anos, um jornal de São Paulo publicou, no mesmo dia e na mesma página, duas notícias no mínimo curiosas. Um deputado federal assumira à tribuna da Câmara para tecer críticas acerca dos buracos que eram frequentemente encontrados pelas ruas de São Paulo. Ao mesmo tempo, dizia a segunda notícia, um vereador estivera na tribuna da Câmara Municipal de São Paulo para criticar a posição brasileira a respeito do envio de tropas nacionais para se incorporarem ao efetivo da ONU, na República Dominicana.

É claro que, como cidadãos, ambos tinham o direito e o dever de assumir uma postura tanto no caso dos buracos paulistanos como no caso dos soldados brasileiros enviados à República Dominicana. Mas como não foram à tribuna na qualidade de cidadãos comuns, ficou caracterizada uma aberração no mínimo estranha.

No país que temos, há uma confusão generalizada quanto à competência política e, mais ainda, quanto à competência administrativa. Estou falando da distribuição de encargos, da divisão de responsabilidades entre a União, os estados e os municípios.

Na nação que queremos, contudo, tanto politicamente quanto administrativamente, cada um cuidará da própria “seara”, evidentemente se quisermos ser eficientes. E haveremos de querer.

Observando um pouco mais, veremos que a União cuida da Saúde, o estado cuida da Saúde e o município também. O mesmo acontece com a Educação, com a Habitação e com outras áreas. Isso significa confusão, ineficiência, e não real interesse pelos problemas.

Na nação que queremos construir, a competência político-administrativa será considerada de maneira bem mais racional. Afinal, educar em São Paulo e em mais alguns outros estados do sul e do sudeste, com os recursos que se tem, representa um desnivelamento muito grande em relação a outras regiões, como a Norte, a Nordeste e a Centro-Oeste. Se pensarmos em municípios, o desnivelamento se torna ainda maior, em Educação, em Saúde, em Habitação, etc.

Devem estar afetas aos municípios apenas as questões típicas de um município, e nada mais do que isso. São Paulo, por exemplo, precisa pavimentar as suas ruas, ampliar e manter a sua rede de água e de esgoto, cuidar da iluminação pública, disciplinar o trânsito, enfrentar as enchentes, construir túneis e viadutos, cuidar do transporte urbano de passageiros, etc. Muitos outros municípios não precisam de tanto, mas costumam ter também os seus problemas específicos.

A Educação, como a Saúde e outras áreas, não são problemas específicos da cidade de São Paulo, como não o são de Santa Rita do Passa Quatro, de Sorocaba ou de qualquer outro município. A Educação, a Saúde, a Habitação e outros são assuntos nacionais e, portanto, deveriam ser da alçada federal. Porém, como apontei antes, entre outras razões, por uma questão de equalização, de nivelamento, Educação e Saúde, por exemplos, precisam ser da competência estadual, exclusivamente. Como também a segurança pública, a moradia, as estradas, as ferrovias, etc. Não se descarta, contudo, a eventual conveniência de estradas e ferrovias federais.

Os critérios para a atribuição da competência político-administrativa são, portanto, bem simples e serão usados na nação que queremos. Em primeiro lugar, a especificidade; depois, a equalização dos serviços, em termos de nível e de eficiência, e, por último, o critério da praticidade.

Como decorrência disso, surgirá a necessidade de uma adequação do sistema fiscal-tributário para que as receitas “casem” rigorosamente com as despesas, no município, no estado e na União.

## A independência e a harmonia dos três poderes

Não há como assegurar, pela lei, a independência de cada um dos três poderes da República em relação aos outros dois. A harmonia entre eles também será ilusória se contarmos tão somente com leis, no sentido jurídico. Essa é muito mais uma questão de princípios éticos e morais, vale dizer, de vergonha na cara, do que de qualquer outra coisa.

É natural e humano que o homem se sinta atraído pelo poder, que ele busque o poder, quer seja por uma questão de “filantropia” social ou política, quer seja por uma questão de espírito de liderança, difícil ou impossível de ser contido, quer seja pura e simplesmente para atender a vaidades pessoais.

Porém, a busca do poder só se torna compreensível e aceitável por meios éticos e morais também aceitáveis. A busca do poder a qualquer custo certamente não será encontrada na nação que se quer construir.

Essa busca do poder tem posto em risco a independência dos três poderes, bem como a harmonia que precisa existir sempre entre eles, como tem posto em risco a eficiência do sistema político-administrativo. Temos tido inúmeros exemplos, maus exemplos, disso.

Na medida em que um presidente não se veja livre para compor o seu ministério, ou um governador ou ainda um prefeito, para organizar o seu secretariado, pela ingerência de deputados, senadores, vereadores ou mesmo dos próprios partidos políticos, além do rompimento do dispositivo legal fica caracterizada a ineficiência administrativa, uma vez que se satisfazem tão somente os apetites político-partidários, e eleitores, portanto, graças ao impedimento de uma composição que poderia ser mais racional, tanto do ponto de vista técnico como do ponto de vista administrativo.

A dependência financeira, e mesmo política, do Poder Judiciário, nas mãos e nas garras do Poder Legislativo, é uma aberração moral e também jurídica, de vez que a lei amarra muito o Poder Judiciário ao

Poder Legislativo, como atestam, por exemplo, o item IX do Artigo 48 e o item III do Artigo 52 da Constituição vigente.

Por outro lado, é patente a intromissão do Poder Executivo no Poder Legislativo, por exemplo, quando da eleição de suas mesas diretoras.

Na nação que se deseja, tudo isso desaparecerá, deixando o Artigo 2º da nossa Constituição de ser apenas letras mortas. E desaparecerá por duas vias distintas: a lei garantirá (sempre é preciso tentar) autonomia política, administrativa e financeira ao Poder Judiciário; por outro lado, a probidade administrativa será assegurada não só pelo novo povo brasileiro e pelo novo político brasileiro que haverão de surgir ou renascer do nosso “banho de civilização”, como também pela imposição das novas regras do sistema político-eleitoral, conforme foi visto antes.

## O governo que desejamos na nação que queremos

O governo, na nação que desejamos construir, será aberto, competente, eficiente, eficaz, austero e participativo.

O que se deseja implantar não é uma simples idéia, não é uma simples teoria. É um regime político fundamentado intrinsecamente na natureza humana.

Uma das características mais significativas da pessoa humana é a sua sociabilidade, a sua necessidade íntima e natural de viver em grupos, de trabalhar para si e para a comunidade. Muitas das suas necessidades – talvez todas – só podem ser satisfeitas mediante a colaboração mútua.

Um governo não pode ter outro objetivo que não seja a condução dessa sociedade na busca do bem comum, na busca do bem-estar de cada um e de todos. Esse é o objetivo estruturado nos moldes da nação que queremos.

Assim sendo, um governo tem que ser necessariamente aberto, sem segredos, no sentido de que o seu programa seja conhecido por todos, no sentido de que a sociedade saiba claramente o que se pretende fazer, onde se deseja chegar, e entenda – e aceite – que as suas ações, as do governo, representam efetivamente a caminhada correta para a realização do bem comum.

Um governo tem que ser competente, no sentido de que ele saiba captar a realidade e saiba sintetizar os anseios da nação, desenvolvendo ações que reflitam essa realidade e que possam significar a condução da sociedade na busca do bem-estar de todos.

Um governo tem que ser eficiente e, mais do que isso, tem que ser eficaz. Objetivos, programas e ações que não representem avanço significativo na busca dos ideais da sociedade estarão descaracterizando o papel desse governo e não merecem ser considerados.

Um governo muito dificilmente será aberto, competente, eficiente e eficaz se não for participativo. É absolutamente necessário que a sociedade como um todo participe do governo. Na nação que queremos, preconiza-se essa participação em todos os níveis e sob todas as formas. É necessário que se forme uma sociedade consciente e co-responsável.

Um governo, na nação que se deseja, prevê, portanto, conscientização, participação e responsabilidade por parte de todos. Propõe, discute e realiza alterações profundas no aparelho estatal, tornando-o eficaz, aberto, competente, participativo e, portanto, sujeito ao controle da sociedade.

Na medida em que tento penetrar fundo na natureza humana e, a partir daí, construo a minha doutrina política, estou consciente de que não se pode governar uma sociedade alheio às suas mais legítimas aspirações, não só no sentido individual, mas também – e principalmente – no sentido coletivo.

Objetivamente falando, o governo que se deseja e que se pretende ter, esse governo precisa, necessariamente, ser austero, tem que se orientado por normas rígidas e por parâmetros solidamente associados à correção administrativa. Não se pode confundir liberdade com liberalidade. Quanto à correção política, está acima de tudo.

A austeridade prevista aqui tem alguns aspectos especialmente importantes. Um deles diz respeito à impunidade. O princípio segundo o qual “todos são iguais perante a lei” tem que ser uma norma rigidamente obedecida. **Numa Democracia, todos têm direitos e todos têm deveres. Num governo austero, os direitos são preservados e os deveres são cumpridos.**

## BIBLIOGRAFIA

Andrade, Manuel Correia de: História Econômica e Administrativa do Brasil  
Aramzadi, D.; Giner, C.: Uma Escola Social, 2ª edição  
Dallari, Dalmo de Abreu: Elementos de Teoria Geral do Estado, 10ª edição  
Furtado, Celso: Formação Econômica do Brasil, 7ª edição  
Holanda, Sérgio Buarque de: Raízes do Brasil, 17ª edição  
Ianni, Octavio: O Colapso do Populismo no Brasil, 4ª edição  
Ianni, Octavio: Teorias da Globalização, 2ª edição  
João XXIII, papa: Mater et Magistra  
Leão XIII, papa: Rerum novarum  
Pio XI, papa: Quadragésimo ano  
Prado Jr, Caio: Evolução Política do Brasil, 4ª edição  
Ribeiro, Darcy: O Povo Brasileiro  
Sartori, Giovanni: Teoria Democrática  
Sforza, Conde Carlo: O pensamento vivo de Maquiavel  
Sheen, Dom Fulton J. : O problema da Liberdade, 7ª edição  
Teixeira, Francisco P. M.; Dantas, José: Estudos de História do Brasil